

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Luiz Pasin Neto

DESENVOLVIMENTO LOCAL E A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO

MÉDIO: estudo de caso de Guaratinguetá

Taubaté – SP

2016

Luiz Pasin Neto

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO
MÉDIO: estudo de caso de Guaratinguetá**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof.^a D.^{ra} Elvira Aparecida Simões de Araujo

Taubaté – SP

2016

LUIZ PASIN NETO

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO:
estudo de caso de Guaratinguetá**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.
Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elvira Aparecida Simões de Araujo

Universidade de Taubaté

Profa. Dra. Monica Franchi Carniello

Universidade de Taubaté

Profa. Dra. Silvia Helena Nogueira

Faculdade Anhanguera de Jacareí

Dedico esta pesquisa à minha família, da qual subtraí horas de convívio, pelo constante incentivo e apoio me concedido. Sem eles, esta etapa da minha vida não teria sido suplantada.

Dedico, também, este trabalho ao Prof. Dr. Jorge Luiz Knupp Rodrigues (in memoriam) que iniciou a árdua tarefa de me orientar.

AGRADECIMENTOS

Em primeira instância, à minha orientadora final, Prof^a. D^{ra}. Elvira Aparecida Simões de Araujo, que me resgatou da dúvida e incerteza das minhas possibilidades, me conduzindo até o término desta dissertação, lapidando e polindo esta pedra bruta.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), plêiades de talentos, que me conduziram nestes três últimos anos.

Aos colegas da Turma XVIII do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional (MGDR) – UNITAU, dos quais absorvi saberes e cultura.

À minha família, que me apoiou durante toda esta jornada.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a evasão escolar no Ensino Médio, e sua influência no desenvolvimento econômico local e regional. Para tanto, se propõe a investigar os dados do município de Guaratinguetá, situado na Sub-região 3 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Foram adotados como base para estudo, dados de pesquisas oficiais, e foi traçado um paralelo entre o cenário de desenvolvimento local, que inclui entre outros a empregabilidade e o bem estar social. O estudo adota a metodologia de pesquisa quantitativa no que se refere à busca e tratamento dos dados estatísticos oriundos de fontes secundárias, como IBGE, SEADE e INEP. É também uma pesquisa descritiva, expondo características regionais. O resultado auferido mostra uma realidade de que, mesmo estando localizado no Estado de São Paulo, o município tem o Índice Paulista de Responsabilidade Social, quesito riqueza, menor que os demais com população superior a 100.000 habitantes da mesma região metropolitana. A conclusão extraída é a de que sem uma educação planejada, de forma a atrair o interesse de empresas em se fixar onde exista capital humano suficiente, e um potencial de formação de novos empreendedores, o município alvo poderá estar afeito ao incremento da exclusão social e à insuficiência de mão de obra capacitada devido à evasão e ou a desistência escolar. O planejamento da educação pode facilitar a Gestão do Desenvolvimento Regional sustentado em bases sólidas.

Palavras-Chaves: Evasão escolar. Gestão. Desenvolvimento Local e Regional.

ABSTRACT

LOCAL DEVELOPMENT AND EVASION IN SCHOOL HIGH SCHOOL: case study of Guaratingueta

This study aims to analyze truancy in high school, and their influence on local and regional economic development. Therefore, it is proposed to investigate the data of the municipality of Guaratinguetá, located in the Sub-region 3 of the metropolitan region of the Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. They were adopted as a basis for study, data from official surveys, and to draw a parallel between the local development scene, which includes among other employability and social welfare. The study adopts quantitative research methodology as it relates to the searching and processing statistical data from secondary sources such as IBGE SEADE and INEP. It is also a descriptive research, exposing regional characteristics. The income earned shows a reality that despite being located in the Estado de São Paulo, the city has the Índice Paulista de Responsabilidade Social, smaller than the other with a population of 100,000 in the same metropolitan area. The conclusion drawn is that without a planned education in order to attract the interest of companies to settle where there is sufficient human capital and the potential for formation of new entrepreneurs, the target municipality may be inclined to increase social exclusion and hand insufficient skilled work due to evasion and or dropout. The planning of education can facilitate the management of regional development based on solid foundations.

Key Words: School dropout. Management. Local and Regional Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Modelo de fluxo escolar	28
Figura 2 –	Diagrama de fluxo	29
Figura 3 –	Educação para Todos - Marco de Ação de Dakar Objetivos..	32
Figura 4 –	Fluxograma de cálculo do IDHM	41
Figura 5 –	Conceito de Desistência Escolar	48
Figura 6 –	Realimentação positiva nível socioeconômico – Evasão	63
Figura 7 –	Aspectos potenciais da evasão e desistência escolar	73
Figura 8 –	Motivos da evasão na faixa etária de 0 a 17 anos	78
Figura 9 –	Perspectivas do evadido ou desistente	93
Figura 10 –	Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	100
Figura 11 –	Sub-regiões administrativas da RMVPLN	101
Figura 12 –	Cadeia de geração de riqueza	104
Figura 13 –	Nível de maturidade dos desistentes ou evadidos	105
Figura 14 –	Sub-região 1 da RMVPLN	140
Figura 15 –	Sub-região 3 da RMVPLN	144
Figura 16 –	Preponderância da Sobrevivência e do Trabalho sobre Estudo e o lazer	162

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Definição de evasão e amplitude do conceito	30
Quadro 2 –	Estrutura do sistema educacional brasileiro	33
Quadro 3 –	Grupos de divisão do IPRS	37
Quadro 4 –	Situação do Plano Diretor e do Plano Municipal de Educação	147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Distribuição % dos municípios do Estado de São Paulo IPRS 2012	39
Gráfico 2 –	Trajatória da evasão escolar no Ensino Médio 2001/2012 ..	43
Gráfico 3 –	Taxas de Reprovação e Abandono (estados brasileiros) – Ensino Médio 2013	47
Gráfico 4 –	Trajatória da Desistência Escolar Brasil 2010 – 2014	49
Gráfico 5 –	Taxa de Evasão e Desistência Estado de São Paulo 2010 – 2014	50
Gráfico 6 –	Desistência Escolar Brasil 2013 – Ensino Médio	75
Gráfico 7 –	Perfil educacional municípios maior IDHM da RMVPLN	106
Gráfico 8 –	Perfil educacional municípios menor IDHM da RMVPLN	107
Gráfico 9 –	Abandono (Evasão) no Ensino Médio 2013 RMVPLN	112
Gráfico 10 –	Desistência Escolar nos maiores municípios da RMVPLN ..	121
Gráfico 11 –	Comparativo Ensino Médio particular e público	123
Gráfico 12 –	Indicadores de vulnerabilidade na RMVPLN	125
Gráfico 13 –	Comparativo PIB per capita, Renda per capita - E. M. 2010	127
Gráfico 14 –	Evasão no Ensino Médio e jovens com E. M. completo	128
Gráfico 15 –	Comparativo Ensino Médio – Escolas Técnicas 2014	131
Gráfico 16 –	Comparativo ETECs Guaratinguetá 2010 a 2014	138
Gráfico 17 –	Comparativo Renda per capita Sub-região 1 – Guaratinguetá – Estado de São Paulo	142
Gráfico 18 –	Comparativo IDHM-R – IPRS-R Sub-região 1	143
Gráfico 19 –	Evasão no Ensino Médio Sub-região 3 – 2014	150
Gráfico 20 –	Desistência Escolar na Sub-região 3 – 2014	151
Gráfico 21 –	Repetência Escolar no E. M. da Sub-região 3 – 2014	152
Gráfico 22 –	Evasão e desistência ano a ano Canas, Potim e Roseira	153
Gráfico 23 –	Pontuação IPRS SEADE Sub-região 3	157
Gráfico 24 –	Crescimento populacional Sub-região 3	158
Gráfico 25 –	IPRS - Riqueza Sub-região 3 – 2012	159
Gráfico 26 –	Comparativo indicadores IDHM e IDHM-E Sub-região 3	161
Gráfico 27 –	Trabalho infantil 2014 Sub-região 3	163
Gráfico 28 –	Município de Guaratinguetá evolução do IDHM	169

Gráfico 29 – IPRS - Riqueza	169
Gráfico 30 – Escolaridade maiores de 25 anos Guaratinguetá 2010	171
Gráfico 31 – Escolaridade maiores de 25 anos Estado de São Paulo	171
Gráfico 32 – Evolução ano a ano Ensino Médio Guaratinguetá	175
Gráfico 33 – Desempenho Guaratinguetá – Municípios litorâneos (evasão) ano a ano	177
Gráfico 34 – Desempenho Guaratinguetá – Municípios litorâneos (desistência)	178
Gráfico 35 – Evolução número de matrículas E. M. Guaratinguetá	182
Gráfico 36 – Evasão Ensino Médio Guaratinguetá 2014 Escolas	185
Gráfico 37 – Repetência e evasão evolução 2010 – 2014	186
Gráfico 38 – Comparativo Rede Estadual e Rede Municipal de Ensino ...	194

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Trajatória 1986 – 1999 Grupo de 100 alunos – Brasil 1986	45
Tabela 2 –	Trajatória 2010 – 2014 Ensino Médio no Brasil	46
Tabela 3 –	Trajatória 2010 – 2014 Grupo de 100 alunos – Brasil 2014	46
Tabela 4 –	Desistência Escolar Brasil 2014	49
Tabela 5 –	Analfabetos e pessoas com Ensino Médio completo – 1991-2010	52
Tabela 6 –	Motivos da evasão escolar – Percentual	72
Tabela 7 –	Evasão e reprovação Brasil 2013	74
Tabela 8 –	Composição dos motivos de oferta para evasão	81
Tabela 9 –	IPRS-R, IPRS-E e Grupos - Municípios da RMVPLN	102
Tabela 10 –	Indicadores da RMVPLN	103
Tabela 11 –	Vulnerabilidade municípios com maior e menor IDHM	108
Tabela 12 –	Evolução 2010 – 2014 – Evasão, desistência e repetência	110
Tabela 13 –	Evasão escolar na RMVPLN	111
Tabela 14 –	Evasão escolar em São José dos Campos 2007 a 2014	114
Tabela 15 –	Evasão escolar em Taubaté 2007 a 2014	116
Tabela 16 –	Evasão escolar em Jacareí 2007 a 2014	117
Tabela 17 –	Evasão escolar em Pindamonhangaba 2007 a 2014	118
Tabela 18 –	Evasão escolar em Guaratinguetá 2007 a 2014	118
Tabela 19 –	Evasão escolar em Caraguatatuba 2007 a 2014	120
Tabela 20 –	Comparativo evasão – 2014 - Municípios litorâneos e grandes centros da RMVPLN	122
Tabela 21 –	Vulnerabilidade na RMVPLN	126
Tabela 22 –	ETEC Caraguatatuba – Ano 2014	132
Tabela 23 –	Desempenho da ETEC Caraguatatuba – 2010 a 2014	132
Tabela 24 –	ETEC Dr. Geraldo J. R. Alckmin – Ano 2014	133
Tabela 25 –	Desempenho da ETEC J. R. Alckmin – 2010 a 2014	133
Tabela 26 –	ETEC Prof. Alfredo B. Santos – 2014	135
Tabela 27 –	Desempenho da ETEC Prof. Alfredo B. Santos -2010 a 2014 .	135
Tabela 28 –	CTIG Prof. Carlos A. Amorin – 2014	136
Tabela 29 –	Desempenho do CTIG Prof. Carlos A. Amorin – 2010 a 2014 .	137

Tabela 30 –	Comparativo entre as ETECs nível médio 2010 – 2014	137
Tabela 31 –	Sub-região 1 dados gerais	141
Tabela 32 –	Comparativo IDHM-E Estado de São Paulo – Guaratinguetá – Sub-região 1	143
Tabela 33 –	Matrículas Ensino Médio 2015 Sub-região 3	148
Tabela 34 –	Matrículas E. M. 2015 números absolutos Sub-região 3	149
Tabela 35 –	Desenvolvimento local e fator educação	154
Tabela 36 –	Desenvolvimento local e dados demográficos	155
Tabela 37 –	Sub-região 3 dados econômicos 2010	156
Tabela 38 –	Indicadores de desenvolvimento econômico da Sub-região 3	158
Tabela 39 –	KWh por escola pública municipal Guaratinguetá 2014	164
Tabela 40 –	Evasão e KWh MRVPLN	165
Tabela 41 –	Emissão de CO ₂ por KWh	166
Tabela 42 –	Emissão de CO ₂ – Evasão na RMVPLN	166
Tabela 43 –	IDHM – Renda 1991 – 2010	169
Tabela 44 –	Comparativo dados educacionais Guaratinguetá – Est. S.P.	170
Tabela 45 –	Custo da educação município de Guaratinguetá	172
Tabela 46 –	Número de matrículas Rede Municipal 2007 – 2011	172
Tabela 47 –	Números da Rede de Ensino Guaratinguetá	173
Tabela 48 –	Visão percentual dos dados Rede Pública de Ensino	173
Tabela 49 –	Aspecto econômico da Rede Pública de Guaratinguetá	174
Tabela 50 –	Evolução ano a ano evadidos Ensino Médio de Guara ^{ta}	175
Tabela 51 –	Comparativo Evasão Guaratinguetá – Municípios litorâneos .	176
Tabela 52 –	Comparativo Desistência Guara ^{ta} Municípios litorâneos	177
Tabela 53 –	Comparativo evolução escolar 2010-2014 Guara ^{ta} – Est. S.P.	179
Tabela 54 –	Composição da Rede de Ensino Fundamental e Médio 2014 .	181
Tabela 55 –	Evolução número de matrículas série à série Ensino Médio ..	183
Tabela 56 –	Escolas mantenedoras de Ensino Médio Guaratinguetá	184
Tabela 57 –	Evolução ano a ano Ensino Médio Escolas Guaratinguetá	186
Tabela 58 –	Repetência Escolar ano a ano E. M. Escolas Guaratinguetá ..	186
Tabela 59 –	Taxa de Abandono Ensino Médio de Guaratinguetá	188
Tabela 60 –	Ensino Médio Escola José Pereira Eboli – Dados Gerais	189
Tabela 61 –	Evolução ano a ano – Abandono (Evasão escolar) escola José Pereira Eboli	189

Tabela 62 –	Ensino Médio escola Dinah Motta Runha – Dados gerais	190
Tabela 63	Evolução ano a ano – Abandono (Evasão Escolar) escola Dinah Motta Runha	190
Tabela 64 –	Ensino Médio escola Antônio da Cruz Payão – Dados gerais .	191
Tabela 65 –	Evolução ano a ano – Abandono (Evasão Escolar) escola Antônio da Cruz Payão	191
Tabela 66 –	Ensino Médio escola Luiz Menezes – Dados gerais	192
Tabela 67 –	Evolução ano a ano – Abandono (Evasão Escolar) Escola Luiz Menezes	192
Tabela 68 –	Ensino Médio escola Nilo Santos Vieira – Dados gerais	193
Tabela 69 –	Evolução ano a ano – Abandono (Evasão Escolar) Escola Nilo Santos Vieira	193
Tabela 70 –	Desistência escolar Guaratinguetá 2014	193
Tabela 71 –	Abandono na rede de ensino Guaratinguetá 2014	195
Tabela 72 –	Consumo de energia elétrica em KWh por aluno evadido	196

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	O Problema	19
1.2	Objetivos	20
1.2.1	Objetivo geral	20
1.2.2	Objetivos específicos	20
1.3	Delimitação do estudo	21
1.4	Relevância do estudo	21
1.5	Organização do trabalho	22
2	REVISÃO DE LITERATURA	24
2.1	Evasão Escolar	24
2.1.1	Conceituação da evasão escolar	25
2.1.2	Compromisso brasileiro com a educação e redução da evasão	31
2.2	Desenvolvimento local e regional	33
2.3	Indicadores de desenvolvimento regional e educacional	36
2.3.1	Indicadores SEADE	37
2.3.2	Indicadores IDH, IDHM e IDHM-E	39
2.4	Educação brasileira e a evasão escolar	43
2.5	O fracasso escolar, a evasão e as principais causas	54
2.5.1	Fatores que influenciam a evasão e a desistência escolar	61
2.5.1.1	Fatores socioculturais	62
2.5.1.2	Fatores educacionais	64
2.5.1.3	Fator educação-trabalho	69
2.6	A possível relação entre o trabalho infantojuvenil e a evasão escolar	76
2.7	Evasão escolar e suas consequências	79
2.8	Evasão escolar e proposituras de ações minimizadoras	83
2.9	Evasão escolar e desenvolvimento local e regional	86
2.10	A evasão e dados econômicos	90
3	MÉTODO DE PESQUISA	94
3.1	Tipo de pesquisa	94
3.2	Área e foco da realização da pesquisa	95
3.3	Fontes secundárias	95

3.4	Procedimentos de análise dos dados	97
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	99
4.1	Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	99
4.1.1	Desenvolvimento regional e fatores socioeconômicos	102
4.1.2	O fator educacional da RMVPLN	109
4.1.2.1	Comparativo escolas públicas e particulares RMVPLN	121
4.1.3	Vulnerabilidade e aspectos sociais da RMVPLN	124
4.1.4	Renda e educação	126
4.2	A evasão nas escolas técnicas de nível médio	130
4.3	A Sub-região 1 da RMVPLN	139
4.4	A Sub-região 3 da RMVPLN	144
4.4.1	Aspecto educacional da Sub-região 3	145
4.4.2	Desenvolvimento regional e os aspectos demográficos	154
4.4.3	Aspectos sociais e econômicos da Sub-região 3	156
4.4.4	O trabalho infantil na Sub-região 3	161
4.5	Indicadores de atividade educacional (KWh por aluno evadido)	164
4.6	O município de Guaratinguetá	166
4.6.1	Guaratinguetá histórico e apresentação	167
4.6.2	O enfoque financeiro dos dados educacionais Guaratinguetá	172
4.6.3	Dados do Ensino Médio Guaratinguetá	174
4.6.4	Comparativo municípios litorâneos Guaratinguetá E. M.	176
4.7	Evasão Escolar no município de Guaratinguetá	179
4.7.1	Rede de Ensino e escolas de Guaratinguetá	181
4.7.2	Evasão no Ensino Médio escolas de Guaratinguetá	183
4.8	Indicador Educacional (KWh por aluno) Escolas Guaratinguetá	195
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
6	REFERÊNCIAS	203

1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar, atualmente, representa uma problemática em todos os níveis acadêmicos, sendo que tal fator tem afetado sobremaneira a formação e o desenvolvimento de jovens, sobretudo no Ensino Médio e nos anos finais do Ensino Fundamental.

Isso produz grande impacto no futuro profissional dos jovens, já que o aluno evadido não terá o suporte educacional para desenvolver as competências necessárias para o pleno exercício das atividades profissionais, e, dessa forma, pode enfrentar dificuldades de alcançar melhores oportunidades.

A evasão escolar dificulta a inserção de jovens no mercado de trabalho, pois este normalmente tem como pré-requisito para a contratação, o grau de escolaridade “Ensino Médio” completo. No Brasil, a evasão tem maior prevalência nas escolas públicas estaduais, com maior evidência no Ensino Médio (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; e QEDu, 2015).

Embora a disputa por uma vaga no Ensino Médio Técnico seja acentuada, diante de escassez de cursos disponíveis, a evasão em menor grau tem atingido, também, este nível educacional: mediana de 0,1% ETECS – mediana de 3,8% E.M. normal – Ano 2014 (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEDu, 2015).

O fracasso na educação é, também, um fracasso na vida, resultando em grande maioria, em subempregos e salários mais baixos. Considerando por outro ângulo, a desistência escolar e a falta de vagas para pessoas não escolarizadas, podem acarretar no desvio dos jovens para a classificação de atenção social, ou seja, pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa.

No estado de São Paulo, a taxa de vulneráveis nessas condições remonta em 6,13% (2010). O estado que possui esta condição mais amainada é Santa Catarina, com 3,75%, o estado com pior resultado é o de Alagoas com 21,65%. A média brasileira neste ano de 2010 ficou em 13,36%. São taxas altas e preocupantes (ATLAS BRASIL, 2013).

A cidade de Guaratinguetá - SP é reconhecida como um dos núcleos industriais da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), sendo uma

localidade favorecida devido ao seu posicionamento geográfico, fazendo parte da rota Rio - São Paulo. Porém, mesmo com a grande concentração de indústrias e, conseqüentemente, grande oferta de emprego, é o município com o pior Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), quesito riqueza, divulgado pela Fundação Sistema de Análise de Dados (SEADE, 2015), entre os municípios com mais de 100.000 habitantes da Região Administrativa do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

No enfoque educacional, além da rede pública e privada de escolas da Educação Básica, acrescenta-se, ainda, que este município possui uma faculdade privada e uma unidade da Universidade Paulista Júlio de Mesquita (UNESP), Campus Guaratinguetá.

Sob outro ângulo de abordagem, dados do ano de 2014, no Brasil, demonstram o número de 3.361.673 matrículas feitas no 1.^a série do Ensino Médio em contraponto com 1.967.055 de aprovações ao final do 3.^a série do mesmo ciclo, perfazendo em um percentual de 41,5% de alunos que não prosseguiram com os estudos, sendo eles: desistentes, reprovados ou evadidos (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdu, 2015).

No Brasil, a taxa de evasão escolar divulgada é de 7,6%, no ano de 2014, no Ensino Médio; 3,5% da 6.^a à 9.^a série do Ensino Fundamental – Anos Finais, e 1,1% de 1.^a à 5.^a série dos Anos Iniciais (INEP, 2014). Na realidade estes percentuais médios, são divulgados por série cursada (1.^a à 3.^a E.M.; 6.^a à 9.^a E.F.; e 1.^a à 5.^a E.F.), não representando a real situação da evasão nos ciclos completos, pois os percentuais são acumulativos série à série, e não uma média entre as séries.

Em 2012, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro, focando o Programa das Nações Unidas para o Brasil (PNUD, 2015), assumiram o desafio de adaptar a metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros (ATLAS BRASIL, 2013).

O IDHM utiliza os indicadores de “Vida Longa e Saudável”, “Acesso a Conhecimento (Escolaridade)” e “Padrão de Vida (Renda Municipal per Capita)” para compor um único índice, conforme será demonstrado nesta pesquisa. Essa pesquisa concentra-se em analisar os componentes finais desse indicador, por estarem mais diretamente vinculados ao desenvolvimento local e regional.

No tocante a educação o índice utilizado é o Índice de Desenvolvimento Humano Educacional (IDHM-E). A dimensão Educação do IDHM-E é uma composição de fatores numéricos de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem, e

esses fatores oferecem elementos para visualizar o nível educacional de uma região, sendo que maiores ou menores posições em cada fator afetarão os indicadores gerais de desenvolvimento.

A Sub-região 3, Governo de Guaratinguetá, apesar de bem favorecida geograficamente, por ser ponto estratégico entre os dois estados (São Paulo e Rio de Janeiro), e ser constituída de significativo pólo industrial, possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), no valor de 0,73 base 2010, abaixo do verificado no Estado de São Paulo, 0,78, fazendo-se mister estudar as causas e motivos que conduzem à essa inferioridade.

O município de Guaratinguetá, que é a sede administrativa desta sub-região da RMVPLN, está em situação mais favorável neste indicador, com um índice de 0,79. Os municípios de Cunha e Potim, da mesma sub-região, apresentam indicadores situados entre os piores do Estado de São Paulo, sendo respectivamente os índices de 0,68 e 0,69 para o IDHM, e 0,57 e 0,65 para o IDHM-E.

Com foco nesses indicadores, percebe-se a necessidade de realizar uma investigação sobre a possível relação entre a evasão escolar e os índices que aferem o desenvolvimento local ou regional, pois esses fenômenos se realimentam.

Portanto, acredita-se que estudos desta natureza possam ser relevantes para contribuir com a sociedade no que diz respeito à questão da escolaridade, da não escolaridade e suas conseqüências, e de como conseguir colocação no mercado de trabalho devido à falta de estudo e qualificação profissional.

Observar os dados da Fundação Lemann, IBGE e o INEP, e analisar a evasão escolar apresentada na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, especialmente no município de Guaratinguetá, pode oferecer indicativos de como a evasão afeta o desenvolvimento local e regional.

Esta pesquisa, busca demonstrar o cenário, os objetivos, o problema, a relevância, e a delimitação deste estudo, introduzindo o leitor ao universo que compõe esta dissertação, bem como, chamando atenção para a importante problemática da relação entre educação e desenvolvimento regional e local, e, o efeito negativo da conseqüente exclusão social, ao investigar a evasão escolar e suas conseqüências para Guaratinguetá.

1.1 O Problema

Partindo-se do pressuposto de que, segundo Sen (2010), a educação e a alfabetização em uma região podem favorecer a mudança social e aumentar o progresso, a evasão escolar é motivo da formação intelectual deficiente de parcela dos jovens evadidos, e, conseqüentemente, um empecilho ao desenvolvimento regional/local. Para fomentar um desenvolvimento abrangente, necessário se faz estudar este fenômeno que se constitui em um problema de ordem social.

Marconi e Lakatos (2003) definem um problema como uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução.

Neste contexto, o problema para esta pesquisa foi definido do seguinte modo: Como pode-se evidenciar a relação existente entre a evasão escolar no Ensino Médio e o desenvolvimento local, no município de Guaratinguetá?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Relacionar indicadores de evasão escolar no Ensino Médio e indicadores de desenvolvimento local do município de Guaratinguetá - SP, com os índices da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, e sua Sub-região 3 (região de governo de Guaratinguetá).

1.2.2 Objetivos Específicos

Os Objetivos Específicos traçam os caminhos e os embasamentos necessários para que se possa atingir o Objetivo Geral, estando eles assim definidos:

- ✓ Identificar os indicadores de evasão escolar no Ensino Médio e índices de desenvolvimento regional da área delimitada no problema;
- ✓ Comparar os indicadores do município de Guaratinguetá com os da Região Administrativa do Vale do Paraíba e Litoral Norte; e
- ✓ Analisar pontos fortes e frágeis detectados, apontando sugestões de melhorias quando aplicável.

1.3 Delimitação do Estudo

Este estudo está delimitado à investigação da possível relação existente entre o índice de desenvolvimento regional e a evasão escolar de jovens do Ensino Médio das escolas municipais, estaduais e particulares na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), Sub-região 3, e em especial no município de Guaratinguetá.

O foco está voltado para o Ensino Médio devido ao fato da Taxa de Evasão Escolar, nesta modalidade de ensino em Guaratinguetá, no último quinquênio (2010 – 2014) ter apresentado uma média de 3,36%, em contraste com as Taxas de 1,2% nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 0,38% nos Anos Iniciais da mesma modalidade de ensino (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; e QEDu, 2015).

O período de tempo, foco desta pesquisa, está delimitado entre os anos 2010 e 2014, e não entrará no mérito de avaliar gestão de nenhum dos municípios da RMVPLN.

1.4 Relevância do Estudo

Este Trabalho se apresenta relevante pelos seguintes aspectos:

a) a evasão escolar em si, pois é de conhecimento comum que uma sociedade só pode evoluir por meio do acesso à educação.

Para se possibilitar estratégias de redução do abandono dos estudos, é necessário um conhecimento detalhado que envolva o tema, bem como a busca de motivos ou as causas da evasão, gerando assim, dados que possam ser utilizados pelos gestores educacionais e autoridades competentes;

b) a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, e em especial, o município de Guaratinguetá localizam-se em um dos lugares mais estratégicos geograficamente para o desenvolvimento nacional, ligando o estado do Rio de Janeiro ao de São Paulo, dois grandes núcleos de consumo e distribuição de bens;

c) a investigação e a associação da evasão escolar com o IDHM e o IPRS de alguns municípios podem vir a demonstrar que sem educação, grandes serão as dificuldades para a eliminação da insuficiência de renda que influi diretamente na qualidade de vida da população de um local ou região.

As atividades operacionais, industriais e comerciais, com uma educação deficiente geram um cenário no qual se torna escassa a oferta de vagas de emprego, tendo como consequência a geração de subempregos, exclusão social e provocando uma perda significativa de jovens talentos potenciais.

Esta carência educacional prejudica o desenvolvimento local, refletindo no comércio estabelecido com a redução do capital de giro, e impacta tanto no aspecto social, quanto no de desenvolvimento da sociedade ali existente.

Desta forma, o estudo pode despertar a atenção de gestores educacionais e/ou públicos, tendo como consequência a reflexão acerca de políticas públicas de desenvolvimento regional embasadas em uma educação de qualidade.

1.5 Organização do Trabalho

Este estudo está dividido em cinco seções principais, contemplando a Introdução na qual foram apresentados o contexto, os objetivos, a justificativa, a relevância e apresentação deste estudo.

A Revisão de Literatura que traz em seu escopo o embasamento teórico sobre o tema, bem como subsídios para que sejam, posteriormente, discutidos os dados encontrados.

O Método da Pesquisa: esta seção detalha a metodologia utilizada na construção e desenvolvimento deste estudo, levando em consideração todos os cuidados metodológicos elencados por Demo (2002), trazendo assim, caráter científico para o estudo;

A seção em que são apresentados os Resultados e a Discussão do Estudo fundamentado nas bases estatísticas e no embasamento teórico obtidos na seção 2, e, as Considerações Finais apresentadas como as respostas para o problema traçado, bem como, a análise do alcance dos objetivos, limitações desta pesquisa e proposta de estudos futuros.

O estudo se finaliza com a referenciação das publicações que o embasaram.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Como preâmbulo deste capítulo é sobremodo útil assinalar que esta Revisão de Literatura tentará ater-se ao que foi redigido por Montaigne (1569/2008) ¹:

[...] Os escritores insensatos de nosso século, que entre suas obras nulas vão semeando trechos inteiros dos autores antigos para honrar a si próprios, fazem o contrário. Pois essa infinita dessemelhança de brilho dá ao que é deles um semblante tão pálido, tão apagado e tão feio que com isso perdem muito mais do que ganham (MONTAIGNE, 2008, p 4/XXV).

Este capítulo traz em seu escopo a fundamentação para esta pesquisa, buscando mediante estudos anteriormente realizados, os subsídios para alcance dos objetivos propostos, em contraponto com os dados levantados pelo autor.

Para uma melhor distribuição dos assuntos que serão abordados, o capítulo será dividido em seções.

2.1 Evasão Escolar

Esta seção conceitua, define e apresenta diferentes interpretações para a evasão ou abandono escolar e desistência de continuidade educacional, haja vista a importância destes fenômenos na educação como fator de desenvolvimento regional ou local, "...sendo a educação um catalisador e, portanto, fator determinante no desenvolvimento" (SILVA FILHO, 2008, s. p.). Antes de tratar destes fatos educacionais, esta pesquisa, em rápidas pinceladas, relaciona a evasão escolar à equidade social e à sociedade.

Durkheim (2011) enfatiza a relevância da educação como um fator de redução da desigualdade social, asseverando:

¹ No texto Montaigne, 1569/2008, a 1ª data se refere a publicação original e a segunda, a data da edição utilizada neste trabalho. Doravante nas citações deste autor só aparecerá a 2ª data.

[...] A sociedade só pode viver se existir uma homogeneidade suficiente entre os seus membros; a educação perpetua e fortalece esta homogeneidade gravando previamente na alma, as semelhanças essenciais exigidas pela vida coletiva (DURKHEIM, 2011, p. 53).

Destarte, Gaioso (2005) destaca que a evasão escolar, entendida como a interrupção no ciclo de estudo, causa prejuízos significativos sob o aspecto econômico, social e humano em qualquer que seja o nível de educação.

A questão da evasão escolar tem sido motivo de preocupação de estudiosos de todo mundo, sobretudo porque tem grande impacto no futuro profissional dos jovens e no desenvolvimento do país. No Brasil ela tem maior incidência nas escolas públicas estaduais, com maior evidência no Ensino Médio.

Analisando o censo escolar de 2015, no Brasil matricularam-se na 1.^a série do Ensino Médio 3.074.881 pessoas; na 2.^a série, matricularam-se 2.611.117; e na 3.^a série o número de matrículas foi num total de 2.172.881 alunos (INEP 2015a). É de ser relevado que houve uma redução do número de matrículas do 1.^a para a 2.^a série de 15%, enquanto a redução observada da 2.^a para a 3.^a série foi de 16,8%.

Em números absolutos 902.000 jovens é a diferença entre o número de ingressantes e o de matriculados no 3.^o Ano Letivo, não se levando em consideração o número de possíveis evadidos no transcorrer da 3.^a Série.

Este fenômeno será conceituado e estudado no transcorrer desta seção de Revisão de Literatura.

Compreender os motivos do processo de evasão é primordial, não somente diante da demanda do mercado, mas também perante a realidade regida pelo estado de direito e pela cidadania, defendidas pela Constituição de 1988, já que a mesma apresenta o direito à educação como um direito fundamental a todos (BRASIL, 2015).

2.1.1 Conceituação da Evasão Escolar

O termo evadir, educacionalmente utilizado, tem interpretações variadas, gerando, por vezes, interpretações ambíguas, que não obstante isso, leva à

discussão. Ao abordar esta gama de opiniões, Diniz (2015) faz a seguinte explanação:

[...] A interferência das mais variadas teorias sobre um conceito, em lugar de esclarecer, complica, frequentemente, as idéias. O que era antes um conceito unívoco converte-se em análogo e até em equívoco, tal a variedade e disparidade de significações que lhe acabam sendo atribuídas (DINIZ, 2015, p. 38).

Como as palavras abandono, evasão são equívocas e os conceitos são variados, à conta disso, cumpre-se examinar-se neste passo a conceituação de alguns autores. Abramovay e Castro (2003) definem as palavras dissertando que o abandono é caracterizado quando o estudante deixa a escola por algum motivo, seja ele externo ou interno, que impede o aluno de terminar o ano letivo. Diferencia-se em relação à evasão que, no caso, a pessoa retorna à escola, ou no próximo ano letivo ou quando resolve os problemas que o impediram de dar continuidade aos estudos.

Já Silva Filho *et al.* (2007) trazem dois conceitos para evasão, sendo eles: A evasão anual média mede qual a percentagem de alunos matriculados em um sistema de ensino ou em um curso que, não tendo se formado, também não se rematriculou no ano seguinte. A evasão total mede o número de alunos que, tendo entrado num determinado curso, IES ou sistema de ensino, não obteve o diploma ao final de certo número de anos.

Neste trabalho, tanto o termo evasão, quanto abandono são aplicados como sinônimos, com o significado de abandonar definitivamente o ano letivo que esteja cursando.

O termo desistência será aplicado ao fato de um aluno, por qualquer que seja o motivo, não se matricular para iniciar um novo ano letivo, ou não reiniciar novamente o período cursado em caso de repetência.

Para o conhecimento de opiniões diversas sobre este aspecto, esta pesquisa analisou o acervo bibliográfico/documental existente sobre evasão escolar, resultando no seguinte conteúdo, abordando inicialmente os conceitos dos institutos e fundações que pesquisam a educação:

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) iguala a Taxa de Evasão Escolar à Taxa de Desistência Escolar, em dois enunciados, nos seguintes termos:

[...] Taxa de Evasão Escolar – O mesmo que Taxa de Desistência. 1. Porcentagem dos alunos matriculados numa determinada série ou nível de ensino, num determinado ano letivo, que não estão matriculados em nenhuma série no ano letivo seguinte. 2. Proporção de alunos da matrícula inicial que abandonam os estudos durante o ano letivo (INEP, 2014, s. p.).

O mesmo instituto define a Taxa de Abandono Escolar como a taxa de alunos que param de frequentar o curso ao término da série cursada, repetindo em termos diferentes o que foi definido no enunciado nº 1 do INEP (2014).

Em divulgação feita sobre o cálculo da Taxa de Rendimento Escolar, o INEP assinala que ao realizar o cálculo, consideram-se apenas os alunos que possuem, ao final do ano letivo, a informação se foi aprovado, reprovado ou se deixou de frequentar a escola. As taxas de rendimento escolar são calculadas com base nas informações de rendimento e movimento dos alunos, coletadas na 2ª etapa do Censo Escolar, denominada módulo “Situação do Aluno”. Por isso é importante ressaltar que, para efeito do cálculo das taxas de rendimento, são considerados apenas os alunos informados no sistema Educacenso (INEP, 2015a).

A Fundação Lemann, que em parceria com Meritt Informação Educacional fundou o projeto QEdu, disponibiliza, em grande número, os dados que embasam esta pesquisa, faz a seguinte explicação do conceito Evasão Escolar:

[...] Entende-se por evasão escolar a situação do aluno que abandonou a escola ou reprovou em determinado ano letivo, e que no ano seguinte não efetuou a matrícula para dar continuidade aos estudos” (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdu, 2015, s.p.).

Os autores Fritsch et al. (2014), discorrendo sobre indicadores educacionais, fazem uma ponderação sobre uma visão parcial do que se pretende aferir, sem se levar em conta as características do meio em que se está inserido, sendo esta parcialidade inerente ao método ou às escolhas para a constituição do indicador.

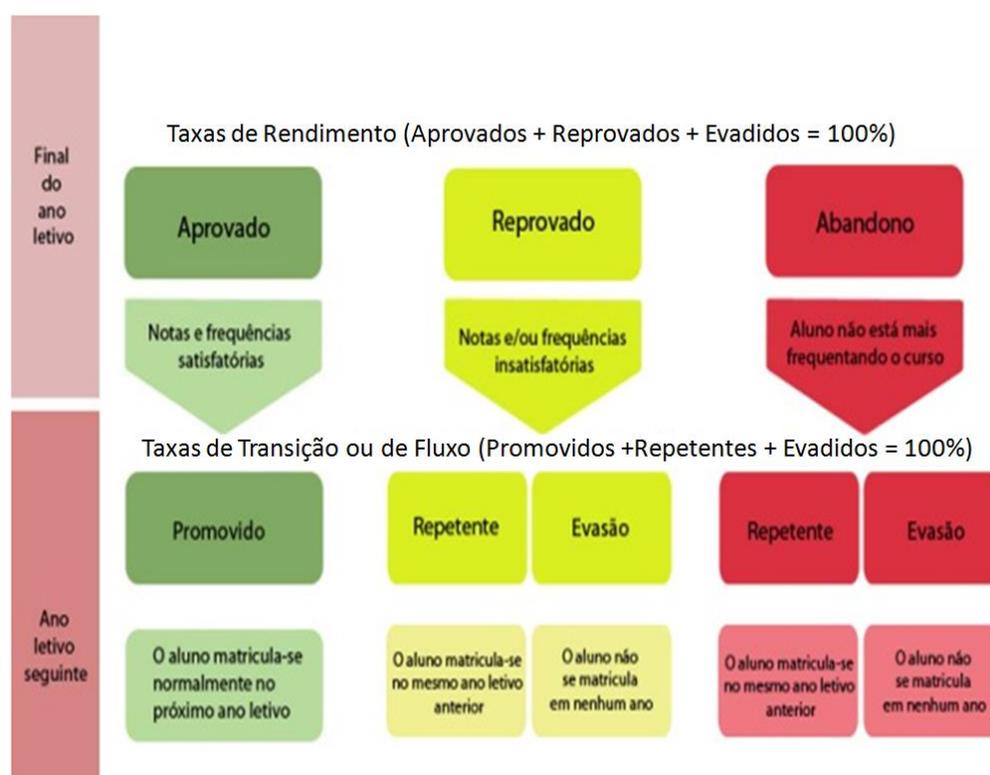
Os mesmos autores, no estudo sobre defasagem idade-série no Ensino Médio, finalizam a narrativa afirmando:

[...] De qualquer forma, indicadores educacionais como taxa de acesso, de repetência, de reprovação, de defasagem idade-série e de evasão são sinais que orientam uma avaliação diagnóstica no que diz respeito às suas implicações com a permanência e o sucesso dos estudantes nas escolas” (FRITSCH et al., 2014, p. 221).

Portilho (2012) discorre sobre os indicadores, contextualizando sobre rendimento e fluxo escolar comentando que a Taxa de Rendimento está relacionada com o preenchimento ou não dos requisitos de aproveitamento e frequência ao final de um ano letivo. Esta taxa é formulada a partir das taxas de aprovação, reprovação e abandono. Já a Taxa de Transição ou Fluxo Escolar revela a progressão do aluno entre os anos letivos consecutivos, sendo composta pelas Taxas de Promoção, Repetência e Evasão.

Exemplificando o acima exposto, Portilho (2012) apresenta na Figura 01 um modelo de fluxo escolar, que foi adotado também pela Fundação Lemann, projeto QEdu, no qual divide uma transição de ano letivo em duas partes, sendo elas: o final do ano cursado e o início do ano letivo seguinte.

Figura 1 – Modelo de Fluxo Escolar



Fonte: Portilho (2012)

Nesta transição, parte dos alunos é aprovada, parte reprovada, e parte deles evadem antes do final do ano.

Desse contingente que se matriculam no ano seguinte, ocorre novamente outra transição, com os mesmos fenômenos, e assim, sucessivamente, até o final do ciclo de ensino cursado.

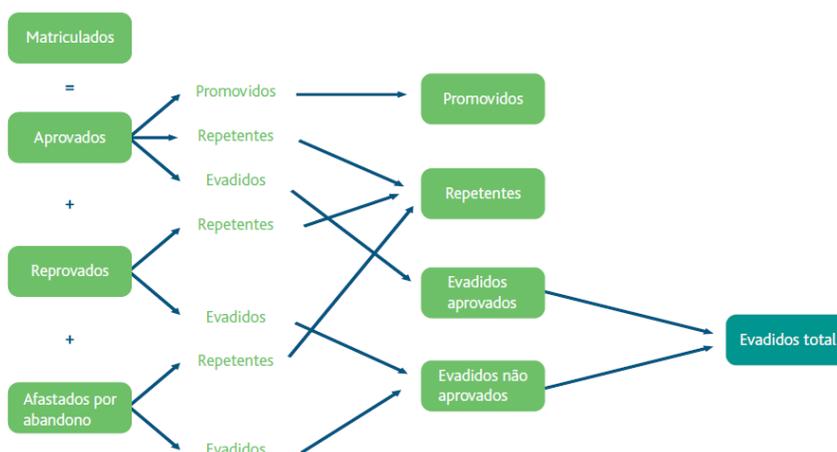
O fenômeno resulta no número de jovens que integram o contingente de pessoas sem o Ensino Médio Completo, cujo percentual, no Brasil, remontava no ano de 2010 em 62,11% das pessoas com 18 anos ou mais (IBGE, 2014b).

As evasões são mensuradas, porém as desistências deixam de ser contabilizadas nas pesquisas educacionais.

Neste modelo, os institutos de coleta de dados divulgam tão somente, sob o critério abandono, os alunos que deixam o ano letivo sem concluí-lo, conforme metodologia detalhada anteriormente pelo INEP (2015a).

Na Figura 2, Klein (2008), exemplifica a técnica desenvolvida por Ribeiro (1993):

Figura 2 – Diagrama de Fluxo



Fonte: Klein (2008)

No diagrama, Klein (2008) classifica como “afastados por abandono” parte dos alunos repentes que ao notarem a reprovação iminente, optam por não continuar o ano letivo, e classifica como “evadidos total” os alunos que optam pela descontinuidade dos estudos, não se rematriculando.

Vale lembrar, que nesta pesquisa foi utilizada, em casos específicos, a locução “desistência escolar” para denominar este segmento de alunos que abandonam definitivamente os estudos, ou ficam sem estudar novamente por anos, no aguardo de uma nova oportunidade.

Ressalta-se o fato de que cada autor interpreta e define o conceito da evasão em seu próprio ponto de vista, consistindo isto em uma dificuldade para encontrar uma síntese desses posicionamentos.

Destarte, por intermédio do Quadro 1 é possível verificar que, de acordo com Almeida (2007), existem diferentes perspectivas e definições sobre a evasão escolar, considerando-se o ponto de vista de distintos autores.

Quadro 1 - Definição de Evasão e Amplitude do Conceito

Autor/Data	Definição	Amplitude do Conceito
Utiyama e Borba (2003)	Evasão é entendida como a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo.	Ampla. Não foi estabelecido nenhum critério de tempo no curso para a saída do aluno
Maia e Meireles (2005)	Evasão consiste em alunos que não completam cursos ou programas de estudo, podendo ser considerada como evasão aqueles alunos que se matriculam e desistem antes mesmo de iniciar o curso.	Especifica que mesmo os alunos que nunca começaram o curso devem ser considerados no cálculo das taxas de evasão
Abbad, Carvalho e Zerbin (2005)	Evasão refere-se à desistência definitiva do aluno em qualquer etapa do curso.	Não deixa claro se evasão se aplicaria apenas aos alunos que chegaram a iniciar o curso ou o abrangeria também aqueles que apenas se matricularam e nunca iniciaram o curso.

Fonte: VARGAS, 2007 (apud ALMEIDA, 2007, p. 52)

Convém ponderar, ao demais, que diante da multiplicidade de conceitos, a utilização dos termos abandono e evasão, como sinônimos, significando a interrupção dos estudos durante o ano letivo e a desistência como a parada em definitivo (por longo período ou definitivamente) da continuidade escolar, possa, como dito anteriormente, nortear esta pesquisa.

Inobstante feita esta ponderação, por oportuno faz-se mister acrescentar, que independentemente do conceito utilizado, o fenômeno está caracterizado em se estar o ciclo de ensino cursado pelo aluno interrompido, definitivamente ou temporariamente.

2.1.2 O Compromisso Brasileiro com a educação e redução da evasão

O compromisso brasileiro global, firmado conjuntamente com outros 163 governos denominado “Marco de Ação de Dakar”, após a Cúpula Mundial de Educação ou Educação para o Século 21, ocorrida no ano de 2000, no programa “A Educação para Todos”, teve o objetivo voltado para educação, e se fosse atendido, uma diminuição na evasão e desistência já teria ocorrido.

Os compromissos assumidos (seis) dão uma atenção especial à mulher (menina) e às crianças, e têm a seguinte composição:

1) Expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena, especialmente para as crianças mais vulneráveis e em maior desvantagem;

2) Assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis, tenham acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano 2015;

3) Assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, às habilidades para a vida e aos programas de formação para a cidadania;

4) Alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015, especialmente para as mulheres, e acesso equitativo à educação básica e continuada para todos os adultos;

5) Eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e o desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade; e

6) Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos os resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida.

Na Figura 3 é ilustrado o compromisso assumido pelo Brasil e mais 163 países sob a coordenação da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO).

Figura 3 - Educação para Todos - Marco de Ação de Dakar – Objetivos



Fonte: Brasil (2014a)

Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2006), ao assumir os objetivos “Educação para Todos”, o Brasil acabou integrando o conjunto de países que estão empenhados na conquista das metas de educação. Deste modo, busca-se que os alunos se sintam mais motivados a frequentar à escola, com um melhor desempenho no aprendizado, ao longo dos anos de ensino.

O lema da “Educação Para Todos” afirma:

[...] oferecer a todas as crianças, jovens e adultos uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser (BRASIL, 2014a, s. p.).

De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 1996), a legislação brasileira dispõe que a educação escolar possui dois tipos de níveis de ensino: a de Educação Básica que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio; e a Educação Superior.

No Quadro 2 é possível consultar as faixas-etárias em que os alunos deveriam passar por cada nível, desconsiderando-se casos de repetência ou evasão escolar.

Quadro 2 - Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro - Lei nº 9394/96

Níveis	Etapas	Duração	Faixa etária
Educação Básica	Educação Infantil	2 a 3 anos	0 a 5 Anos
	Ensino Fundamental	9 anos	6 a 14 anos
	Ensino Médio	3 anos	15 a 17 anos
Educação Superior	Ensino Superior	Variável	Acima de 18 anos

Fonte: Brasil (1996)

A evasão escolar atinge sobremaneira a educação brasileira pública, sobretudo na etapa final (8ª e 9ª séries) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Muitos alunos abandonam a escola por não sentirem suas necessidades escolares contempladas, mas existem outras causas que também provocam a evasão e este assunto será mais explorado na próxima seção.

2.2 Desenvolvimento local e regional

Um desenvolvimento regional ou local visa possibilitar aos habitantes de uma determinada localidade um padrão de vida condizente com as suas necessidades tanto físicas quanto sociais. Este padrão de vida, ou melhor, se expressando, esta qualidade de vida não deve interferir com os costumes e tradições incutidas na cultura local.

A renda, por si só, não representa o bem estar social, pois uma pessoa pode ser bem aquinhoadada financeiramente, sendo que, no entanto, pode estar sujeita a violência moral ou física no meio em que vive.

Smith (1776/1979)² faz um questionamento que leva a uma reflexão sobre o acima exposto: “Este desenvolvimento das condições em que se encontram as classes baixas deverá ser considerado como uma vantagem ou como um fator inconveniente para a sociedade?” (SMITH, 1979, p. 66). A educação é um dos

² No texto Smith (1776/1979), a 1ª data se refere à publicação original e a segunda, a data da edição utilizada neste trabalho. Doravante nas citações deste autor só aparecerá a 2ª data.

fatores principais de desenvolvimento local, pois permite aproveitar as latentes potencialidades para se desenvolver. Essencializa-se em processo de ativação das capacidades, competências e concernentes habilidades de viver, produzir e bem aproveitar tanto condições locais de cada comunidade, como paulatinamente se tornar sujeito de seu próprio processo de desenvolvimento (ÁVILA, 2012). A evasão escolar minimiza o potencial de uma localidade, ao tornar escassa a mão de obra qualificada para qualquer tipo de empreendimento, seja comercial, industrial ou de qualquer outra natureza.

Marx (1890/1995)³, de linha econômica antagônica à linha de Smith (1979), no mesmo contexto de educação e desenvolvimento, faz a seguinte citação:

[...] brotou o germe da educação do futuro, que conjugará o trabalho produtivo de todos os meninos, além de uma certa idade, com o ensino...método de elevar a produção social e de único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos (MARX, 1995, p. 554).

O capital humano, obtido com a capacitação do trabalhador, amplia as possibilidades de se obter um desenvolvimento local, visto em tempos passado e sendo realidade nos tempos atuais.

Anteriormente, nesta pesquisa foi discorrido que a educação era um catalisador em um processo de desenvolvimento, neste sentido o próprio Smith afirma: “Nenhuma sociedade pode florescer e ser feliz se a maior parte dos seus elementos for pobre e miserável” (SMITH, 1979, p. 66).

Sobre este aspecto de qualidade de vida e renda, Amartya Sen faz a seguinte consideração:

[...] A utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer — as liberdades que ela nos ajuda a obter. Mas essa relação não é exclusiva (porque existem outras influências significativas em nossa vida, além da riqueza) nem uniforme (pois o impacto da riqueza em nossa vida varia conforme outras influências). É tão importante reconhecer o papel crucial da riqueza na determinação de nossas condições e qualidade de vida quanto entender a natureza restrita e dependente dessa relação. Uma concepção adequada de desenvolvimento ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. (SEN, 2010, p. 5)

³ No texto Marx (1890/1995), a 1ª data se refere à publicação original e a segunda, a data da edição utilizada neste trabalho. Doravante nas citações deste autor só aparecerá a 2ª data.

Sobre a visão “além da acumulação de riqueza” e de outras variáveis relacionadas a renda, Sen salienta que quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica, maior será a probabilidade de que os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria, e que as rendas reais podem ser indicadores muito insatisfatórios dos componentes importantes do bem estar e da qualidade de vida (SEN, 2010). O acesso à educação, além de conduzir para a liberdade, aumenta as possibilidades das pessoas fazerem suas próprias escolhas.

Neste trabalho, a expressão “desenvolvimento regional” está afeita aos aspectos de uma região metropolitana, ou da sub-região que a integra, enquanto a expressão “desenvolvimento local”, por permitir a ativa participação do cidadão no município, se refere ao que abrange a área municipal.

Esta pesquisa, conforme delimitado, abrange a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, doravante denominada de RMVPLN, a Sub-região 3 que tem como cidade sede Guaratinguetá e este município propriamente dito.

Algumas críticas, bem como defesas são apresentadas à estrutura organizacional determinada pelo Governo do Estado de São Paulo, quando em janeiro de 2012 foi criada a região metropolitana:

[...] já existiram política pública para o desenvolvimento na região do Vale do Paraíba do Sul Paulista, não funcionaram para o desenvolvimento, e a tentativa das mesmas políticas públicas do passado poderá ser fracassada, ou seja, a criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte criará apenas uma estrutura organizacional governamental, mais uma instância política, que não irá afetar diretamente o desenvolvimento de todas as cidades (ARRUDA, 2013, p. 1280)

O Governo do Estado de São Paulo, ao instituir a região metropolitana, utilizou da seguinte argumentação em prol do desenvolvimento regional:

[...] Por tudo isso, a institucionalização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte contribuirá para o desenvolvimento regional e urbano do Estado de São Paulo e do País. Tal fato permitirá ações compartilhadas e promoverá o planejamento regional, a organização e as funções públicas de interesse comum dos municípios, beneficiando os habitantes da região (EMPLASA, 2012, p.20).

2.3 Indicadores Desenvolvimento Regional, Local e Indicadores Educacionais

O conceito e a utilidade dos indicadores podem, assim, serem definidos: os indicadores são instrumentos de gestão essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação das organizações, assim como seus projetos, programas e políticas, pois permite acompanhar o alcance das metas, a identificação dos avanços e melhorias da qualidade, correção de problemas, necessidades de mudança etc. Já concernente a sua utilidade, destinam-se a mensurar os resultados e gerir o desempenho; embasar a análise crítica dos resultados obtidos e do processo de tomada de decisão; contribuir para a melhoria contínua dos processos organizacionais; facilitar o planejamento e o controle do desempenho; e viabilizar a análise comparativa do desempenho da organização (BRASIL, 2013b).

Januzzi sobre os indicadores faz a seguinte afirmação:

[...] Na prática, nem sempre o indicador de maior validade é o mais confiável; nem sempre o mais confiável é o mais sensível; nem sempre o mais sensível é o mais específico; enfim, nem sempre o indicador que reúne todas essas qualidades é passível de ser obtido na escala territorial e na periodicidade requerida (JANUZZI, 2005, p. 143).

Com base neste pressuposto sobre indicadores, esta pesquisa foi elaborada com base em diversos meios quantitativos, no intuito de angariar vários enfoques que permitissem uma melhor avaliação.

Os principais indicadores utilizados nessa pesquisa são, respectivamente: Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e seus componentes IPRS-Riqueza, IPRS-Escolaridade e IPRS-Longevidade; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes IDHM-R (Riqueza), IDHM-E (Educação) e IDHM-L (Longevidade); Indicadores educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade); e Indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.3.1 Indicadores SEADE

Analisado sob o aspecto da SEADE, o índice é denominado Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), e os indicadores sintetizam a situação de cada município no que diz respeito à riqueza (IPRS-Riqueza), escolaridade (IPRS-Escolaridade) e longevidade (IPRS-Longevidade), e quando combinados geram uma tipologia que classifica os municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos, sendo pontuados de forma crescente.

Quanto à pontuação “1” é a melhor, refletindo uma condição socioeconômica favorável para o município, e a pontuação “5” a mais desfavorável, caracterizando as carências sociais e econômicas do município. Convém recordar que os indicadores são meras ferramentas que permitem um amplo leque de interpretações, não se atendo em ser um meio definitivo de julgamento de valor, pois a passagem de um patamar para o outro não é gradual, carregando consigo a interpretação que a pontuação amarra.

Estas características são descritas no Quadro 3

Quadro 3 - Grupos de Divisão do Índice Paulista de Responsabilidade Social

Grupos	Critérios	Descrição
Grupo 1	Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade	Municípios que se caracterizam por um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indicadores sociais
	Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade	
Grupo 2	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indicadores sociais
	Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade	
	Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade	
	Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	
Grupo 3	Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade	Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais
	Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade	
Grupo 4	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade	Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade
	Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade	
	Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	
Grupo 5	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	Municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais

Fonte: Fundação SEADE (2015); Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS

A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), publica o indicador “riqueza”, que tem o seguinte enunciado:

[...] O indicador sintético de riqueza municipal consiste na combinação de quatro variáveis: consumo anual de energia elétrica residencial, por ligação; consumo anual de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços, por ligação; valor adicionado fiscal per capita; e remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público. O indicador varia de 0 a 100, em que 0 representa a pior situação e 100, a melhor (SEADE, 2015, s. p.).

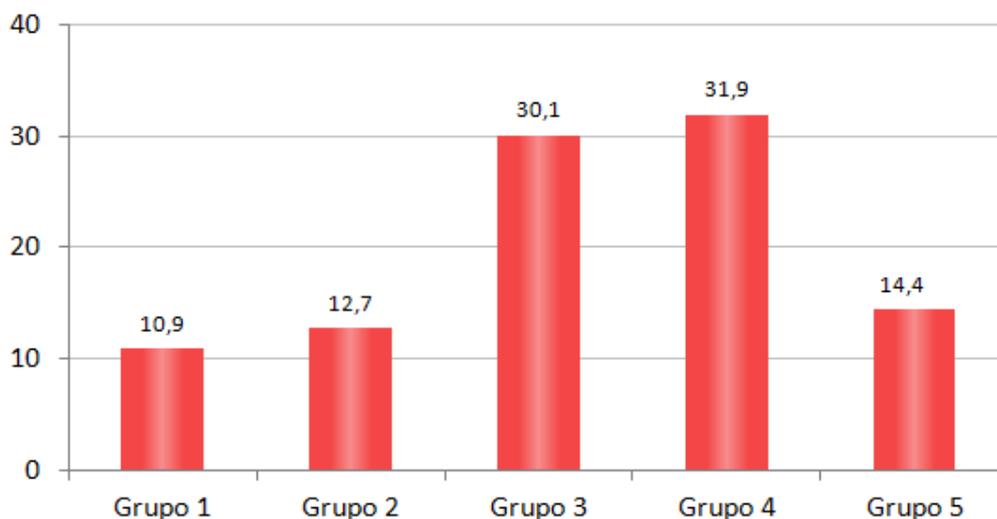
O processo de metropolização pelo qual atravessa o Estado de São Paulo é progressivo e está relacionado a mudanças no perfil e no padrão locacional das atividades econômicas, em especial das atividades terciárias e industriais na metrópole paulistana.

No aspecto educacional o Índice Paulista de Responsabilidade Social - Escolaridade (IPRS-E) tem o seguinte enunciado e peso na composição do indicador: 1) Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (5.^a série do Ensino Fundamental) – Contribuição: 31% do índice; 2) Média de proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (9.^a série do Ensino Fundamental) – Contribuição: 31% do índice; 3) Taxa de atendimento escolar na faixa de quatro a cinco anos – Contribuição: 19% do índice; e 4) Taxa de distorção Idade-Série no Ensino Médio – Contribuição: 19% do índice SEADE (2015).

Sendo este indicador característico do Estado de São Paulo, no Brasil, só este estado o emprega. A maior parte dos municípios paulistas se encontra nas classificações “3” (municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais) e “4” (municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade), totalizando 61,9%. A face mais negativa no estado, representando 14,4% dos municípios, corresponde aos municípios com a classificação “5” (municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais).

O Gráfico 1, na sequência apresentado, mostra a distribuição dos municípios paulistas, percentualmente, quanto ao aspecto IPRS.

Gráfico 1 – Distribuição % dos municípios S. P. IPRS 2012



Fonte: SEADE (2015)

Como os indicadores são instrumentos de gestão essenciais para um planejamento efetivo no intuito de corrigir distorções, minimizando desigualdades, uma análise deste gráfico permite uma ação política dirigida que possa vir no sentido do desenvolvimento dos municípios mais carentes.

Um desenvolvimento regional afasta os municípios da administração com base no assistencialismo, direcionando-os a um maior autonomismo. Ricardo ⁴ (1817/1979) afirma:

[...] transmitindo-lhes o valor da independência e ensinando-lhes que devem buscar, não a caridade sistemática casual, mas apoiar-se em seu próprio esforço para manter-se, e mostrando-lhes, também, que a prudência e a previsão não são virtudes desnecessárias nem inúteis para alcançar, gradualmente, um estado mais sadio e mais forte (RICARDO, 1979, p. 307).

O SEADE, com a divulgação deste indicador, procura embasar a análise crítica dos resultados obtidos e do processo de tomada de decisão.

No texto Ricardo (1817/1979), a 1ª data se refere à publicação original e a segunda, a data da edição utilizada neste trabalho, doravante será utilizada somente a data de 1979 nas citações deste autor.

2.3.2 Indicadores IDH, IDHM e IDHM-E

O Indicador Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem um englobamento geral de medição, utilizando dados da renda per capita, saúde e educação de uma dada região. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seu componente Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Fator Educacional (IDHM-E) diferem do primeiro por ter um aspecto mais local de aferição, embora utilizem dos mesmos parâmetros para cálculo. Discorrendo sobre o IDH, Toni Júnior faz a consideração:

[...] A renda per capita busca aferir a riqueza de uma região, dividida pelo total de habitantes. Já a saúde, apresenta como indicador a longevidade dos habitantes de uma população, enquanto a educação subdivide-se em dois indicadores: a taxa bruta de matrículas e o nível de estudo, acima de 15 anos. Busca, também, apontar dados relativos aos indicadores, bem como sua evolução ao longo dos anos para que se possa compreender o estágio de desenvolvimento em que determinado país se insere no cenário global (TONI JÚNIOR, 2010, p. 14).

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015), o IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adéqua a metodologia global ao contexto brasileiro, e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros (TONI JÚNIOR, 2010).

Toni Júnior comenta sobre o IDHM em comparação ao IDH:

[...] embora mensurem os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta do IDHM, são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores. Para a avaliação da variável educação, o cálculo do IDHM considera dois indicadores, com pesos diversos: taxa de alfabetização de pessoas com mais de 15 anos de idade (possui peso 2) e a taxa bruta de frequência à escola (peso 1) (TONY JÚNIOR, 2010, p. 56).

Completa o autor, que de maneira diferente do IDH, o IDHM utiliza do parâmetro Renda per capita municipal com o critério de pesquisa, a partir de

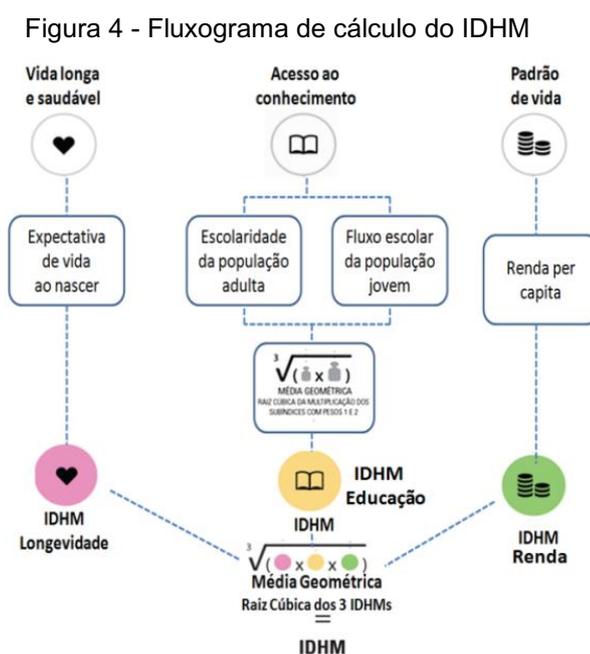
questionário suplementar sobre a renda familiar realizado pelo censo, cujo critério é verificar o padrão de vida de uma dada população.

Padrão de vida é medido pela renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município – inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados são do Censo Demográfico do IBGE (ATLAS BRASIL, 2013).

Segundo Januzzi, IDH corresponde a uma média de medidas derivadas originalmente de indicadores (simples ou analíticos) de escolarização, alfabetização, renda média e esperança de vida, por outro lado, “procura sintetizar várias dimensões empíricas da realidade econômica e/ou social em uma única medida” (JANUZZI, 2005, p.145).

Toni Júnior (2010) salienta que o IDH busca, também, apontar a evolução dos indicadores ao longo dos anos, visando à compreensão do estágio de desenvolvimento local ou regional.

Na Figura 4 é demonstrado o fluxograma da constituição do IDHM, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Fundação João Pinheiro (FJP), e o Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013):



Fonte: Atlas Brasil (2013)

Como ilustra a Figura 4, o cálculo do IDHM tem como base vários fatores. Sendo o fator educação, o de maior relevância para este estudo, medido pela composição de indicadores de escolaridade da população adulta e do fluxo escolar da população jovem, acredita-se que quanto menos pessoas estudem ou concluem seus estudos, menos a região se desenvolve. Impende observar que a educação passa a ser um instrumento extraordinário de ajuda para a construção da sociedade nova, para a criação do homem novo (FREIRE et al., 1995).

A questão da diminuição do fluxo escolar está relacionada à evasão escolar, sendo que este quesito acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação: entrada no sistema educacional; finalização do primeiro ciclo do Ensino Fundamental (neste caso, é captado somente o ensino regular); e conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (ATLAS BRASIL, 2013)

A evasão escolar está indiretamente vinculada ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), no seu componente educação (IDHM-E), pois incide no cálculo dos quesitos “escolaridade da população adulta” e “fluxo escolar da população jovem” (ATLAS BRASIL, 2013) devido a esse pormenor, esta parte da pesquisa reconstitui a maneira como esse indicador é estabelecido.

Para melhor norteamo desse estudo faz-se necessário discorrer sobre o “fluxo escolar”, índice que compõe um dos fatores do IDHM-E, assunto que tem o seguinte enunciado:

O “fluxo escolar” da população jovem é medido pela média aritmética (1) do percentual de crianças de cinco a seis anos frequentando a escola; (2) do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do Ensino Fundamental regular; (3) do percentual de jovens de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo; e (4) do percentual de jovens de 18 a 20 anos com Ensino Médio completo (ATLAS BRASIL, 2013). A evasão e a desistência incidem na redução do percentual de aprovados, afetando, assim, o número de pessoas com escolaridade completa.

O fator educação, também denominado “Acesso ao conhecimento” é medido pela composição de indicadores de escolaridade da população adulta e do fluxo escolar da população jovem. A medida acompanha a população em idade

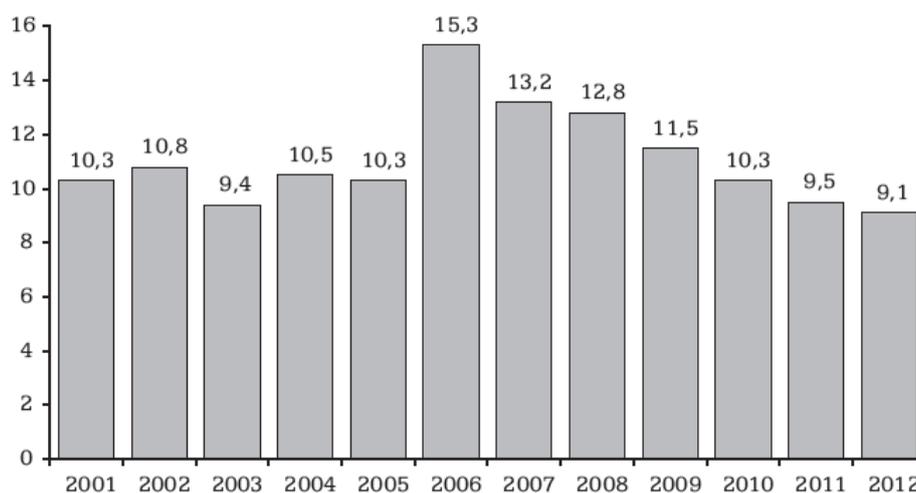
escolar em quatro momentos importantes da sua formação, conforme acima delineado. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação. Os dados são do Censo Demográfico do IBGE (TONY JÚNIOR, 2010).

2.4 Educação Brasileira e a Evasão Escolar

Nesta seção será estudada a evasão escolar com uma visão fundamentada em números e conceitos. Serão apresentados os números da evasão nos estados brasileiros - dados de 2013 do Ensino Médio; uma pesquisa documental sobre a desistência de alunos em persistir nos estudos; Taxas de Reprovação, Abandono e Aprovação - base de dados Brasil 2010 – 2014; uma visão da trajetória brasileira do Ensino Médio (1986-1999); o compromisso brasileiro com o estabelecido como metas para educação no “Marco da Ação de Dakar”; faixa etária da população por nível de ensino, e a visão (sustentada em números) sobre a evasão; repetência e desistência dos alunos no Brasil.

Para se ter uma visão da trajetória do Brasil no quesito evasão escolar, com um histórico abrangente acima de uma década, Fritsch et al. (2014) esclareceram mediante o Gráfico 2, a situação da evasão escolar no Brasil entre os anos de 2001 e 2012:

Gráfico 2 – Trajetória da Evasão Escolar no Ensino Médio 2001 - 2012



Fonte: Fritsch et al. (2014)

A Lei nº 11.274/06 que alterou o número de anos do Ensino Fundamental de 8 séries para 9, de certa forma influenciou no crescimento do número de evasões ocorridas no Ensino Médio, incremento de 48,5% (de 10,3% - 2005 para 15,3% - 2006). A partir daí, percebe-se uma inclinação descendente constante, que perdurou nos anos de 2013 (8,1%) e 2014 (7,6%), conforme dados da Fundação Lemann/Meritt; QEdu (2015).

A guisa de exemplo, enquanto no ano de 2012 o Brasil apresentava Taxa de Evasão escolar de 9,1%, no Estado de São Paulo, esta Taxa estava em 4,6% (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; e QEdu, 2014), já no ano de 2014 enquanto no Brasil a Taxa retrocedeu para 7,6%, no Estado de São Paulo a Taxa permaneceu no mesmo patamar (4,2%).

No Brasil e em quase todos os países do mundo, o abandono escolar vem há muito tempo a intervir no desenvolvimento cultural de jovens que optam por outros “caminhos” e deixam para trás os benefícios da cultura em prol da sua autonomia. (BAYAMA, 2009)

Schwartzman em seu texto sobre “Os Desafios da Educação no Brasil”, faz a seguinte ponderação: “A educação no Brasil sofreu mudanças positivas nos últimos anos, entretanto, o resultado ainda não atingiu os valores satisfatórios” (SCHWARTZMAN 2005, p. 1), e prosseguindo apresentou uma ampla visão das origens do ensino brasileiro, e com base nisto, identificou algumas características às quais dava importância:

- a) No passado, observou-se o consenso mantido durante anos de que os problemas no ensino brasileiro eram decorrentes da falta de escolas em número suficiente, ou por vezes, as existentes, eram bastante distantes da residência dos alunos que delas demandavam. Tal fator acarretava a desistência de crianças muito precocemente.
- b) A falta de verba governamental aplicada diretamente como investimento em educação, também era considerada um problema. Pensou-se na necessidade de construir mais escolas, pagar salários melhores aos docentes e convencer as famílias a mandarem os seus filhos para a escola como fatores de minimização da evasão (SCHWARTZMAN, 2005).

Atualmente, a Constituição Federal, Art. 212 determina que o governo federal destine à educação 18% da receita líquida dos impostos. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem destinar vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 2015), necessitando-se saber se este montante é bem empregado.

Ainda focando um passado recente, Ribeiro (1993) afirma que a visão de um só ano de amostragem não traz a realidade da trajetória de um ensino, pois no transcorrer do ano alguns acontecimentos poderiam afetar significativamente o desempenho escolar.

Como se há de verificar, a autor desenvolveu um método (PROFLUXO) que utilizou para aferir com dados do ano de 1986, referente ao Ensino Fundamental, uma trajetória ano a ano do ciclo completo com o seguinte resultado que pode ser aferido na Tabela 1.

Tabela 1 – Trajetória 1986 – 1999 Grupo de 100 alunos – Brasil 1986
Simulação do Fluxo dos Alunos com as Taxas Oficiais (MEC)

Série	Ano	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	15º	16º	17º	Mat	Acesso
1ª	100	25	6	2															133	100
2ª		56	27	10	3	1													97	75
3ª			37	24	11	4	1												77	64
4ª				26	21	11	4	2	1										65	56
5ª					22	22	14	7	3	1									69	53
6ª						12	15	11	6	3	1								48	40
7ª							8	11	9	6	3	1							38	33
8ª								6	8	7	5	3	1	1					31	27
Matrículas	100	81	70	62	57	50	42	37	27	17	9	4	1	1					558	
Graduados								5	7	7	4	2	1						26	
Evadidos	19	11	8	5	6	7	7	5	3	2	1								74	

Fonte: Ribeiro (1993)

Pela progressão feita por Ribeiro (1993), dos 100 alunos que teriam iniciado no Ensino Fundamental, somente conseguiriam ser graduados nesta modalidade de ensino 27%, ou seja, 73% de evasão ou desistência.

Avaliando com dados atuais, para efeito comparativo, agora focando o Ensino Médio, a trajetória no Brasil apresenta os seguintes dados (2010-2014) referentes à reprovação, abandono e aprovação nos três anos letivos desta modalidade de ensino.

Tabela 2 - Trajetória 2010 – 2014 Ensino Médio no Brasil

Taxas de Reprovação, Abandono e Aprovação - Ensino Médio - 2010-2014									
	1.º Ano			2.º Ano			3.º Ano		
	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação
2010	17,2%	12,5%	70,3%	11,1%	9,6%	79,3%	7,1%	7,6%	85,3%
2011	18,0%	11,8%	70,2%	11,8%	8,8%	79,4%	7,5%	7,0%	85,5%
2012	16,8%	11,6%	71,6%	11,1%	8,5%	80,4%	6,9%	6,3%	86,8%
2013	16,7%	10,1%	73,2%	10,5%	7,5%	82,0%	6,4%	5,6%	88,0%
2014	17,0%	9,5%	73,5%	11,0%	7,1%	81,9%	6,4%	5,2%	88,4%

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEDu (2015)

Utilizando-se da progressão desenvolvida por Ribeiro (1993) com os dados atualizados dos anos 2010 a 2014, os fenômenos reprovação, abandono e aprovação teriam o seguinte resultado:

Tabela 3 – Trajetória 2010 – 2014 Grupo de 100 alunos – Brasil 2014

ANO Letivo \ ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Matrícula	Acesso
1.º Ano E. M.	100	17	3	1	0	0	0	121	100
2.º Ano E. M.		70	22	5	1	0	0	99	70
3.º Ano E. M.			56	21	5	1	0	84	68
Matrículas	100	88	81	27	7	1	0		
Graduados				45	19	6	1	Total	71
Evadidos	13	8	6	2	0	0	0	Total	29

Fonte: Ribeiro (1993) – Dados da Fundação Lemann/Meritt; e QEDu (2015)

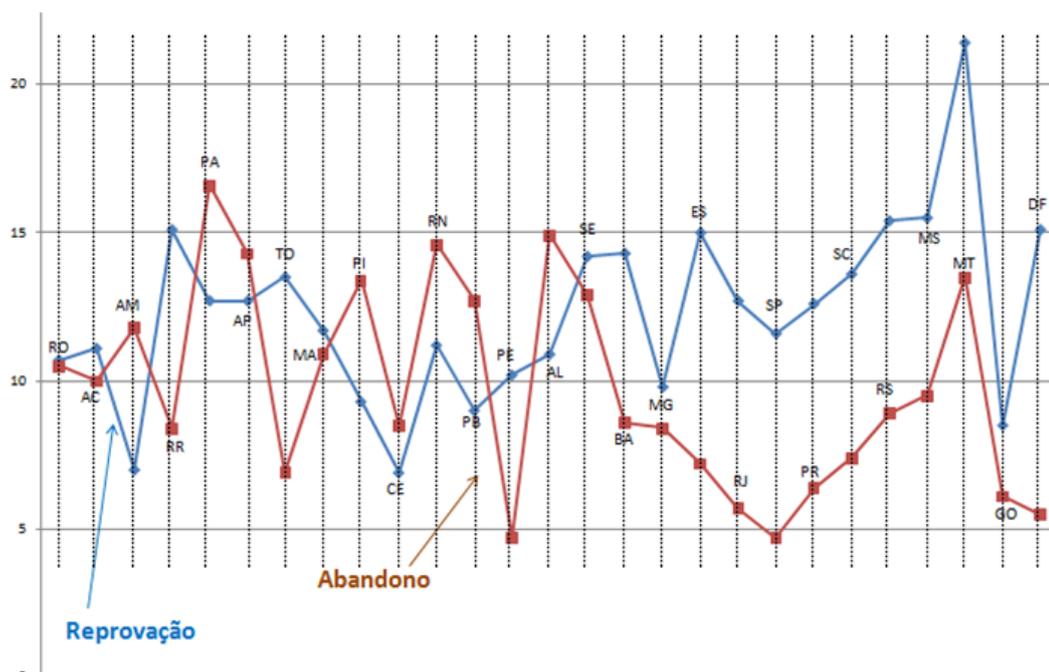
Para a compreensão do porque das diferenças entre os indicadores oficiais e os resultados do modelo Profluxo, Ribeiro (1993) explica que um aluno considerado evadido nas estatísticas do MEC, na maioria das vezes, rematricula-se na mesma série de uma escola diferente, e, assim, perante as pesquisas passam a ser considerado um aluno novo.

A comparação entre os períodos abrangidos, com base nos anos 1986 (Tabela 1) e 2014 (Tabela 3), não é válida para efeito comparativo nessa pesquisa, pois no primeiro caso, tratava-se do Ensino Fundamental e no segundo, do Ensino Médio. Válido é que com a progressão desenvolvida por Ribeiro (1993) é possível verificar que a evasão no Brasil seria de 29% em 2014.

O Gráfico 3, faz o retrato dos estados brasileiros numa amostragem comparativa entre a reprovação e o abandono (evasão) no Ensino Médio, feito com dados do ano de 2013 pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

Cumpra observar preliminarmente que o INEP utiliza como percentual a média de evasão ocorrida nas três séries deste ciclo de ensino, e não o conceito ano a ano da progressão desenvolvida por Ribeiro (1993).

Gráfico 3 - Taxas de Reprovação e Abandono (Estados Brasileiros) – Ensino Médio 2013
Percentual



Fonte: INEP (2014)

Esta visualização comparativa dos estados brasileiros, com foco na reprovação e abandono ocorrido no Ensino Médio embasa as afirmações de Schwartzman (2005), mostrando uma taxa de reprovação alternando em amplitude com a de abandono. O Estado de São Paulo no ano de 2013 apresentava uma Taxa de evasão de 4,7% e 11,6% de repetência.

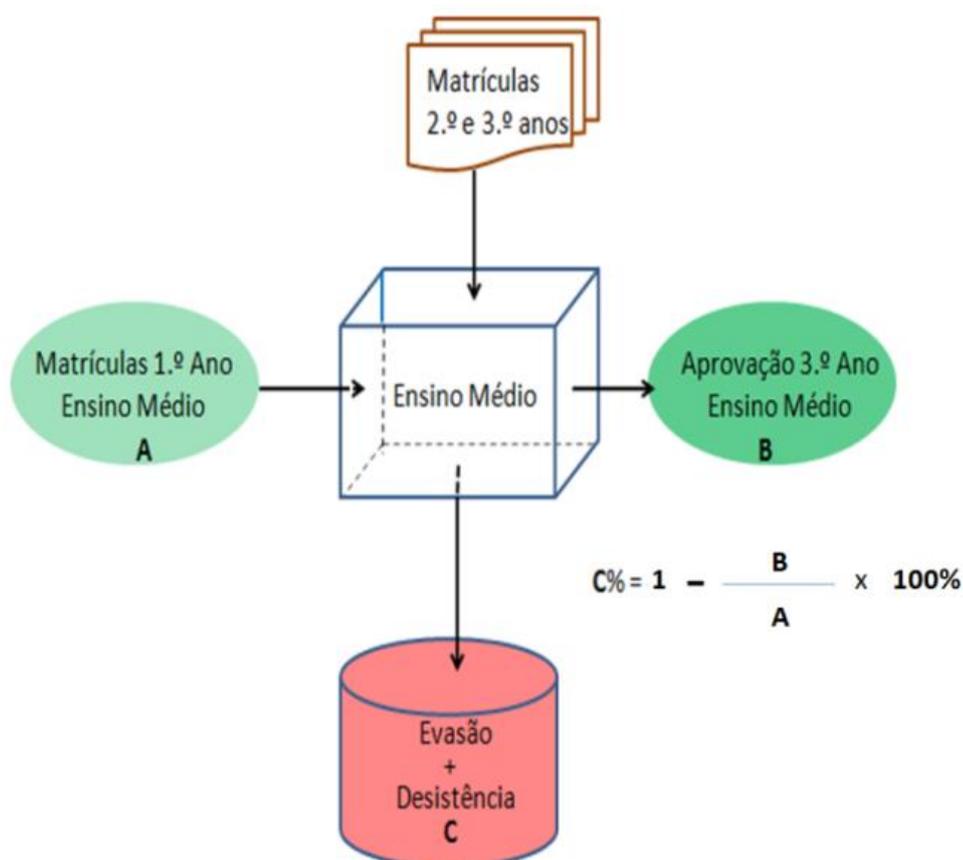
Schwartzman (2005) afirma que em estudos mais aprofundados, dissertava-se que não era significativa a quantidade de crianças que evadia das escolas antes dos 15 anos. Os problemas principais de desistência dos alunos eram apontados em virtude do número de repetências, isto é, a prática amplamente disseminada no Brasil de se manter como tradição, barrar aqueles alunos que eram incapazes de se adaptar às provas práticas.

A evasão e a repetência escolar são fenômenos interligados e a combinação deles tem sido identificada como uma das principais falhas do sistema educacional

brasileiro. Apesar de existirem no Ensino Fundamental, é no Ensino Médio que eles adquirem contornos mais contundentes. (SHIRAZU; ARRAES, 2014)

O quesito desistência, conforme anteriormente relatado, não é disponibilizado pelos institutos de pesquisa. Em virtude desta consideração, para mensurar este fenômeno em consonância com a definição para evasão e abandono definida pela Fundação Lemann/Meritt; e QEdu (2015, s. p.), “...e que no ano seguinte não efetuou a matrícula para dar continuidade aos estudos”, na Figura 5 é demonstrado como este indicador é concebido neste trabalho

Figura 5 – Conceito de Desistência Escolar



Fonte: Elaboração do autor, 2016

Exemplificando a Figura 5, tomando como exemplo a Tabela 4, no Brasil em 2014 a desistência seria quantificada da seguinte maneira:

Tabela 4 – Desistência Escolar Brasil 2014

Ensino Médio	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano EM	17,0% A → 571.485 reprovações	9,5% B → 319.359 abandonos	73,5% C → 2.470.829 aprovações
2º ano EM	11,0% 286.815 reprovações	7,1% 185.126 abandonos	81,9% 2.135.462 aprovações
3º ano EM	6,4% 142.412 reprovações	5,2% 115.710 abandonos	88,4% 1.967.055 aprovações D

Fonte: Censo Escolar 2014, Inep. Organizado por Meritt. Classificação não oficial.

A + B + C = Ingressantes no Ensino Médio

D = Graduados no Ensino Médio

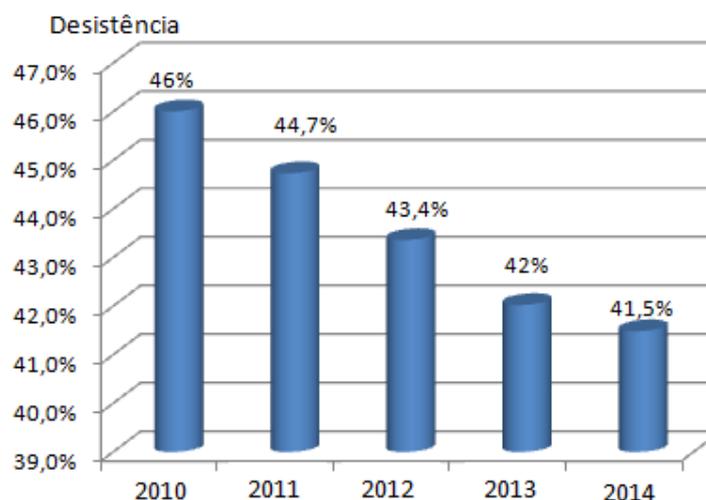
$$\text{Desistência} = \left[1 - \frac{D}{A + B + C} \right] \times 100\%$$

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Com os dados do censo escolar 2014, seriam 3.361.673 ingressantes no Ensino Médio no Brasil, com 1.967.055 alunos concluintes nesta modalidade de ensino. Aplicando-se a fórmula desenvolvida na Figura 5, haveria uma Taxa de 41,5% de alunos desistentes.

Convém notar que a existência de anos atípicos pode vir a ocorrer, à conta disto o Gráfico 4 traz a trajetória da Taxa de Desistência Escolar do ano 2010 ao ano 2014:

Gráfico 4 – Trajetória da desistência escolar Brasil 2010 – 2014

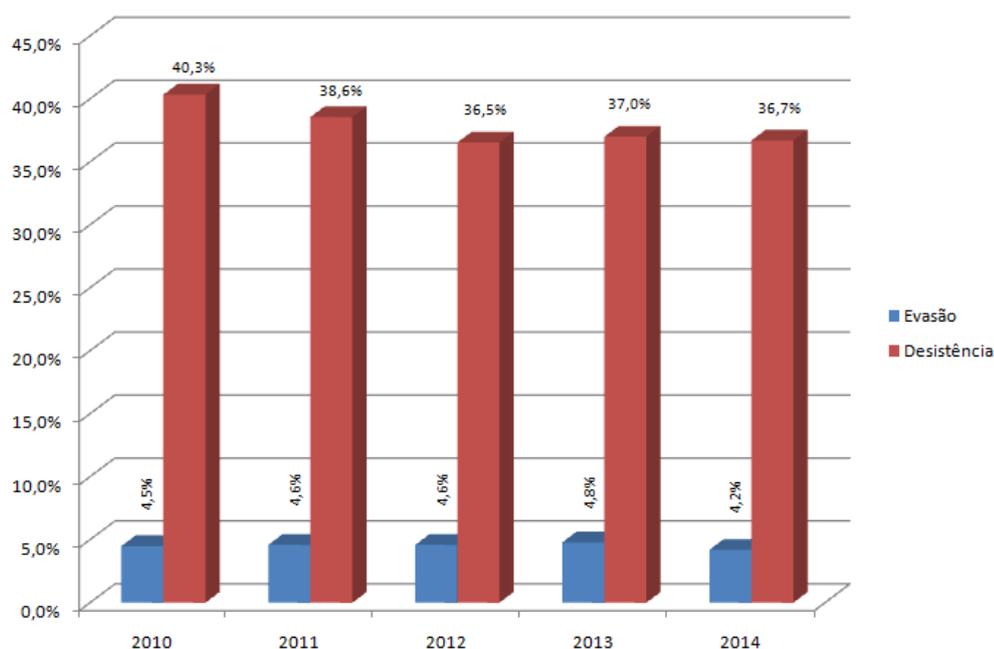


Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Conforme evidenciado no Gráfico 2, (FRITSCH *et al.*, 2014) em relação à evasão escolar, havia um declínio constante a partir de 2006, sendo que, também a Taxa de desistência escolar no Brasil vem apresentando um declínio ano a ano desde 2010.

Para efeito comparativo, o Gráfico 5 apresenta a trajetória dos fenômenos evasão e desistência do ano 2010 ao ano 2014, no Estado de São Paulo. Foi utilizada como base de cálculo a mesma fórmula empregada na Tabela 4. Os dados numéricos referentes às taxas de evasão e número de alunos reprovados, evadidos, aprovados e graduados no Ensino Médio foram obtidos no projeto QEdu da parceria Fundação Lemann e Meritt.

Gráfico 5 – Taxa de evasão e desistência Estado de São Paulo 2010-2014



Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdu (2015)

A Taxa de Evasão no Estado de São Paulo ficou estável na ordem de 4,5% ao ano, enquanto a Taxa de Desistência oscilou entre 36,5% e 40,3%, ficando abaixo das taxas observadas na União.

Quando o indicador aponta uma Taxa de Evasão na ordem de 4,2% (2014), trata-se de uma média anual que abrange os 03 anos letivos do ciclo do Ensino Médio, sendo que esta média é composta de uma Taxa de Evasão de 5,2% ao final

do 1.^a série, 4,2% referente ao 2.^a série e 2,9% relativo ao 3.^a série (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdU, 2015).

Ainda assim, por se tratar de taxas de médias anuais, quase de maneira geral o aluno evadido não retorna aos estudos, ou quando o faz, o retorno ocorre após longo tempo da evasão ocorrida, incidindo no fenômeno “distorção idade-série”.

A quantidade de jovens evadidos do Ensino Médio no Brasil totalizou 620.194 pessoas, das quais 81.653 alunos só no Estado de São Paulo (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdU, 2015). Para um país em desenvolvimento, uma quantidade de seres humanos a ser ponderada. Nas palavras de Ribeiro (1993), o Brasil tem garantido até agora sua participação na economia mundial pela abundância de matérias primas, enfrentando nos dias de hoje forte concorrência. A respeito da capacitação da mão de obra (educação) o autor faz a seguinte afirmação:

[...] pela adoção de um modelo de sociedade na qual uns poucos instruídos, de um lado, e uma massa de trabalhadores semi-alfabetizados com baixos salários, como reserva de mercado, de outro, permitia prescindir de uma educação formal universalizada (p. 64).

Para um futuro próximo, se não houver um trabalho para reabsorver esta população de jovens, talvez, só a fartura de matérias primas não seja mais suficiente.

Ceratti (2008) discorre sobre este fenômeno da evasão escolar, com foco na motivação do aluno que retorna ao meio estudantil após ter evadido:

[...] O aluno com dificuldades específicas de aprendizagem não apresenta, de início, problemas de motivação, se bem que progressivamente pode se sentir incapaz de realizar as tarefas propostas e abandona qualquer tentativa de superá-las (p. 13).

O abandono escolar quando ocorre no Ensino Médio, traz o pressuposto de que o evadido está no mínimo alfabetizado, mal menor diante do analfabetismo que ainda existente no Brasil.

As taxas de analfabetismo no Estado de São Paulo e no Brasil foram diminuídas nos últimos anos, por meio de programas de incentivo a quem estava nesta condição, entretanto, o número de analfabetos no estado ainda está muito

acima do esperado, sendo que diversamente disso, pelo mesmo motivo, as taxas de pessoas com o Ensino Médio completo vêm crescendo progressivamente. Isto mostra o resultado das políticas educacionais implementadas nos últimos anos, mesmo com a melhoria ocorrendo lentamente.

A Tabela 5 mostra que as taxas de analfabetismo no Estado de São Paulo e no Brasil

Tabela 5 - Analfabetos e pessoas com Ensino Médio completo – 1991-2010

		1991	2000	2010
Brasil	Analfabetismo - Pessoas acima de 18 anos	20,88%	14,50%	10,19%
	Ensino Médio Completo - Pessoas acima de 18 anos	17,91%	24,67%	37,89%
Estado de São Paulo	Analfabetismo - Pessoas acima de 18 anos	10,80%	7,08%	4,30%
	Ensino Médio Completo - Pessoas acima de 18 anos	21,96%	31,52%	44,86%

Fonte: Atlas Brasil (2013)

Inobstante a premissa de que as pessoas minimamente letradas não são consideradas analfabetas, o Instituto Paulo Montenegro indicou que em 2012 um percentual de 27% da população brasileira era constituída de analfabetos funcionais, ou seja, não conseguiam entender um texto simples (INSTITUTO PAULO NEGRO, 2012).

O custo de abandono da escola, evidenciado pela percentagem de pessoas com mais de 18 nos e com o Ensino Médio incompleto (Brasil 62,11% e Estado de São Paulo 55,14% - 2010), prejudica não só o indivíduo, mas também o Estado como um todo. Jovens que evadem das escolas levam consigo inúmeras deficiências de educação, que vão prejudicar o desempenho futuramente (NERI, 2009).

Este problema é severamente debatido, tratando-se das questões relacionadas à aprendizagem, mas também sobre a eficácia da abordagem escolar e exhibe questões quanto à igualdade das classes, problemática sobre a qual Bayama (2009) faz a seguinte consideração:

[...] De certa forma, entender a dinâmica do abandono escolar é deparar-se com as interferências de factores familiares, pessoais, escolares, sociopolíticos e psicossociais, isto é, contextos marcados pela frágil estruturação que não repassam a segurança necessária ao adolescente em seu processo de formação. (p. 86)

A evasão e a repetência em escolas públicas não são um fenômeno recente, mas sim algo que está presente há pelo menos seis décadas no cenário brasileiro. Neste período, conseguiu-se fazer pouco para que esse quadro fosse alterado, sendo que essa problemática ainda atinge uma grande parcela de estudantes que ingressam no sistema educacional do Brasil (FORGIARINI; SILVA, 2007).

Continuando, Forgiarini e Silva (2007), apontam que 41% dos alunos cujo ingresso ocorre na 1ª série do Ensino Fundamental não terminam a 9ª série. A mesma pesquisa também mostra que 26% dos alunos que conseguiram iniciar o Ensino Médio não conseguem concluí-lo, Os demais levam em torno de 10,2 anos e 13,7 anos respectivos para o término desta etapa escolar.

Refletindo sobre o abandono escolar e a desistência escolar, Barros e Mendonça expuseram a seguinte problemática:

Cerca de 5% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos que terminaram o Ensino Fundamental nunca ingressaram no Ensino Médio e, dentre eles, mais da metade não trabalhava. Já com relação aos jovens de 18 a 24 anos que terminaram o Ensino Fundamental e chegaram a ingressar no Ensino Médio, 15% nunca concluíram a 1.ª série deste nível, ou seja, de cada 100 estudantes que ingressaram em 2007 no Ensino Médio, 15 não chegaram a completar o primeiro ano; cerca de 10% dos jovens de 18 a 24 anos que chegaram a ingressar no Ensino Médio e conseguiram completar a 1.ª série deste nível não concluíram a 2.ª série; e 13% dos jovens nesta mesma faixa etária que ingressaram no Ensino Médio e conseguiram completar a 2.ª série não concluíram a 3.ª série (2008, p. 9)

Na forma acumulativa de percentuais, utilizando o sistema de progressão de Ribeiro (1993), a exposição de Barros e Mendonça (2008) indica que dos 100 alunos que iniciaram o Ensino Médio, 66 o concluíram, havendo, portanto, 34% de desistência escolar.

Os índices de abandono divulgados deixam de retratar a triste realidade da marginalização progressiva dos jovens, e a possibilidade real de ingressarem no mundo da marginalidade, já que é muito tênue a fronteira que separa o mínimo padrão de subsistência, da zona de necessidade absoluta.

Gonzatto (2012) afirma que se deve, também, ser levada em consideração que a repetência em anos de juventude devido à pessoa ainda estar em formação física e intelectual, e a matrícula junto a um grupo de faixa etária menor, a leva à distorção idade-série, e normalmente há um choque entre: interesses, vida social e conflito de gerações.

Este aspecto é um estímulo a desistência pelo fato de o jovem não se sentir mais como um participante do grupo.

Gonzatto afirma: “Os alunos mais velhos do que o recomendado para a seriação em que se encontram têm maior risco de desistir dos estudos e registrar desempenho inferior aos demais” (2012, s. p.).

Ainda permanece a preocupação de que uma parcela destes jovens pode ficar sem trabalhar (não há vagas suficientes para pessoas sem escolaridade adequada) e nem estudar (motivação insuficiente ou inexistente), fato este que vem a ser classificado como vulnerabilidade social, ou aqueles que estão excluídos dos benefícios e direitos que todos deveriam ter dentro de um mundo civilizado.

2.5 O Fracasso escolar, a evasão e as principais causas

O fracasso escolar, como efeito, mais cedo ou mais tarde resulta numa evasão ou desistência escolar. Discorrendo sobre este tema, Madaloz et al. (2012) ponderam que experiências de fracasso e sucesso são comuns na vivência de todos os seres humanos, independentemente de sua cor, raça, crença, gênero, etc. Cumpre obtemperar, todavia, que a maior incidência do fracasso ocorre nas camadas mais desassistidas da população, e esta palavra acaba ganhando um viés de conotação negativa, impregnado de uma noção desagradável, e até pejorativa. No âmbito escolar, o debate sobre o fracasso deve ser analisado considerando todos os pormenores envolvidos durante o trajeto escolar dos alunos.

Os autores acrescentam que a maioria dos discentes percorre jornada longa: 200 dias letivos e 800 horas em cada série/ano, para que deste modo, possa se garantir o seu sucesso nas múltiplas disciplinas do currículo escolar e, assim, garantir a sua aprovação. Entretanto, no contexto atual, nota-se que o sucesso nem sempre é alcançado, principalmente em razão de alguns obstáculos enfrentados durante o percurso (MADALLOZ et al., 2012).

O intuito desta seção consiste em uma análise sobre o relacionamento entre o fracasso e a evasão escolar, tendo, como base de estudos, a concepção de uma

visão do encadeamento repetência, evasão, fracasso escolar e os fatores para ocorrência dos fenômenos citados.

O termo fracasso escolar assume todo o insucesso e a insatisfação, por parte tanto dos docentes quanto dos discentes, vivenciados no dia a dia dentro da sala de aula. Pensar no fracasso das escolas é pensar, também, em reprovações, medida esta proposta como “solução” interna no sistema existente dentro das escolas, na tentativa de se lidar com os problemas de aprendizagem por parte dos alunos, além da má qualidade de ensino, dentre outros fatores que permeiam o contexto do fracasso (MADALÓZ et al., 2012).

O fracasso escolar vem sendo um grande desafio a ser enfrentado pela educação brasileira. Pode-se entendê-lo como fruto da evasão e repetência, mas quando pensado em um amplo sentido, o fracasso também resulta da aprovação continuada, sem que a aquisição de conhecimento se dê de maneira satisfatória (FORNARI, 2010).

Os índices do fracasso escolar atualmente são alarmantes entre escolas públicas do Brasil. Forgiarini e Silva (2007) dissertam que o fracasso escolar tem trazido uma série de problemas nas escolas públicas, e isso é gerado por: indisciplina; descrenças, tanto dos pais quanto dos alunos; desmotivação; baixo comprometimento por parte dos professores, na busca de uma educação de qualidade. Este último fator é gerado ou por formação deficiente ou, até mesmo pela falta de esclarecimento aos educadores sobre a real função que as escolas têm. Ressalta-se a insatisfação e frustração por parte dos docentes, em relação às suas carreiras.

As diferentes considerações em relação ao fracasso escolar são feitas por vários autores: Marun (2008) disserta que o fracasso escolar, como a repetência e a reprovação, representam um dos principais objetos de estudo dos pesquisadores brasileiros. Nos últimos anos, considerando-se os índices insatisfatórios de evasão e de repetência em escolas públicas elementares e paralelas, os pesquisadores buscam descrever as ocorrências dentro do sistema escolar, analisando os aspectos e procurando por recomendações capazes de alterar o cenário presente.

Nos debates acerca da problemática relacionada à evasão escolar, estão presentes diversas iniciativas, como, por exemplo: o aumento de escolas; campanhas de treinamento de professores; o aprimoramento nas escolas

fundamentais; o evitar mudanças constantes de professores com o passar do ano letivo; e a organizar professores especializados (MARUN, 2008).

Uma consideração é feita de que os educadores, por vezes, têm um conceito da educação da maneira como foi escolarizado, não se preocupando em se inteirar com o aluno. Paulo Freire (1987) se exprime sobre este aspecto, no sentido de que a interação docente – discente traz um pensamento de que o primeiro pretende domesticar o tempo presente, impondo-se ao segundo, e esta ação não significa que o segundo se torne um espectador que cruze os braços. O professor espera a manutenção do presente, uma espécie de volta ao passado, já o segundo espera que o futuro, já conhecido, se instale.

O autor vai ao sentido da necessidade de se conhecer os anseios do aluno, adequando a transmissão de saberes à sua capacidade de assimilação.

Barros et al. (2008) afirmam que existem diversos fatores que impossibilitam uma pessoa de aproveitar oportunidades, entre eles a pobreza familiar, a necessidade de trabalhar, a dificuldade de compatibilizar trabalho e estudo, a localização distante da escola, os altos custos de transporte, entre outros. Mas se existe um desinteresse dos jovens pela escola, é importante saber o motivo.

Um comentário pertinente é feito por Fernandes, no sentido de que a complexidade que existe no fracasso escolar é decorrente de dimensões políticas, históricas, socioeconômicas, institucionais e ideológicas. Do mesmo modo, pensam-se as dimensões pedagógicas em que são articulados os conceitos que fundamentam processos e dinâmicas das práticas escolares cotidianas. A partir das políticas de educação, o fracasso escolar vem sendo relacionado aos índices altos de evasão e de reprovação em escolas de Ensino Médio pelo país todo (FERNANDES, 2005).

Outro fator que deve se considerar, segundo Marun, é a questão de instabilidade que há em relações escolares, provocadas, na maioria das vezes, por ausência de professores, as substituições de docentes no meio do ano e tipos diversos de licenças. Deste modo, percebe-se que os alunos abandonam as escolas pelas razões de mudanças ou até mesmo para que não sejam repetidos de ano. O resultado desta instabilidade e da fragmentação é a impossibilidade de se constituir um conjunto de turmas que avancem juntas e apresentem uma relação interpessoal duradoura e estável, atrapalhando a possibilidade de o aluno se identificar com seu

mestre, ou com o processo de ensino e de aprendizagem que eles proporcionam (MARUN, 2008).

Quanto ao quesito da falta de interesse no prosseguimento com os estudos, Barros et al. (2008) comentam que a relação dos jovens com a escola vem se deteriorando, para alguns, face da situação de violência crescente, para outros por morarem em áreas mais remotas (rurais). As dificuldades também podem advir pelo fato de serem oriundos de famílias pobres em demasia ou por serem filhos de pais com baixa escolaridade. Fatores estes que levam o jovem ao desinteresse no prosseguimento dos estudos. Se a escola não oferece o que a juventude busca, será razoável esperar certa perda de interesse por ela.

Forgiarini e Silva afirmam que diante dos índices altos de evasão e repetência que atingem as escolas públicas, percebe-se a necessidade de ter que empregar esforços maiores e mais recursos para que se possibilite o enfrentamento dessa situação. No cenário do fracasso escolar, é necessário observar que, para reverter a situação, há uma demanda de maior empenho e investimento, para facilitar esta ação, consistindo-se em um longo processo de recuperação educacional, indispensável para um desenvolvimento mais factível regionalmente. É preciso que todos os envolvidos com os processos pedagógicos reflitam sobre elementos históricos e sociais, para que possam ajudar a compreender este tipo de fenômeno e as relações que existem nos condicionantes econômicos, políticos e culturais. As escolas públicas brasileiras acabam refletindo a realidade existente de uma sociedade determinada e organizada em classes sociais, dentre suas diversas contradições (FORGIARINI; SILVA, 2007).

O fracasso escolar pode ser entendido sobre muitas perspectivas diferentes. Uma dessas perspectivas é a política educacional, pois este fenômeno está sendo relacionado a índices altos de evasão e reprovação em várias escolas pelo Brasil. Em relação às práticas e projetos pedagógicos e políticos, o fracasso escolar vem sendo justificado por meio de práticas avaliativas, que existem em escolas, para que se possa estudar a diferenciação de classes sociais e o fracasso escolar (MARUN, 2008).

Com foco no relacionamento social, Forgiarini e Silva afirmam que o fracasso escolar pode ser visto sob uma perspectiva mais abrangente, considerando os seus muitos determinantes. Sendo assim, ele acaba sendo produzido por

relações sociais estabelecidas entre a sociedade, a escola, o aluno, a família, a prática de pedagogia e nas políticas de educação. As contribuições dos docentes já comprovaram a importância que se tem em considerar a cultura diversificada dos alunos como um ponto de partida para com o trabalho educativo, visando valorizar os conhecimentos trazidos por eles, e as suas capacidades de aprender. Em virtude do próprio contexto onde a escola se insere, ela caracteriza um dos primeiros espaços que refletem a exclusão social, mas por outro lado, ela pode exercer uma posição ativa em relação a esse cenário, lutando para que possa se tornar um espaço efetivo de aprendizagem para todas as pessoas que ingressam nela (FORGIARINI; SILVA 2007).

Dourado (2005) afirma que objetivando a ruptura dos mecanismos internos existentes que levam ao fracasso escolar, o Ministério da Educação (MEC) desenvolveu ações para que possam ser implementadas, amplamente, políticas que contribuíram para uma melhoria nos processos de organização e da gestão na Educação Básica.

Busca-se a adequação em condições de infraestrutura nas unidades escolares, e também para que se possa, deste modo, fortalecer o mecanismo de participação por meio da comunidade local e escolar (DOURADO, 2005).

Segundo Dourado, o Ministério da Educação, nos últimos anos, acabou adotando inúmeras estratégias em suas políticas e em sua busca de articulação entre os mecanismos que estimulam o aumento da escolaridade, dando ênfase no melhoramento na qualidade do ensino.

Finalizando, o autor afirma que entre outras coisas, a adoção de uma política valorizada e com uma formação permanente dos profissionais da educação, com o objetivo de disseminar a educação como uma prática que é voltada para a sociedade em um processo de mudar e melhorar o Brasil (DOURADO, 2005).

A evasão escolar, a repetência e a progressão continuada culminam no fracasso escolar, podendo também ser considerada sua causa. Para tanto, faz-se necessário pensar em medidas que possam minimizar ou eliminar tais fatores.

Diferenciando a “Progressão Continuada” (prática utilizada no Ensino Fundamental) da “Aprovação Automática”, Almeida faz a ponderação:

[...] Aprovação automática quer dizer sem avaliação, sem orientação, sem cobrança, sem algum apoio. Sendo assim, sem nenhum critério, o aluno é empurrado adiante, correndo ele os riscos de não estar preparado para nada e podendo, mais tarde, atribuir à escola - com razão - o abandono a que foi submetido, sem ter nenhum tipo de orientação. (ALMEIDA, 2015, Revista Nova Educação, s. p.).

Cumprir examinar, neste passo, que uma aprovação sem uma efetiva educação proporcionada, é transferir ao aluno um ônus a ser carregado, pois sem preparo irá ter de se defrontar com grandes obstáculos na luta da continuidade nos estudos.

Os obstáculos que dificultam a obtenção do sucesso escolar, da reprovação, evasão e da desistência escolar são detalhados por vários autores, tais como Araujo e Santos (2012), e Lopes e Santos (2015).

Sobre um dos fatores que levam o estudante a evadir, relativo ao Ensino Médio, Araújo e Santos (2012, p. 2) afirmam que eles constituem "...problema de ordem democrática em que o direito a permanência do aluno na escola, ainda não está sendo garantido".

Não quer isto dizer, entretanto, que não exista Lei que garanta este direito, pois a Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996) o fazia em relação ao Ensino Fundamental, sendo que esta abrangência se estendeu ao Ensino Médio, mediante a aprovação da Lei 12.796/13, (BRASIL, 2013b) que alterou a anterior, tornando o Ensino Médio obrigatório para jovens até os 17 anos de idade.

Lopes e Santos fazem os seguintes comentários reforçando o dito, anterior, de Araujo e Santos (2012):

No entanto, em relação à obrigatoriedade, isso mudou com as Emendas Constitucionais N°s 14/96; 53/2006; e 59/2009 inseridas no Art. 208, as quais tornaram a "educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiverem acesso na idade própria". Contudo, nem essas emendas que estendem a educação básica obrigatória até o ensino médio têm garantido a permanência desses jovens nas escolas (LOPES; SANTOS, 2015 p. 3768).

Quanto aos obstáculos os autores Araújo e Santos (2012) os descrevem como sendo: trabalho incompatível com o horário escolar; motivos pessoais e/ou financeiros; não se identificam com o curso; dificuldade no acompanhamento das

aulas; e motivos de saúde. Sobre estes aspectos, este estudo detalha-os numa sequência específica, em seções próprias.

O mercado de trabalho necessita de profissionais competentes e preparados para atuarem numa economia em expansão e, para ampliar o dinamismo interno, a educação passa a significar novamente oportunidades redobradas de ascensão social e, não como hoje, uma defesa, aliás, profundamente precária, contra a elevação do desemprego e a queda do nível de renda (POCHMANN, 2004).

O mesmo mercado que impõe restrições a quem não tem escolaridade e subemprega pessoas sem a mesma, dificulta a elas a um estudo condizente em face de simultaneidade trabalho-estudo (BORGES, 2011).

Focando as mesmas restrições que o mercado impõe, Zibas pondera que “...o Ensino Médio torna-se um ponto estratégico do sistema educacional, pois se considera que o mesmo constituirá, brevemente, o patamar mínimo de escolaridade requerido como condição mínima de empregabilidade” (1996, p. 22).

Marx (1995), ponderando sobre as condições de trabalho no passado (século XVIII), afirmava que algumas manufaturas empregavam, de preferência, indivíduos ‘meio idiotas’ em certas operações simples que constituíam segredos de fabricação, semelhante aos semialfabetizados utilizados, hoje, em trabalhos mais pesados fisicamente.

Em mesmo cenário, em contraponto aos tempos atuais, citando Adam Smith Marx contextualizava:

[...] A compreensão da maior parte das pessoas se forma necessariamente através das suas ocupações ordinárias. Um homem que depende toda a sua vida na execução de algumas operações simples, não tem oportunidade de exercitar sua inteligência, geralmente ele se torna tão estúpido e ignorante o quanto pode se tornar uma criatura humana. A uniformidade de sua vida estacionária corrompe naturalmente seu ânimo, destrói mesmo a energia do seu corpo, e torna-o incapaz de empregar suas forças com vigor e perseverança em qualquer outra tarefa que não seja aquela para que foi adestrado. Em toda a sociedade desenvolvida e civilizada, é esta a condição a que ficam reduzidos os pobres que trabalham, isto é, a grande massa do povo (MARX, 1995, p. 414).

Segundo Araújo e Santos (2012) o acesso e a não permanência de um aluno na escola, acabam desenvolvendo questões de formação pessoal no ensino, fazendo, com que deste modo se torne um problema social.

Conhecer as causas que provocam a evasão escolar pode ajudar de uma forma, a acabar com esse mal, contribuindo com a permanência do aluno e seu desenvolvimento humano.

2.5.1 Fatores que influenciam a Evasão e a Desistência Escolar

Este fenômeno se relaciona em três características, que são: 1) Fatores que são referentes a características socioculturais de cada aluno; 2) Fatores internos da própria instituição de ensino; e 3) Fatores externos, apresentados nas instituições de ensino em que frequenta (ARAÚJO; SANTOS, 2012).

Cumprido examinar neste passo, a afirmação feita pelo Ministério da Educação, por meio do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais da Educação (BRASIL, 2006): entretanto o resultado do fracasso escolar é o produto da interação de três tipos de determinantes: 1) Psicológicos: referentes a fatores cognitivos e psicoemocionais dos alunos; 2) Socioculturais: relativos ao contexto social do aluno e as características de sua família; e 3) Institucionais: baseadas na escola, tal como, métodos de ensino inapropriados, currículo e as políticas públicas para a educação. Somados a esses três fatores, encontram-se também aqueles ligados à economia e à política (CERATTI, 2008).

Com palavras diferentes, as afirmações são as mesmas e neste contexto a evasão escolar é o resultado de processos que acabam ocorrendo em vários sistemas, e que se forem identificados, poderão possibilitar a sua reflexão e a busca por mudanças, que possa prevenir ou reduzir esse número de alunos excluídos, fazendo, com que desse modo, sejam garantidas a permanência dos alunos e a melhoria nas instituições de ensino (ARAÚJO; SANTOS, 2012).

Batista et al. (2009) afirmam que o abandono à escola é composto então pela conjugação de várias dimensões que interagem e se conflitam no interior dessa problemática de ordem política, econômica, cultural e de caráter social.

Conforme salienta Araújo et al. (2008), embora relacionada aos fatores que historicamente vêm afetando os níveis de evasão escolar em cursos universitários à distância, a classificação é feita em três grandes categorias: 1) fatores internos

relacionados às percepções do aluno e seu lócus de controle – interno: esforço pessoal, competência e/ou externo: as outras pessoas, sorte, chance etc. 2) fatores relativos ao curso e aos tutores; 3) fatores relacionados a certas características demográficas dos estudantes, como idade, sexo, estado civil, número de filhos, tipo de trabalho ou profissão, entre outros. A influência, também, pode ocorrer devido à questão da relação família-emprego, gerando insuficiência de tempo para a conciliação com os estudos.

Dessa maneira, o abandono escolar não pode ser compreendido, se analisado de forma isolada. Isto porque, as dimensões socioeconômicas, culturais, educacionais, históricas e sociais entre outras, influenciam na decisão tomada pela pessoa em abandonar a escola, embora em grande parte das vezes, não seja esta a intenção. (BATISTA et al., 2009).

2.5.1.1 Fatores socioculturais

Para Ceratti (2008, p. 22) “...alguns estudos já mostraram que os fatores vinculados aos alunos, como: suas capacidades, sua motivação ou sua herança genética são determinantes.” Outras perspectivas, pelo contrário, deram ênfase principalmente aos fatores sociais e culturais, sendo que o fato de que as classes socialmente desfavorecidas apresentem uma porcentagem superior de fracasso, reforça tal posição.

De acordo com Souza et al. (2011) em meados dos anos 1970 e 1980, um amplo estudo revisou a literatura nacional e internacional sobre evasão e repetência no Ensino Fundamental (antigo 1º grau).

Tais estudos foram feitos por educadores como Brandão, Bianchini e Rocha (1983). Revisando as pesquisas de Gatti et al. (1981), Arns (1978) e Ferrari (1975), esses autores encontraram a seguinte explicação para o problema: “...os alunos de nível socioeconômico mais baixo têm um menor índice de rendimento, portanto, são mais propensos à evasão (SOUZA et al., 2011, p. 27)”.

Ora, com a evasão ou desistência a tendência dos evadidos, com Ensino Médio incompleto, é se conformar com subemprego, ou com emprego informal e mal

remunerado, este novamente incidindo no baixo nível sócio-econômico para si e para a sua família, num ciclo contínuo de realimentação positiva.

O fluxo perverso desta cadeia que tende a aumentar o número de desassistidos socialmente é ilustrado na Figura 6.

Figura 6 – Realimentação positiva nível socioeconômico – evasão



Fonte: Elaboração do autor, 2016

Durkheim (2007) sobre a relação causa-efeito faz a seguinte consideração:

[...] O efeito não pode existir sem sua causa, mas esta, por sua vez, tem necessidade de seu efeito. É dela que o efeito tira sua energia, mas ele também lha restitui eventualmente e, em vista disso, não pode desaparecer sem que ela disso se ressinta (p. 98).

A diferença natural entre as classes sociais hoje existente faz com que ao chegar ao Ensino Médio, parte dos alunos se depare com uma mescla de culturas a que não estejam acostumados, pois são procedentes de escolas diversas, narrando sobre este aspecto, Camargo e Rios (2012) apontam:

[...] Quando discorremos sobre a evasão no ensino médio, necessitamos considerar as muitas restrições que permeiam esse nível de ensino. Restrições que acabam não oportunizando aos jovens as condições da igualdade e da qualidade educacional, repercutindo em uma decepção que o desmotiva e o leva a abandonar a escola, fato realizado principalmente pelos jovens oriundos das classes populares (CAMARGO; RIOS, 2012, p. 6).

Esta diferença cultural existente leva os gestores educacionais a terem o desafio de removerem estas barreiras existentes, pois para Krawczyk (2011) a

questão está nos grupos sociais, para os quais o senso educacional não faz parte do seu capital cultural e nem na forma com que foram criados no seio familiar, pois, normalmente não são cobrados por não continuarem estudando.

Em grande maioria, os estudantes do Ensino Médio são jovens (faixa etária de 15 a 17 anos) já se encaminhando para o final da adolescência, com todos os problemas típicos que a transformação física cultural traz, e assim devem ser tratados.

Bayama (2009) sobre esta condição considera:

A adolescência promove uma busca incessante de mudanças em prol de sua independência, neste impasse as mudanças se precipitam em contexto familiar, social e escolar nos quais a flexibilidade e a resiliência são fundamentais para adequar a estruturação da autonomia adulta. (p. 92).

Castelar e Monteiro (2012) observam que para muitas crianças, devido a sua origem social, sua única fonte de informação é a escola, além de ela proporcionar um reforço na alimentação. Realçando este aspecto os autores afirmam:

[...] A família não lhes permite valores culturais, boa alimentação, habilidades, códigos lingüísticos, que lhes propiciem um padrão intelectual comum ao meio social em que vive, assim, a origem social influencia no tempo de permanência na escola. Em muitos casos, a repetência torna-se inevitável e a autoconfiança é prejudicada” (CASTELAR; MONTEIRO, 2012, p. 3).

Um jovem nesta condição, atinente a maioria da população brasileira, restrito às informações prestadas pela escola, deve ser tratado pelo docente na situação em que se encontra, e assim, a interação entre professor-aluno deve ser a maior possível.

2.5.1.2 Fatores educacionais

Existem também visões alternativas que situam, em segundo plano, os fatores individuais e sociais, e atribui a responsabilidade maior ao próprio sistema educacional, ao funcionamento das escolas e ao estilo de ensino dos professores.

Este aspecto é denominado por alguns autores como “fatores internos das instituições”, que afetam, em muito, o desempenho escolar dos discentes, se constitui em um agravante da evasão ou desistência escolar.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2014), tendo uma visão sobre a relação educação – desenvolvimento, ao lançar seu programa “Vamos lá Brasil! Por uma nação de jovens formados” faz a seguinte consideração:

As lacunas persistentes exigem novas estratégias de prevenção para o maior desafio: conquistar o interesse dos jovens. Baixa assiduidade, mau comportamento em sala de aula e baixa aprovação nas matérias são os alertas de que um jovem pode deixar os estudos (BID, 2014, s. p.).

O interesse do jovem é despertado quando um estudo de qualidade adequado está presente na escola em que estuda. Impende observar que este fato é fruto da perspectiva futura que o jovem consegue vislumbrar. “O estudante é afetado intensamente por uma coisa futura se a imagina bem próxima de ocorrer, do que se a possibilidade de que a ocorrência, ainda, está muito longe do presente” (SPINOZA, 1665/2009, p. 164)⁵. Quando a utilização do que é ministrado em salas de aula reflete em um fato vivenciado, no presente ou em futuro próximo pelo discente, este se sente atraído pela matéria, e em consequência disso, se abstém de faltar ou mesmo evadir da série cursada.

Discorrendo sobre este aspecto Forgiarini e Silva (2007) afirmam:

[...] Raramente aparecem como um dos fatores determinantes do fracasso escolar, as políticas educacionais não comprometidas com a qualidade de ensino. Por outro lado, de forma tímida, apontam-se as práticas pedagógicas como sendo um dos determinantes (FORGIARINI; SILVA, 2007, p. 14).

Os estudos de Sergio Costa Ribeiro e Ruben Klein, que denunciavam a pedagogia da repetência, obrigavam a uma retomada das discussões destacando agora não tanto os fatores externos que se interpunham ao sistema educacional impedindo seu florescimento satisfatório, mas, principalmente, os impasses internos aos próprios sistemas de ensino (BOMENY, 2003).

⁵No texto Spinoza (1665/2009, a 1ª data se refere à publicação original e a segunda, a data da edição utilizada neste trabalho, doravante será utilizada somente a data de 2009 nas citações deste autor.

No século XVII, em uma matéria sobre este assunto “da maneira de ensinar” Montaigne (2008) fazia a seguinte afirmação:

[...] Os professores não param de gritar em nossos ouvidos, como quem entornasse o conhecimento num funil: nossa tarefa seria apenas repetir o que nos disseram. Gostaria que ele corrigisse essa prática e que desde o início, segundo a capacidade do espírito que tem em mãos, começasse a pô-lo na raia, fazendo-o provar, escolher e discernir as coisas por si mesmo. Ora abrindo-lhe o caminho, ora deixando-o abrir. Não quero que só o preceptor invente e fale: quero que, quando chegar a vez do seu discípulo, o escute a falar (MONTAIGNE, 2008, p. 8/XXV).

Em conceito, no mesmo sentido de Montaigne (2008), exprimido por Freire (1987) fala-se da concepção bancária da educação em relação ao aluno, quanto ao fator motivação:

[...] Há quase uma enfermidade da narração. A tônica da educação é preponderantemente esta - narrar, sempre narrar...Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem (FREIRE, 1987, p. 33),

O autor indica que em uma aula com esta forma educacional empregada, o enfado pode surgir, desmotivando o aluno. A consequência, na maioria das vezes, é a desmotivação, a falta de perspectiva futura, o enfado e na sequência, a evasão escolar.

A mais das vezes, convém assinalar, ainda, que Meksenas (1988) se exprimindo sobre o docente diz:

Foi nesse sentido que negamos o papel do professor como mero orientador, afirmando-o como um agente sistematizador do conhecimento: aquele que deve ser capaz de indicar a diversidade de pensamentos possíveis, justamente no momento em que se imagina existir um único pensar. (MEKSENAS, 1988, p. 25).

A sociologia está presente na maioria dos assuntos que versam sobre educação, sendo esta preocupação vindoura do passado e permeando o presente, como exemplo da atualidade. Destarte, a citação de Durkheim (2011), feita no passado reflete perfeitamente a situação presente: “Em suma, o indivíduo e os seus interesses não são o único ou principal objetivo da educação, a qual é antes de tudo o meio pelo qual a sociedade renova eternamente as condições de sua existência” (DURKHEIM, 2011, p. 53).

A necessidade de se promover o ensino focado nas necessidades e condições do estudante encontra eco na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional que contextualiza:

O saber cotidiano possui uma concretude, origina-se da produção de soluções que foram criadas pelos seres humanos para os inúmeros desafios que enfrentam na vida e caracterizam-se como um saber aprendido e consolidado em modos de pensar originados do dia-a-dia. Esse saber, fundado no cotidiano, é uma espécie de saber das ruas, freqüentemente assentado no “senso comum” e diferente do elaborado conhecimento formal com que a escola lida. É também um conhecimento elaborado, mas não sistematizado. É um saber pouco valorizado no mundo letrado, escolar e, freqüentemente, pelo próprio aluno. (BRASIL, 2006, p. 11)

A preocupação governamental, expressada neste posicionamento do Ministério da Educação, é um fator positivo, pois vai ao encontro do que foi expresso por Freire (1987), Meksenas (1988) e Montaigne (2008) no sentido de se ter uma educação objetiva e adequada as necessidades do estudante, fato este que o vem motivar.

Rodrigues (2009) aborda o fato das mudanças que ocorrem na sociedade atual, salientando que nunca houve uma demanda tão forte por escolas e pelo ensino formal e que a escola não conseguiu acompanhar tão rapidamente a evolução da tecnologia. Realça a necessidade de melhorias da educação em todos os sentidos, face ao desafio da expansão incontrolável do saber. Estas melhorias prendem a juventude na escola, pois aguçam a sua curiosidade e atenção pelo o que é novo e desafiador.

Esta motivação, segundo os autores Silva e Pimentel (2010), pode ser obtida por meio de: uma clara definição do programa de ensino; como utilizar corretamente o material didático; meios que facilitem a interatividade entre o professor e os alunos; a interação entre os próprios estudantes; e a capacitação dos docentes, sendo que desta forma a análise desses fatores acaba sendo uma ação de prevenção e de redução à evasão escolar, mormente no Ensino Médio.

A evasão, que se mantém nos últimos anos, após uma política de aumento significativo da matrícula no ensino médio, aponta para uma crise de legitimidade da escola, que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem estudando (KRAWCZYK, 2011).

A crise de identidade, segundo Krawczyk, leva a escola a não levar em consideração o capital cultural de cada aluno, os professores partem da hipótese de que existe o ensinante e o ensinado, sendo que há uma dissociação entre eles, que impede uma interação de forma que os saberes possam ser transmitidos pelos docentes e assimilados pelos discentes. As diferenças econômicas e culturais de cada localidade diferem bastante de região para região, sendo que desta forma, cada método e ementa escolar deve ser apropriada para o local atendido.

Camargo e Rios (2012) fazem o seguinte comentário a respeito da adequação de currículos e formação do jovem cidadão:

[...] Pensar os desafios nesse contexto implica refletir sobre uma concepção curricular que considere a escola como um espaço de construção e reconstrução do conhecimento, tendo como horizonte a formação do cidadão participativo. Em face dessa assertiva, a escola de nível médio necessita desenvolver nos seus alunos as intelectualidades, tomando a base comum como princípio e não como fim (p. 6).

Em análise última sobre os fatores internos concernentes as instituições de ensino, Selis (2012) afirma que a evasão escolar tem sido desafio ao sistema de ensino público, uma razão, porque nem sempre o aluno absorve a educação como algo necessário e, até mesmo, imprescindível para suas conquistas e avanços no contexto social. Por essa e outras razões, são sérias as consequências na vida do sujeito aprendiz, por não usufruir desse direito e dos benefícios que o ensino proporciona.

Como se pode ver, a literatura consultada sobre fracasso escolar aponta que se por um lado, há aspectos externos à escola que interferem na vida escolar, há por outro, aspectos internos da escola que também interferem no processo sócio-educacional do jovem, e que direta ou indiretamente, acabam excluindo-o da escola, seja pela evasão, seja pela repetência.

Afora os problemas familiares e pessoais do jovem, não se deixa de questionar o meio escolar como um dos principais fatores determinantes para essa evasão escolar, pois a forma como a escola recebe ou exerce ação de instrução, pode, tanto motivar, quanto desmotivar o aluno, incidindo sobre o fenômeno do abandono ou da desistência escolar.

2.5.1.3 Fator educação-trabalho

Voltando agora o foco para os fatores externos às instituições, o mais significativo é o binômio estudo-trabalho, sobre o qual, por exemplo, pode se citar que a necessidade do trabalho se torna uma questão essencial para a subsistência do indivíduo e da família.

Sobre esta situação, Silva e Pimentel (2010) fazem a seguinte ponderação:

[...] A necessidade de trabalhar para o sustento próprio e/ou da família, às vezes trabalho exaustivo, levam uma parcela dos alunos jovens ou adultos a deixarem a escola; Uma diferenciação curricular dos cursos noturnos deve ser feita, pois o estudante oriundo de classe social mais abastada normalmente dispõe de um tempo livre para os estudos, já o estudante trabalhador, advindo das classes mais humildes, mal tem acesso aos cursos noturnos (SILVA; PIMENTEL, 2010, p. 8).

Embora possa ser caracterizado como um anacronismo, vale ressaltar a afirmação de Marx (1995), discorrendo sobre a Lei Fabril de 1844, quando fez a consideração, afirmando que as crianças empregadas nas fábricas, aprendiam tanto ou muitas vezes mais do que os alunos regulares (MARX, 1995).

Contestando Marx, Vargas e Paula (2013) fazem as seguintes afirmações:

[...] Já no segundo caso, do trabalhador-estudante, os estudos são prejudicados, pois o trabalho integral é primordial para a vida do aluno, fazendo com que o curso fique em plano secundário. É comum que o estudante escolha um curso compatível ao seu trabalho, sendo o curso, neste sentido, apenas um acessório do trabalho. Aos alunos que dependem do trabalho para manter suas condições mínimas materiais ou até as condições das pessoas que dependam do seu trabalho, é verificável a falta de tempo para os estudos e também, para a participação de atividades extracurriculares que as instituições propiciam. Ao mesmo tempo em que, sem o trabalho, não seria possível a estes alunos estudar. Eis a contradição: Por vezes o trabalho dificulta a escolarização, por vezes a ausência do trabalho impede a escolarização (2013, p. 465).

Agora enfocando os motivos da evasão escolar, seja como for, há evidências de que o Ensino Médio deixa de receber um número apreciável de jovens que, precisando garantir seu sustento e/ou incrementar o orçamento familiar, acabam não frequentando a escola. (BRASIL, 2009)

Camargo e Rios (2012) assinalam, ainda, que a dificuldade dos alunos/jovens conciliarem Escola/trabalho constitui a principal causa da evasão escolar na 1.^a série do Ensino Médio (15% de desistência na transição, segundo Barros e Mendonça, 2008), fato que aponta a condição sociocultural como fator dominante para a conclusão dos estudos, ou não, no Ensino Médio.

Costa (2004) afirma que um dos principais motivos da evasão escolar é o trabalho. Este fato ocorre nos primeiros anos da vida do aluno, quando ele pertence a uma camada social menos favorecida, e torna-se obrigado a abandonar os estudos para preencher um emprego que contribua para a renda familiar.

O conflito que existe entre o trabalho e a escola leva, em um desdobramento imediato, à evasão escolar. Esta decorre em virtude dos impactos que tem o trabalho precoce sobre as condições de estudar do aluno. A literatura analisada sobre a temática atesta que há uma relação intrínseca entre o trabalho precoce e a frequência na escola (COSTA, 2004).

Abrantes afirma sobre o trabalho-estudo, que partindo do pressuposto no qual o trabalho oferece ao homem oportunidades de suprir suas necessidades ao mesmo tempo em que o engaja no mundo social, o estudo oferece a ele a garantia de um futuro melhor, abrindo-lhe as janelas da esperança de um futuro mais promissor. Na continuidade, abordando o relacionamento do empregador – empregado, o autor segue a sua análise afirmando:

[...] Pois, mesmo não existindo Leis que viabilizem os direitos imprescindíveis a compatibilização do trabalho ao estudo existe padrões maleáveis, fato que beneficia o estudante trabalhador nesse processo de formação e emancipação humana” (2012, p. 11).

Numa situação em que às vezes a necessidade do trabalho prepondera, o estudante por questão de sobrevivência, mesmo motivado desiste e abandona os estudos, pois o trabalho que o acolhe é de natureza, quase sempre, física, não exigindo de suas habilidades intelectuais.

Assinale-se ainda que segundo Castelar e Monteiro (2012) As causas relativas ao aspecto socioeconômico podem estar relacionadas à: pobreza, pois muitas vezes as crianças e adolescentes precisam complementar a renda familiar e deixam a escola; pelo fator cultural, devido aos pais não serem alfabetizados, existe uma falta de estímulo dentro de casa; doenças, pois famílias pobres não possuem

acesso a saneamento básico e outras infra-estruturas, levando-as a ter saúde precária e, conseqüentemente, abandonarem a escola.

Shirazu e Arraes (2014) comentam que na última década, observou-se um movimento crescente no sentido da maior valorização da educação, tornando o seu acesso muito mais equitativo. Com a facilitação do ingresso nos estudos, indivíduos menos favorecidos têm maiores possibilidades de romper o ciclo da pobreza e ascender socialmente com uma conseqüente melhoria de bem-estar. Em assim sendo, todo o esforço deve ser envidado no sentido da conciliação trabalho – estudo.

Segundo Pochmann (2004), a ampliação do dinamismo interno no Brasil favorece que a educação passe a significar novamente oportunidades redobradas de ascensão social e, não como hoje, uma defesa, aliás, profundamente precária contra a elevação do desemprego e a queda do nível de renda.

Como síntese desta Seção 2.5.1, sobre os fatores externos e internos, a seguinte argumentação sobre Evasão Escolar pode ser exposta:

1) Dos fatores externos: a) Características pessoais do indivíduo (Capacidade; Motivação; Herança Genética; e Perfil de Maturidade); b) Classe social desfavorecida (dedicação total ao trabalho, face ao nível socioeconômico mais baixo); c) Psicológicos referentes a fatores cognitivos e psicoemocionais; d) Socioculturais relativas ao contexto social (família); e e) Qualidade de ensino recebida e assimilada inadequada; e 2) Dos fatores internos: a) Políticas educacionais não comprometidas com a qualidade; b) Institucionais – métodos de ensino inadequados; c) Professores mal preparados; d) Recursos insuficientes ou ausentes; e e) Corpo diretivo e/ou docente desmotivado.

O suplemento de educação disponibilizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (BRASIL, 2014b) de 2004 a 2006 permite enxergar melhor os motivos daqueles que estão fora das escolas até os 17 anos de idade. Estes são os potenciais candidatos a irem para a parcela da população considerada como vulnerável, ou se tiverem força de vontade, a voltar a estudar e frequentar o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), como mostra a Tabela 6.

Tabela 6 - Motivos da Evasão Escolar – Percentual

PESQUISA	Ano	
	2004	2006
Motivos da Evasão		
Ajudar nos afazeres domésticos	2,96%	3,68%
Trabalhar ou procurar emprego	16,88%	20,69%
Falta de transporte escolar	1,39%	1,11%
Falta de dinheiro para as despesas para se manter na escola ou creche	2,29%	2,38%
Falta de documentação	0,74%	1,03%
Não existir escola ou creche perto de casa	1,90%	1,37%
Falta de vaga na escola ou creche	1,98%	1,72%
Concluiu a série ou o curso desejado	3,31%	5,51%
Não teve quem o(a) levasse	0,01%	0,00%
Doença ou incapacidade	5,12%	4,91%
Não quis frequentar escola ou creche	40,58%	33,59%
Expulsão da escola ou creche que frequentava	0,00%	0,49%
A escola ou creche perto de casa não oferece outra séries ou curso mais elevado	0,00%	0,75%
Os pais ou responsáveis não quiseram que frequentasse	1,24%	1,19%
Os pais ou responsáveis preferiram que trabalhasse	0,61%	0,34%
Outro motivo	20,77%	21,24%
Total	100%	100%

Fonte: Nery (2009)

Pela análise dos dados disponibilizados, se percebe: a) que a falta de motivação (Não quis frequentar a escola ou creche) representa o maior percentual, embora se registrasse queda de 6,99% entre 2004 e 2006; b) necessidade de trabalhar ou procurar emprego, aumento percentual de 3,81% entre os anos 2004 e 2006; e c) São aqueles que dão a etapa escolar como concluída (Concluiu a série ou o curso desejado).

Para Neri (2009) países e pais que cuidam de suas crianças e adolescentes, motivando-os para a prática do estudo, viabilizam seu futuro. Acaba sendo mais produtivo do ponto de vista social e pessoal, prevenir do que remediar, investindo-se em educação.

A questão social é tema de análise de Fornari que objetivando apontar elementos para reflexão desses problemas sociais faz a seguinte afirmação no sentido de perceber que o fracasso escolar não depende apenas da capacidade ou vontade individual ou da família do aluno, mas em grande medida da condição econômica social em que está inserido, ou seja, é um problema de toda uma sociedade (FORNARI, 2010)

Os motivos da evasão podem ser sintetizados em quatros aspectos, que são mostrados na Figura 7.

Figura 7 – Aspectos potenciais da evasão e desistência escolar



Fonte: Elaboração do autor, 2015

Normalmente a evasão ou desistência não se concretiza se houver um dos quatro aspectos presente na vida de um aluno.

Na conjunção de dois dos aspectos, a evasão e/ou desistência ficam potenciais, na ocorrência da conjunção de três aspectos, o fenômeno é iminente, já com os quatro aspectos existentes mesmo de forma sutil, a evasão é certa.

Derivado das assertivas anteriormente expostas, o pressuposto que se pode deduzir é que, por vezes, a falta de perspectivas melhores na comunidade onde se vive, face ao pouco desenvolvimento regional ali existente, leve o aluno a um estado de descrença e à conseqüente evasão.

A conseqüência disto é a exclusão social ou a diminuição da capacidade de possuir qualificações do evadido que lhe permita uma melhor condição de vida.

Esta afirmação tem respaldo, conforme evidenciado na Tabela 7, na situação brasileira no tocante ao fracasso escolar, referente à evasão e reprovação escolar na Educação Básica, ano 2013.

Tabela 7 - Evasão e reprovação Brasil 2013

Taxas de Reprovação e Abandono - Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio - Ano 2013					
UF	Taxa de Reprovação E.F. Anos Finais	Taxa de Reprovação Ensino Médio	Abandono E.F. Anos Finais	Abandono Ensino Médio	
RO	15,7%	10,7%	4,3%	10,5%	
AC	5,7%	11,1%	3,5%	10,0%	
AM	8,6%	7,0%	7,6%	11,8%	
RR	12,2%	15,1%	5,0%	8,4%	
PA	14,2%	12,7%	6,4%	16,6%	
AP	12,0%	12,7%	4,8%	14,3%	
TO	13,7%	13,5%	2,6%	6,9%	
MA	11,1%	11,7%	4,8%	10,9%	
PI	14,7%	9,1%	4,7%	13,4%	
CE	8,4%	6,9%	3,2%	8,5%	
RN	19,1%	11,2%	6,4%	14,6%	
PB	14,7%	9,0%	7,9%	12,7%	
PE	14,1%	10,2%	4,5%	4,7%	
AL	17,9%	10,9%	10,6%	14,9%	
SE	24,9%	14,2%	6,7%	12,9%	
BA	17,8%	14,3%	6,4%	8,6%	
MG	7,8%	9,8%	2,7%	8,4%	
ES	16,0%	15,0%	2,4%	7,2%	
RJ	13,7%	12,7%	2,3%	5,7%	
SP	5,4%	11,6%	1,6%	4,7%	
PR	12,5%	12,6%	2,8%	6,4%	
SC	11,2%	13,6%	1,2%	7,4%	
RS	17,7%	15,4%	2,2%	8,9%	
MS	16,4%	15,5%	3,9%	9,5%	
MT	3,2%	21,4%	1,4%	13,5%	
GO	6,3%	8,5%	2,6%	6,1%	
DF	14,5%	15,1%	2,0%	5,5%	
Mediana	13,7%	12,6%	3,9%	8,9%	

Fonte: INEP (2014)

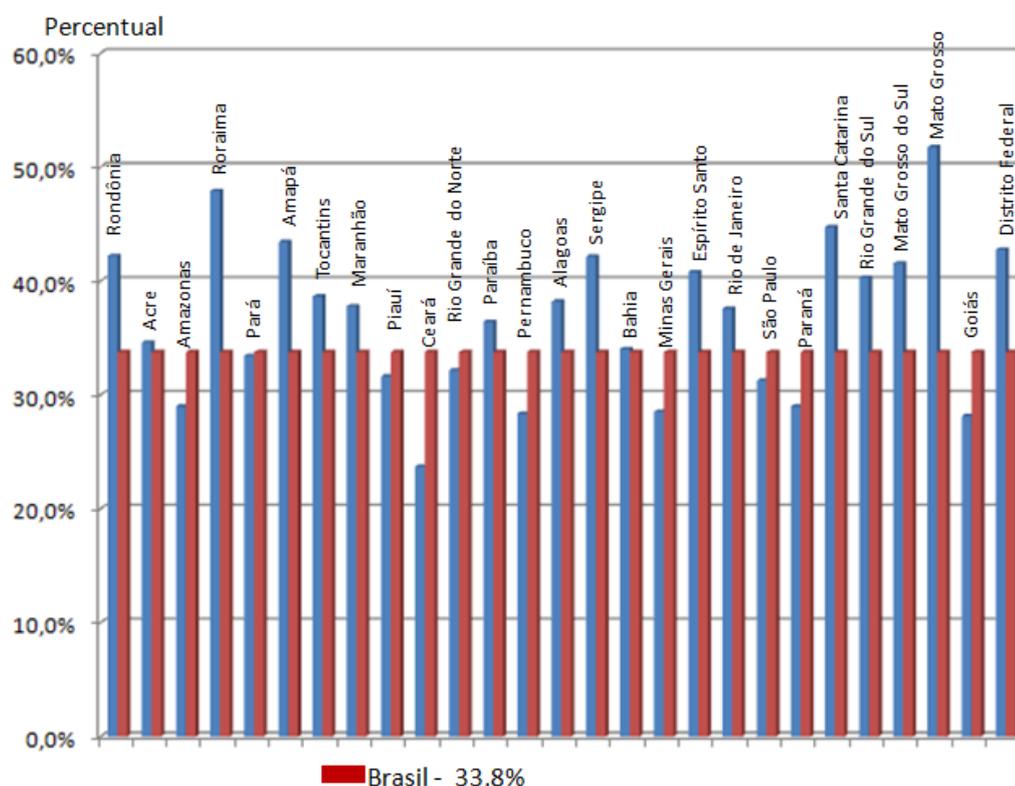
À primeira vista, por outro enfoque, pode se considerar que os indicadores estão dentro de um padrão aceitável, não obstante isso, vale lembrar que os indicadores são pontuais do ano 2013, sendo que eles de novo ocorrerão nas nove séries do fundamental, e relativo ao Ensino Médio, serão três as séries a sofrerem tal efeito.

A Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental, Anos Finais, em um patamar de 13,7%, dá uma amostra de ensino deficiente que redundarão nas reprovações e abandonos que virão ocorrer no Ensino Médio.

Durkheim (2011) discernia sobre homogeneidade entre indivíduos, o mesmo vale ser dito a respeito entre o mesmo conceito para os estados brasileiros, nos quais a Tabela 7 evidencia disparidades como: 24,9% de reprovação (Anos Finais) em Sergipe, em contraponto a 3,2% em Mato Grosso, sendo que neste último Estado ocorre uma brusca inversão no Ensino Médio, cuja reprovação passa para uma Taxa de 21,4%.

A face mais negativa fica em relação à desistência escolar, calculada nos moldes de Ribeiro (1993) e Klein (2008) e que resultam em Taxas não inferiores a 20% em todos os estados da federação. O Gráfico 6 mostra este fenômeno.

Gráfico 6 – Desistência Escolar Brasil 2013 – Ensino Médio



Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

No Estado de Mato Grosso (51,8%), a desistência escolar atinge patamar superior a 50%, sendo que o Estado que apresenta uma Taxa menos desfavorável é Ceará com 23,7%. O Estado de São Paulo apresenta uma Taxa de desistência de 31,3%.

Os excluídos de uma educação básica se sentem na condição que Spinoza define como instabilidade social, ou seja: "...inveja pelos que vão bem, com um ódio que será maior quanto mais amarem a coisa que imaginam ser objeto de desfrute de um outro" (SPINOZA, 2009, p. 120). Este foco tem as condições de ser o ponto de partida da luta entre as classes, em que a educação é o meio de promover a homogeneidade sobre a qual Durkheim (2011) discernia.

2.6 A possível relação entre o trabalho infantojuvenil e a evasão escolar

As condições socioeconômicas a cada ano, cada vez mais, exigem um ingresso antecipado dos jovens, e às vezes, até de crianças, em atividades laborais, a fim de angariar uma melhor renda ou para completar a escassa renda familiar, salientando que, segundo Marx (1995), trabalho e estudo não são incompatíveis.

Este fato, no presente, repete, em condições amainadas pela Lei 8069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que ocorria no início da industrialização, sob a ótica de Marx (1995).

[...] Um dos trabalhos mais humilhantes, mais sujos e mais mal pagos, em que se empregam de preferência meninas e mulheres, é o de classificar trapos...Trabalho mecânico repetitivo de crianças e jovens. Quando se tornam demasiadamente velhos para este tipo de trabalho, o mais tardar aos 17 anos, são despedidos...vão aumentar as filiais do crime. Algumas tentativas para arranjar-lhes ocupação noutras atividades, fracassam diante da sua ignorância, brutalização e degradação física e espiritual (p. 531).

Estatísticas revelam números extremamente altos de ocorrência de trabalho infantil e juvenil em todo o país, sendo que segundo pesquisa divulgada pelo IBGE, no ano de 2012 o Censo Demográfico apontou que, no Estado de São Paulo, 71.172 crianças ou pré-adolescente na faixa etária de 10 a 13 anos, estavam trabalhando (2,9% desta faixa etária), enquanto 77.712 crianças da mesma faixa etária, não estavam frequentando escolas (IBGE, 2014b). Ribeiro (2009) afirma que estudos científicos realizados na área da saúde, concluem ser o trabalho precoce altamente prejudicial ao desenvolvimento físico, psíquico e emocional das crianças (RIBEIRO, 2009).

Schwartzman e Cossio afirmavam que é necessário envolver o elemento humano, as pessoas, e, por meio delas, mudar a cultura da sociedade, pois o trabalho infantil priva a criança ou adolescente de se dedicar aos estudos.

Interessante é questionar a ideia de que o baixo nível educacional dos jovens é apenas produto das suas condições sócio-econômicas, que explicariam a entrada prematura no mercado de trabalho de milhões de jovens brasileiros, provocando por sua vez, a face perversa do desemprego e baixas remunerações (SCHWARTZMAN; COSSIO, 2008).

Pochmann (2004), Vargas e Paula (2013), Neri (2009), Batista et al. (2009) e o Ministério do Planejamento, por intermédio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (BRASIL, 2014b) enfocam estas condições estabelecendo um vínculo entre o trabalho infantojuvenil e a evasão escolar.

O trabalho, angariando recursos para satisfazer as necessidades mínimas de sobrevivência da criança entrando na adolescência, tem a seguinte avaliação feita por Pochmann:

[...] Assim, em pleno limiar da sociedade do conhecimento, o Brasil precisa abandonar a concepção conservadora e ultrapassada do trabalho como obrigação pela sobrevivência para reconstituir uma nova transição do sistema escolar para o mundo do trabalho (2004, p. 396).

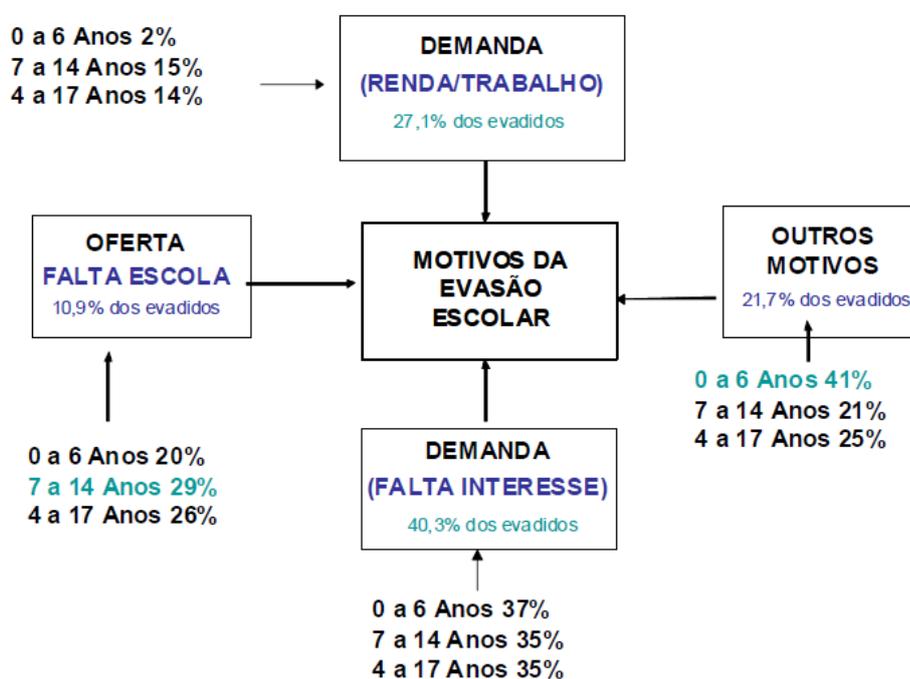
Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (Brasil, 2014b), no Brasil, a população de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos totalizava, em 2008, 10.289.624 de jovens e destes, somente em torno de 50% frequentavam o Ensino Médio.

No entanto, parte deste segmento encontrava-se sem concluir o Ensino Fundamental (ou seja, 31%), ou fora da escola (16%), ou encaminhado à Educação de Jovens e Adultos (EJA), sem o adequado preparo das redes de ensino no que diz respeito à infra-estrutura, organização curricular e formação docente para recebê-los. Os dois segmentos (Ensino Fundamental e Médio) do EJA correspondem a 16,2% (BRASIL, 2014b).

A Figura 8, elaborada por Neri (2009) apresenta uma visão da evasão escolar e os motivos básicos desta, para as faixas etárias segmentadas em grupos de 0 a 6 anos; 7 a 14 anos; e 14 a 17 anos, com os percentuais das respostas, sobre os motivos, apresentadas pelos pesquisados.

A falta de interesse é apontada como o fator básico do abandono escolar por 35% dos alunos evadidos das escolas no Brasil em geral (NERI, 2009).

Figura 8 - Motivos da evasão na faixa etária de 0 a 17 anos



Fonte; Neri (2009)

De acordo com Neri (2009, p. 5) a taxa de evasão escolar dos jovens entre 18 e 24 anos chegou a 37,9% entre os homens, e 26,6% entre as mulheres, segundo dados divulgados pelo IBGE como informações complementares retiradas da PNAD 2011 (BRASIL, 2014b).

Batista et al. (2009) apresentam um detalhe sobre o perfil dos jovens que ingressam cedo no mercado de trabalho, em detrimento da formação escolar, seguindo a mesma linha dos autores anteriores:

[...] No Brasil, boa parte da população de jovens, que ingressam cedo no mercado de trabalho, possui baixo grau de escolarização. Isto tem reflexos sobre toda a vida ativa do indivíduo, uma vez que este poderá ter maiores dificuldades em ascender ou acessar postos que lhe proporcione maior remuneração, maior satisfação com o trabalho que desenvolve; acesso aos bens culturais e melhoria das condições materiais de vida, a qual poderá conduzir à mobilidade social, entre outros aspectos (BATISTA et al., 2009, p. 13).

É necessário envolver o elemento humano e por meio dele, mudar a cultura da Sociedade, pois o trabalho infantil priva a criança de estudar e se desenvolver.

O trabalho requer dinamismo e amadurecimento, enquanto atividade precoce motiva o aluno a empenhar-se em função da sobrevivência, mas é

prejudicial para o seu desempenho escolar, visto que este não tem ainda amadurecimento suficiente para ajustar ao mesmo tempo o estudo e o trabalho (BAYAMA, 2009).

Para Neri (2009), grande parte da evidência empírica indica que a evasão escolar e a pobreza estão intimamente ligadas, sendo que o trabalho infantil prejudica o desenvolvimento educacional da criança. A indisponibilidade de uma educação com qualidade, aliada com a falta de percepção sobre o futuro, leva a criança ao trabalho precoce e baixos níveis educacionais.

Já Cavalieri (2002) comenta que um dos pontos centrais para justificar a imposição de leis que proibam o trabalho infantil diz respeito aos efeitos negativos que este pode acarretar ao desenvolvimento intelectual das crianças, reduzindo sua aquisição de capital humano.

O trabalho é visto como uma "armadilha", ou seja, a necessidade de renda leva as crianças ao trabalho, elevando sua renda presente, mas comprometendo suas condições de vida no futuro (CAVALIERI, 2002).

Na exposição dos autores acima citados, o trabalho precoce leva a uma ausência de visão futurista por parte da jovem criança trabalhadora, ainda não preparada para planejar seus dias vindouros.

2.7 Evasão Escolar e suas consequências

A premissa de que o aluno evadido, com sua formação educacional carente, tem pela frente, por vezes, o destino do trabalho não qualificado face ao qualificado, torna-o, por vezes, integrante do contingente humano que só consegue colocação no mercado de trabalho, quando este está aquecido e necessitando de volume de mão de obra, não de qualidade, nas palavras de Cêpeda (2003, p, 9): "...resultado é um círculo vicioso - exército industrial de reserva; mão-de-obra barata".

Como as fases de aquecimento e desaquecimento econômico são cíclicas, uma parcela deste contingente fica desassistida.

Sobre este fato, Marx (1995) faz uma afirmação focando a sua época, porém válida para os tempos atuais:

[...] A indústria moderna, com suas próprias catástrofes, torna de vida ou morte reconhecer como lei geral e social da produção, a variação dos trabalhos e em conseqüência, a maior versatilidade possível do trabalhador, a se adaptar à efetivação normal desta lei. Torna questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma população operária miserável, disponível, mantida em reserva para as necessidades flutuantes da exploração capitalista, pela disponibilidade absoluta do ser humano para as necessidades variáveis do trabalho; substituir o indivíduo parcial, mero fragmento humano, que repete sempre a mesma operação parcial, pelo indivíduo integralmente desenvolvido, para o qual, as diferentes funções sociais, não passariam de formas diferentes e sucessivas de sua atividade (p. 558).

O jovem na faixa etária de 15 a 17 anos, evadido da atividade escolar, tem estas características de estar propenso ao exercício de trabalho não qualificado na sua vida adulta, sem dizer que está mais exposto aos malefícios da inatividade.

A reflexão sobre a evasão parte dos dados consolidados do censo de 2010, divulgados pelo IBGE, em que no Brasil 58,99% dos jovens com idade entre 18 e 20 anos, não tinham o Ensino Médio completo, e que no Estado de São Paulo, este percentual remontava em 47,67% dos jovens na mesma faixa etária (IBGE, 2014b).

Um dado preocupante, mostrado pelo Censo 2010 no Estado de São Paulo, foi sobre a pesquisa feita com jovens, que estavam na faixa etária entre 15 a 24 anos: 6,13% deles não estudavam, não trabalhavam e eram vulneráveis (ATLAS BRASIL, 2013). Como abordado anteriormente, este pode ser um dado temporal fruto de um dos momentos em que a economia vivenciava um retrocesso, e grande parte deste contingente estava momentaneamente desempregado.

Analisando este pormenor, Nery discorria que a proporção daqueles que não estudam e, também, não trabalham, que é baixa aos 13 anos (2,4%), aumenta até atingir 23% aos 30 anos (NERY, 2009). Este é o ponto em que a evasão e a desistência (que não é contabilizada como evasão escolar, ou abandono no Censo) acarretam subemprego. Onde não há estímulo para a educação, ou faltam vagas no mercado de trabalho para quem não tem um mínimo de escolaridade, os jovens ficam à mercê do emprego informal.

No âmbito da educação, a concepção herdada das conquistas democráticas da Constituição de 1988 (BRASIL, 2015) adquiriu uma visão da educação como direito, resultando em processos que acabam construindo o futuro da humanidade, fazendo com que assim, esses jovens, adolescentes ou até mesmo adultos, estudando ou com estudos completados, exerçam seus direitos fundamentais e

essenciais de cidadãos, contribuindo para o crescimento e estabilidade dos pais. Em contraponto, os jovens classificados como vulneráveis, além de não contribuírem, geram ônus social.

Nery (2009) destaca os seguintes aspectos sobre evasão escolar:

[...] Situada entre a fase de transição de criança para o adulto, a juventude é determinante para a formação de um adulto com princípios. Aos 13 anos, idade que marca a passagem para a adolescência, a proporção de crianças matriculadas é de 97% caindo bruscamente para 74% aos 17 anos, quando cai ainda mais (53%) aos 18 anos de idade, até chegar 30 anos, quando a porcentagem é de somente 10%. A proporção de pré-adolescentes que trabalham vem na contramão; indo de 10% aos 13 anos de idade para 37% aos 17 anos, quando surge uma desaceleração no crescimento, ascendendo para 54% já aos 18 anos de idade e daí cresce, de modo lento, até atingir 74% aos 30 anos de idade (p. 25).

Ambos os motivos são preocupantes, pois são significativos, e o patamar de exigências aos candidatos ao emprego do ano 2006 até o presente ano aumentou significativamente, sendo que o fator educação é quase excludente, pois na maioria das empresas de pequeno porte ou mais, em face de escassez de vagas e o excesso de mão de obra, a exigência de Ensino Médio completo passou a ser uma constante.

Entre os fatores ligados à ausência de oferta educacional adequada (curso de nível médio), responsável por 10,9% das motivações conhecidas da evasão, ilustradas na Figura 8, estão incluídos alguns fatores que agravam a situação, estando eles apontados na Tabela 8.

Tabela 8 - Composição dos motivos de oferta para evasão

	2006	2004
Total dos Restritos por Oferta	100	100
Presença de doença ou incapacidade por parte dos estudantes	45.10	45.97
Falta de vaga	15.75	17.77
Não existir escola perto de casa	12.55	17.04
Escola não oferece outras séries ou curso mais elevado	6.92	-
Falta de transporte escolar	10.23	12.49
Problemas de Documentação	9.45	6.68
Não teve quem levasse	-	0.06

Fonte: Nery (2009)

Pela análise da Tabela 8 se percebe (exceção feita a problemas com documentação) que os itens estão com indicadores declinantes. Cerca de 16% dos que desistiram de continuar com os estudos, não obtiveram vaga, encerrando o ciclo estudantil e se somando aos que não possuem o Ensino Médio completo, se aproximando da margem de vulnerabilidade.

A alegação, distância a ser percorrida até a escola dada como fator de desistência por 12,55% dos alunos evadidos, pode ser minimizada por um programa de passes escolar, se a rede pública de ensino não dispuser de escolas estrategicamente localizadas.

A tabela 8 desperta a atenção também, sobre a taxa de 45% dos entrevistados, nos dois anos praticamente que repetida, sob a alegação de descontinuidade dos estudos, por motivo de doença ou incapacidade.

O evadido, sem colocação no mercado de trabalho, sem motivação para novamente se capacitar, pode entrar num estado de anomia, traduzido por Sen (2013) nas seguintes palavras:

[...] Os destituídos tendem a conformar-se com sua privação pela pura necessidade de sobrevivência e podem, em conseqüência, não ter coragem de exigir alguma mudança radical, chegando mesmo a ajustar seus desejos e expectativas àquilo que sem nenhuma ambição consideram exequível. A medida mental do prazer ou do desejo é maleável demais para constituir-se em um guia confiável para a privação e a desvantagem (SEN, 2010, p. 89).

O fracasso na educação é, também, um fracasso na vida, resultando na grande maioria em subempregos e salários mais baixos, a que se pode completar: a escassez de empregos dignos, favorece ao subemprego, ao tráfico de drogas e ao alcoolismo, afetando não somente a geração atual, como comprometendo as gerações futuras.

Enfatizando esta linha de pensamento, et al. (2014) afirmam que o fracasso escolar, interfere na vida, porque oferece uma imagem negativa do aluno, o que afeta sua auto-estima e sua confiança para melhorar no futuro.

Afirmam os autores que muitas vezes os professores não tem a assessoria necessária para desenvolver um trabalho crítico, voltado para a necessidade do aluno, ou seja, um trabalho integrado, construtivo e principalmente motivador. Em face desta carência, o aluno perde a motivação desistindo dos estudos (QUADROS et al., 2014).

2.8 Evasão escolar e proposituras de ações minimizadoras

Esta seção visa apresentar na concepção de Ribeiro (1993), Caldas (2000), Silva e Pimentel (2010) e Costa (2004) um elenco de medidas que ao serem adotadas podem vir a minimizar a ocorrência da evasão e da desistência.

De maneira geral serão analisadas medidas tais como planejamento das atividades escolares, melhorias na qualidade do ensino e as atualizações necessárias aos professores.

Conforme Caldas afirma, para combater a evasão escolar é preciso atacar em duas frentes: a primeira de ação imediata que busca resgatar o aluno “evadido”; e uma segunda visando uma reestruturação interna no ensino que implique na discussão/avaliação do currículo e do conteúdo das disciplinas escolares.

Além disso, estabelecer parceria com órgãos competentes no intuito de realizar campanha de esclarecimento, mostrando que o estudo formal é um direito da criança e do adolescente e que o responsável pode inclusive responder “processos por abandono intelectual” quando seus filhos abandonam a escola. Com os Conselhos Tutelares, é importante realizar projetos de complementação de renda e acompanhamento psicológico (CALDAS, 2000).

Silva e Pimentel (2010) afirmam que para reduzir os números da evasão escolar, é preciso o planejamento de atividades dentro da educação.

Isso traria um grande impacto na vida dos alunos, auxiliando os docentes a evitar a improvisação, a prever o futuro, e tentar estabelecer caminhos possíveis para nortear com mais apropriação ações executivas, buscando formas para que o aluno consiga acompanhar e avaliar a sua própria ação efetiva.

Ao procurar uma participação efetiva do estudante no processo educacional, consegue-se uma maior interação professor – aluno, que é bastante produtiva.

Esse debate sobre processo de planejamento de escolas públicas postula a descentralização dos sistemas de educação como um meio de democracia na gestão escolar e, por consequência, a melhoria na qualidade de ensino, fazendo, deste modo, com que os alunos queiram e gostem de permanecer na escola, e tenham interesse nas atividades e no ensino. A melhora na qualidade de ensino pode ter um grande impacto na redução da evasão escolar.

Mesmo que essa idéia pareça intuitiva, é conveniente que se explique melhor o que é entendido por qualidade de escola e de ensino. Segundo Silva e Pimentel (2010), os principais objetivos buscados pelas escolas são: a) A qualidade de ensino que é oferecido para os alunos, visando sempre manter uma aula divertida e cheia de cultura; e b) A qualificação dos currículos dos docentes, para que eles possam de uma maneira fácil, passar todo conhecimento para os alunos.

Para Costa (2004), o professor que se mantém atualizado estará mais bem equipado e instruído para oferecer aos alunos aulas dinâmicas, atraentes, versáteis, tentando extrair atitude e comportamentos melhores de cada indivíduo, levando-os a conquistar seu lugar na escola, para que eles possam redescobrir o interesse e o desejo de frequentar as aulas. Cita a importância de que os professores estejam sempre atualizados sobre novas formas de aprendizados para estimular a permanência dos alunos na sala de aula.

As aulas dinâmicas e direcionadas às necessidades específicas da localidade, despertam o interesse e a curiosidade do educando, incentivando-o no prosseguimento dos estudos.

É muito importante o educador perceber que o ato de ensinar é algo que se reverte em seu próprio benefício, pois se professor estuda, acrescentará saberes em sua formação, e aprendido aos alunos que orienta (COSTA, 2004).

Esta interação entre o professor e o aluno faz com que o primeiro se interesse sobre os anseios, dificuldades e carências do segundo, permitindo assim uma dosagem de transferência de conhecimentos de forma a ser assimilável.

É uma forma de combater a evasão escolar, pois o ensino passa a tratar de assuntos que são de aproveitamento imediato, na concepção do aluno.

O Ensino Médio, diferentemente do Ensino Médio Técnico, tem o intuito de preparar o jovem para uma visão mais ampla de atuação, pois não visa à formação de mão de obra capacitada de imediato para a absorção pelo mercado de trabalho, seja no setor industrial, comercial, de turismo, artesanato, educacional, e mesmo no setor público.

Sob este aspecto, Ribeiro (1993) faz a seguinte argumentação no sentido de reter o aluno no ambiente escolar, impactando diretamente na redução da evasão:

As habilidades cognitivas necessárias às estas novas realidades produtivas não são mais aquelas clássicas da especialização e do treinamento profissional específico, mas sim a agilidade de raciocínio mental e formal que só é desenvolvido a contento na infância e na adolescência. Torna-se, portanto, quase inútil remediar na fase adulta as lacunas do desenvolvimento cognitivo dos cidadãos (p. 64).

Esta argumentação segue o conceito de Marx (1995) quando retrata o embrutecimento progressivo do jovem que até os 17 anos de idade não recebeu formação escolar adequada.

Fritsch et al. (2014) fazem as seguintes considerações sob o binômio trabalho-emprego, numa iniciativa de proporcionar ao jovem uma possibilidade de trabalhado, compatível com seu desenvolvimento educacional:

[...] Visando proporcionar ao jovem o direito de ingressar no primeiro emprego pelo Programa Menor Aprendiz, foi criada em 19 de dezembro de 2000 e ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005a Lei 10.097, a qual “determina que todas as empresas contratem um número de menores aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários para funções que demandem formação profissional”. É considerado “menor”, por essa Lei, o jovem que tem de “quatorze até dezoito anos”. De acordo com o Artigo 428 e parágrafo 1º da lei em questão, para benefício do jovem “A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula, frequência do aprendiz à escola e inscrição em programa de aprendizagem (p. 3768).

A melhoria introduzida com esta lei fica implícita ao vincular a empresa contratante ao desempenho escolar do jovem contratado, pois o pressuposto das anotações do desempenho escolar na Carteira de Trabalho reforça o comprometimento empresarial.

A formação da própria mão de obra pelo empresariado permite incutir no jovem a cultura, valores, e a tradição do empreendimento, tornando-o um elemento mais comprometido, pois esta ação cria satisfação; promove o crescimento pessoal e profissional; contribui para diminuir a rotatividade com os custos que ela gera para qualquer empresa.

2.9 Evasão escolar e desenvolvimento local e regional

Esta seção visa mostrar o entrelaçamento existente entre desenvolvimento regional e a educação, cuja evasão escolar e abandono são fatores de grande influência.

Versando sobre esta matéria, Ribeiro (1993) tece a seguinte argumentação, que embora foque o plano internacional, é perfeitamente válida para o plano regional:

Há fortes indícios empíricos que mostram que nenhum país, cuja população tenha uma sólida instrução básica, esteja com uma economia em declínio a médio prazo, como também pelo seu corolário: nenhum país, sem educação básica competente, tem sua economia em ascensão (RIBEIRO, 1993, p. 64).

A educação obtida no Ensino Fundamental e/ou Médio é preponderante para o desenvolvimento de um município dentro das características socioculturais a ele inerente, na sua região. Independe do porte da cidade, pois a educação rompe o ciclo da pobreza. Furtado (2005), narrando sobre esta característica, afirma:

[...] Os assalariados transformam a totalidade, ou quase totalidade, da sua renda em gasto de consumo. A classe proprietária, cujo nível de consumo é muito superior, retém parte da sua renda para aumentar seu capital, fonte da mesma renda (p. 119).

Este ciclo é rompido quando o aluno, mesmo diante das dificuldades, prospera em seu aprendizado, auferindo melhores condições de trabalho e por consequência, tendo uma renda maior.

Em não se priorizando a educação, o município não se desenvolve, e sua população, conforme Furtado (2005), "...continuará vivendo dentro do seu limitado sistema de necessidades, cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações políticas do país" (p. 143).

Uma sociedade, devidamente escolarizada, exerce seu papel político na escolha de seus representantes nos poderes legislativo e executivo, sendo estes os detentores de poder capaz de ditar o rumo de um desenvolvimento local. Sobre este

aspecto, Cepêda (2003), citando uma crítica feita a Celso Furtado, pondera: "...que a superação do subdesenvolvimento passaria por mudanças sociais e políticas radicais, derrubando em sua passagem todos os grupos de poder anacrônicos, regionais e latifundiários - que se mantiveram no arco de alianças forjado no pós-64" (2003, p. 7). Esta afirmação enfatiza a necessidade da educação como um dos pilares da mudança com vistas ao desenvolvimento local ou regional.

No mesmo sentido da importância da educação para o desenvolvimento de uma sociedade. Bomeny (2003) comenta que uma sociedade formada por uma população letrada, tendo um percurso escolar entre seis e oito anos e aprendido as regras mínimas e básicas de um relacionamento social, é uma sociedade na qual os padrões de melhor convivência podem prevalecer, trazendo benefícios a todos que nela convivem, tornando o ganho coletivo.

Furtado, comentando sobre desigualdade social e concentração de renda, expõe a consideração: "...A tendência à concentração regional da renda, é fenômeno observado universalmente. Uma vez iniciado este processo, sua reversão espontânea é praticamente impossível" (2005, p. 235).

Já os municípios que não se desenvolvem, segundo o mesmo autor, não proporcionando nível de vida melhor a sua população, continuam contando com a possibilidade de viver direta ou indiretamente de subsídios do estado, fazendo crescer o número de pessoas economicamente inativas (FURTADO, 2005).

Em busca de um nível de vida melhor, normalmente, as pessoas economicamente inativas migram, e sobre esse fenômeno Furtado afirma:

[...] O fluxo de mão de obra da região de mais baixa produtividade para a de mais alta, mesmo que não alcance proporções relativas, tenderá a pressionar sobre o nível de salários desta última, impedindo que os mesmos acompanhem a elevação de produtividade (2005, p. 235).

Os que permanecem na localidade de origem, se deparam com a quase inexistência de vagas no mercado de trabalho. "O resultado disso é que qualquer empreendimento que se pretendesse realizar no local teria que se chocar com a inelasticidade da oferta de trabalho" (FURTADO, 2005, p. 118).

Sobre a manutenção de privilégios de uma faixa da população de uma região, em detrimento de outra parcela da sociedade local, Bomeny tece os comentários sobre o fato de que as oligarquias permanecem agindo no sentido da

manutenção de privilégios e fortalecimento da exclusão dos indivíduos aos bens aos quais têm direitos como cidadãos. É verdade, também que do ponto de vista estrutural, que o país ainda não alterou os mecanismos de que se alimenta essa tradição comportamental (BOMENY, 2003).

O componente renda conforme Sen (2010), não é um indicador solitário no indicativo de um desenvolvimento local, porém a privação de liberdade econômica pode gerar na privação de liberdade social. O inverso também pode ocorrer, com a liberdade social incidindo sobre a economia de uma localidade. Com este contexto, a renda de certa forma é um componente da qualidade de vida de uma população.

Economicamente se referindo à renda local ou municipal, Castelar e Monteiro fazem uma consideração contraditória a essa ideia, ao fazer a seguinte afirmação:

[...] Com relação ao PIB, quanto maior o produto interno bruto, maior a chance de aluno abandonar a escola. Um resultado que pode parecer, a princípio, contraditório, pode ter uma explicação relativamente simples: municípios com maiores taxas de crescimento apresentam mais oportunidades de emprego. Considera-se notória a necessidade de diversos alunos do sistema público de ajudarem suas famílias financeiramente, (CASTELAR; MONTEIRO, 2012, p. 19)

Por vezes, os indicadores de Produto Interno Bruto per capita (PIB *per capita*) e Renda per capita, embora diferenciados na metodologia do cálculo, são confundidos como sendo idênticos. Visando estabelecer esta diferenciação, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015) traz a seguinte definição: O PIB per capita é o Produto Interno Bruto do município dividido pelo número de habitantes, enquanto a Renda per capita tem a seguinte definição: “É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município - inclusive crianças e pessoas sem registro de renda” (PNUD, 2015, s. p.). A título de exemplo, a Renda per capita (2010) da cidade de Guaratinguetá foi calculada em R\$ 915,87 (IBGE, 2014a), enquanto o PIB per capita remontou em R\$ 2.508,28 (IBGE, 2014a).

Esta diferença, em alguns estudos, é caracterizada como aspecto entre a distribuição de renda, indicando de certa forma uma disparidade entre o rendimento de cidadãos dentro de um mesmo município.

A evasão impede a formação escolar adequada e em grande parte o evadido sobrevive com a baixa renda originária do subemprego, sendo que uma das alternativas para o complemento financeiro familiar, é o incentivo aos demais membros da família de participar da formação da renda familiar, inclusive utilizando-se do expediente do trabalho infantil, assunto que foi explorado na seção anterior.

A educação ideal para o século XXI, acaba consistindo no desenvolvimento educacional, que acaba se dando com o decorrer da vida, devendo acompanhar as mudanças ocorridas no cenário e no contexto do jovem. Deste modo diz-se que a educação é a formação de um cidadão (ARTONI, 2012).

Nesse contexto, se pode afirmar que esse jovem irá contribuir com melhorias, à região onde vive, pois virá a ser, um homem educado, qualificado e um profissional íntegro. Mas, se o jovem não tiver um bom ensino, seja porque não teve a oportunidade, ou porque evadiu, acabará gerando, para a sua região, um desenvolvimento baixo, pois termina não podendo contribuir com os atributos necessários para que se possa ter um grande desenvolvimento na região em que vive (ARTONI, 2012).

A evasão escolar é resultado de processos que acabam ocorrendo em vários sistemas, e que se forem identificados, poderão possibilitar a sua reflexão e a busca por mudanças, que possa prevenir ou reduzir esse número de alunos excluídos, fazendo, com que desse modo, seja garantido à permanência dos alunos e a melhoria nas instituições de ensino (ARAÚJO; SANTOS, 2012).

Conforme Araujo e Santos (2012), a educação é um dos fatores principais de desenvolvimento regional, pois com uma educação de qualidade, esse aluno poderá ingressar no mercado de trabalho de uma forma bem qualificada, contribuindo para o sucesso do empreendimento no qual atua, além de conseguir favorecer um aprendizado interdisciplinar com práticas e atividades, que acabam privilegiando o capital humano local.

Verifica-se que a evasão escolar tem dificultado a colocação ou recolocação de muitas pessoas no mercado de trabalho. O mercado de trabalho está cada vez mais competitivo, exigindo do jovem trabalhador cada vez mais conhecimento (estudo). Quando o jovem abandona a escola, abandona também as chances de ter um futuro profissional melhor, gerando ônus para a sociedade e trazendo impedimento para o crescimento ou desenvolvimento da região, e do país.

Se em um passado não tão remoto havia muita oportunidade para o trabalhador não qualificado, nestes tempos atuais uma formação mínima é necessária. Sobre esta miscigenação entre trabalhadores que pensam e os que atuam, Durkheim (2011) se manifesta da seguinte forma:

[...] Nem todos fomos feitos para refletir; são precisos homens de sensação e ação. Ao contrário, são precisos outros cujo trabalho seja pensar. Ora, o pensamento só pode se desenvolver ao desprender do movimento, recolhendo-se em si mesmo e desviando o sujeito da ação exterior para que ele mergulhe por completo em sua própria mente (DURKHEIM, 2011, p. 44).

É utópico pensar em uma sociedade igualitária, devido a isto, Durkheim (2011) teceu os comentários sobre a diferenciação existente entre pessoas, devendo haver espaço para a coexistência de todos, em níveis saudáveis.

2.10 A evasão e dados econômicos

A evasão não só tem um efeito pernicioso para a pessoa, como também gera um gasto sem retorno para um desenvolvimento regional, pois priva a indústria e o comércio local de mão de obra capacitada. Esta seção irá abordar este custo que é difícil de ser reduzido, pois é essencial que a oferta de vagas no ensino continue, porém o aluno evadido continuará a gerar gastos com folha de pagamento, energias etc., sem aproveitamento se o abandono escolar não for minimizado.

Em trabalho efetuado, a equipe do jornal Correio Brasiliense chegou a um valor anual de R\$ 2.960,00 de gasto por aluno do Ensino Médio (EDUCAÇÃO, 2012), sendo que este custo não cessa com o aluno evadido.

Na mesma linha de pesquisa Pasin Neto e Carniello (2014a) fazem a ponderação de que os custos da evasão escolar no Brasil remontam a cifras preocupantes, pois se trata de investimento sem benefício, sendo que em grande parte, o mais sacrificado é o desenvolvimento regional que fica privado de mão de obra mais capacitada.

Zibas (1996), por seu lado, realçando a importância da educação, afirma:

[...] Parece-nos ser esse um sintoma do fenômeno que estamos chamando de “limites da sociedade do conhecimento”, ou seja, a mudança de paradigma produtivo vem acompanhada de um discurso que preconiza uma nova era para a humanidade e para as relações de produção, quando a educação e o conhecimento seriam “o eixo da transformação produtiva com equidade (ZIBAS, 1996, p. 28).

Um exemplo de estudo de custo de evasão é o do município de Salvador, BA, onde a evasão escolar gera prejuízo de R\$ 20 milhões ao ano. Dos 20 mil alunos matriculados na rede municipal de ensino, 30% são considerados ‘alunos fantasmas’, visto que estão matriculados, mas não frequentam as salas de aula. No decorrer do período letivo, outros seis mil estudantes desistem das aulas e abandonam os cursos. No final, apenas oito mil jovens e adultos concluem o ano escolar. Os R\$ 50 milhões investidos por ano na Educação para Jovens e Adultos (EJA) poderiam ser mais bem aplicados se não fossem utilizados para manter na escola um grupo que não frequenta o ambiente (BAHIA NOTÍCIAS, 2015).

As perdas financeiras com a evasão no ensino superior no Brasil em 2009 chegam a cerca de R\$ 9 bilhões. Os dados do censo apontam que de 2008 para 2009, um total 896.455 alunos abandonaram a universidade, o que representa uma média de 20,9% do universo de estudantes (GLOBO.COM, 2011).

Nas instituições públicas, 114.173 estudantes (10,5%) largaram os cursos. Já nas particulares, 782.282 alunos (24,5% dos estudantes) evadiram. Cada estudante custa por volta de R\$ 15 mil anualmente na universidade pública e em média R\$ 9 mil ao ano na instituição privada (GLOBO.COM, 2011).

Para se ter uma visualização do numerário financeiro despendido com a evasão escolar, o padrão de cálculo desenvolvido por Barricelli (2013) indica a quantia de R\$ 763,88 (Base 2013) ou 316,9 UFIRs como custo mensal por aluno da rede pública do Estado de São Paulo ou 3.802,8 UFIRs anualmente por aluno. Posto isto, como no ano de 2014 houveram 81.653 desistências no estado, o custo com evasão no Estado de São Paulo remontou, neste ano, em 310.510.028,4 UFIRS ou R\$ 932.244.258,26 (2016 – 1 UFIR = R\$ 3,0023).

Segundo a Fundação Getúlio Vargas – 20 Winner (FGV, 2015). Dentro da composição do custo por aluno, estão os seguintes itens: a) Salários; b) Consumo Fixo de Água; c) Metro³ Água por aluno; d) KWh fixo de energia elétrica; e) KWh por aluno; f) Materiais diversos específicos por aluno; g) Diversos Fixos; e h) Diversos

por aluno. O item (e), por estar diretamente ligado a sala vazia, foi analisado no contexto de evasão escolar.

Da mesma maneira que o consumo de energia elétrica é um dos componentes do cálculo do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), no Programa 20 Winner, a FGV chegou a um cálculo do consumo de energia elétrica por aluno, no valor de 10,5 KWh – mês (FGV, 2015). Já a Escola SENAI “Celso Charuri”, no Programa de Controle e Redução de Energia Elétrica, apresentou um valor 0,36 KWh por aluno mês (SENAI, 2013).

Ao propósito de se mensurar o desperdício de energia elétrica com alunos evadidos (o consumo de energia elétrica quase que independe do número de alunos dentro de uma sala de aula), com os dados de alunos evadidos no Estado de São Paulo (81.653 alunos), o desperdício foi de 857.356,5 KWh no ano de 2014.

Segundo Pasin Neto e Carniello (2014b), cada KWh gera uma emissão de 240 quilos de CO₂ para a atmosfera, em assim sendo no ano de 2014 foram emitidas 220.340,6 Toneladas de CO₂ eq. de gás efeito estufa para a atmosfera, sem o benefício social almejado, com os alunos evadidos.

De maneira geral, esta seção fez uma exposição do numerário financeiro gasto com a evasão escolar, salientando seu aspecto negativo tanto de caráter de desperdício de verbas, quanto de caráter social.

Existem ainda os custos indiretos que o Estado de São Paulo e seus municípios têm com os alunos evadidos, pois dado que parcela deles entra na faixa dada como de vulnerabilidade social, advindo, deste agravante, os gastos possíveis com vagas em presídios, internações em clínicas de recuperação, internações na rede hospitalar, entre outros que não são contabilizados.

A desagregação familiar dos evadidos, também gera custos não contabilizados nas pesquisas, pois os filhos, se existentes, passam a integrar o grupo dependente do assistencialismo do estado.

Fundamentado nas considerações feitas neste capítulo de Revisão de Literatura, a Figura 9 demonstra quais são as perspectivas de futuro para o aluno evadido.

Figura 9 – Perspectivas do evadido ou desistente



Fonte: Elaboração do autor, 2016

Ocorrendo os fatores internos e/ou externos que motivam a evasão do aluno, e esta se consumando, das perspectivas que se lhe apresentam as artes manuais (profissões artesanais) ou o trabalho no comércio (como proprietário ou empregado) são as que lhe permitem um bem estar social.

Os que se encontram na faixa de vulnerabilidade, vivem à mercê da assistência da família ou são mantidos pelo assistencialismo do estado, incorrendo assim em um estado de apatia social, sobre o qual Furtado (2005) afirmava ser dos que não contribuem com a sociedade, devido ao seu papel puramente passivo.

Sobre este estado social Spinoza (2009) afirmava que as pessoas nessa condição não tinham de onde retirar o necessário para o sustento da vida, e que prestar ajuda a cada indigente era algo que superava, em muito, os poderes e recursos de um simples indivíduo. Compete então à sociedade, às instituições e às famílias, atentar para o problema da educação, envidando esforços no sentido de manter o aluno dentro das escolas.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo trazer em seu escopo os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desse estudo. De acordo com Demo (2002) a demonstração da metodologia utilizada para o desenvolvimento de uma pesquisa é fundamental para reconhecimento do caráter científico de um trabalho acadêmico.

3.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa, em razão de ser composta de partes quantitativas, qualitativas, exploratórias e descritivas, pode ser classificada como sendo do tipo mista, entretantes existe a preponderância do aspecto quantitativo. A preponderância de tipo pode existir numa pesquisa, e sobre esse fato Creswell (2007) afirma: “O melhor que podemos dizer é que estudos *tendem* a ser mais quantitativos ou qualitativos em sua natureza” (CRESWELL, 2007, p. 22).

Quanto à abordagem, segundo Gerhardt e Silveira (2009), este trabalho abrange tanto o enfoque numérico da evasão escolar no Ensino Médio, quanto o aspecto conceitual de abandono escolar, no quesito abordagem, esta pesquisa tem componentes quantitativos e qualitativos, ou seja: a) Abordagem quantitativa: em face de ater-se a objetos quantificáveis (evasão escolar e desenvolvimento local), pois a pesquisa é sustentada por números que permitem ordená-la e analisá-la, por vezes se utilizando de recursos estatísticos; e b) Abordagem qualitativa: devido à busca da compreensão dos fenômenos dos objetos, pois a interpretação e atribuição de significados dos mesmos, no contexto atual, é o foco principal da abordagem.

Sendo o objetivo deste trabalho uma investigação que analise aspectos da interação entre os fenômenos da evasão escolar e o desenvolvimento local, esse estudo pode, também, ser dividido em dois tipos de pesquisa, sendo elas:

a) Pesquisa exploratória, perante o fato de ser fundamentada em buscas bibliográficas, documentais e em materiais disponibilizados eletronicamente, que proporcionam uma familiarização com o problema, explicitando-o e permitindo estudos mais aprofundados; e b) Pesquisa descritiva, devido a se ater na descrição sistemática do fenômeno, de forma detalhada e objetiva, buscando-se descobrir associação entre variáveis (GERHARDT, 2009).

3.2 Área e foco da realização da pesquisa

Os dados pesquisados foram todos voltados à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - SP, especialmente na Sub-região 3 (Governo de Guaratinguetá) e no próprio município de Guaratinguetá, embora, esporadicamente, tenham sido utilizados dados do Estado de São Paulo para efeito comparativo.

3.3 Fontes

Para equacionar o problema proposto neste trabalho, conforme delineado no objetivo geral e nos específicos fez-se mister selecionar os indicadores e material documental/bibliográfico pertinentes.

Constituem dados trabalhados os indicadores e documentos:

- a) Renda per capita;
 - Verificação dos índices socioeconômicos publicados pelo Atlas Brasil (2013); e IBGE (2014a);
- b) PIB (Produto Interno Bruto) per capita;
 - Verificação dos índices socioeconômicos publicados pelo Atlas Brasil (2013); e IBGE (2014a);
- c) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal; e dois de seus componentes:
 - i. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educacional – IDHM-E;
 - ii. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Renda – IDHM-Renda;

- A qualidade de vida e o desenvolvimento local/regional, mensurado mediante os indicadores Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Fontes: Atlas Brasil (2013); IBGE (2014a); e SEADE (2015);
- d) Número de empresas por município
- Atlas Brasil (2013); e IBGE (2014a)
- e) Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio;
- Por indicar a evolução dos índices educacionais, fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2015a); e Fundação Lemann/Meritt; QEDu (2015);
- f) Taxa de Repetência Escolar;
- Por ser um dos fatores motivadores da evasão escolar, além de ser retardadora do ingresso do jovem no mercado de trabalho – Fontes: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2015a) e; Fundação Lemann/Meritt; QEDu (2015);
- g) Taxa de Evasão Escolar;
- O abandono (evasão escolar) no Ensino Médio normal e técnico, cuja relevância é devida ao aspecto de ser a coluna mestra desta dissertação, fontes: Fundação Sistema Nacional de Análise de Dados (SEADE, 2015); Fundação Lemann/Meritt; e QEDu (2015); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2015a); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014a); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, BRASIL (PNAD-IBGE, 2014b); e Centro de Políticas Sociais, FGV (NERI, 2009);
 - A desistência escolar (ao término de um período letivo, o aluno não se matrícula) – Não é investigada pelos institutos de pesquisa, sendo que alguns autores, como já citado anteriormente, incluem-na como evasão escolar, fonte de dados para cálculo - Fundação Lemann/Meritt; e QEDu (2015); Fundação Sistema Nacional de Análise de Dados (SEADE, 2015); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2015a);
- h) Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS;

- A atividade social, educacional, comercial e industrial dos municípios, mensurada neste trabalho pelo consumo de energia elétrica (KWh), fontes: Prefeitura Municipal de Guaratinguetá (anexos); e Fundação Sistema Nacional de Análise de Dados (SEADE, 2015);
- i) Taxa de Vulnerabilidade da população;
- A vulnerabilidade dos jovens da faixa etária de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham, cujo percentual é divulgado pelo Atlas Brasil (2013); e IBGE (2014a);
- j) Taxa de Analfabetismo;
- Por indicar aspectos que revelam a parcela da população carente de princípios básicos de educação escolar, fontes: Atlas Brasil (2013); e IBGE (2014a);
- k) Planos Municipais de Educação dos municípios integrantes da Sub-região 3 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte;
- Análise das metas e estratégias de minimização do abandono e da desistência escolar, Lei 12796 (BRASIL, 2013b), fonte: Mídia
- l) Planos Diretores dos municípios integrantes da Sub-região 3.
- Verificação da política educacional do município, Lei 10257 (BRASIL, 2001) fonte: Mídia

3.4 Procedimento de análise dos dados

Para os procedimentos de análise dos dados foram utilizadas as tabelas em sua íntegra, conforme coletadas, tratadas e reformuladas, em função da necessidade de comparação entre os índices, permitindo-se assim a fazer paralelos entre o aspecto educação e desenvolvimento regional.

Inicialmente fez-se comparação entre municípios de toda RMVPLN com mais de 50.000 habitantes, pois a média da população por município da região remonta em 58.068 moradores (IBGE, 2014a). Na sequência, o estudo comparativo foi entre Guaratinguetá e as cidades com população superior a 100.000 pessoas,

pois dentre elas, o município em foco foi aquele que tem o menor indicador do SEADE (2015) no índice IPRS-Riqueza (41).

Em razão de ter-se verificado um desempenho bastante diferenciado, positivamente, no quesito evasão escolar no município litorâneo de Caraguatatuba, esta pesquisa, para efeito comparativo, analisou os dados dos demais municípios litorâneos confrontando-os com os dados dos municípios mais populosos da RMVPLN.

Comparou-se o município foco com sub-regiões da RMVPLN de características diferentes. A primeira análise se deu entre Guaratinguetá e a Sub-região 1 (maior PIB e PIB per capita), e a Sub-região 3 que tem por cidade sede administrativa Guaratinguetá.

Buscou-se também pesquisar o desempenho das escolas técnicas de nível médio, com dados analisados no capítulo de Resultados e Discussão, por serem estas formadoras de mão de obra especializada para o desenvolvimento local e regional.

Finalizando, após a descrição e demonstração do universo quantitativo, a discussão foi feita pela comparação entre os dados e os conhecimentos obtidos, via literatura, demonstrando a situação do município de Guaratinguetá, quanto a seus aspectos internos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura associa frequentemente, a evasão escolar ao Ensino Básico, porém a evasão escolar acontece em todos os níveis desde a Educação Básica a Superior. É necessário compreender não só o que é o problema, mas também o porquê dele ser tão frequente, e quais as suas consequências para o desenvolvimento regional e local.

Este Capítulo será dividido em seções concernentes ao estudo dos fatores educacionais (evasão/abandono e desistência escolar), dos fatores pertinentes ao desenvolvimento regional e local, e de aspectos sociais da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, da Sub-região 1 (governo de São José dos Campos), da Sub-região 3 (governo de Guaratinguetá) e do município de Guaratinguetá.

4.1 A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN)

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), com uma população de 2.248.448 habitantes (2010), em uma área de 16.179,947 Km², é uma das quinze regiões do Estado de São Paulo. Fica situada na sua maior parte entre as serras da Mantiqueira e do Mar, sendo que a Sub-região 5, Governo de Caraguatatuba, que a integra, é banhada pelo Oceano Atlântico.

É terceira maior do estado em volume de investimento. Banhada pelo Rio Paraíba do Sul, é cortada pela Rodovia Presidente Dutra, que liga as duas capitais mais populosas do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro (IBGE, 2014a). É também um centro cultural de porte, com as várias universidades que compõem seu perfil educacional, estando elas espalhadas por quase todas as sub-regiões que a integram.

A RMVPLN é composta de 39 municípios, que integram as cinco sub-regiões que nela estão inseridas. Dentro desta região metropolitana, seis dos municípios

possuem população superior a 100.000 habitantes (2010), sendo eles: Jacareí (211.214); Pindamonhangaba (146.995); São José dos Campos (629.921); Taubaté (278.686); Guaratinguetá (112.072); e Caraguatatuba (100.840) (IBGE, 2014a).

Como atração turística, possui a sub-região litorânea, o circuito religioso (Tremembé, Aparecida, Guaratinguetá e Cachoeira Paulista), e as regiões montanhosas de Campos do Jordão e arredores, e das Serras do Mar e Quebra Cangalhas.

O mapa na sequência apresentado, Figura 10, traz os municípios situados na RMVPLN.

Figura 10 – Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte



Fonte: EMPLASA (2012)

Conforme ilustrado na Figura 10, e segundo Vieira (2008), a região é um dos maiores pólos de crescimento da atividade industrial brasileira, abrigando grandes empresas nos segmentos aeroespacial, automobilístico e petrolífero, além de ser um centro cultural de excelência com seus institutos, universidades, faculdades e outras instituições educacionais e/ou culturais (VIEIRA, 2008).

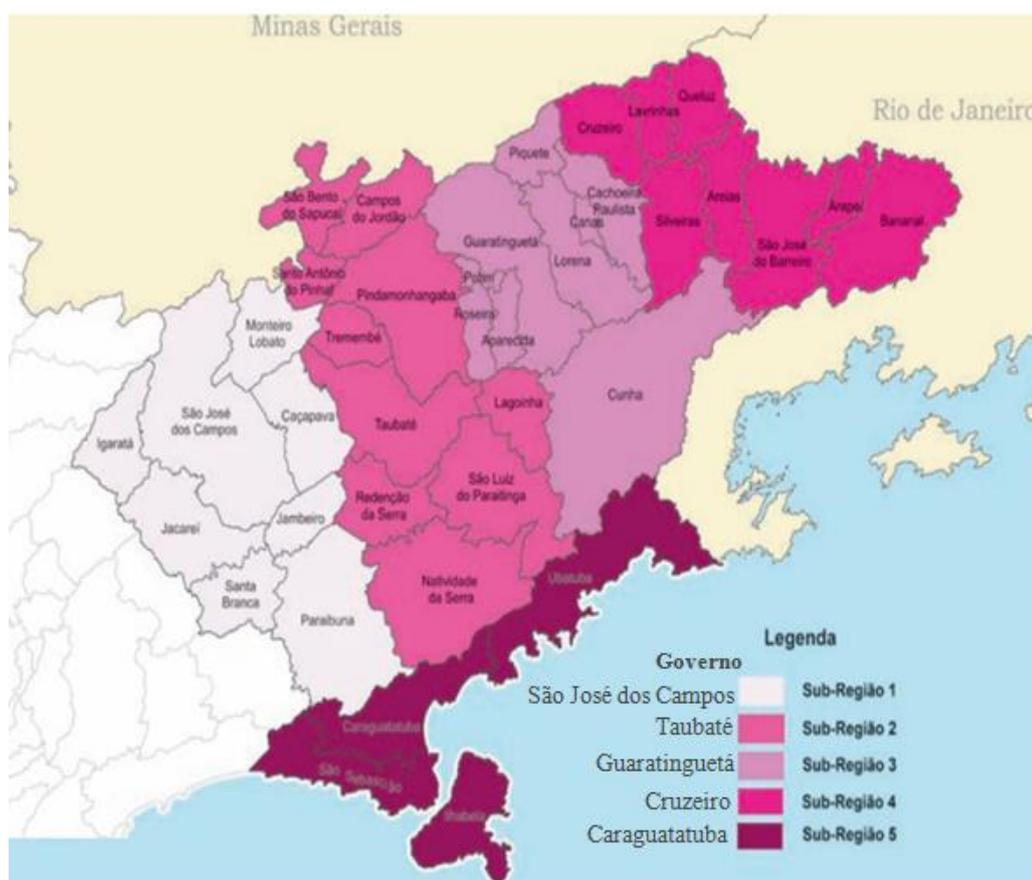
Os municípios foram repartidos em cinco sub-regiões, com o objetivo fazer uma divisão seguindo os critérios de homogeneidade, respeitando as características regionais e culturais dos habitantes. A institucionalização de uma região

metropolitana e a sua divisão em sub-regiões objetiva ações compartilhadas com o Estado da federação, tendo em vista particularidades regionais, e com isso, facilitando o desenvolvimento do local (EMPLASA, 2012).

Após a sua instituição, em 2012, a RMVPLN ficou composta das sub-regiões assim denominadas: Sub-região 1, Governo de São José dos Campos (oito municípios); Sub-região 2, Governo de Taubaté (10 municípios); Sub-região 3, Governo de Guaratinguetá (nove municípios); Sub-região 4, Governo de Cruzeiro (oito municípios); Sub-região 5, Governo de Caraguatatuba (quatro municípios).

A Figura 11 traz as configurações das sub-regiões da RMVPLN.

Figura 11 – Sub-regiões da RMVPLN



Fonte: EEMPLASA (2012)

A seção seguinte será dividida para melhor organização deste estudo, o qual tem a pretensão de vincular o desenvolvimento regional à educação da população local, detalhando desenvolvimento regional e fatores socioeconômicos, fator educacional e os indicadores de renda.

Para um melhor resultado do efeito comparativo, esta pesquisa alterna a seleção do município a ser pesquisado, ora pela população ora pelos indicadores sociais e/ou educacionais.

4.1.1 Desenvolvimento regional e fatores socioeconômicos da RMVPLN

Para compor esta parte do estudo, foram selecionados os municípios da RMVPLN com população de acima de 50.000 habitantes conforme o Censo 2010 (IBGE, 2014a), sendo elas respectivamente: Caçapava (84.752); Caraguatatuba (100.840); Cruzeiro (77.039); Guaratinguetá (112.072); Jacareí (211.214); Lorena (82.537); Pindamonhangaba (146.995); São José dos Campos (629.921); São Sebastião (73.942); Taubaté (278.986); e Ubatuba (78.801).

A Tabela 9 mostra o comportamento dos municípios no Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) nos quesitos riqueza e escolaridade. Mostra também a classificação geral com o grupo e conceito (SEADE, 2015).

Tabela 9 – IPRS-R, IPRS-E e Grupos – Municípios selecionados da RMVPLN - 2012

Índice Paulista de Responsabilidade Social				
Cidade	IPRS Riqueza	IPRS Escolaridade	Grupo	Conceito
Caçapava	42	53	2	Município, que embora com nível de riqueza elevado, não exhibe bons indicadores
Caraguatatuba	45	56	2	Município, que embora com nível de riqueza elevado, não exhibe bons indicadores
Cruzeiro	41	51	2	Município, que embora com nível de riqueza elevado, não exhibe bons indicadores
Guaratinguetá	41	53	2	Município, que embora com nível de riqueza elevado, não exhibe bons indicadores
Jacareí	44	57	1	Município com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores
Lorena	37	47	5	Município desfavorecido tanto em riqueza, quanto em indicadores sociais
Pindamonhangaba	43	49	2	Município, que embora com nível de riqueza elevado, não exhibe bons indicadores
São José dos Campos	47	59	1	Município com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores
São Sebastião	56	48	2	Município, que embora com nível de riqueza elevado, não exhibe bons indicadores
Taubaté	45	57	1	Município com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores
Ubatuba	40	47	4	Município que apresenta baixo nível de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade

Fonte: Fundação SEADE (2015)

A Tabela 9 evidencia que os municípios melhores classificados por grupo (indicador 1), são, também, as que melhoraram pontuaram no IPRS-E, respectivamente São José dos Campos (59), Taubaté (57) e Jacareí (57). O ponto de destaque inferior foi o município de Lorena, no quesito IPRS-R (37), sendo conceituada como município desfavorecido tanto em riqueza, quanto nos indicadores sociais no ano 2012 (SEADE, 2015).

A Tabela 10 apresenta de maneira simultânea os indicadores educacionais, sociais e de renda nos municípios selecionados da RMVPLN com mais de 50.000 habitantes, índices, estes, segmentados demograficamente com foco no nível de Ensino Médio.

Tabela 10 – Indicadores da RMVPLN

Indicadores de Educação e Riqueza								
Ano Base	2010	2010	2010	2010	2012	2012	2013	2014
Cidades	Renda Per Capita (milhar)	% com E.M. completo	IDHM	IDHM-E	IPRS-E	IPRS-R	Evasão Escolar E.M.	Desistência Escolar E.M.
Caraguatatuba	0,774	43,2%	0,759	0,705	56	45	0,0%	20,6%
Lorena	0,781	49,7%	0,766	0,713	47	37	4,2%	38,6%
Ubatuba	0,804	38,2%	0,751	0,679	47	40	1,1%	28,8%
Cruzeiro	0,809	50,1%	0,788	0,758	51	41	4,4%	42,1%
Pindamonhangaba	0,826	50,4%	0,773	0,736	49	43	7,3%	40,4%
São Sebastião	0,837	40,3%	0,772	0,703	48	56	0,6%	29,0%
Jacareí	0,847	48,8%	0,777	0,749	57	44	4,5%	26,5%
Caçapava	0,872	48,8%	0,788	0,755	53	42	3,2%	26,4%
Guaratinguetá	0,927	50,5%	0,798	0,751	53	41	5,2%	40,7%
Taubaté	1,012	52,6%	0,8	0,746	57	45	2,4%	24,8%
São José dos Campos	1,191	53,2%	0,807	0,764	59	47	3,0%	29,2%

Fonte: Atlas Brasil (2013), IBGE-Cidades (2014a) – Fundação Lemann/Meritt; e QEDu (2015) SEADE (2015)

A Tabela 10 permite visualizar que não existe uma vinculação forte entre educação e renda (na tabela em milhares de reais), inexistência esta verificada perante os indicadores das fontes (SEADE, 2015; IBGE, 2014a).

Convém notar que a desigualdade de renda observada entre o município melhor situado neste quesito, São José dos Campos (R\$ 1.191,00 - base 2010), era 35% maior que a registrada no município em pior situação, que era Caraguatatuba (R\$ 774,00 - base 2010).

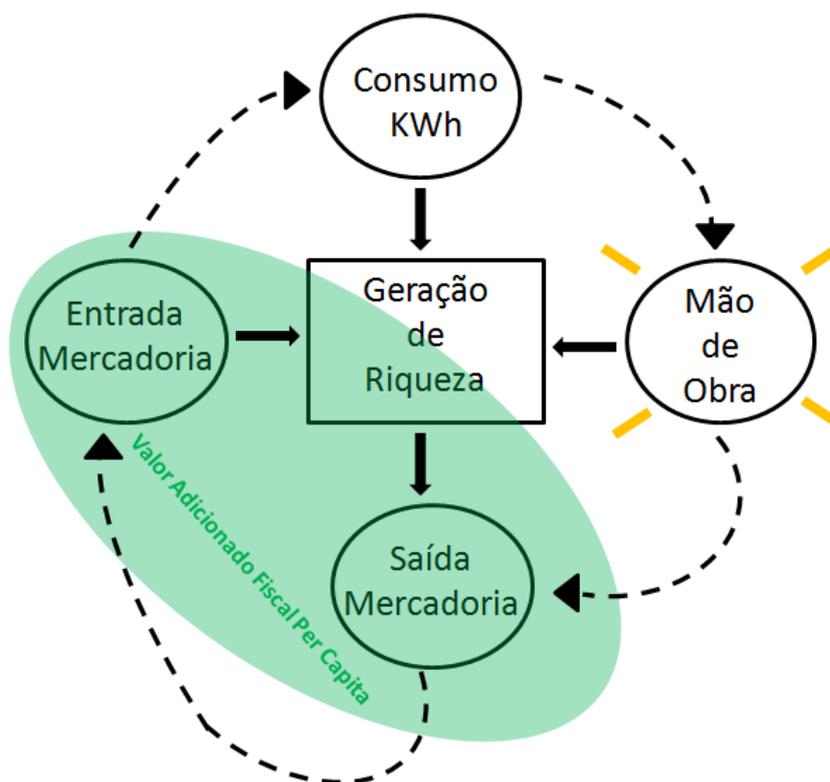
Quando o indicador a ser analisado passa a ser o IPRS-R a desigualdade entre estes municípios passa a ser de 2%. A maior desigualdade que pode ser

constatada por este indicador, fica entre Lorena (37) e São Sebastião (56), representando 34%.

Por tais razões, onde as comparações não evidenciam uma proporcionalidade, esta pesquisa mostra uma ampla gama de indicadores, que permitem uma análise isenta. Sen (2010) afirmava que uma concepção adequada de desenvolvimento vai muito além da acumulação de riqueza, não sendo a renda o melhor indicador de bem estar social, sendo que os indicadores têm diferentes formas de composição.

Os componentes que formam o IPRS-Riqueza, se comportam como uma cadeia de realimentação positiva com a seguinte configuração:

Figura 12 – Cadeia da geração de riqueza



Fonte: Elaboração do autor, 2016

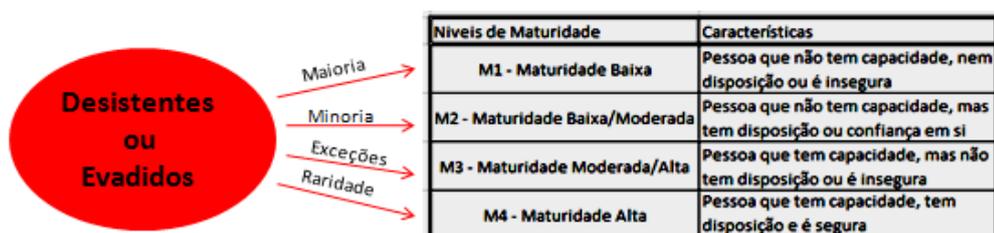
O componente “mão de obra” (remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público) que agrega valor ao IPRS-Riqueza, normalmente para ser incrementado necessita de uma melhor capacitação dos trabalhadores, sendo que para tanto, é necessário que o fator educação incida em quem está dentro de uma sala de aula.

Os evadidos que conseguem colocação no mercado informal (que não requer qualquer qualificação) não contribuem para melhorar o índice de riqueza local, por não serem contabilizados.

Percebe-se, também, que o percentual de pessoas com o Ensino Médio completo nesta região administrativa, fica em torno de 47,8% da população com idade superior a 18 anos de idade, fator este que pode incidir nos motivos desta região não apresentar melhores resultados, em que se pese que só fossem demonstrados os municípios com população acima de 50.000 habitantes.

No Ensino Médio, no ano de 2014, evadiram 3282 alunos na RMVPLN (FUNDAÇÃO LEMANN, 2015). A este número devem ser somados os alunos desistentes que não se matriculam para um próximo ano letivo de estudos, volume de pessoas que não são alvo de pesquisa. Esta massa humana pode assim ser visualizada, quanto ao capital humano.

Figura 13 – Nível de maturidade dos desistentes ou evadidos



Fonte: Birchal e Vilela (2012)

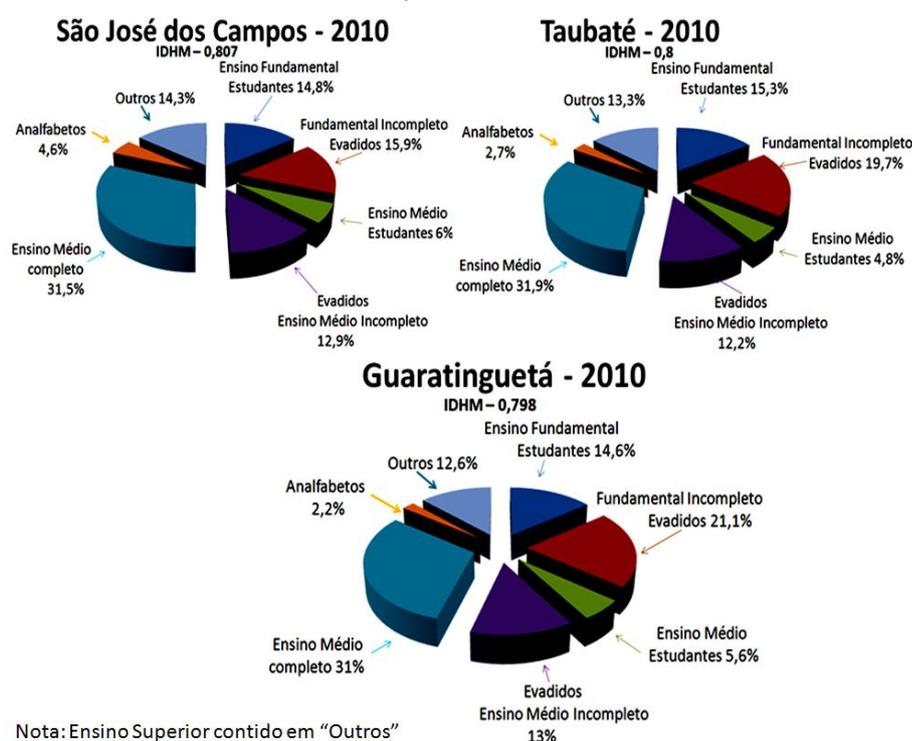
Quando existe a demanda de serviços de baixa complexidade, na região ou localidade, esta massa é absorvida pelo mercado de trabalho. Em períodos de crise econômica ou de época menos propícia para investimento em infraestrutura, surgem os fatos sociais de difícil resolução. Sobre este tipo populacional, Durkheim (2000) faz a seguinte consideração de caráter sociológico:

[...] Qualquer ser vivo só pode ser feliz ou até só pode viver se suas necessidades têm relação suficiente com os seus meios. Caso contrário, se elas exigem mais do que lhes pode ser oferecido ou simplesmente algo diferente, estarão constantemente em atrito e não poderão funcionar sem dor...Com o homem, a maioria das necessidades não depende do corpo, no máximo pode-se ainda considerar como determinável a quantidade de alimentos materiais necessários à manutenção física de uma vida humana, embora haja margem mais ampla para livres tramas do desejo para além do mínimo indispensável (DURKHEIM, 2000, p. 311).

Uma pessoa no limiar das necessidades mínimas de subsistência, também está a um passo da marginalidade, sobre este aspecto Cabette (2015) comenta que o perfil do criminoso, quase 100%, se enquadra no de pessoas com baixo nível de maturidade, que o destino empurrou para a marginalidade, levando a sociedade a ter uma visão do infrator criminal como um ser fadado à marginalidade e às condutas antissociais.

O perfil educacional da RMVPLN, no qual se contemplam o percentual de estudantes evadidos, analfabetos, os que são concluintes no ciclo médio e/ou fundamental, e os que ainda estão estudando nestes ciclos, pode ser demonstrado tomando como base os três municípios com o indicador Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em maior nível, Guaratinguetá foco deste estudo comparativo, e os três municípios com o menor IDHM. Mister se faz ressaltar que eles estão situados em sub-regiões diferentes.

Gráfico 7 – Perfil educacional municípios com maior IDHM da RMVPLN



Fonte: IBGE - Cidades (2014a)

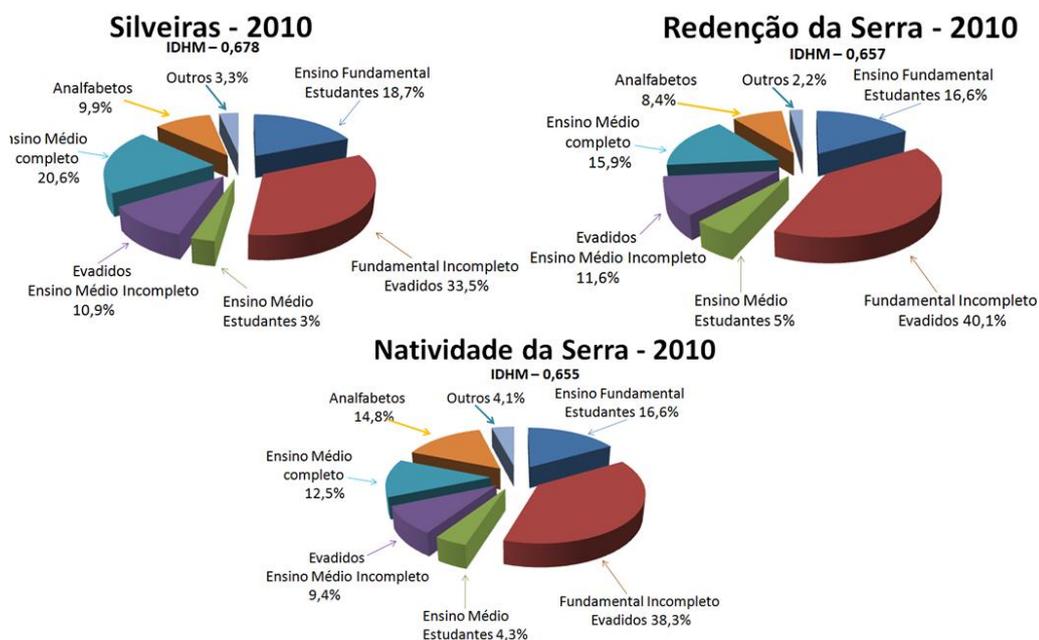
Os três municípios têm um perfil educacional bastante próximo, nos quais se podem verificar que o percentual de evadidos/desistentes no Ensino Médio se situa na ordem de 12,5% da população. No quesito Ensino Médio completo, os municípios

ficam com percentuais na ordem de 31,5% da população. O número percentual de analfabetos fica para São José dos Campos com 4,6%, Taubaté com 2,7% e Guaratinguetá com 2,2% (IBGE, 2014a).

A maior diferença existente fica para os evadidos com Fundamental incompleto, em que São José dos Campos (15,9%) fica distante 5,2 pontos percentuais de Guaratinguetá (21,1%). Taubaté neste quesito mostra 19,7% (IBGE, 2014a).

Os três municípios com o indicador IDHM mais desfavorável apresentam a seguinte situação:

Gráfico 8 – Perfil educacional municípios com menor IDHM da RMVPLN



Fonte: IBGE - Cidades (2014a)

Silveiras, Redenção da Serra e Natividade da Serra mostram um percentual de evadidos no Ensino Fundamental na ordem de 35%, representando um número significativo de jovens sem perspectivas de almejar algo de mais concreto na vida, e o percentual de analfabetos nestes municípios, representa respectivamente a: 9,9%; 8,4%; e 14,8% da população.

Sen, sobre educação e eliminação da pobreza de renda, faz a seguinte colocação:

[...] Não ocorre apenas que, digamos, melhor educação básica e serviços de saúde elevem diretamente a qualidade de vida; esses dois fatores também aumentam o potencial de a pessoa auferir renda e assim livrar-se da pobreza medida pela renda. Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria (SEN, 2010, p. 124).

A propensão para os evadidos irem para a faixa de vulnerabilidade passa a ser maior quando da ausência de empregos disponíveis para os sem qualificação.

Sob este aspecto, os municípios menos pontuados no indicador IDHM, no quesito de vulnerabilidade, “Percentual de Pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis na população desta faixa” (ATLAS BRASIL, 2013, s. p.), podem ser visualizados na Tabela 11 comparativa:

Tabela 11 – Vulnerabilidade municípios com maior e menor IDHM

	Percentual de Pessoas de 15 a 24 anos, que não Estudam, não Trabalham e são vulneráveis, na população desta faixa
São José dos Campos	5,34%
Taubaté	4,90%
Guaratinguetá	7,48%
Silveiras	13,73%
Redenção da Serra	20,15%
Natividade da Serra	19,98%

Fonte: IBGE (2014a) – Atlas Brasil (2013)

Piketty (2013) afirma que a difusão do conhecimento é dependente das políticas de educação e do acesso ao treinamento e a capacitação técnica, papel do poder público.

Vale ratificar a preocupação do Estado com o jovem evadido, quando propôs como estratégia buscar a pessoa que abandonou os estudos (PNE, 2014b). Cabe ressaltar, inclusive, que em seu art. 13 (PNE, 2014b) estipula um prazo de dois anos a partir da sua publicação para que o poder público institua o Sistema Nacional de Educação em lei regulamentadora.

Nesse sentido, no ano de 2015 as prefeituras de Silveiras (SILVEIRAS, 2015) e de Redenção da Serra (REDENÇÃO DA SERRA,) tiveram o Plano Municipal

de Educação aprovado e em vigor, e o PME do município de Natividade da Serra (NATIVIDADE DA SERRA, 2015) ainda estava em fase de elaboração.

Na Meta 3 do PNE, ao sugerir a universalização do Ensino Médio até o ano de 2016, é demonstrada a seguinte preocupação com a evasão escolar: “Entre os jovens de 15 a 17 anos, as dificuldades enfrentadas ao longo do Ensino Médio geralmente praticado no Brasil são comumente apontados como causadores da evasão escolar antes da conclusão do curso” (BRASIL, 2011, p. 7).

A reinserção do evadido no ambiente escolar faz parte da Estratégia 2.6 do PNE que traz no seu enunciado: “Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude” (PNE, 2014a, p.20). A prevenção à evasão não é explicitada no PNE, e precede em importância a busca, pois fica dentro da responsabilidade da administração das escolas.

4.1.2 O fator educacional da RMVPLN

Com representatividade significativa no Brasil, o Vale do Paraíba mantém instituições de ensino importantes, atraindo estudantes de todo o país, com isso, é relevante também o índice de evasão escolar, seja em faculdades ou escolas de Ensino Fundamental ou Médio.

Objetivando-se ter uma visão ampla das sub-regiões integrantes da RMVPLN nos fenômenos reprovação, evasão e desistência escolar no Ensino Médio, a seguinte metodologia foi empregada: calculou-se a média das taxas de reprovação e evasão dos municípios de cada sub-região com base nos dados divulgados pela Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015).

Para se obter o quesito desistência calculou-se um percentual com base no quociente entre o número de aprovações ao final do 3º ano do ciclo e o número de matrículas efetivadas no 1º Ano, também com dados divulgados pela Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015). Com os percentuais obtidos a Tabela 12 foi composta, mostrando o resultado:

Tabela 12 – Evolução 2010-2014 Evasão, desistência e repetência - RMVPLN

Evolução % 2010-2014 Sub-regiões RMVPLN - Evasão, Desistência, Repetência							
Sub-região	Quesito	2010	2011	2012	2013	2014	Média
Sub-região 1	Reprovação	10,6%	12,2%	12,9%	9,8%	10,6%	11,2%
	Evasão	3,3%	3,1%	4,3%	6,3%	3,6%	4,1%
	Desistência	35,9%	35,7%	31,1%	30,9%	28,7%	32,4%
Sub-região 2	Reprovação	10,4%	12,8%	11,3%	9,7%	7,9%	10,4%
	Evasão	7,1%	4,8%	6,0%	6,8%	5,4%	6,0%
	Desistência	41,6%	39,1%	37,4%	39,3%	34,1%	38,3%
Sub-região 3	Reprovação	17,6%	17,8%	15,6%	10,8%	15,6%	15,5%
	Evasão	6,4%	6,2%	5,4%	9,5%	4,1%	6,3%
	Desistência	38,0%	37,3%	36,5%	36,7%	38,3%	37,4%
Sub-região 4	Reprovação	10,9%	13,0%	12,0%	13,8%	9,4%	11,8%
	Evasão	6,5%	4,0%	5,6%	5,9%	6,3%	5,7%
	Desistência	40,1%	33,9%	29,4%	31,7%	37,8%	34,6%
Sub-região 5	Reprovação	14,1%	12,4%	7,7%	5,6%	4,8%	8,9%
	Evasão	2,7%	1,5%	1,0%	0,8%	5,3%	2,3%
	Desistência	43,6%	41,0%	28,5%	26,0%	24,4%	32,7%
RMVPLN	Reprovação	12,7%	13,6%	11,9%	9,9%	9,6%	11,6%
	Evasão	5,2%	3,9%	4,5%	5,9%	4,9%	4,9%
	Desistência	39,8%	37,4%	32,6%	32,9%	32,7%	35,1%

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEDu (2015)

Segundo Pasin Neto e Carniello (2014a), os critérios matemáticos utilizados para se ter a formação de pensamento, sobre o assunto evasão escolar, são variados. Como é difícil o consenso sobre o cálculo de evasão escolar, tal como a definição sobre o conceito, este trabalho apresenta a forma de pensamento de vários tipos de abordagens feitas para o assunto, não se mantendo em um formato único, seguindo os conceitos e números apresentados pelos órgãos oficiais e outras instituições de pesquisa.

Para o Instituto Lobo (2012), a fórmula internacionalmente mais utilizada para cálculo da evasão escolar tem como componentes os ingressantes matriculados, a matrícula dos veteranos efetivada e a expectativa de matrículas de veteranos no mesmo ano. Para uma população de alunos extensa como é o caso de uma região administrativa, é inexequível a aplicação desta fórmula, por não se dispor do número de matrículas de veteranos, muito menos se dispondo do número de matrículas em expectativa de ocorrerem.

Com base nos dados disponibilizados pelo INEP (2014), pela Tabela 13 é possível visualizar a situação do abandono escolar (evasão), tanto no Ensino Médio, quanto no Ensino Fundamental, nos municípios da RMVPLN.

Tabela 13 - Evasão Escolar na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Nome do Município	Abandono - Anos Finais (6º ao 9º Ano) 2014	Total Abandono no Ens. Médio 2014	Nome do Município	Abandono - Anos Finais (6º ao 9º Ano) 2014	Total Abandono no Ens. Médio 2014
APARECIDA	0,2	3,7	NATIVIDADE DA SERRA	2	2,2
ARAPEÍ	2,6	4,4	PARAIBUNA	1,9	5,7
AREIAS	0	6,7	PINDAMONHANGABA	2,7	7,3
BANANAL	0,9	5,2	PIQUETE	3	7,3
CACAPAVA	1,2	3,2	POTIM	1,7	15,7
CACHOEIRA PAULISTA	2,7	4,4	QUELUZ	1,9	9,2
CAMPOS DO JORDAO	0,9	16,3	REDENCAO DA SERRA	3,1	9,8
CANAS	0	16,1	ROSEIRA	0,8	17
CARAGUATATUBA	0	0	SANTA BRANCA	0	11,3
CRUZEIRO	2,1	4,4	SANTO ANTONIO DO PINHAL	3,2	13,9
CUNHA	2,2	10,9	SAO BENTO DO SAPUCAI	1,8	2,8
GUARATINGUETA	1,7	5,2	SAO JOSE DO BARREIRO	0	8,2
IGARATA	2,2	9	SAO JOSE DOS CAMPOS	0,6	3
ILHABELA	1,3	1,6	SAO LUIS DO PARAITINGA	0,8	6,8
JACAREI	1,1	4,5	SAO SEBASTIAO	0,3	0,6
JAMBEIRO	1,3	5,2	SILVEIRAS	1,6	5,8
LAGOINHA	0,8	1,6	TAUBATE	0,6	2,8
LAVRINHAS	1,9	6,2	TREMEMBE	1,9	4,8
LORENA	3,2	5,8	UBATUBA	0,1	1,1
MONTEIRO LOBATO	2,5	8,3			

Fonte INEP (2014)

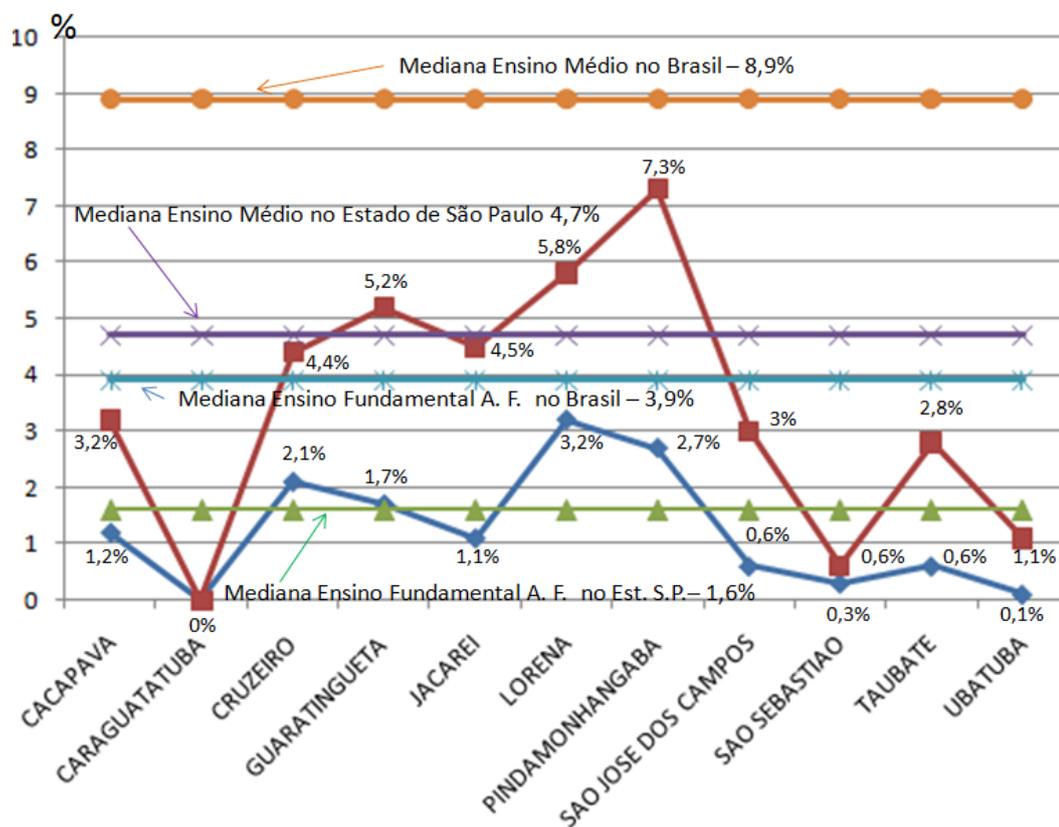
Dos 39 municípios que compõem a RMVPLN, 18 deles têm o percentual de abandono (evasão) na modalidade de Ensino Fundamental nos Anos Finais, superior a taxa apresentada pelo Estado de São Paulo no seu todo (1,6%), ou seja, 46% dos municípios apresentam taxa de evasão superior ao verificado no Estado de São Paulo.

No ensino Médio, observa-se um número maior de municípios nessa condição, 24 deles apresentam taxa maior que a aferida para o Estado de São Paulo (4,7%), significando que 61,5% dos municípios superam a taxa obtida pelo Estado.

Da mesma forma em que na seção 2.4 - “Educação Brasileira e a Evasão Escolar” foi apresentado o Gráfico 3, que permitiu uma visualização do abandono e da reprovação no Ensino Médio dos estados brasileiros, no Gráfico 9 será demonstrado os números do Vale do Paraíba, focando nesta etapa o abandono,

restringindo a amostra aos municípios com população acima de 50.000 habitantes, base Censo de 2010 (IBGE, 2014a).

Gráfico 9 - Abandono (Evasão) no Ensino Médio 2013 RMVPLN



Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Em uma análise do Gráfico 9, alguns aspectos ficam evidenciados, sendo eles:

- A evasão escolar, em termos medianos de percentuais, apresenta para o Ensino Médio o valor mediano de 3,2%, sendo que para o Ensino Fundamental – Anos Finais o valor mediano de 1,1%. Em termos comparativos, o Ensino Fundamental – Anos Finais é 66% menor em termos medianos que o Ensino Médio;
- Os municípios cujas taxas de evasão superam a do Estado de São Paulo, na modalidade Ensino Médio, Guaratinguetá e Lorena possuem Campus com Unidades de Ensino tais como: UNESP e UNISAL, entre outros, sendo que Pindamonhangaba é um forte pólo industrial, e possui diversas faculdades e universidades. Estes municípios, pelo seu poder educacional e econômico, deveriam estar em melhor situação neste quesito;

c) O município litorâneo de Caraguatatuba apresenta taxa de evasão 0%, tanto na modalidade ensino médio, quanto no Ensino Fundamental – Anos Finais, segundo a pesquisa efetuada pelo INEP e tabulada pelo Projeto QEdu.

Os municípios de Guaratinguetá, Lorena e Pindamonhangaba superam os dados do estado quanto à evasão, tanto no Ensino Fundamental – Anos Finais, como no Ensino Médio.

Para se ter uma visualização do numerário financeiro despendido com a evasão escolar, usou-se o padrão de cálculo desenvolvido por Barricelli (2013), cujo custo indica a quantia de R\$ 763,88 (Base 2013) ou 316,9 UFIRs mensalmente por aluno da rede pública de São Paulo. Visando obter uma quantificação do efetivo de alunos evadidos no ano de 2014, foi feita uma pesquisa quantitativa nos dados disponibilizados pelo INEP com base no ano de 2014, sendo que para compor a população por município da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, utilizou-se uma pesquisa da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2015), que apresentou o seguinte resultado:

Total de 3.274 evasões escolares no Ensino Médio, tendo um custo por aluno de 316,9 UFIRs, ou seja, o desperdício remontou em 1.037.556,6 UFIRs. Como a base de UFIR era de R\$ 2,55 (2014), em reais (base 2014) R\$ 2.645.769,33.

A evasão escolar também é um fenômeno registrado, com números relevantes, em municípios que têm população maior que 100.000 habitantes na RMVPLN: São José dos Campos (629.921), Taubaté (278.686); Jacareí (211.214), Pindamonhangaba (146.995), Guaratinguetá (112.072), e Caraguatatuba (100.840), Censo 2010 (IBGE, 2014a).

Focando o Ensino Médio, alguns aspectos destes municípios são detalhados:

- Município de São José dos Campos: No tocante ao ensino médio, como visto no Gráfico 9, apresenta taxas sempre maiores em relação ao Ensino Fundamental – Anos Finais, embora conforme dito, não sejam ainda alarmantes. Cumpre notar que se a evasão no ciclo E. F. – Anos Finais for elevada, normalmente, tal fenômeno ocorrerá na etapa do Ensino Médio. Na Tabela 14 está o panorama deste quesito.

Tabela 14 - Evasão Escolar em São José dos Campos 2007 – 2014 – Ensino Médio

Ensino Médio - São José dos Campos								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Estadual	4,7	5,0	5,2	6,4	4	4,5	3,9	2,5
Municipal	0,0	x	x	x	x	0,0	x	x
Particular	0,0	0,0	0,1	1,4	0,4	0,1	0,1	0,0

Fonte: INEP (2015a)

Os dados do Ensino Médio proporcionados pela rede municipal de ensino deixaram de ser divulgados em alguns anos, devido às escolas terem passado para a administração estadual.

Uma análise desta Tabela 14 indica dois aspectos a serem considerados:

- a) Relação evasão nas escolas particulares e o ensino público: a evasão no ensino particular é praticamente nula; e
- b) A partir do ano de 2010, o ensino estadual vem apresentando taxas com tendência declinante (exceção do ano 2012);

A evasão escolar, neste município, é um problema antigo, pois no passado já se tinha a preocupação de ocupação de vaga deixada por aluno evadido (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2002b), enquanto havia considerável quantidade de interessados que não podiam ocupar a vaga não utilizada.

A não permissão para ocupação da vaga ociosa se prendia ao entendimento de que se o aluno evadido tivesse a pretensão de voltar a estudar, ele teria direito sobre a vaga originalmente dele, mesmo tendo ultrapassado o limite de 25% de faltas no período letivo. Polêmica esta que perdura até os dias atuais, pois o pretendente a vaga, já iniciaria o período letivo com mais de 25% de faltas (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2002a).

No entanto, é necessário na rede pública que a vaga do aluno evadido, que por ventura retorne, seja novamente a ele destinada, não obrigatoriamente na própria unidade escolar em que estudava ou foi originalmente matriculado, lhe assegurando o direito e atendendo à obrigatoriedade pregada no inciso I do artigo 4º da Lei das Diretrizes e Bases (LDB) (BRASIL, 1996).

Também em São José dos Campos, como motivo de preocupação com a evasão escolar, por meio da Lei Nº 8.998, de 7 de outubro de 2013, foi incluído no Calendário de Eventos Oficiais da cidade, o Dia Municipal de Combate à Evasão

Escolar, comemorado anualmente no dia 21 de maio (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2014).

O Art. 2º institui que anualmente durante toda a semana do dia 21 de maio poderão ser desenvolvidas atividades para a valorização da escola, já o Art. 3º define os objetivos do Dia Municipal de Combate à Evasão Escolar:

Conscientizar a sociedade e, em especial, os pais e/ou responsáveis sobre a importância do acompanhamento de perto da vida escolar das crianças e adolescentes, principalmente no tocante à evasão escolar;
 Incentivar a participação da sociedade na gestão democrática do ensino público;
 Instigar a comunidade a participar de maneira intensa e permanente nos projetos destinados para o desenvolvimento da qualidade da educação como valor anexado ao exercício da cidadania;
 Incitar a formação de grupos canalizados para as questões sócio-educacionais nas instituições sociais, públicas e privadas;
 Favorecer o acesso democrático ao conhecimento, inclusive com relação às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação e altas habilidades;
 Promover a valorização do profissional da educação; e
 Prosperar o respeito à liberdade e apreço a tolerância, focando a erradicação da violência escolar (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2014)

Tal ação demonstra as ações desta metrópole com a evasão escolar, mesmo estando em situação de aparente controle da situação.

Relativo à distorção idade-série, no ano de 2014, foi registrado um percentual de 12% no Ensino Médio (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEDU, 2015).

- Município de Taubaté: A Prefeitura de Taubaté mostrando a sua preocupação com a evasão escolar, no mês de novembro de 2015 fez a seguinte publicação (TAUBATÉ, 2015b):

[...] A Prefeitura de Taubaté, por meio da Secretaria de Educação, adquiriu 46.944 kits escolares para distribuição aos alunos matriculados na rede municipal de educação, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, através do Sistema SIGARP/FNDE (Sistema de Gerenciamento de Adesão de Registros de Preços), ferramenta que permite às prefeituras e aos estados a aquisição de equipamentos e materiais por meio de uma Ata de Registro de Preços previamente realizada pelo FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (TAUBATÉ, 2015b).

O intuito foi fortalecer os vínculos das escolas com as comunidades e favorecer a continuidade das crianças nas unidades escolares, impedindo que a falta de material gerasse a evasão escolar (TAUBATÉ, 2015b).

Na Tabela 15 é apresentado um panorama geral deste município, neste quesito, do ano 2007 ao ano 2014.

Tabela 15 - Evasão Escolar em Taubaté 2007 – 2014 – Ensino Médio

Ensino Médio - Taubaté								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Estadual	4,7	4,9	5,9	6,6	5,4	4,5	4	3,3
Municipal	0,1	0	0	0	0	0,2	0	0
Particular	0,1	0	0,2	0,3	1,5	0	0	0

Fonte: INEP (2015a)

Uma análise desta Tabela 15 indica três aspectos a serem considerados:

- Relação evasão nas escolas particulares e o ensino público: A evasão no ensino particular é nula nos anos 2012; 2013; e 2014;
- O ensino municipal apresenta taxas de evasão significativamente melhor em relação ao ensino estadual, embora o Ensino Médio tenha sido municipalizado em apenas uma escola (E.M.E.F.M. Prof. José Ezequiel Souza); e
- No concernente às taxas de evasão, o município mostra uma tendência de declínio, ano a ano, a partir de 2010;

Relativo à distorção idade-série, no ano de 2014, foi registrado um percentual de 14% no Ensino Médio (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdU, 2015).

- Município de Jacareí: A Prefeitura local lançou projetos com o objetivo de diminuir a evasão escolar, sendo que para tanto, adotou o programa “Futebol de Rua pela Educação”, instituído pelo Instituto Futebol de Rua, cujo objetivo é reter o aluno na escola. Patrocinou uma escolinha de futebol de rua no município, promovendo também uma integração entre escola e comunidade (JACAREÍ, 2012).

A escola E.E. João Feliciano, em específico, promoveu uma interação diferente no conteúdo das aulas de Educação Artística e História do Ensino Médio; com tinta de spray, os alunos fazem grafites no muro da escola, dentro do projeto Memorial Jacareí (JACAREÍ, 2014).

Além de estimular a curiosidade dos alunos para uma forma de arte contemporânea, o principal objetivo do Memorial Jacareí foi diminuir a evasão

escolar e fazer com que atividade servisse como algo extracurricular para as aulas, retendo assim o aluno na escola.

Tabela 16 - Evasão escolar em Jacareí 2007 – 2014 – Ensino Médio

Ensino Médio - Jacareí								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Estadual	5,6	3,6	2,3	3,5	3,2	3,2	5,1	3,6
Municipal	x	x	x	x	x	x	x	x
Particular	0,1	0	0	0	0	0,2	0,1	0,1

Fonte: INEP (2015a)

Os mesmos comentários relativos ao desempenho do ensino particular e do público, feitos aos municípios anteriores, são válidos.

Relativo à distorção idade-série, no ano de 2014, foi registrado um percentual de 9% no Ensino Médio (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdu, 2015).

- Município de Pindamonhangaba: Para fundamentar a elaboração do Plano Municipal de Educação, o município fez uma diagnose dos problemas com a evasão escolar que resultou na seguinte estratégia:

Mapeamento dos territórios com maior concentração de vulnerabilidades sociais relacionadas à educação, como analfabetismo e evasão/abandono escolar;
 Presença de crianças e adolescentes fora da escola e de crianças e adolescentes que não sabem ler e escrever nas famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais; e
 Diagnóstico de evasão/abandono escolar nas famílias atendidas pelos CRAS - Centros de Referência de Assistência Social (PINDAMONHANGABA, 2015a);

O Plano Municipal de Educação se encontrava em fase de elaboração em 2015, tendo última audiência pública se realizado no mês de maio daquele ano (PINDAMONHANGABA, 2015b).

O desempenho do município entre os anos 2007 e 2014 pode ser visualizado na Tabela 17:

Tabela 17 - Evasão escolar em Pindamonhangaba 2007 – 2014 – Ensino Médio

Ensino Médio - Pindamonhangaba								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Estadual	8,7	11,8	6,6	9,3	7,6	5,9	7,9	8
Municipal	x	x	x	x	x	x	x	x
Particular	0,2	0	0,4	0,2	0	0	0	0

Fonte: INEP (2015a)

Os mesmos comentários relativos ao desempenho do ensino particular face ao público, feitos anteriormente, são válidos.

Relativo à distorção idade-série, no ano de 2014, foi registrado um percentual de 9% no Ensino Médio (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEDu, 2015).

- Município de Guaratinguetá: Como este município será estudado, detalhadamente, na sequência dessa pesquisa, os comentários, pormenorizados, a ele pertinentes serão feitos posteriormente. Aqui se apresenta a Tabela 18 que demonstra a evolução da evasão no período 2007 a 2014, com dados do INEP.

Tabela 18 - Evasão escolar em Guaratinguetá 2007 – 2014 – Ensino Médio

Ensino Médio - Guaratinguetá								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Estadual	3,7	6,2	1,8	3,8	3,8	2,5	6,1	3,2
Municipal	x	x	x	x	x	x	x	x
Particular	0	0	0	0	0	0,2	0,1	0,4

Fonte: INEP (2015a)

Uma análise desta Tabela 18 indica que o ensino particular, da mesma maneira que nas tabelas anteriores, tem um melhor desempenho que o ensino público nos anos exibidos.

No tocante ao Ensino Médio, a análise não indica a existência de tendências, havendo variações significativas de ano a ano, por vezes havendo até 100% de diferença entre os percentuais.

- Município de Caraguatatuba: Embora, em alguns casos, este município litorâneo possa servir de modelo no quesito evasão escolar, este problema nacional não deixa de ser cuidado pelas autoridades locais.

As seguintes ações foram tomadas neste intuito pelo município:

[...] Vinte e nove alunos da EMEF Prof. Luiz Ribeiro Muniz (Martim de Sá) receberam, na manhã desta quarta-feira (15/4/2015), bicicletas do Programa Caminho da Escola. Esta é a segunda etapa da entrega das 590 bicicletas, que começaram a ser distribuídas no ano passado. O Programa Caminho da Escola, do Governo Federal, tem o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ao proporcionar transporte diário e, com isso, acesso e a permanência dos estudantes nas escolas das redes municipal e estadual e da zona rural. Além disso, possibilita a prática de uma atividade saudável (CARAGUATATUBA, 2015).

O governo Federal, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em parceria com o Inmetro, oferece veículos com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes, e adequados às condições de trafegabilidade das vias urbana e rural.

O município de Caraguatatuba aproveitou esta iniciativa, adaptando o programa às necessidades locais (CARAGUATATUBA, 2015).

A preocupação com a evasão escolar não está presente somente nos tempos atuais, porém já remonta a um passado de anos quando o projeto abaixo apresentado foi implementado (CARAGUATATUBA, 2009).

PROGRAMA: MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO - Nossa Escola, Nosso Futuro! Os indicadores educacionais em Caraguatatuba, embora melhores do que em muitos municípios brasileiros, também estão muito aquém do que seria o ideal. Os indicadores das escolas municipais de Ensino Fundamental de Caraguatatuba, em 2008, foram os seguintes, tendo como base o total de 10.451 (dez mil quatrocentos e cinquenta e um) alunos matriculados: 1. Evasão: 03,30%; 2. Retenção: 07,85% 3. Promoção: 88,85% (CARAGUATATUBA, 2009).

Os dados referentes ao ano 2008 tiveram uma sensível melhora nesta década atual, sendo demonstrados da mesma forma que foi executado com os municípios precedentes. Na sequência, mediante a Tabela 19, serão apresentados os números com os dados da evasão em Caraguatatuba.

Tabela 19 - Evasão Escolar em Caraguatatuba 2007 – 2014 – Ensino Médio

Ensino Médio - Caraguatatuba								
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Estadual	2,9	1,2	0,7	0	1,2	1,1	0	0
Municipal	x	x	x	x	x	x	x	x
Particular	0	0	0,3	0	0	0	0	0

Fonte: INEP (2015a)

Os dados apresentados pela prefeitura divergem um pouco dos dados divulgados pelo IBGE-INEP, pois em relação a 2008, a taxa de 3,3% evidenciada, está bem mais alta que o apurado pelo INEP, mormente em se tratando do Ensino Fundamental, que sempre se mostrou em nível inferior ao apresentado pelo Ensino Médio.

A desistência escolar (não pesquisada pelos institutos e cujo cálculo neste estudo foi descrito mediante a Figura 5, na seção 2.4) com perfil bem mais preocupante, passa ser foco deste estudo de resultados, pois supera em alguns casos o percentual de 40%.

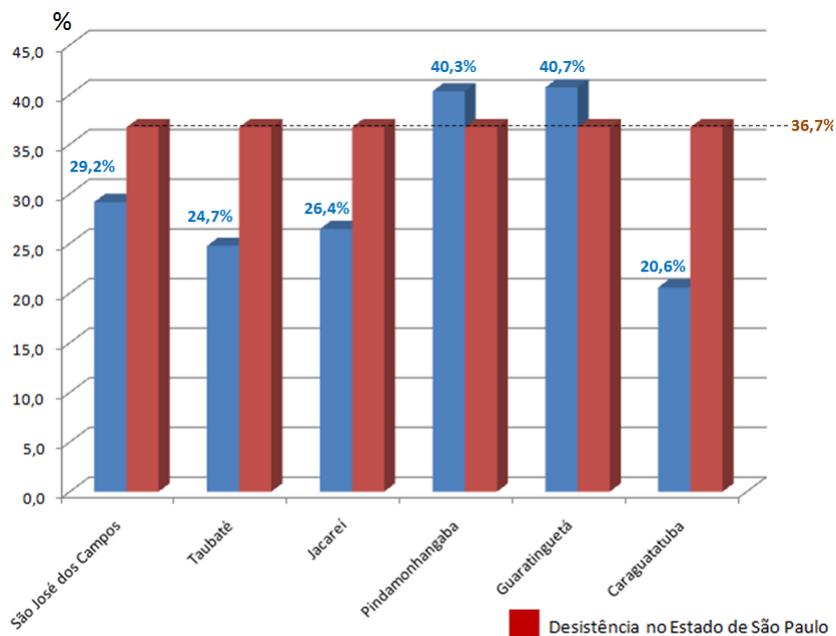
Nos municípios com população superior a 100.000 habitantes, integrantes da RMVPLN, a média de desistências no Ensino Médio atinge a 30,3% (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdU, 2015), em se considerando o ano de 2014.

No Estado de São Paulo, no mesmo ano o fenômeno atingiu o percentual de 36,7%, conforme indicado no gráfico 5, contido na seção 2.4.

Os indicadores quando mostrados de uma forma individualizada, não traduzem a realidade, pois o efeito comparativo fica prejudicado não permitindo embasar a análise crítica e contribuir para a melhoria contínua dos processos organizacionais (BRASIL, 2013b), conforme já dissertado na seção 2.3.

A RMVPLN, no tocante a este fenômeno, tem evidenciada no Gráfico 10 sua situação.

Gráfico 10 – Desistência Escolar nos maiores municípios RMVPLN - 2014



Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Esses dados acabam evidenciando uma grande distorção de idade-série, que permanece um problema para com a educação brasileira, conforme afirmado anteriormente por Gonzato (2012), devido aos alunos nesta condição terem um desempenho inferior aos demais.

O percentual médio de pessoas fora da idade ideal para estar cursando o Ensino Médio nos municípios com população acima de 100.000 habitantes, em 2014, (Caraguatatuba - 10%; Guaratinguetá - 18,1%; Jacareí - 9,4%; Pindamonhangaba - 15,6%; São José dos Campos - 11,7%; Taubaté - 13,9%) na RMVPLN é de 13,1% (INEP, 2015a)

4.1.2.1 Comparativo escolas públicas e particulares municípios litorâneos do Vale do Paraíba, grandes centros e Guaratinguetá

As tabelas 14 (São José dos Campos), 15 (Taubaté), 16 (Jacareí), 17 (Pindamonhangaba), 18 (Guaratinguetá), e 19 (Caraguatatuba) mostram que a evasão escolar, nas escolas particulares do Vale do Paraíba, tem de forma nítida um

desempenho significativamente superior às escolas públicas, substanciando assim os comentários feitos quanto aos motivos da evasão escolar nas observações específicas feitas por Forgiarini e Silva (2007) a respeito do abandono nas escolas públicas.

Compete lembrar que a Distorção Idade-Série, em 2014, um dos fatores causadores da evasão escolar, com exceção de Jacareí (9%), é igual ou maior que 10% nesses municípios com população superior a 100.000 habitantes, dos quais Guaratinguetá exibe o maior percentual atingindo a 18%.

A Reprovação Escolar que provoca o fenômeno da distorção em alguns municípios supera ao percentual de 10%, em que, novamente Guaratinguetá atinge o maior nível com 18,2%, no ano de 2014.

A Tabela 20 mostra o desempenho destes municípios no transcurso do ano 2014.

Tabela 20 - Comparativo evasão 2014 - Municípios litorâneos e grandes centros
RMVPLN

Cidades	Reprovação	Evasão	Desistência	Distorção Idade-Série
Caragatatuba	1,5%	0,0%	20,6%	10,0%
Ilhabela	6,6%	0,1%	11,5%	12,0%
São Sebastião	3,6%	0,1%	29,0%	12,0%
Ubatuba	7,5%	1,2%	28,8%	11,0%
Guaratinguetá	18,2%	2,8%	40,7%	18,0%
Jacareí	11,6%	3,2%	26,5%	9,0%
Pindamonhangaba	9,1%	7,3%	40,4%	16,0%
São José dos Campos	10,4%	1,8%	29,2%	12,0%
Taubaté	6,1%	2,3%	24,8%	14,0%
Estado São Paulo	10,7%	4,2%	36,7%	15,0%
Brasil	12,2%	7,6%	41,5%	28,0%

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

As Taxas (2014) de Reprovação, Desistência e Distorção de Guaratinguetá (18%) são as mais elevadas entre os municípios relacionados. Outrossim, nas Taxas de Reprovação (18,2%), Desistência (40,7%) e Distorção este município supera a média verificada no Estado de São Paulo (respectivamente 10,7%, 36,7% e 15%).

Batista faz a seguinte afirmação sobre a diferença entre a escola pública e a escola particular: “Somente no 3º ano do Ensino Médio um aluno da rede pública

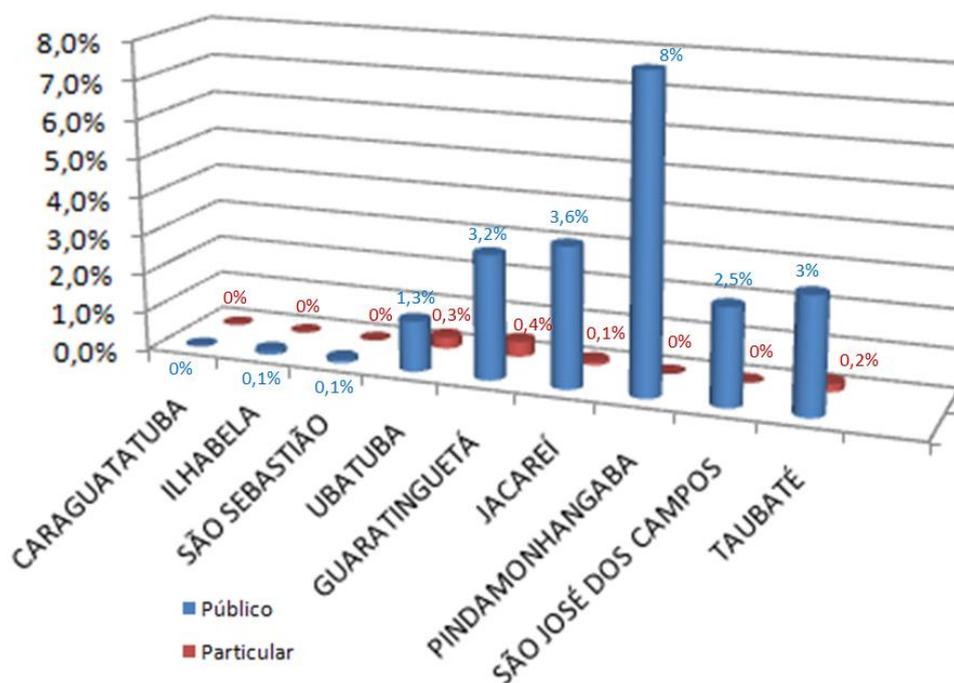
atinge os mesmos níveis de rendimento de alunos da 8ª série do Ensino Fundamental privado” (BATISTA, 2005, p. 47).

Em curto prazo, a massificação do ensino traz esta situação, tanto que num processo programático para uma década, o PNE (2014b) faz uma projeção para trazer a avaliação mensurada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do nível escolar de nota 4,3 (2015) para uma nota projetada de 5,2 no ano 2021 (PNE, 2014b).

O Estado de São Paulo com avaliação IDEB (Administração Estadual) de 3,7 no ano 2013, para o Ensino Médio, ficou abaixo da meta estabelecida de 3,9. A avaliação para a rede de ensino particular atingiu a nota 5,6, também ficando em nível inferior a meta estabelecida de 6,2 (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEd, 2015).

Tendo em vista estes comentários pertinentes à comparação privado – público, também, na forma gráfica para uma melhor visualização, o comparativo entre os municípios litorâneos, grandes centros e Guaratinguetá, referente ao ensino público e o particular, ano de 2014, quesito evasão escolar – Ensino Médio é apresentado.

Gráfico 11 - Comparativo das taxas de Evasão, Ensino Médio particular e público – Municípios litorâneos e grandes ventros do Vale do Paraíba 2014



Fonte: INEP (2014)

Inobstante os indicadores mostrarem, nos municípios litorâneos de Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião, Taxas de Evasão no nível de 0%, tanto no ensino público, quanto no particular, o Censo de 2010 (em relação a população com idade superior ou igual a 25 anos) indica nestes municípios percentuais divergentes ao apontar respectivamente:

- Caraguatatuba – 42,9% de pessoas com E. F. incompleto; 59,5% com Ensino Médio incompleto;
- Ilhabela – 43,9 de pessoas com E. F. incompleto; 61,5% com Ensino Médio incompleto; e
- São Sebastião – 45% de pessoas com E. F. incompleto; 62,1% com Ensino Médio incompleto; (ATLAS BRASIL, 2013).

4.1.3 Vulnerabilidade e aspectos sociais da RMVPLN

A desocupação completa, sem o jovem trabalhar e estudar, simultaneamente, tem potencial para levar a pessoa a anomia, alheamento total ou parcial que pode levá-lo ao alcoolismo, drogas ou marginalização progressiva. Este fenômeno é um dos componentes do tópico de vulnerabilidade divulgado pelo Atlas Brasil (2013).

A vulnerabilidade social é mensurada na forma de diversos quesitos, sendo que esta pesquisa ateu-se às causas relacionadas à educação, com realce na evasão e desistência escolar dos jovens que deixaram o Ensino Médio, sem concluí-lo;

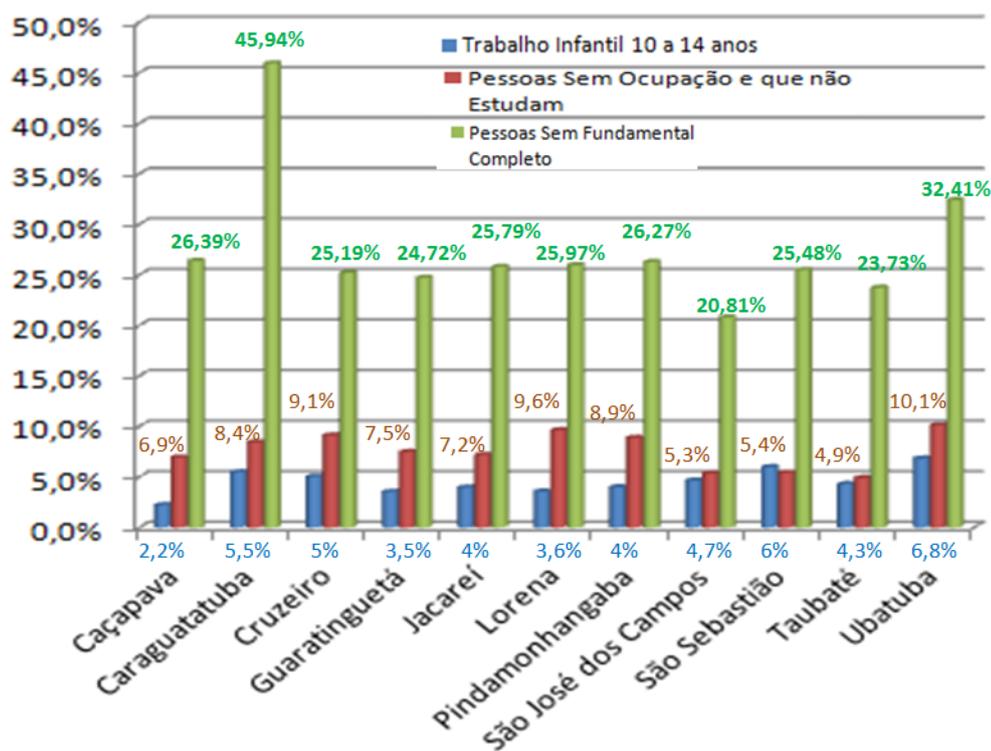
Para uma visualização da vulnerabilidade social, o Gráfico 12 com dados retirados do censo demográfico de 2010, mostra o perfil dos municípios com população superior a 50.000 habitantes da RMVPLN, Censo 2010 (IBGE, 2014a).

Esse Gráfico demonstra que a média de pessoas sem o Ensino Fundamental completo (27,5% - 2010) recebeu uma contribuição alta dos municípios litorâneos de Caraguatatuba (45,9%) e Ubatuba (32,4%). Esses municípios tiveram uma redução no índice de desistência a partir do ano de 2012 no Ensino Médio

(Este trabalho não levantou dados do Ensino Fundamental no período 2010 – 2012, devido a esta modalidade de ensino não fazer parte do escopo deste).

Caraguatatuba no ano de 2014, concernente ao Ensino Fundamental, teve mais aprovações no 9º ano do E.F – 1.909 aprovados, do que o número de matrículas efetivado no 1º ano – 1.542 matriculados (FUNDAÇÃO LEMANN, 2014).

Gráfico 12 - Indicadores de vulnerabilidade RMVPLN 2010



Fonte: IBGE (2014a) - Atlas Brasil (2013)

A preocupação maior fica no percentual de jovens que não trabalham e nem estudam, na faixa etária de 15 aos 24 anos, classificado como vulnerabilidade na pesquisa IBGE – CIDADES (2014a), força desperdiçada não aproveitada pelo mercado de trabalho.

Esta preocupação pode ser verificada no Censo 2010, quando a pesquisa feita com jovens, que estavam na faixa etária entre 15 a 24 anos indicou que 7,24% deles não estudavam, não trabalhavam e eram vulneráveis

Como abordado anteriormente, este pode ser um dado temporal fruto de um dos momentos em que a economia vivenciava um retrocesso, e grande parte deste contingente estava momentaneamente desempregado, sendo que a Tabela 21 mostra este aspecto da vulnerabilidade e das pessoas sem o Ensino Fundamental completo na RMVPLN.

Tabela 21 - Vulnerabilidade RMVPLN

	2000	2010
% de pessoas (15 a 24 anos) Sem estudar e sem trabalhar	10,42	7,24
% de pessoas Vulneráveis à pobreza	30,44	18,63
% de pessoas (maiores de 18) Sem Fundamental completo Ocupação informal	38,34	25,97

Fonte: Atlas Brasil (2013)

Este é o ponto em que a evasão e a desistência (que não é contabilizada como evasão escolar, ou abandono no censo) acarretam subemprego.

Na localidade onde não há estímulo para a educação, ou faltam vagas no mercado de trabalho para quem não tem um mínimo de escolaridade, os jovens ficam à mercê do emprego informal, e na sua face pior vão para a vulnerabilidade, agravando o desnível social.

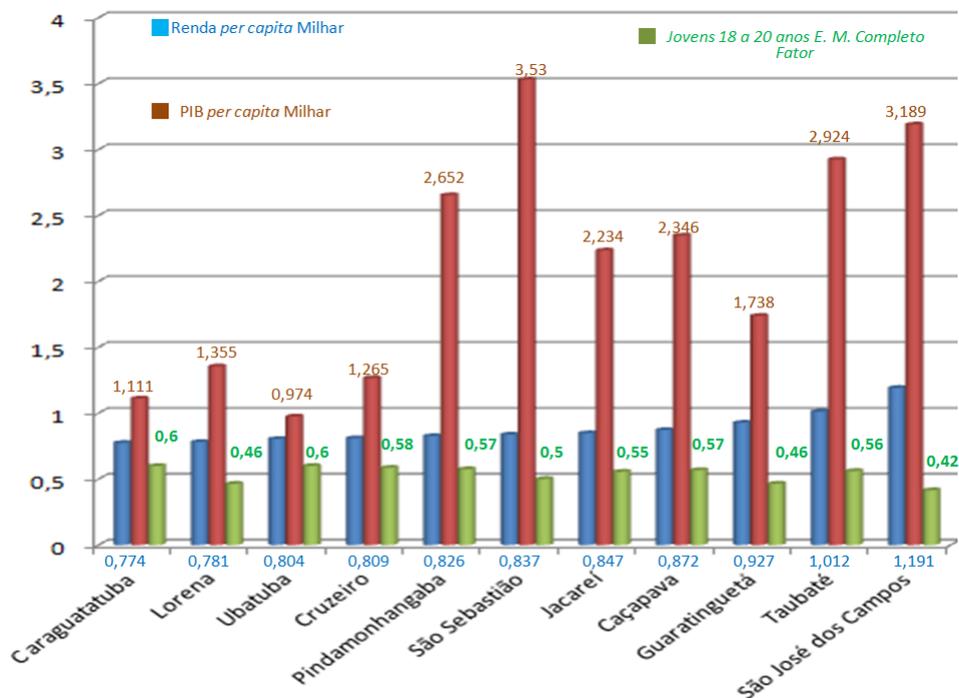
4.1.4 Renda e educação

Esta seção de resultado pesquisou a possível vinculação do fator renda com o Ensino Médio completo, tendo em vista que a remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público, fazem parte da quarta variável que compõe o IPRS-Riqueza, conforme dissertado na seção 2.3.1.

Já a escolaridade média completa é requisito, normalmente pedido, para a obtenção de vaga no mercado de trabalho, conforme dissertado por Zibas (1996) e Borges (2011).

Discorreu-se sobre a diferenciação entre os indicadores PIB per capita e da Renda per capita na seção 2.9, quando o primeiro indicador aferia a riqueza de uma localidade, enquanto o segundo indicador aferia a renda média familiar do mesmo local. Este estudo de vinculação é exibido no Gráfico 13, que se segue:

Gráfico 13 - Comparativo PIB per capita/RPC – Ensino Médio completo - 2010



Fonte: IBGE (2014a) – DEEPASK (2016)

Embora o PIB e a Renda per capita não sejam os melhores indicadores de desenvolvimento regional, eles podem ser utilizados para se fazer comparações.

A composição dos indicadores em um mesmo gráfico permite visualizar que a vinculação escolaridade – renda não é proporcional.

Via de regra, o setor industrial tem como pré-requisito para contratação de pessoal, que os candidatos tenham o Ensino Médio completo. Já no emprego informal (maiores taxas nos municípios litorâneos de Caraguatatuba e Ubatuba), está exigência é atenuada.

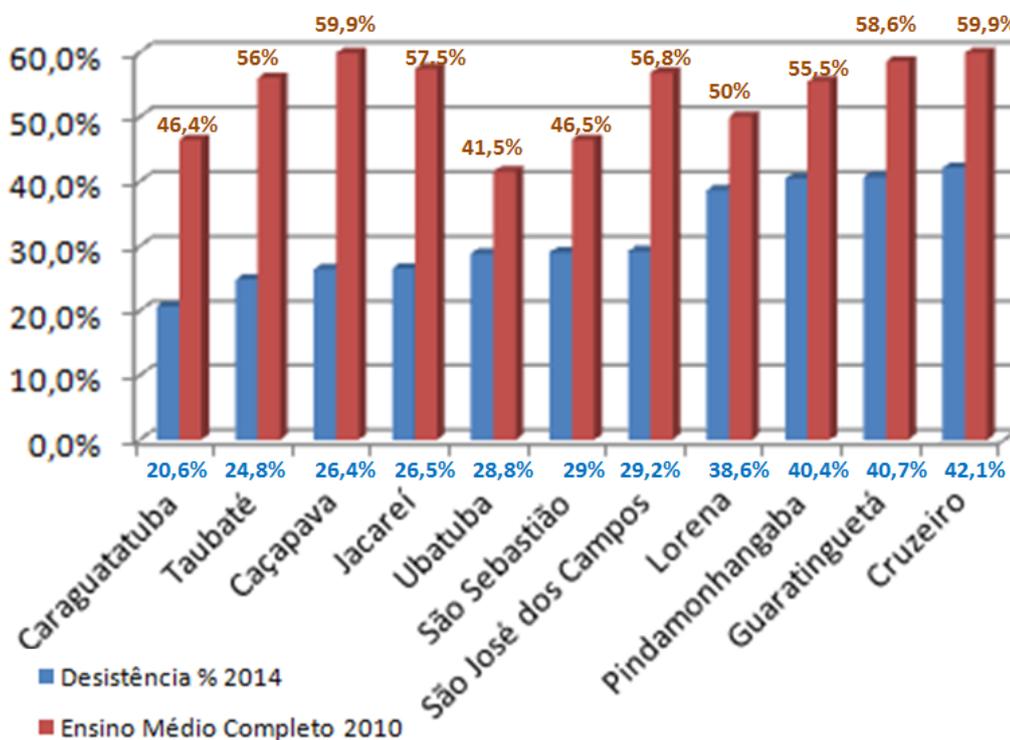
A mesma situação ocorre se a demanda for por prestação de serviços braçais ou artesanais, nos quais as tarefas não exijam do intelecto das pessoas, se sustentando em tarefas braçais.

Marx (1995) afirmava sobre este contexto: “Para capacitá-los, para o seu trabalho, nenhum treino intelectual é necessário; não há margem para emprego de nenhuma habilidade nem de discernimento” (MARX, 1995, p. 556).

Para se verificar um possível nexos comparativo (nos municípios selecionados) entre o percentual de desistência escolar no Ensino Médio, e o de jovens na faixa

etária de 18 a 20 anos, com este nível de ensino completo, o Gráfico 14 das duas situações é apresentado.

Gráfico 14 - Evasão no Ensino Médio – Jovens (Faixa Etária 18 a 20 Anos) ensino completo



Fontes: Atlas Brasil (2013) e Fundação Lemann/Meritt; e Qedu (2015)

Os municípios litorâneos foram agrupados e separados no gráfico, por possuírem um perfil demográfico diferenciado dos demais municípios interioranos.

O gráfico não deixa evidenciado a existência de nexos comparativos entre desistência escolar e o percentual da população com Ensino Médio completo, nos municípios selecionados da RMVPLN.

Nos quesitos riqueza, longevidade e escolaridade, em vista ao demonstrado no Gráfico 12, em que Lorena (9,64%) e Ubatuba (10,01%) apresentaram a maior taxa de jovens de 15 a 24 anos sem nenhuma ocupação e sem estudar, Censo 2010 (ATLAS BRASIL, 2013), o SEADE (2015) classificou estes municípios nos grupos 5 e 4 respectivamente (Tabela 9), ano 2012, com o seguinte conceito:

Grupo 5: Município desfavorecido tanto em riqueza, quanto em indicadores sociais;

Grupo 4: Município que apresenta baixo nível de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade.

Ubatuba, apesar do desempenho positivo quanto à evasão escolar, apresenta uma baixa renda per capita (R\$ 804,00 - 2010), sendo que Lorena apresenta uma taxa de evasão elevada e também baixa renda per capita (R\$ 781,00 - 2010), dados explicitados na Tabela 10 (ATLAS BRASIL, 2013).

Guaratinguetá (R\$ 927,00 - 2010) apresenta a terceira maior renda per capita, na RMVPLN, situando-se abaixo da mediana do Estado de São Paulo - R\$ 1.036,51 (ATLAS BRASIL, 2013), se sobrepondo a outros municípios de Produto Interno Bruto (PIB) maior, porém apresenta a terceira maior taxa de evasão no Ensino Médio (5,2%) e a quarta maior taxa no Ensino Fundamental Anos Finais (1,7%), conforme o Gráfico 9 apresentado na seção 4.1.2, relativo ao ano 2013 (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdU, 2015).

Conforme frisado, o custo por aluno deve ser aumentado e não diminuído se o objetivo, como anteriormente dito, for um ensino de qualidade. A educação proporcionada, se além da qualidade for adequada às necessidades peculiares da sub-região administrativa, estará atrelada a um desenvolvimento regional, ao reter o aluno e aumentar seu capital intelectual.

A plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ATLAS BRASIL, 2013) traz uma pesquisa na qual é mostrado o percentual da população de um município que se encontra na situação de pobreza. Nesse quesito, o município de Ubatuba fica na pior condição com 8,8% (2010), seguido de Lorena que pontuou 8,5%.

Em relação ao indicador “pobreza”, os municípios que possuem os melhores percentuais (menores) foram Taubaté (3,75%) e São Sebastião (3,47%). Guaratinguetá, foco deste estudo, apresentou no ano de 2010 o percentual de 5,95% (ATLAS BRASIL, 2013).

Quando o indicador verificado no ano de 2010 foi o Coeficiente de GINI, os municípios com desigualdade maior foram Guaratinguetá (0,54) e São José dos Campos (0,55). Os municípios em melhores condições de desigualdade foram respectivamente Jacareí (0,49) e São Sebastião (0,49). Ubatuba exibe uma

desigualdade crescente, tendo registrado no ano de 1991- 0,54; 2000 – 0,57; e 2010 – 0,58 (ATLAS BRASIL, 2013).

4.2 A Evasão nas escolas técnicas de nível médio

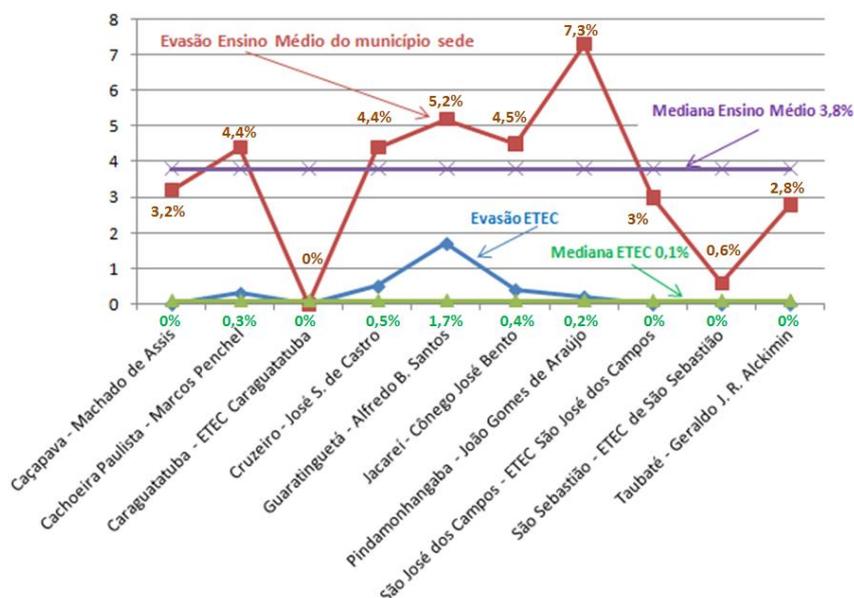
Esta seção faz um breve relato desta modalidade de Ensino Médio, devido a sua característica peculiar de ter acesso mediante vestibular, e de ter forte vínculo com o desenvolvimento regional e/ou local, ao proporcionar mão de obra técnica especializada para suprir as necessidades da RMVPLN, tanto nos setores industriais e serviços, também, como nos setores de turismo e comércio.

A evasão escolar atingindo a Escola Técnica de Ensino Médio (ensino técnico), apesar de ocorrer em menor escala, tem um custo maior para a sociedade, pois demanda maiores recursos para funcionar. Trata-se de um fenômeno que vem ocorrendo paulatinamente, o que também merece a atenção da sociedade, pois uma evasão ocorrida neste nível priva a formação do cidadão que não conseguiu uma pontuação melhor no vestibular de ingresso.

Visando uma comparação com o Ensino Médio normal, o Gráfico 15, apresenta os dados de abandono das ETECs da RMVPLN, juntamente com as taxas de evasão do Ensino Médio normal de cada cidade sede, sendo elas respectivamente: Caçapava; Jacareí; e São José dos Campos (Sub-região 01); Cachoeira Paulista; e Guaratinguetá (Sub-região 3); Cruzeiro (Sub-região 4); Pindamonhangaba e Taubaté (Sub-região 2); São Sebastião; Caraguatatuba (Sub-região 5).

Este Gráfico 15 permite visualizar o desempenho melhor das escolas técnicas (Mediana de 0,1%) de evasão escolar face ao Ensino Médio normal (Mediana de 3,8%).

Gráfico 15 - Comparativo Ensino Médio – ETECs – RMVPLN (2014)



Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdu (2015)

A ETEC Alfredo Barros. Santos – Guaratinguetá (1,7%) destoou negativamente perante o desempenho das outras escolas técnicas no ano 2014.

O ensino técnico por estar focado na preparação do aluno para o mercado de trabalho em prazo reduzido, desperta a motivação deste aluno, pois o mesmo antevê sua possibilidade de conseguir uma colocação em uma vaga de trabalho em um tempo também reduzido.

Para se ter uma visão comparativa da situação da evasão escolar nos cursos de Nível Médio Técnico das escolas públicas de Guaratinguetá, essa pesquisa selecionou as escolas dos municípios de Caraguatatuba e Taubaté para estabelecer a comparação.

a) Caraguatatuba

O Centro Paula Souza, sendo denominado ETEC Caraguatatuba, conforme os dados disponibilizados pelo IBGE/INEP, apresentou na Tabela 22, o seguinte desempenho no ano 2014: 100% de taxa de aprovação e percentual de evasão 0%, em todas as três séries do ano letivo de 2014 no Ensino Médio Técnico.

Tabela 22 - ETEC Caraguatatuba – Ano 2014

ETEC Caraguatatuba 2014								
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Matrículas	79		80		77		236	
Reprovação	0	0	0	0	0	0	0	0
Abandono	0	0	0	0	0	0	0	0
Aprovação	79	100	80	100	77	100	236	100

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Cumprir examinar neste passo se a excelência do resultado é fato atípico ou se é um fenômeno estável, tal como se evidenciou como Ensino Médio particular verificado neste município; optou-se então por verificar se o desempenho dos anos 2010 até o ano 2014, o que é demonstrado na Tabela 23:

Tabela 23 - Desempenho da ETEC Caraguatatuba 2010 - 2014

ETEC Caraguatatuba											
		2010		2011		2012		2013		2014	
		Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
1º Ano	Aprovação	76	98,6	79	98,7	78	100	78	100	79	100
	Reprovação	2	1,4	2	1,3	0	0	0	0	0	0
	Abandono	0	0,0	0	0	0	0	0	0	0	0
2º Ano	Aprovação	x	x	71	89,5	77	98,7	76	100	80	100
	Reprovação	x	x	4	3,9	0	0	0	0	0	0
	Abandono	x	x	6	6,6	2	1,3	0	0	0	0
3º Ano	Aprovação	x	x	x	x	69	97	75	100	77	100
	Reprovação	x	x	x	x	3	3	0	0	0	0
	Abandono	x	x	x	x	0	0	0	0	0	0
Total	Aprovação	76	98,6	150	94,1	224	98,6	229	100	236	100
	Reprovação	2	1,4	5	2,6	3	0,9	0	0	0	0
	Abandono	0	0	6	3,3	2	0,4	0	0	0	0

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015).

Analisando-se a Tabela 23, pode se perceber que após um início já muito bom, a ETEC se consolidou e passou a exibir um aproveitamento de 100%, algo já esperado, pois no Ensino Médio regular, a taxa de evasão escolar apurada pela pesquisa da Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015) foi de 0%.

Os municípios litorâneos da RMVPLN, entre eles Caraguatatuba, possuem ligação com a área petrolífera, face aos terminais portuários ali existentes, o que causa demanda de mão de obra especializada.

b) Taubaté

O Centro Paula Souza ETEC. Dr. Geraldo José Rodrigues Alckmin têm os dados disponibilizados pelo IBGE apresentados na Tabela 24, com o seguinte desempenho no ano 2014:

Tabela 24 - ETEC Dr. Geraldo José Rodrigues Alckmin – Ano 2014

ETEC Dr. Geraldo José Rodrigues Alckmin 2014								
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Matrículas	159		119		113		391	
Reprovação	5	2,7	3	2,5	0	0	8	1,9
Abandono	0	0	0	0	0	0	0	0
Aprovação	154	97,3	116	97,5	113	100	383	98,1

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Pela análise da Tabela 24, percebe-se o alto nível de aprovação e com taxa de evasão (abandono) de 0%. Para a visualização ano a ano do desempenho da escola, na Tabela 25 é apresentado o resultado da pesquisa IBGE, tabulado pela Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015).

Tabela 25 - Desempenho da ETEC Dr. Geraldo José Rodrigues Alckmin 2010 - 2014

ETEC Dr. Geraldo José Rodrigues Alckmin											
		2010		2011		2012		2013		2014	
		Quant.	%								
1º Ano	Aprovação	157	99,4	105	89,7	117	100	118	98,3	154	97,3
	Reprovação	1	0,6	13	10,3	0	0	3	1,7	5	2,7
	Abandono	0	0,0	0	0	0	0	0	0	0	0
2º Ano	Aprovação	159	100	146	91,8	113	94,1	115	98,2	116	97,5
	Reprovação	0	0	4	2,5	8	5,9	3	1,8	3	2,5
	Abandono	0	0	10	5,7	0	0	0	0	0	0
3º Ano	Aprovação	119	100	146	93,5	158	98,7	120	99,2	113	100
	Reprovação	0	0	3	1,9	3	1,3	1	0,8	0	0
	Abandono	0	0	8	4,6	0	0	0	0	0	0
Total	Aprovação	435	99,8	396	91,8	388	97,7	352	98,6	382	98,1
	Reprovação	1	0,2	19	4,4	10	2,3	6	1,4	8	1,9
	Abandono	0	0	17	3,8	0	0	0	0	0	0

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Analisando-se a Tabela 25, nota-se que com exceção do ano 2011, quanto houve um aumento significativo, em todos os outros anos não houve ocorrência de evasões.

Em relação à Taubaté, o Centro Paula Souza – ETEC Dr. Geraldo José Rodrigues Alckmin, em face de um processo de melhoria contínua, preparou para 2011 um projeto denominado Plano Escolar 2011, sendo que uma das metas contidas neste plano era uma atuação para controlar e reduzir a evasão no corpo discente. Algumas medidas foram utilizadas, entre elas:

Medidas de contenção da evasão: Informar aos alunos ingressantes do 1º módulo, na integração, de forma clara, os objetivos do curso e o papel do profissional do referente curso no mercado de trabalho, bem como as características do mesmo. Implantação de projetos para desenvolver aulas práticas, e serviços que possam ser prestados à comunidade local, pelos alunos, com supervisão de professores e profissionais da área. Ampliar os relacionamentos com empresas da região para a oferta de estágios aos alunos matriculados (TAUBATÉ, 2015a).

Isto vem a demonstrar o cuidado e dedicação que as ETECs têm para com os alunos, contribuindo assim na formação de cidadãos, que são o esteio de um desenvolvimento regional perene.

Ao analisar comparativamente esta pesquisa com outras existentes, os números podem se apresentar de forma divergente, pois em alguns casos se trata da mesma escola neste estudo pesquisada. Sobre este fato, abordando a evasão escolar, Silva Filho e Lobo pelo Instituto Lobo (2012), fazem a seguinte observação:

[...] É possível fazer outros cálculos sobre a Evasão, incluindo a Evasão por IES e do Sistema, retirando-se do cálculo os ingressantes oriundos de transferências entre IES, ou entre cursos na mesma IES. É esse cálculo que o MEC pretende utilizar, segundo foi informado no encontro da AMBES realizado em 04/10/2011. Seja qual for o método utilizado, o importante é poder medir a evolução da Evasão para definir tendências e políticas sobre o tema (INSTITUTO LOBO, 2012. s. p.).

c) Guaratinguetá

O município possui duas escolas profissionalizantes de Ensino Médio, ambas administradas pelo Estado e contando com cerca de trezentos alunos em cada uma delas.

A primeira escola profissionalizante de Guaratinguetá, a ser apresentada, é a ETEC Alfredo de Barros Santos (GUARATINGUETÁ, 2015d), que foi criada em 1948 para ministrar cursos profissionalizantes. No ano de 1989, conforme Resolução SE 90 de 25/04/89 passou a funcionar como Escola Técnica e foi transferida para a

administração estadual do Centro Paula Souza em 1993, continuando sob este regime atualmente.

Na Tabela 26 são mostrados os números consolidados da escola referente ao ano 2014.

Tabela 26 - ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos – Ano 2014

ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos 2014								
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Matrículas	118		115		122		355	
Reprovação	4	2,6	8	6,4	4	3,3	16	4,1
Abandono	0	0	0	0	7	5	7	1,7
Aprovação	114	97,4	107	93,6	111	91,7	332	91,7

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Vale salientar que acima de 5% a situação indica a necessidade de se definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar. Conforme salienta a Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015), tanto em 2014, quanto em alguns anos anteriores, está escola superou a taxa definida como de atenção no 3º Ano letivo.

Para uma melhor visualização do quesito evasão ao longo dos anos, da mesma forma que foi apresentado para a ETEC de Caraguatatuba e da ETEC de Taubaté, seguem na Tabela 27, os números consolidados dos anos 2010 aos 2014 desta escola, levantados pelo IBGE, tabulados pela Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015).

Tabela 27 - Desempenho da ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos 2010 – 2014

ETEC Alfredo de Barros Santos											
		2010		2011		2012		2013		2014	
		Quant.	%								
1º Ano	Aprovação	113	94,8	118	98,3	117	97,5	113	93,9	114	97,4
	Reprovação	7	5,2	3	1,7	3	2,5	8	6,1	4	2,6
	Abandono	0	0,0	0	0	0	0	0	0	0	0
2º Ano	Aprovação	181	89,6	119	93,6	117	97,4	108	90,5	107	93,6
	Reprovação	19	9,3	6	4	3	1,7	12	9,5	8	6,4
	Abandono	3	1,1	4	2,4	2	0,9	0	0	0	0
3º Ano	Aprovação	190	94,8	169	86,5	116	92,7	111	89,9	111	91,7
	Reprovação	11	5,2	15	7,3	10	7,3	12	9,2	4	3,3
	Abandono	0	0	13	6,2	0	0	2	0,9	7	5
Total	Aprovação	484	92,8	406	91,7	349	95,8	331	91,4	332	94,2
	Reprovação	36	6,8	22	4,8	15	3,9	30	8,3	15	4,1
	Abandono	3	0,4	16	3,4	2	0,3	2	0,3	7	1,7

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Pela análise da Tabela 27 foi verificado, que de maneira geral o quesito abandono (evasão) está se mantendo em níveis baixos, com excesso em alguns anos, porém de forma espaçada, embora sejam dignos de atenção os abandonos ocorridos no 3º ano de 2014, atingindo 5% que é um limite de alerta estabelecido para que sejam analisados os motivos da ocorrência (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdU, 2015).

A segunda escola profissionalizante de Guaratinguetá, também citada anteriormente, é o Colégio Técnico Industrial de Guaratinguetá (CTIG) Prof. Carlos Augusto Patrício Amorim.

O Colégio foi criado em 6 de novembro de 1970, pelo Decreto 52.553, do Governo do Estado, sendo integrado à Rede Estadual de Ensino. Posteriormente, mediante o Decreto N.º 7.815/76, transferido para a administração da Universidade de São Paulo (UNESP).

O CTIG oferece para a população local cursos na área de Mecânica, Eletroeletrônica, Eletrônica e Informática Industrial, todos ministrados em período integral, sendo que a certificação só é concedida após estágio supervisionado de 1.100 horas em empresas da região (GUARATINGUETÁ, 2015e).

Na Tabela 28 são mostrados os números consolidados da escola referente ao ano 2014.

Tabela 28 - CTIG Prof. Carlos Augusto Patrício Amorim – ano 2014

ETEC Prof. Carlos Augusto Patrício Amorim 2014								
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Matriculas	88		114		93		295	
Reprovação	4	3,5	5	4,4	4	3,3	13	3,8
Abandono	0	0	0	0	4	3,4	4	1,1
Aprovação	84	96,5	109	95,6	87	93,3	280	95,1

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Pela análise da Tabela 28 pode se verificar que a escola está num patamar de baixa evasão em todos os anos letivos analisados.

Para uma melhor visualização da questão da evasão ao longo dos anos, seguem na Tabela 29, os números consolidados dos anos 2010 aos 2014 dessa

escola, levantados pelo IBGE, tabulados pela Fundação Lemann/Meritt; e QEDU (2015).

Tabela 29 - Desempenho da CTIG Prof. Carlos Augusto Patrício Amorim 2010 – 2014

Ctig Prof. Carlos Augusto Patrício Amorim											
		2010		2011		2012		2013		2014	
		Quant.	%								
1º Ano	Aprovação	62	94	73	92,3	74	89,9	77	91,5	84	96,5
	Reprovação	3	4,5	7	7,7	9	10,1	8	8,5	4	3,5
	Abandono	1	1,5	0	0	0	0	0	0	0	0
2º Ano	Aprovação	80	88,2	93	92,9	106	94,5	94	89,9	109	95,6
	Reprovação	11	11,8	8	7,1	7	5,5	9	8,1	5	4,4
	Abandono	0	0	0	0	0	0	3	2	0	0
3º Ano	Aprovação	83	79,6	80	82,4	97	93,2	102	96,2	87	93,3
	Reprovação	22	20,4	18	17,6	8	6,8	3	2,8	4	3,3
	Abandono	0	0	0	0	0	0	2	1	4	3,4
Total	Aprovação	224	86,2	246	89	277	92,8	273	92,6	279	95,1
	Reprovação	35	13,4	31	11	22	7,2	19	6,3	12	3,8
	Abandono	1	0,4	0	0	0	0	4	1,1	4	1,1

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEDU (2015)

Os números apresentados indicam o bom desempenho da escola no quesito evasão escolar.

Para um efeito comparativo que possa ser mais bem visualizado, na Tabela 30 pode ser verificado o desempenho de cada escola no quesito abandono (evasão) ocorrido dos anos 2010 até o ano 2014.

Tabela 30 - Comparativo entre as Escolas de Nível Técnico Médio 2010 – 2014

Evasão percentual 2010 - 2014				
	Etec Caraguatatuba	ETEC Taubaté	CTIG Guaratinguetá	ETEC Guaratinguetá
2010	0	0	0,4	0,4
2011	3,3	3,8	0	3,4
2012	0,4	0	0	0,3
2013	0	0	1,1	0,3
2014	0	0	1,1	1,7

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEDU (2015)

Ano a ano pode-se evidenciar o resultado obtido pelas Escolas Técnicas de Ensino Médio.

Conforme dito anteriormente, que embora esta modalidade de ensino não apresente taxas significativas de evasão escolar, o pouco que existe afeta o desenvolvimento local, pois esta modalidade de ensino é a que permite uma

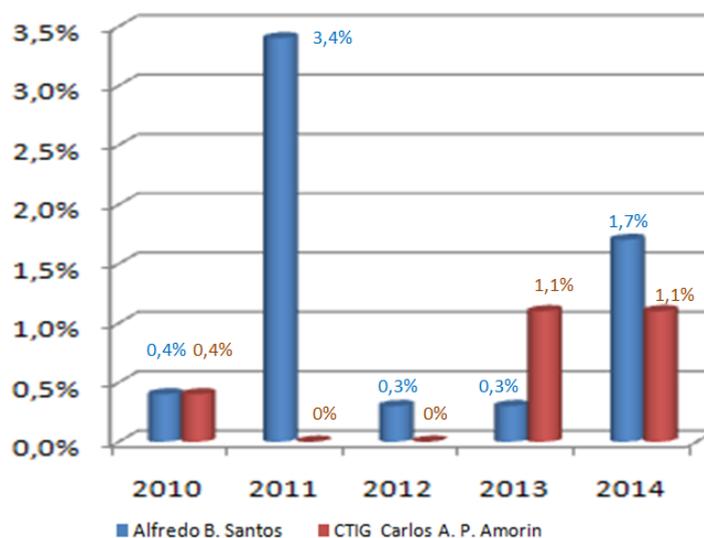
colocação mais rápida no quadro técnico das empresas, comércio e serviços em geral.

No Gráfico 15 do foi demonstrada a comparação entre o nível de evasão no Ensino Médio em contraponto ao Ensino Médio de Nível Técnico, e em 2014 somente a ETEC Alfredo de Barros Santos teve taxa de abandono superior a 1% (1,7%), mesmo assim ficando bem abaixo da mediana do Ensino Médio do Estado de São Paulo - 4,7% (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEDu, 2015).

Ainda no mesmo município, como já antes narrado, funciona a escola de cursos técnicos Colégio Técnico Industrial de Guaratinguetá, tendo como mantenedora a UNESP – Campus Guaratinguetá, CTIG Prof. Carlos Augusto Patrício Amorim, que também apresentou em 2014 taxa de evasão que superou 1% (1,1%), ultrapassando bem a mediana das escolas técnicas da RMVPLN (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEDu, 2015).

O Gráfico 16 traz os panoramas destas duas escolas técnicas do município de Guaratinguetá, para permitir uma análise de maneira comparativa. Os dados de desempenho são apresentados ano a ano.

Gráfico 16 - Escolas Técnicas de Guaratinguetá período 2010 a 2014



Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEDu (2015)

As variações de patamar entre anos superam a casa dos 100% nas duas escolas, em que se pese a quantidade de alunos matriculados, na ordem de 300 alunos, em cada uma delas (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEDu, 2015).

O acesso a estas escolas técnicas de Guaratinguetá é via vestibular (vestibulinho), fato este que se caracteriza como um filtro, selecionando os jovens que querem ter uma formação profissional atrativa para o mercado de trabalho.

4.3 A Sub-região 1 da RMVPLN

A Sub-região 1, governo de São José dos Campos, é uma das regiões com excelência de industrialização e tecnologia de ponta. É a 10ª sub-região mais competitiva do país, de acordo com estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), aparecendo posicionada na classificação geral, atrás de São Paulo, Campinas, Florianópolis, Porto Alegre, Curitiba, Jundiaí, Guarulhos, Rio de Janeiro e Caxias do Sul (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2015).

A sub-região obtém sua melhor classificação no vetor capital humano, ficando na quarta posição atrás apenas de São Paulo, sendo que o município de São José dos Campos tem uma mão de obra extremamente qualificada, além de mais de 4.700 mestres e 1.700 doutores, que contribui para construir esse ambiente empresarial baseado em tecnologia e inovação (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2015).

Os desafios desta sub-região, segundo o Emplasa, consistem em superar as disparidades locais, reduzindo o descompasso entre indicadores sociais e da riqueza. Em que pese a sua potencialidade e as inúmeras oportunidades de desenvolvimento que exhibe, existe distância entre os indicadores econômicos e sociais, que refletem no modelo de desenvolvimento não distributivo presente na sub-região (EMPLASA, 2012).

Segundo a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. (Emplasa, 2012), municípios em processo de conurbação mantêm um vínculo de interdependência com o município de São José dos Campos, que lhes dá sustentação, nos processos de adensamento da rede urbana.

No total, 224 indicadores foram analisados, de forma a gerar um mapa de competitividade das 558 sub-regiões brasileiras (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2015), conforme publicação da Prefeitura Municipal denominada “Potencial Empreendedor”.

Na Figura 14 segue o mapa da sub-região com os seus municípios integrantes.

Figura 14 – Sub-região 1 Governo de São José dos Campos



Fonte: EMPLASA (2012)

Como o município de Guaratinguetá é um dos focos deste trabalho, este para efeito comparativo, será incluído nas tabelas e gráficos concernentes a esta sub-região apresentada.

Para se obter os dados que norteiam este estudo, a pesquisa utilizou-se dos números disponibilizados no Atlas Brasil, censo de 2010, que mostra na Tabela 31, na sequência, os seguintes dados sintetizados desta sub-região:

Tabela 31 – Sub-região 1 Governo de São José dos Campos – Dados gerais

Sub-região 1 Governo de São José dos Campos - Dados Gerais 2010						
Cidade	População	IDHM	IDHM-E	IDHM Renda	% 18 - 20 anos Ensino Médio Completo	Vulnerabilidade % 15 -24 anos Ociosos
Caçapava	84.757	0,788	0,755	0,754	59,87	6,93
Igaratá	8.831	0,711	0,616	0,683	30,83	5,85
Jacareí	211.214	0,777	0,749	0,749	57,45	7,2
Jambeiro	5.349	0,756	0,69	0,727	60,23	5,79
Monteiro Lobato	4.120	0,71	0,627	0,692	44,6	11,1
Paraibuna	17.388	0,719	0,642	0,709	43,75	9,15
Santa Branca	13.763	0,735	0,678	0,706	50,17	10,76
São José dos Campos	629.921	0,807	0,764	0,804	56,79	5,34
Mediana		0,75	0,68	0,72	53,48	7,07
Estado de São Paulo	41.262.199	0,783	0,719	0,789	52,33	6,13
Guaratinguetá	112.072	0,798	0,751	0,764	58,55	7,48

Fonte: IBGE (2014a) – Atlas Brasil (2013)

A Tabela 31 permite discriminar que, em 2010, 46,52% (100% subtraídos 53,48%) dos jovens na faixa etária dos 18 aos 20 anos não possuem formação equivalente ao Ensino Médio completo, sendo que este fato indica a possibilidade de ser um dos fatores que fazem com que a mediana do IDHM desta sub-região fique abaixo do resultado apontado para o Estado de São Paulo (0,783) em um todo.

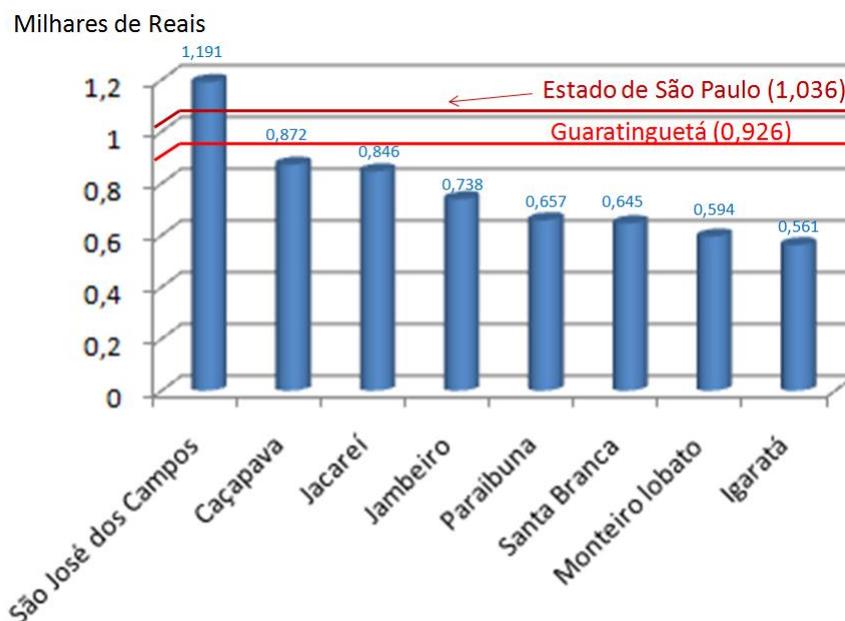
A disparidade do desenvolvimento regional existente entre os municípios que compõem esta sub-região faz com que a Renda per capita do município de São José dos Campos - SP (R\$ 1.190,96 – 2010) seja mais do que o dobro do verificado em Igaratá – SP (R\$ 561,31 – 2010) (ATLAS BRASIL, 2013).

No quesito de vulnerabilidade “jovens (faixa etária de 15 a 24 anos) ociosos, que não trabalham e não estudam”, os municípios de Monteiro Lobato (11,1%) e Santa Branca (10,76%) têm mais do que o dobro deste fenômeno presente em São José dos Campos - 5,34% (ATLAS BRASIL, 2013).

Em Igaratá a desigualdade força o jovem, sem nível de estudo adequado (69,17% dos que compõem a faixa etária dos 18 aos 20 anos, neste município, não tem o Ensino Médio completo), migrarem e a se submeterem a subempregos. Igaratá tem o IDHM (0,711 - 2010) mais baixo desta sub-região, conforme o IBGE, referente ao ano 2010 (IBGE, 2014a).

O Gráfico 17 ilustra a variável Renda per capita (em milhares) dos municípios que compõem a Sub-região 1, em comparação com Guaratinguetá, e o Estado de São Paulo.

Gráfico 17 - Comparativo Renda per capita Sub-região 1 – Guaratinguetá – Est. S.P.



Fonte: IBGE (2014a); e Atlas Brasil (2013)

Pela visualização gráfica, é possível se verificar que a proximidade de grandes centros, nem sempre reflete numa renda melhor para os municípios próximos.

O coeficiente de GINI utilizado para mensuração da desigualdade de renda de um município (1 – Maior desigualdade; 0 igualdade perfeita), indicou no ano de 2010 um valor médio de 0,4986 para a RMVPLN. A maior desigualdade de renda foi verificada no município de São José dos Campos - 0,5633 e a menor desigualdade foi constatada em Igaratá - 0,4306 (BRASIL, 2016).

Verificando o indicador pobreza, ano 2010, com exceção de São José dos Campos (3,89% da população nesta situação) os demais municípios superaram o índice do Estado de São Paulo (4,66%). Negativamente, Paraibuna (11,54%) e Monteiro Lobato (12,04%) se situam entre os que têm os piores resultados no Estado.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, fator educacional (IDHM-E) desta sub-região pode ser observado conforme a Tabela 32 a seguir, usando para comparação os dados de Guaratinguetá e do Estado de São Paulo.

A Sub-região 1 apresenta na Tabela 32 a situação quanto ao aspecto educação, tendo como parâmetro o IDHM-E.

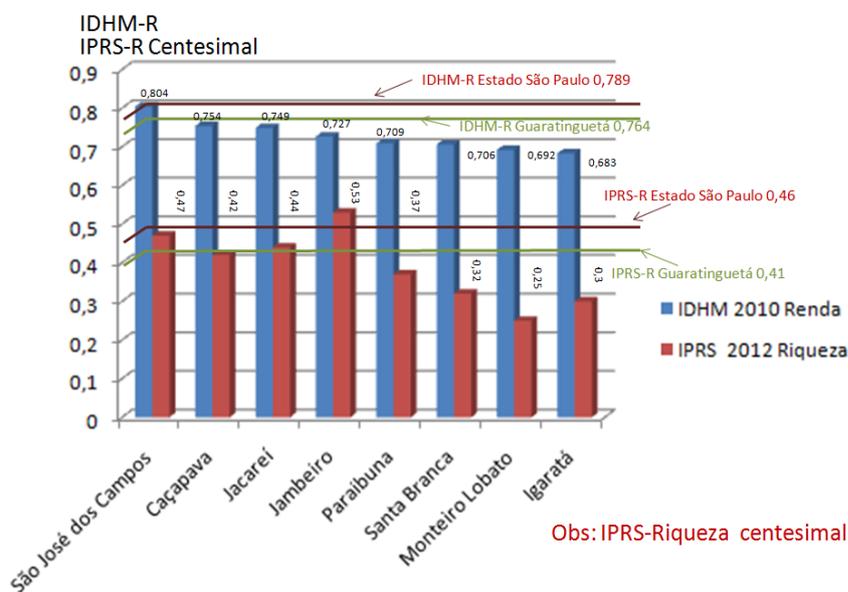
Tabela 32 – Comparativo IDHM-E Sub-região 1 – Guaratinguetá e Estado de São Paulo

Cidade	IDHM-E	IDHM-E Estado de São Paulo	IDHM-E Guaratinguetá
São José dos Campos	0,764	0,719	0,751
Caçapava	0,755		
Jacareí	0,749		
Jambeiro	0,69		
Paraibuna	0,642		
Santa Branca	0,678		
Monteiro Lobato	0,627		
Igaratá	0,616		

Fonte: IBGE (2014a); e Atlas Brasil (2013)

Objetivando uma visão desta sub-região utilizando estes indicadores, foi elaborado o Gráfico 18 contendo os dados dos municípios da Sub-região 1, Governo de São José dos Campos, sendo que para efeito comparativo foram incluídos os dados de Guaratinguetá e do Estado de São Paulo.

Gráfico 18 - Comparativo IDHM Renda – IPRS Riqueza Sub-região 1



Fonte: SEADE (2015); IBGE (2014a)

Este comparativo, como aspecto secundário, visa dirimir as dúvidas existentes quanto aos índices, e a escolha do indicador certo para a análise desejada.

À primeira vista, o fato do indicador IPRS-Riqueza de Jambeiro superar os indicadores de São José dos Campos, Jacareí e Caçapava, centros industriais por

excelência, pode causar controvérsia, porém trata-se de um município de pequeno porte (5.349 – habitantes – 2010), que entre os anos de 2004 (227,6 milhões) e 2008 (622,8 milhões) aumentou seu PIB 2,7 vezes ao atrair várias indústrias para o seu parque fabril (DEEPASK, 2016). Já a Renda per capita entre os anos de 2000 e 2010 evoluiu 40%, não mostrando um acompanhamento entre a riqueza da cidade e a da população.

Monteiro Lobato, bastante próxima de São José dos Campos, possui o indicador IPRS-R de 25 (0,25 centesimal), que a deixa nas últimas colocações neste quesito no Estado de São Paulo no ano 2012.

4.4 A Sub-região 3 da RMVPLN

A composição e situação geográfica da Sub-região 3 da RMVPLN podem ser vista na Figura 15.

Figura 15 – Sub-região 3 da RMVPLN



Fonte: EMPLASA (2012)

Para permitir uma melhor exposição, essa seção será dividida em 4 partes, sendo elas: o aspecto educacional; a interação dos aspectos educacionais e demográficos frente ao desenvolvimento local; os aspectos sociais e econômicos; e trabalho infantil.

4.4.1 Aspecto educacional da Sub-região 3

A evasão escolar, nos níveis de ensino fundamental (anos finais) e Ensino Médio, tem apresentada maior incidência no ensino público do que no ensino privado, conforme anteriormente já demonstrado. A ocorrência de evasão nesta etapa de ensino tem gerado deformação cultural com efeitos permanentes, de difícil recuperação do ponto de vista da formação escolar entre os adolescentes.

O aluno propenso a evasão, nos anos finais do Ensino Fundamental, sem esta ter-se consumada, dificilmente vai dar continuidade nos estudos na etapa seguinte que é o Ensino Médio ou o Ensino Médio Técnico.

Quanto ao quesito “evasão escolar” na modalidade de ensino Fundamental Anos Finais, o número de evasões, aparentemente pequeno, é na realidade um indício do que vai se suceder nas etapas posteriores do ensino.

Esta questão do Fator Desistência está muito ligada ao ponto, já abordado neste estudo, sobre o conflito trabalho-estudo e trabalho infantojuvenil. Muitos dos jovens, estudantes dos últimos anos do Ensino Fundamental, ainda não foram devidamente informados a respeito de a escolaridade ser quase que um pré-requisito para o ingresso no mercado de trabalho. Desinformados, ou se encaixam nos subempregos existentes, ou acabam engrossando o número que compõe a já analisada “faixa de vulnerabilidade”, divulgada pelo Atlas Brasil – IBGE.

A ação para enfrentar esta situação é de cunho político, afeito às autoridades constituídas, sem essa atuação, uma enorme quantidade de jovens continuará sem receber uma formação educacional adequada.

No início deste estudo, logo na introdução, esta sub-região foi utilizada como base de argumentação sobre desenvolvimento regional e a educação num todo, abordando os índices IDHM e IDHM-E. Agora, esta seção versa sobre evasão

escolar no Ensino médio. Para o desenvolvimento da sub-região é necessária uma visão geral da educação, que objetive propiciar elementos para uma análise destes municípios e assim destacar pontos a terem um planejamento para os desvios apurados. Vale realçar, que por ser a Sub-região 3, localizada em região de abundância de recursos, não é admissível ter determinadas populações vivendo em situação inferior ou igual a aquelas de municípios carentes do restante do país.

Pasin Neto e Vieira (2014), sobre desenvolvimento local e educação, fazem a seguinte afirmação:

[...] Consolidando o conceito da importância da educação no desenvolvimento, a porcentagem de pessoas com ensino fundamental e/ou médio traz uma visão inequívoca de que sem uma profunda reorganização política, as cidades identificadas dificilmente irão se colocar com o destaque que sua localização exige delas (PASIN NETO; VIEIRA, 2014, p. 3).

O problema maior, e de cunho político, é que transcorridos já mais de uma década (2001) da publicação da Lei 10.257 (BRASIL, 2001), instituindo o “Plano Diretor”, no qual um planejamento da educação pode ser efetivado, vários são os municípios desta sub-região que sequer têm este plano em execução. Para a educação, em especial, foi instituído um plano específico, o Plano Municipal de Educação (PME), mediante a Lei 13005/14 (PNE, 2014a), que traz o enunciado:

[...] O PNE, aprovado pela Lei nº 13.005 de 25 de junho 2014 que, segundo o art. 8º declara: “Os Estados, O Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias prevista neste PNE, no prazo de (um) ano contado da publicação desta Lei (PME, 2014a)

No Caderno de Orientações do PNE, a guisa de facilitar a elaboração do plano, foram disponibilizadas 20 metas básicas orientativas. Dentre elas, a meta 8 prevê elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, sendo que para tanto estabeleceu a estratégia 8.6 com o enunciado: promoção da busca ativa de jovens fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude (PNE, 2014b).

Esta estratégia orientada no PNE (2014b) mostra a preocupação das autoridades com o aluno desistente, ao estimular a sua volta aos estudos.

O Quadro 4 abaixo mostra a situação dos municípios integrantes da Sub-região 3, no tocante aos dois planos.

Quadro 4 – Situação do Plano Diretor e do Plano Municipal de Educação

Plano Diretor - Plano Municipal de Educação				
Cidades	Situação Plano Diretor	Situação PNE	Plano Diretor Consta Educação	PNE Consta Evasão
Aparecida	Obras e Viação	Elaborado Publicado	Não	Consta Busca do Aluno Evadido
Cachoeira Paulista	Elaborado Publicado	Elaborado Publicado	Consta Educação e Retenção do Aluno	Consta Retenção do Aluno
Canas	Não consta Elaboração	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Cunha	Em fase de Edital (Turismo)	Elaborado Publicado	Não	Consta Busca do Aluno Evadido
Guaratinguetá	Elaborado Publicado	Elaborado Publicado	Consta Educação e Retenção do Aluno	Não consta Evasão/Retenção
Lorena	Urbanístico	Elaborado Publicado	Não	Consta Busca do Aluno Evadido
Piquete	Não consta Elaboração	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Potim	Não consta Elaboração	Em elaboração	Sem dados	Sem dados
Roseira	Consta em Elaboração	Sem dados	Sem dados	Sem dados

Fonte: Dados disponibilizados no provedor Google

O Quadro 4 faz uma demonstração da situação dos municípios em relação a efetivação e a inexistência destes planos, cuja ausência inibe e dificulta o planejamento de um desenvolvimento local consistente, ao ignorar a educação,

Convém notar, que embora esteja com o Plano Diretor dado como em vigor, o município de Aparecida-SP, no ano 2015, o tinha somente atendendo o quesito de Obras e Viação, sendo denominado: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (APARECIDA, 2015).

Lorena no ano 2015, estava revisando seu Plano Diretor, já que o aprovado pela Lei Complementar Nº 82/10 (LORENA, 2015), é tão somente urbanístico não fazendo menção à política educacional.

Os municípios de Cachoeira Paulista (CACHOEIRA PAULISTA, 2006) – SP e Guaratinguetá – SP contemplam a Educação no seu Plano Diretor, sendo que o referente Guaratinguetá, estava com a revisão em aprovação pela Câmara Municipal (GUARATINGUETÁ, 2015b), juntamente com a análise do Projeto de Lei que institui o Plano Municipal de Educação (GUARATINGUETÁ, 2015c).

A classificação “sem dados” e “não consta elaboração” foram atribuídas aos municípios que não fizeram qualquer publicação na mídia sobre o assunto, nem o mesmo consta no site oficial divulgado pelas prefeituras.

O fenômeno da desistência pode ser deduzido pelos números referentes a matrículas feitas no Ensino Médio, referente ao ano 2015, mediante os dados demonstrados na Tabela 33.

Tabela 33 – Matrículas no Ensino Médio 2015 – Sub-região 3

Sub-região 3	Matrículas	Matrículas	Queda %	Matrículas	Queda %	Queda %
	1.º Ano	2.º Ano	1.ª Transição	3.º Ano	2.ª Transição	Total
Aparecida	572	471	17,7%	353	25,1%	38,3%
Cachoeira Paulista	506	415	18,0%	387	6,7%	23,5%
Canas	83	58	30,1%	53	8,6%	36,1%
Cunha	344	291	15,4%	179	38,5%	48,0%
Guaratinguetá	2005	1634	18,5%	1286	21,3%	35,9%
Lorena	1326	1056	20,4%	893	15,4%	32,7%
Piquete	146	138	5,5%	120	13,0%	17,8%
Potim	236	137	41,9%	91	33,6%	61,4%
Roseira	137	117	14,6%	100	14,5%	27,0%
Média			20,2%		19,6%	35,6%

Fonte: INEP (2015a)

A queda de matrículas efetuadas na transição do 1.º Ano para o 2.º do Ensino Médio nesta sub-região (20,2%) supera a queda, já descrita na seção 2.1, verificada no Brasil (15%). A transição do 2.º para o 3.º Ano (19,6%), também, superou a registrada em todo território brasileiro (16,8%), dados do ano 2015.

Quando os dados são trabalhados com números absolutos para analisar o comportamento do fenômeno, as maiores discrepâncias podem passar despercebidas, mormente quando municípios com número menor de alunos (exemplo típico do município de Potim: 236 matrículas no 1.º Ano, 61,4% de Desistência), quase que dobram o percentual verificado em Guaratinguetá (2005 matrículas no 1.º Ano) com 35,9%, ano 2015. Esta divergência alta entre os números poderiam dar uma conotação errônea ao se considerar a média. Para trabalhar com números percentuais, a Tabela 34 trás explicitado os percentuais tratados e os números absolutos.

Tabela 34 - Matrículas no Ensino Médio 2015 – Sub-região 3 (Números absolutos)

	Matrículas 1.º Ano	Matrículas 2.º Ano	Queda % 1.ª Transição	Matrículas 3.º Ano	Queda % 2.ª Transição	Queda % Total
Sub-região 3	5355	4317	19,4%	3462	19,8%	35,4%

Fonte: INEP (2015a)

Praticamente, não houve mudança significativa no resultado final entre o percentual total da queda de matrículas entre a 1.ª e a 2.ª transição.

Cumpra obtemperar, todavia, que cerca de 1893 jovens deixarão os estudos neste interim, não se podendo avaliar qual rumo tomarão. A diversidade na população de uma região existirá, pois ela é inerente a sociedade. Diz uma metáfora popular que haverá sempre “os carregadores de piano” e os “pianistas”, havendo lugar para todos, segundo a suas aptidões. Neste mesmo sentido, Durkheim (2011) afirma,

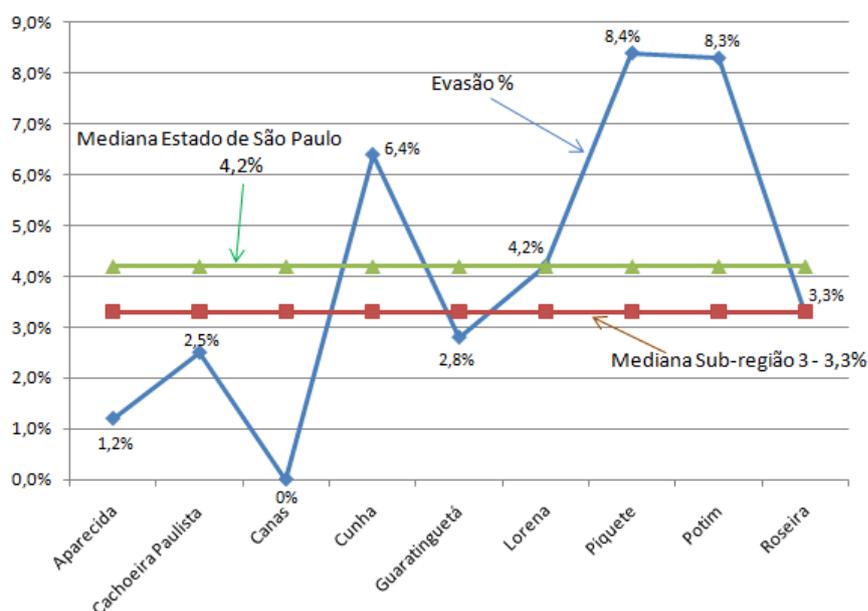
[...] No entanto, por outro lado, qualquer cooperação seria impossível sem uma certa diversidade; a educação assegura a persistência desta necessária diversidade, diversificando-se e especializando-se em si mesma. Se a sociedade tiver alcançado o nível de desenvolvimento em que antiga divisões em castas e classes não podem mais se manter, ela prescreverá uma educação mais uma em sua base (DURKHEIM, 2011, p. 53).

Cabe às autoridades constituídas e às famílias zelar para que o destino destes jovens não seja a marginalidade ou a anomia social, competindo à elas proporcionar um volume de ocupação para que os jovens mantenham-se ativos e úteis.

Agora como ponto de análise, a abordagem será sobre a evasão escolar no Ensino Médio da Sub-região 3, sendo que se inicia com a apresentação do Gráfico 19 que mostra o desempenho de cada município neste aspecto, confrontado com a mediana do Estado de São Paulo e a mediana da Sub-região 3.

O Estado de São Paulo, para o Ensino Médio, apresenta uma mediana de 4,2% de taxa de evasão, enquanto a Sub-região 3 apresenta uma mediana de 2,8%, ou seja, 33,3% menor. Mais uma vez salienta-se que o foco não está em estar menor ou não em relação ao Estado, mas sim que o problema existe e deve ser enfrentado.

Gráfico 19 - A Evasão no Ensino Médio Sub-região 3 - 2014



Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

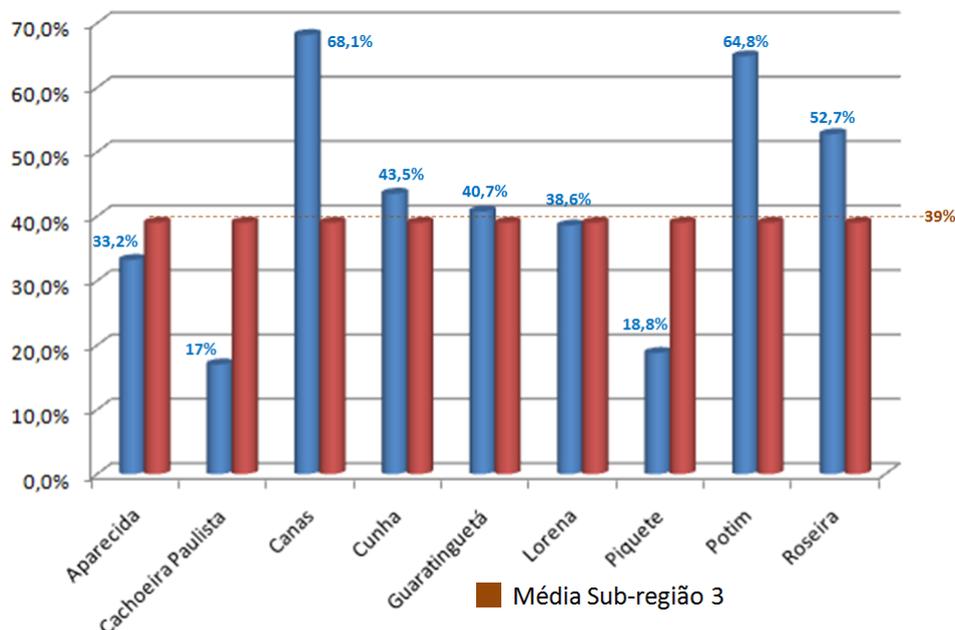
A excelência do desempenho ficou com o município de Canas, que no ano de 2014 não apresentou evasão no Ensino Médio. Os piores resultados ficaram nos municípios de Cunha - 6,4%, Piquete - 8,4% e Potim - 8,3% (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdU, 2015).

Nessa pesquisa, foi diferenciado o termo “desistência escolar” do termo “evasão (abandono) escolar” com a conceituação diferente entre eles.

Os dados de Taxa de Desistência Escolar não são divulgados pelos órgãos oficiais e oficiosos, sendo obtidos por meio de cálculos.

Sob esse enfoque da desistência escolar, a Sub-região 3, pode-se identificar um fenômeno é estabelecido verificado no Gráfico 20: Canas que no ano de 2014 apresentou 0% de evasão, no ângulo de desistência escolar apresenta um percentual de 68,1%, seguida de perto pelo município de Potim com 64,8%. Exceções feitas aos municípios de Cachoeira Paulista (17%) e Piquete (18,8%), todos os demais superaram a taxa de 30%, inclusive Guaratinguetá (40,7%) município foco deste estudo.

Gráfico 20 – Desistência Escolar Sub-região 3 da RMVPLN (2014)



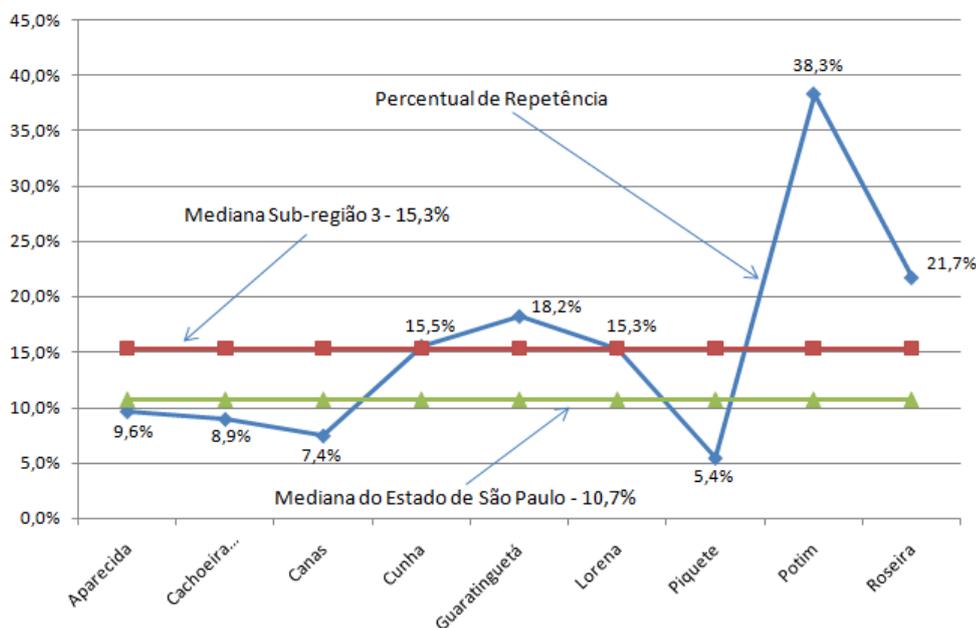
Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

A repetência no Ensino Médio, embora não seja foco deste estudo, porém tendo números preocupantes para um desenvolvimento regional, pois incide indiretamente sobre a evasão escolar, é socialmente prejudicial ao jovem, ao afetar a sua auto-estima, ao provocar o fenômeno Distorção Idade-Série.

O Caderno Planejando a Década do PNE (2014b) apresenta, conforme o Censo de 2011 (2007 a 2011), 8,4 milhões de alunos matriculados no Ensino Médio na idade adequada, enquanto o número total de matriculados com idade entre 15 e 17 anos era de 10,4 milhões (PNE, 2014b), ou seja, 19,2% de alunos na situação de defasagem idade-série.

Este fenômeno da repetência é demonstrado no Gráfico 21, que ao ser analisado permite verificar que mais de 50% dos municípios (inclusive Guaratinguetá) têm índices de repetência maior que a mediana verificada no Estado de São Paulo.

Gráfico 21 - Repetência no Ensino Médio – Sub-região 3 – Ano 2014



Fonte Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Vale realçar que, destoando bastante dos demais, dois municípios superam a casa dos 20% de repetência: Potim - 38,3% e Roseira – 21,7% (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdU, 2015).

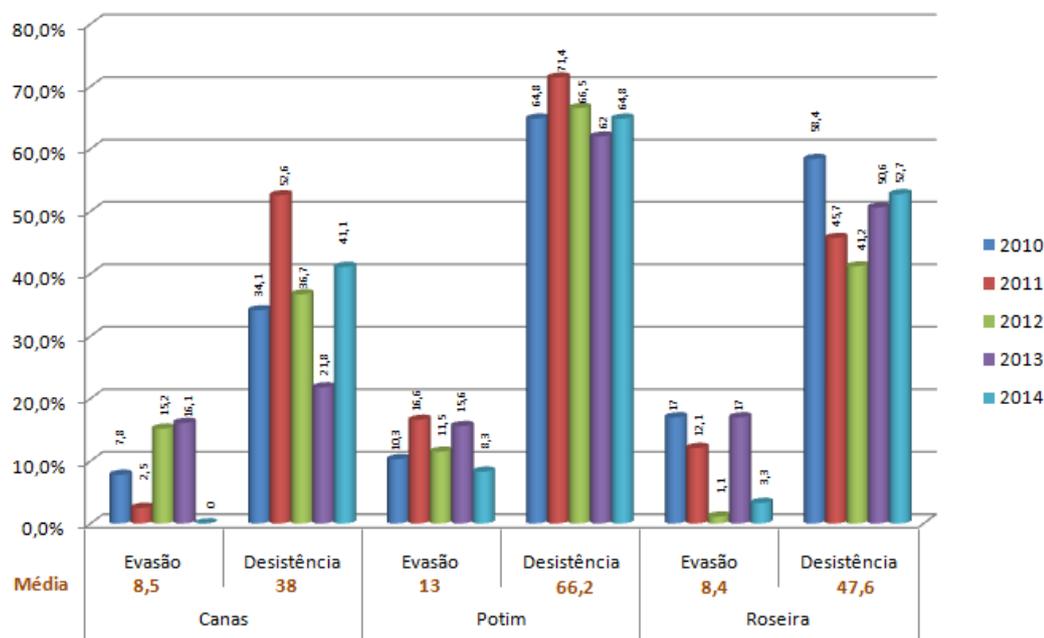
Os municípios de Guaratinguetá, Lavrinhas, Lorena e Roseira, ano 2014, pelo critério de avaliação da Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015), estão na faixa de atenção (acima de 15 %), em que se exige uma ação de contenção

[...] A situação indica que é preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, pois muitos estudantes poderão ficar fora da escola. Índices altos de reprovação ou abandono escolar também podem aumentar a distorção idade-série (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdU, 2015).

Potim no ano de 2014 apresentou um percentual de 29% de distorção idade-série, enquanto Roseira apresentou para o mesmo quesito, uma distorção de idade-série de 22%, evidenciando de certa forma a incidência deste aspecto na repetência escolar (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdU, 2015).

Os municípios da Sub-região 3 com desempenho desfavorável no aspecto evasão e desistência, são detalhados no gráfico na sequência.

Gráfico 22 – Evasão e desistência ano a ano - Canas, Potim e Roseira – E. M.



Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Os municípios de Canas e Roseira têm um comportamento atípico com oscilações abruptas, que não serão foco deste estudo.

O gráfico demonstra um nível alto de desistência escolar nos municípios de Potim e Roseira, que refletem diretamente no percentual da população destes municípios que possuem o Ensino Médio completo, sendo respectivamente 19,8% e 24,1% (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdU, 2015).

Gremaud, *et al.* (2010) afirmam que os fenômenos da evasão e da repetência escolar, que incidem na distorção idade/série, são originados no Ensino Fundamental. Dissertando sobre este aspecto, apresentam a seguinte narrativa:

[...] Desse modo, fica claro que uma das ações necessárias para se resolver a crise de audiência no Ensino Médio passa pela melhoria do aprendizado no Ensino Fundamental, no sentido de se diminuir a distorção idade-série e de se elevar o nível de proficiência dos alunos. Isso reforça a perspectiva que não se pode e nem se deve olhar os diferentes níveis de ensino de forma estanque, pois a solução dos problemas do Ensino Médio é claramente dependente da qualidade da educação no Ensino Fundamental. Nesse sentido, uma maior atenção deveria ser dada no Ensino Fundamental aos alunos com maior dificuldade de aprendizagem e, dentre esses, principalmente os que já estão fora da idade correta para a série que freqüentam (GREMAUD, et al., 2010 p. 36)

Em virtude dessas considerações, é positiva a ação da União chamar para si as responsabilidades e reconhecer que estas estão definidas, mas ainda não há normas de cooperação suficientemente regulamentadas, fazendo com que existam lacunas de articulação federativa que resultam em descontinuidade de políticas, desarticulação de programas, insuficiência de recursos, entre outros problemas (PNE, 2014b).

Com o critério de cálculo de Barricelli (2013) e dados de evasão da Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015), a Sub-região 3, Governo de Guaratinguetá desperdiçou com evasão no Ensino Médio (504 evadidos) R\$ 407.277,88, sendo que o valor referente à Guaratinguetá ficou em R\$ 302.914,41, com 147 evadidos. Sendo este montante financeiro inelástico, pois tanto faz uma sala com vinte e cinco alunos e outra com cinco alunos, o custo é o mesmo, só o prejuízo social é que é diferente.

4.4.2 Desenvolvimento regional e os aspectos demográficos

O aspecto social e demográfico do desenvolvimento regional, face ao fator educacional da Sub-região 3 da RMVPLN, com dados dos anos de 2010 e 2012, é apresentado na Tabela 35.

Tabela 35 - Desenvolvimento local e o fator educação

Desenvolvimento Local e Dados Educacionais								
Cidade	População (2010)	Habitantes 15 a 19 anos (2010)	Habitantes Ens. Med. Completo (2010)	Matrículas Ens. Med. (2012)	Nº Docentes (2012)	Relação 15 a 19 anos Docentes (2012)	Relação % População Ens. Med. Completo	Relação % Mat. Ens. Med. Pop. 15 a 19 anos
Aparecida	35007	3040	1998	1589	97	31,3	5,71	52,27
Cachoeira Paulista	30091	2454	8084	1326	173	14,2	26,87	54,03
Canas	4385	397	936	236	21	18,9	21,35	59,45
Cunha	218866	2050	2549	978	82	25,0	1,16	47,71
Guaratinguetá	112076	9288	30417	5452	488	19,0	27,14	58,70
Lorena	82537	6968	15169	3393	337	20,7	18,38	48,69
Piquete	14107	1207	3811	479	44	27,4	27,01	39,69
Potim	19397	1576	3832	475	29	54,3	19,76	30,14
Roseira	9599	842	2311	366	32	26,3	24,08	43,47

Fonte: IBGE (2014a)

Os dados da Tabela 35 indicam as seguintes evidências:

- 1) A relação “população na faixa etária de 15 a 19 anos pelo número de docentes”, ano 2012, supera o número de 30 alunos (possíveis) por professor no município de Potim, sendo que em Cachoeira Paulista não atinge o número de 15 alunos (possíveis) por professor, indicativo de sala vazia ou ociosidade na docência.
- 2) A relação percentual entre os “habitantes com Ensino Médio completo pela população local”, ano 2010, indica que os municípios de Cunha (1,16%), Aparecida (5,71%), Lorena e Potim, não atingem a 20%, indicando ou evasão e escolar e possível desistência definitiva (IBGE, 2014a).
- 3) A relação percentual “matrículas efetivadas (2012) pelo número de habitantes na faixa etária de 15 a 19 anos (2010)” indica que em Potim e Piquete não se atingiu o mínimo de 40% de ocupação das vagas no Ensino Médio das pessoas que estavam nesta faixa etária (IBGE, 2014a).

O seguinte aspecto da constituição dos seus habitantes é demonstrado na tabela 36, objetivando demonstrar o percentual de idosos e de jovens em relação à população dos municípios.

Tabela 36 - Desenvolvimento local e dados demográficos

Desenvolvimento Local e Dados Demográficos 2010					
Cidade	População 2010	Habitantes 15 a 19 anos	Habitantes Acima de 60 anos	Relação % Pop. > 60 anos Pop. total	Relação % Pop. 15 a 19 anos Pop. Total
Aparecida	35007	3040	4367	12,47	8,68
Cachoeira Paulista	30091	2454	3805	12,64	8,16
Canas	4385	397	386	8,80	9,05
Cunha	21866	2050	3069	14,04	9,38
Guaratinguetá	112076	9288	14560	12,99	8,29
Lorena	82537	6968	10380	12,58	8,44
Piquete	14107	1207	2050	14,53	8,56
Potim	19397	1576	1386	7,15	8,12
Roseira	9599	842	886	9,23	8,77

Fonte: IBGE (2014a)

A força de trabalho que irá sustentar o desenvolvimento de uma região está na população jovem na faixa etária de 15 a 19 anos, que está terminando sua fase de preparação educacional para abastecer o mercado de trabalho

Pela análise da tabela, dados de 2010, é possível se evidenciar que a população de jovens dos municípios da Sub-região 3 se situa entre 8 e 10% do total da população local, e o percentual de pessoas com mais de 60 anos se situa na ordem de 11,6% (IBGE, 2014a).

4.4.3 Aspectos sociais e econômicos da Sub-região 3

Uma análise social e econômica, sob a luz das pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), mostra os seguintes aspectos concernentes a esta sub-região:

Tabela 37 – Sub- região 3 – Dados econômicos 2010

Cidade	População	Número de Empresas	PIB Per Capita	Habitantes Empresas	Salários - Mínimo Médio Mensal
Aparecida	35007	2233	14095,11	15,68	2,1
Cachoeira Paulista	30091	794	10417,31	37,90	2,4
Canas	4385	122	12057,61	35,94	1,8
Cunha	21866	723	7.518,35	30,24	2,1
Guaratinguetá	112076	3679	25669,58	30,46	3,3
Lorena	82537	2537	16193,98	32,53	2,8
Piquete	14107	316	6361,93	44,64	2,4
Potim	19397	298	5679,51	65,09	2,1
Roseira	9599	303	15803,55	31,68	2,2

Fonte: IBGE (2014a)

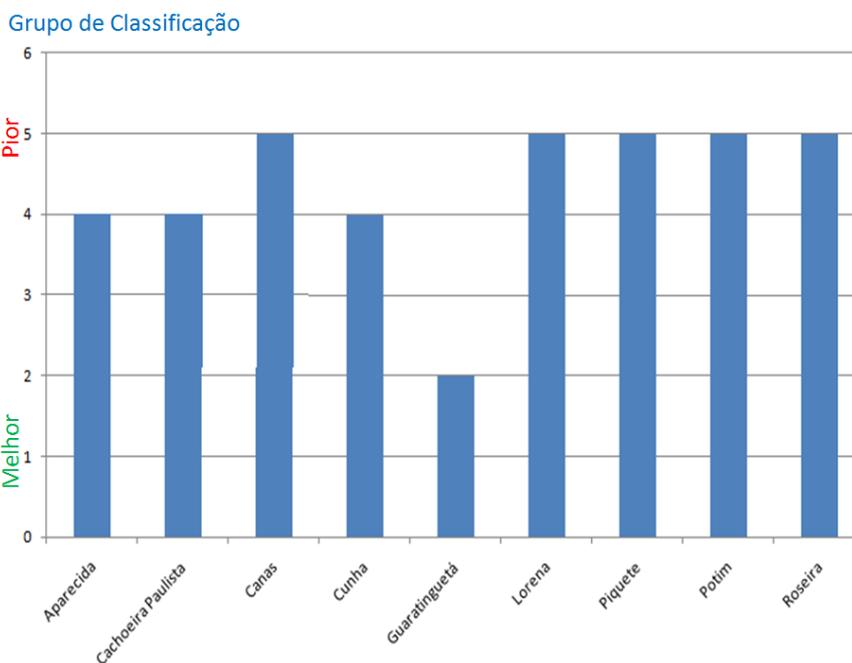
Pela análise da Tabela 37, verifica-se que nenhum dos municípios da Sub-região 3 sequer atingiu o PIB per capita do Estado de São Paulo, que em 2010 totalizava R\$ 30.243,00 anuais.

A Tabela 37, também evidencia que, no aspecto PIB per capita, os municípios de Potim, Piquete e Cunha, não atingiram a R\$ 10.000,00 anuais, ou seja, menos que 1/3 do que foi obtido pela média estadual.

Concernente ao fator nº habitantes/nº de empresas, a Tabela 37 evidencia que o mesmo estava acima de 40 pessoas por empresa nos municípios de Piquete e Potim, fato este que pode indicar problemas na empregabilidade dos moradores locais (IBGE, 2014a).

Os municípios da Sub-região 3, na forma gráfica referente ao ano 2012, quanto ao aspecto “responsabilidade social”, pontuados de “1” (melhor condição) a “5” (pior condição) são assim apresentados:

Gráfico 23 – Pontuação Seade Sub-região 3



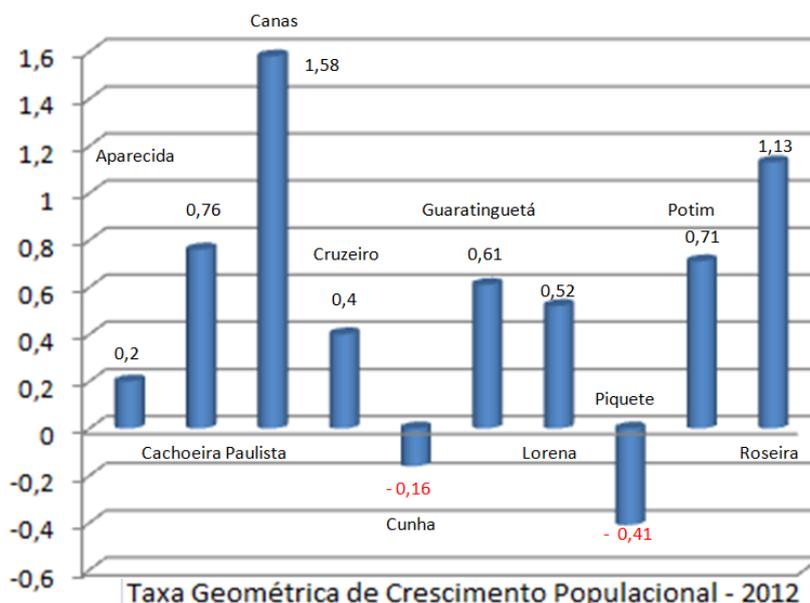
Fonte: Seade (2015)

Conforme o Gráfico 23 evidencia, ano 2012, mais de 60% dos municípios integrantes da Sub-região 3 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) estão na pontuação de pior conceito possível da escala, ou seja, segundo o SEADE (2015), estão entre os 14,4% dos piores colocados no Estado de São Paulo, nessa vereda vale recordar que o Seade classifica estes municípios como desfavorecido tanto em riqueza, quanto em indicadores sociais (SEADE, 2015).

O crescimento populacional de uma cidade, face aos aspectos sociais e econômicos, permite verificar o comportamento futuro do bem estar de uma população.

No sentido de se visualizar o crescimento populacional (Taxa Geométrica de Crescimento Populacional – 2012) dos municípios integrantes da sub-região 3, esta pesquisa detalhou estes aspectos, município a município. Ao lado do crescimento do número de habitantes, acelerado, dos municípios de Canas e Roseira, têm-se outros, como Cunha e Piquete, em declínio populacional, como é demonstrado no Gráfico 24:

Gráfico 24 – Crescimento populacional Sub-região 3



Fonte: SEADE (2015)

Inobstante a premissa de que, em um município, o crescimento acelerado não representa, necessariamente, um acréscimo na riqueza da população local, se não houver colocação no mercado de trabalho, um contingente de jovens pode se encaminhar para a faixa de vulnerabilidade.

O SEADE (2015) divulga, também, a pesquisa feita com os indicadores de KWh (anual) por empresa instalada no município, bem como o “valor adicionado fiscal per capita” (anual), que são os componentes para o cálculo do IPRS-R. A Tabela 38 traz estes dados.

Tabela 38 - Indicadores de desenvolvimento econômico Sub-região 3

IPRS - Riqueza 2010		
Cidade	KWh anual por empresa	Valor Adicionado Fiscal Per Capita (anual)
Aparecida	16,4	R\$ 6.328,00
Cachoeira Paulista	11,5	R\$ 4.602,00
Canas	18,3	R\$ 3.533,00
Cunha	2,6	R\$ 2.094,00
Guaratinguetá	15,1	R\$ 14.758,00
Lorena	11,8	R\$ 11.841,00
Piquete	4,6	R\$ 2.659,00
Potim	6,4	R\$ 2.888,00
Roseira	16,9	R\$ 8.761,00

Fonte: SEADE, 2015

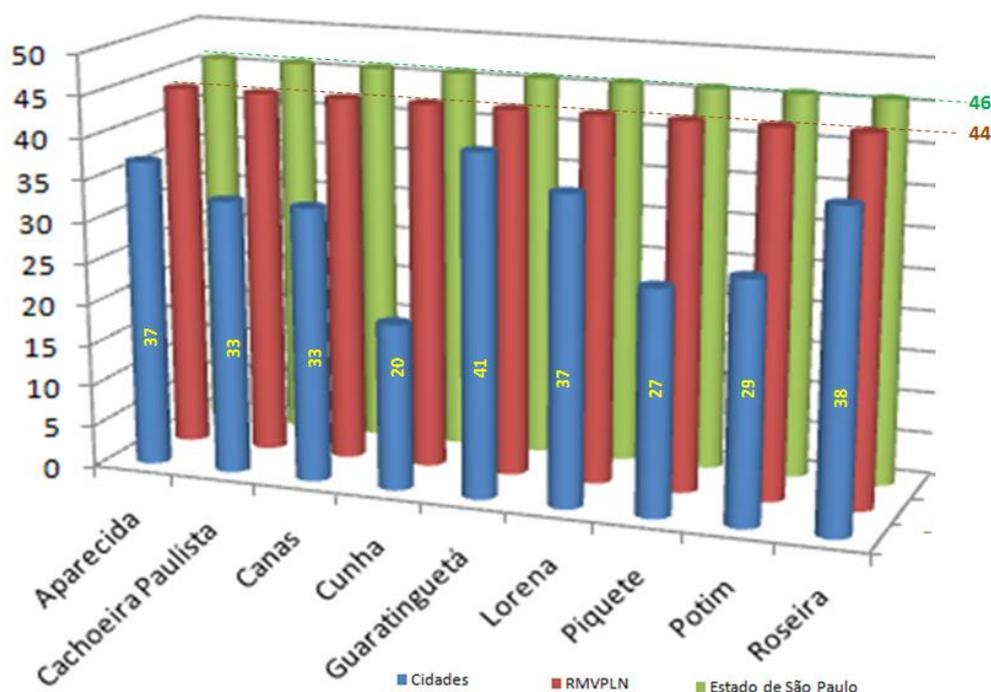
Pela análise da Tabela 38, verifica-se que Piquete, Potim e Cunha são os que menos apresentam sinais de atividade industrial e/ou comercial pelo critério de utilização de energia elétrica. Em assim sendo, são os municípios que menos recebem a participação no ICMS do Estado de São Paulo.

Concomitantemente, como foi apresentado na Tabela 37, são os três municípios que apresentam o menor PIB *per capita*.

Os municípios devem direcionar suas políticas para a geração de emprego e renda, retendo os jovens no local, realimentando o ciclo contínuo do desenvolvimento e crescimento.

Para se proporcionar uma visão comparativa, o Gráfico 25 exibe o indicador IPRS –R de cada município da sub-região, da RMVPLN e do Estado de São Paulo.

Gráfico 25 – IPRS-Riqueza Sub-região 3 - 2012



Fonte: SEADE (2015)

O Gráfico 25 evidencia que nenhum município desta sub-região se aproxima do valor da RMVPLN (44), que por sua vez está em nível inferior ao obtido pelo Estado de São Paulo (46).

Como esta Sub-região 3 é parte integrante da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Vieira (2008), abordando localidades diferentes desta região, faz a observação:

[...] No entanto, esse crescimento está concentrado nos poucos municípios, onde estão instaladas as grandes empresas transnacionais e estatais, enquanto a grande maioria dos municípios continua com atividades agrícolas de subsistência e um pequeno comércio. Com isso, tem-se uma grande desigualdade de renda na região o que intensifica o fluxo migratório em direção às áreas mais ricas com o agravamento do problema socioeconômico geral. A industrialização dos principais municípios que ficam à margem da rodovia Presidente Dutra está diretamente associada à facilidade de acesso aos grandes centros de consumo e produção do país, principalmente os da Região Metropolitana de São Paulo, com isso o crescimento econômico regional, ampliou as diferenças econômicas entre os municípios. (VIEIRA, 2008, p. 3).

Apesar de transcorrido quase uma década desta afirmação, a mesma continua válida para os tempos atuais

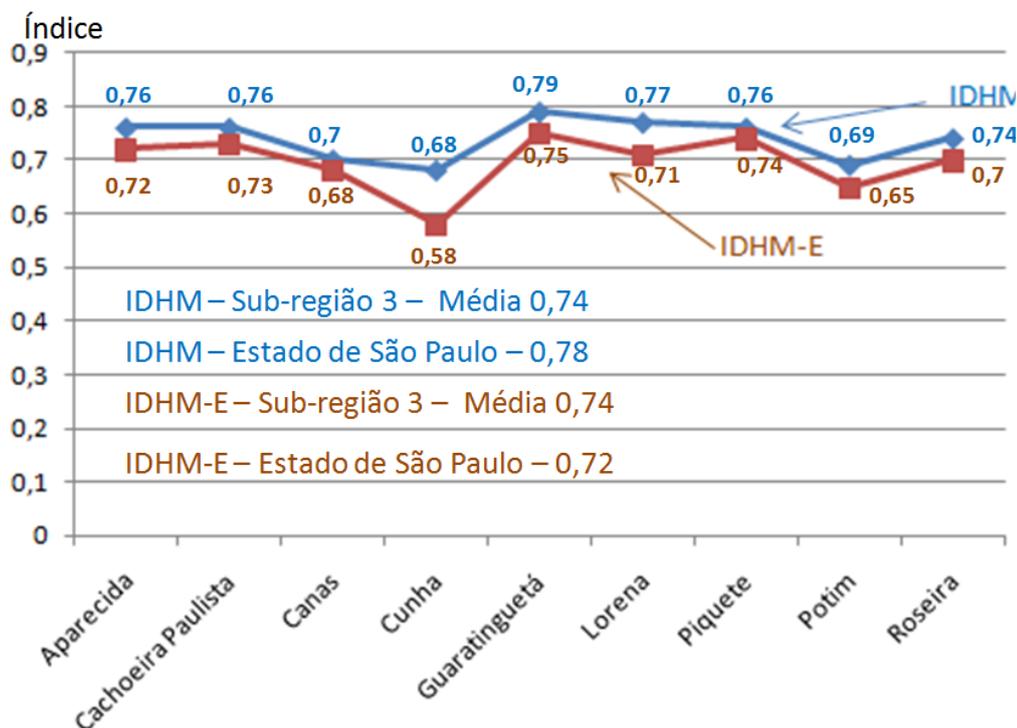
A Sub-região 3, Governo de Guaratinguetá, embora não ostente a pujança econômica e industrial da Sub-região 1, Governo de São José dos Campos, possui uma importância considerável para o estado de São Paulo, tanto socialmente e culturalmente, como economicamente.

Pasin Neto e Vieira (2014), sobre desenvolvimento local e educação, fazem a seguinte afirmação:

[...] Consolidando o conceito da importância da educação no desenvolvimento, a porcentagem de pessoas com ensino fundamental e/ou médio traz uma visão inequívoca de que sem uma profunda reorganização política, as cidades identificadas dificilmente irão se colocar com o destaque que sua localização exige delas (PASIN NETO; VIEIRA, 2014, p. 3).

Analisando sob os indicadores IDHM e IDHM-E, a sub-região mostra uma vinculação entre estes índices, que pode ser visualizada quando se sobrepõe, em um mesmo gráfico, os indicadores contemplando os municípios integrantes referente ao mesmo período de apuração

Gráfico 26 - Comparativo indicadores IDHM e IDHM-E da Sub-região 3 RMVPLN



Fonte: Atlas Brasil (2013)

Quando comparado o índice IDHM com o que afere a educação, IDHM-E, nota-se nitidamente a correlação existente entre os dois indicadores, exceção feita a Piquete que apresentou comportamento inverso.

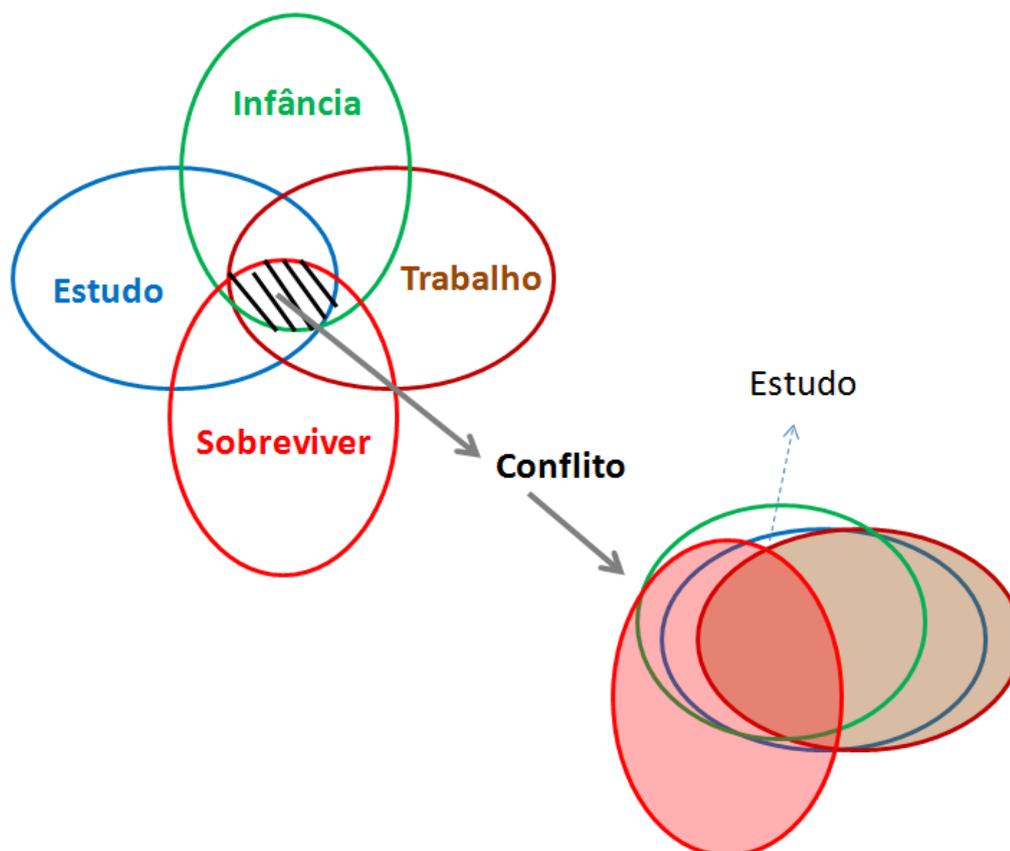
Outrossim, pode-se verificar que estando a linha IDHM-E sempre inferior a linha IDHM, a primeira pode ser considerada um dos fatores que seguram a segunda num patamar inferior.

4.4.4 O Trabalho infantil na Sub-região 3

A face mais negativa do jovem evadido ocorre quando este, sem trabalho, fica na ociosidade. Desta feita este trabalho focaliza as faixas etárias no quesito vulnerabilidade (ATLAS BRASIL, 2013) e o aspecto trabalho infantil (IBGE, 2014a).

Na Figura 16 é demonstrada a situação de conflito do estudo, infância, trabalho e a sobrevivência.

Figura 16 - Preponderância da sobrevivência e do trabalho sobre o estudo e o lazer

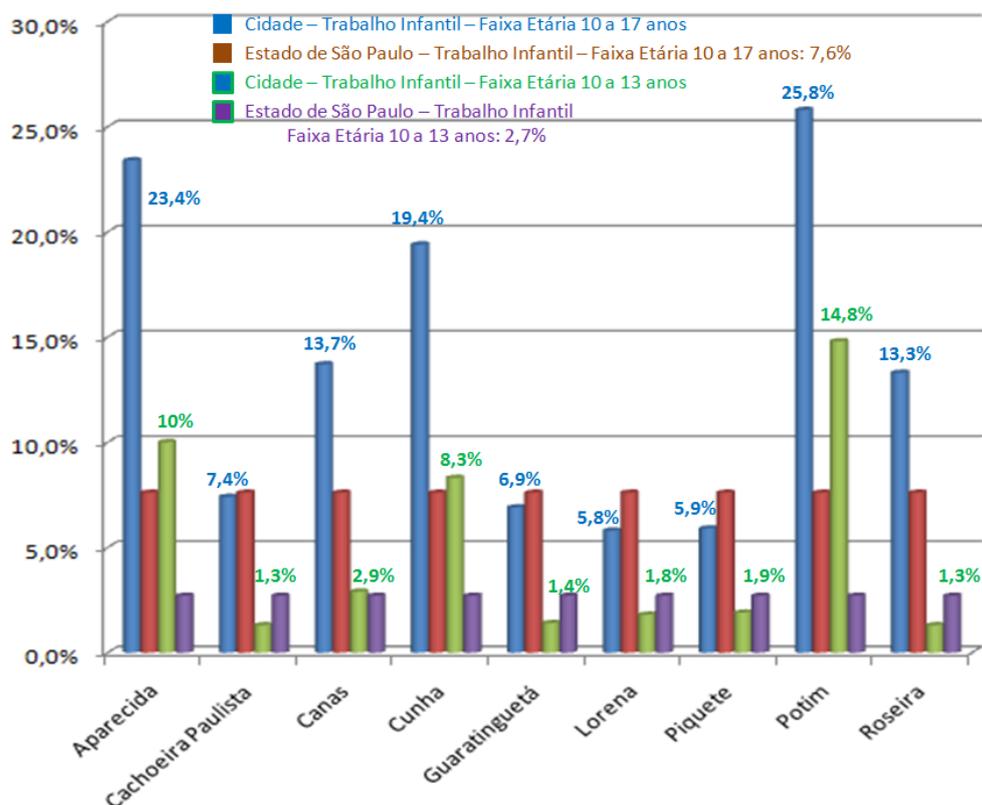


Fonte: Elaboração do autor, 2016

A sobrevivência necessita do trabalho, ficando em segundo plano o estudo e o lazer. Conforme o censo 2010, Guaratinguetá 24,72% das pessoas com mais de 18 anos de idade e com escolaridade Fundamental incompleto, estavam em empregos informais (IBGE, 2014a).

Na Sub-região 3 da RMVPLN, a situação do trabalho infantil, é demonstrada no Gráfico 27 que revela que os municípios de Aparecida (23,4%), Roseira (13,3%) e Potim (25,8%), conforme o Censo 2010, bastante próximas geograficamente, apresentam como característica uma tendência de ter a economia voltada ao turismo religioso e fabricação de itens próprios a este tipo de turista visitante. Acredita-se que tais fatores estejam vinculados às altas taxas de crianças trabalhando.

Gráfico 27 – Trabalho infantil na Sub-região 3 – Censo 2010



Fonte: IBGE (2014a) – Cidades (2014)

Os municípios de Canas (13,7%) e Cunha (19,4%) têm uma economia bastante voltada às atividades rurais, fato este que também demanda um volume de crianças trabalhando nestas faixas etárias.

Com exceção de Aparecida, estes são os municípios que a tabela 33 aponta como tendo a Taxa de desistência escolar no Ensino Médio, superior a 40% da população de jovens.

Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE, no ano de 2012 o Censo Demográfico apontou em Guaratinguetá, 278 crianças ou pré-adolescente na faixa etária de 10 a 15 anos, estavam trabalhando, no município de Aparecida este número remontava em 515 pessoas nesta situação, e no município de Potim o número era de 387 jovens. O número total da Sub-região 3 era de 2277 pessoas em situação de trabalho infantil (IBGE, 2014a).

4.5 Indicadores de atividade educacional (KWh por aluno)

O IPRS – Fator Riqueza utiliza o consumo de energia elétrica como um dos componentes do cálculo de atividade econômica dos municípios. Devido a não se dispor de dados divulgados pelas instituições oficiais, foi necessário se obter um número representativo de KWh por aluno do município de Guaratinguetá, que pudesse ser utilizado como base para formação de indicadores direcionados à sub-região, no que tange o indicador de atividade educacional.

A metodologia utilizada para se conseguir um indicador próprio e com as características locais foi constituída de: 1) Listagem de consumo por escola da rede pública de Guaratinguetá (Base 1º semestre de 2014; 2) Pesquisa do número de matrículas, no mesmo período, ocorridas na Rede Municipal de Ensino Municipal.

A Tabela 39 sintetiza o estudo feito.

Tabela 39 - KWh por escola pública municipal Guaratinguetá 2014

Instituição	Consumo	Matrículas	Kwh ÷ Mat.
EMEF Profª Alcina Soares Moraes	4820	763	6,3
EMEIEF Profª Aliete Ferreira Gonçalves	2508,5	678	3,7
EMEIEF Profª Ana Fausta de Moraes	2860	336	8,5
EMEIEF Prof. André Freire	1425	309	4,6
EMEF Profª Maria Aparecida Broca Meirelles	3042	587	5,2
EMEF Prof. Antônio da Cruz Payão		177	0,0
EMEF Ramão Gomes Portão	2278	373	6,1
EMEIEF Profª Francisca de Almeida Caloi	51	146	0,3
Mediana			4,9

Fonte: Secretaria de Educação de Guaratinguetá (2014)

O indicador básico de consumo mensal de energia elétrica por aluno a ser adotado, para esta sub-região, remonta em 4,9 KWh mês por aluno.

A mais das vezes, convém assinalar que anteriormente foi apresentado o consumo de energia elétrica por aluno calculado em 10,5 KWh pela FGV (2015) e no valor de 0,36 KWh pelo SENAI (2013).

A energia elétrica (KWh) é um fator indispensável para a atividade escolar em sala de aula, sendo um dos indicadores usados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) para mensurar atividade educacional.

Esta seção foi inserida neste estudo face ao seu aspecto polêmico de consumo de energia desperdiçada devido à evasão escolar.

Cada KWh utilizado seja para qual for o fim, gera emissão de toneladas de CO₂ equivalente de gases que vêm a agravar o efeito estufa, efeito este que vem a agravar o aquecimento global. Um desenvolvimento humano sustentável, ou seja, a sustentabilidade é um requisito indispensável para manter uma região preservada para as gerações futuras.

Como dito anteriormente, um aluno evadido continua a gerar os gastos de consumo de energia, tal como o aluno presente numa sala de aula, estando esta com seu efetivo completo ou não.

Na RMVPLN, o quadro geral da evasão no Ensino Médio, referente ao ano de 2014, apresentou o seguinte aspecto, concernente a evasão e o consumo em KWh (calculado 4,9 KWh-mês-aluno):

Tabela 40 – Evasão e KWh (mês-evadido)MRVPLN

RMVPLN 2014		
Sub-regiões Evasão e Consumo KWh		
Sub-regiões	Evasão	Consumo KWh
Sub-região 1	1100	5390
Sub-região 2	1331	6521,9
Sub-região 3	504	2469,6
Sub-região 4	234	1146,6
Sub-região 5	113	553,7
RMVPLN	3282	16081,8

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Pasin Neto e Carniello (2014b) demonstram, na Tabela 41, a conversão KWh x Toneladas de CO₂.

Tabela 41 - Emissão de CO₂ por KWh

KWh	Tera Joule Energia	Tonelada CO ₂ equiv.
70,81	0,25	17,3
1	0,0035	0,24

Fonte: Pasin Neto e Carniello (2014 b)

Cada aluno matriculado gera um consumo de 4,9 KWh-mês, equivalente a 1,2 Toneladas de CO₂ equivalente, sendo que a energia elétrica consumida, seja qual for o fim, emite gases efeito estufa, assim, o seguinte aspecto, em poluição atmosférica gerada inutilmente com aluno evadido na RMVPLN, é demonstrado:

Tabela 42 - Emissão de CO₂ Evasão RMVPLN

RMVPLN 2014		
Sub-regiões - Evasão e Emissão de Gás Efeito Estufa		
Sub-região	Evasão	Emissão Toneladas ano
Sub-região 1	1100	264
Sub-região 2	1331	319,44
Sub-região 3	504	120,96
Sub-região 4	234	56,16
Sub-região 5	113	27,12
RMVPLN	3282	787,68

Fonte: Fundação Lemann – Pasin Neto e Carniello (2014b)

No total, 787,68 Toneladas de CO₂ equivalente na RMVPLN, sem benefício prático para um desenvolvimento regional, é emitido para a atmosfera.

Em reais (R\$ 0,65 – KWh – Base 04/2016) o desperdício no ano de 2014, com energia elétrica, no quesito evasão foram de R\$ 125.438,04, na RMVPLN.

4.6 O município de Guaratinguetá

Para um melhor detalhamento e facilidade de explanação, esta seção foi dividida em quatro partes: 1) Guaratinguetá, Histórico e Apresentação, onde os principais aspectos da cidade serão apresentados, inclusive dados (Produto Interno

Bruto - PIB, evolução do IDHM, Coeficiente de GINI e dados educacionais); 2) Rede de Ensino e Escolas do Município de Guaratinguetá, na qual será demonstrada uma visão do quesito ensino no município; 3) Ensino Médio também com detalhamento deste nível de ensino; e 4) Indicador de atividade educacional e o custo da evasão.

Antes de se adentrar no objetivo dessa seção, que é a evasão escolar e desenvolvimento regional, faz-se aqui uma breve apresentação da cidade de Guaratinguetá, abordando sua história e suas potencialidades, embora anteriormente parte das características já tenham sido adiantadas, porém não com os detalhes a serem apresentados na sequência abaixo.

4.6.1 Guaratinguetá, histórico e apresentação

O município de Guaratinguetá se localiza na Região Administrativa de São José dos Campos, no Vale do Paraíba. Ele se limita ao norte com os municípios de Piquete, em São Paulo e Wenceslau Braz, em Minas Gerais, a leste com Lorena, a oeste com Pindamonhangaba, Potim e Aparecida, e no Sul com Lagoinha e Cunha.

Guaratinguetá é uma palavra de origem Tupi – Guarani, seu significado é “Abundancia de Garças Brancas”, ela foi fundada em 13 de junho do ano de 1630, com a construção de uma capela que homenageava o Santo Antônio, que é o padroeiro do município. No ano de 1844, Guaratinguetá se elevou a categoria de cidade.

Esse município, atualmente, é diferenciado pelas suas riquezas históricas, e se destacou como um produtor de café e de açúcar (GUARATINGUETÁ, 2013b).

Antigamente, Guaratinguetá era apelidada de Atenas do Vale do Paraíba, devido ao seu peso de grande importância para a cultura que foi exercida, principalmente, no ano de 1920 a 1960 (GUARATINGUETÁ, 2013b).

O município, após ter instalado a Escola Normal, no ano de 1920, acabou passando a atrair alguns professores e estudantes de muitas regiões de Minas Gerais e do Estado de São Paulo, isso fez com que fosse gerado um grande crescimento nos espaços culturais, artísticos e sociais (GUARATINGUETÁ, 2013b). Guaratinguetá é um grande e importante centro de comércio e de prestação de

serviços na região do fundo do Vale do Paraíba, atraindo pessoas dos municípios vizinhos e do sul de Minas Gerais.

A Prefeitura de Guaratinguetá lançou dois importantes programas que tem por objetivo aprimorar o ensino nas escolas da rede municipal, por meio de uma mudança de visão do papel da escola e do educador; o “Se Liga” e o “Acelera” objetivando a motivação para o estudo (GUARATINGUETÁ, 2013a).

- Programa Se Liga – Direcionado para o Ensino Fundamental I, do terceiro, quarto e quinto anos, o programa é para alunos que não possuem as habilidades básicas de ler e escrever, já que visa minimizar as dificuldades de aprendizagem que os acabam desmotivando; e
- Programa Acelera – O programa (para alunos de terceiro ao quinto ano) tem por finalidade eliminar integralmente a defasagem de conhecimento do estudante, entre o ano escolar que está cursando e sua idade. Uma vez que o aluno fica estacionado na mesma série, ele perde o contato com seus colegas, o que causa deslocamento e desmotivação, desbocando na evasão escolar.

Guaratinguetá é retratada conforme os dados de pesquisa do IBGE (2014a), mostrando que tanto nos índices de IDHM, como no de IDHM-E, se sobrepõe, conforme dito anteriormente, aos dados destes índices nas medianas referentes ao Estado de São Paulo, dados do ano 2010.

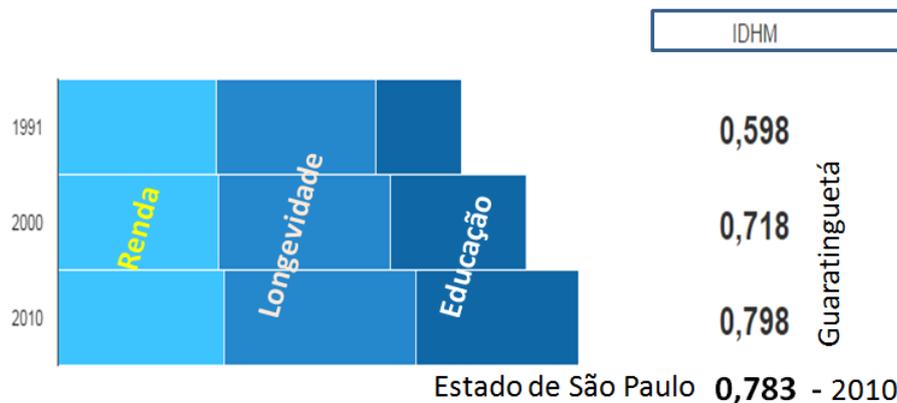
Face aos indicadores do IPRS, ano 2012, já a situação não se mostra favorável, pois no quesito Riqueza ocupa a última colocação (41) entre os municípios da RMVPLN, com população acima de 100.000 habitantes.

Na classificação geral do IPRS o município obteve uma colocação no Grupo 2 (Caraguatatuba, Guaratinguetá e Pindamonhangaba), de uma classificação de 1 a 5, sendo 5 pontos o pior indicador de Grupo (SEADE, 2015).

O percentual da população extremamente pobre do município remonta em 1,52%, enquanto o indicador, referente às pessoas classificadas como pobres, foi de 5,95%.

O Gráfico 28 mostra o comparativo dos componentes do IDHM de Guaratinguetá, ano a ano, e o IDHM do Estado de São Paulo.

Gráfico 28 - Município de Guaratinguetá – Dados Evolução do IDHM



Fonte: IBGE (2014a); e Atlas Brasil (2013)

O componente Renda do IDHM (IDHM-R) praticamente não evoluiu nos últimos 20 anos, sendo um fator de preocupação, a evidência desta estagnação.

Tabela 43 - IDHM–Renda (1991 – 2010)

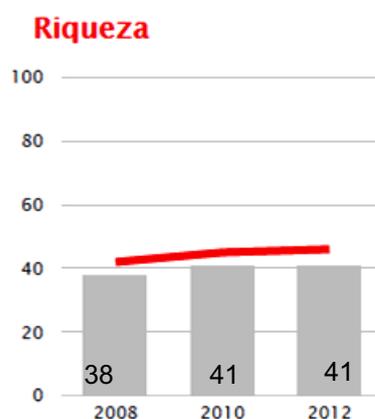
IDHM - RENDA Guaratinguetá 1991 - 2010			
Ano	1991	2000	2010
IDHM - R	0,731	0,739	0,764

↑ Evolução 4,3% ↑

Fonte: Atlas Brasil (2013)

O indicador Riqueza do IPRS, também mostra uma estagnação do crescimento entre os anos 2008 e 2012.

Gráfico 29 – IPRS-Riqueza



Fonte: SEADE (2015)

Para uma visualização do aspecto educação, com base nos dados do IBGE – Atlas Brasil, foi elaborada uma tabela que mostra a evolução ano a ano dos seguintes quesitos: 1) % de jovens com faixa etária entre 18 a 20 anos, com Ensino Médio completo; 2) O IDHM-E; e 3) A taxa de Vulnerabilidade referente aos jovens da faixa etária de 15 a 24 anos, que não estudam e nem trabalham.

Para efeito comparativo, os dados do Estado de São Paulo foram incluídos.

Tabela 44 - Comparativo de dados educacionais Guaratinguetá – Estado SP

Indicadores educacionais de Guaratinguetá			
	1991	2000	2010
% de jovens 18 a 20 anos Ensino Médio Completo Guaratinguetá	20,86	42,88	58,66
% de jovens 18 a 20 anos Ensino Médio Completo Estado de São Paulo	18,38	39,37	52,33
IDHM-E Guaratinguetá	0,398	0,628	0,751
IDHM-E Estado de São Paulo	0,363	0,581	0,719
Vulnerabilidade Guaratinguetá		9,94	7,48
Vulnerabilidade Estado de São Paulo		9,16	6,13

Observação: Vulnerabilidade - % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham

Fonte: Adaptado de IBGE (2014a); e Atlas Brasil (2013)

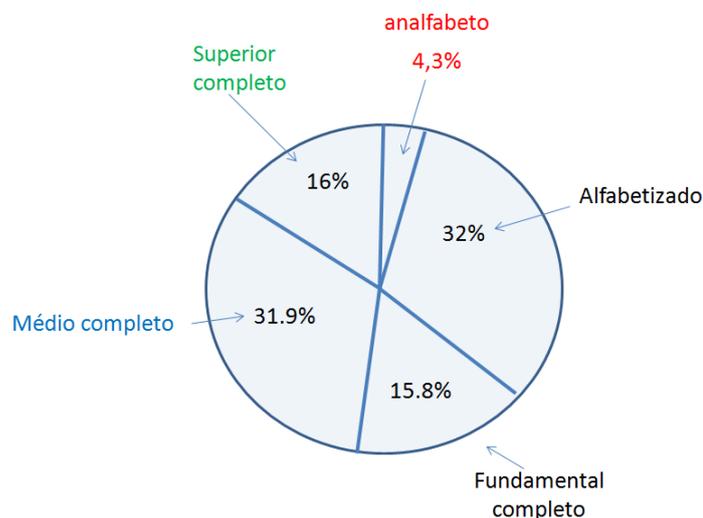
Embora os percentuais de escolaridade entre os anos 1991 e 2010 se mantenham superiores aos dos verificados no Estado de São Paulo no seu todo, no quesito Vulnerabilidade a situação do município se revela em plano inferior, ao apresentar percentual maior.

O Coeficiente de GINI deste município indicou para o ano de 2010 0,54, mostrando uma desigualdade social um pouco maior que a RMVPLN que indicava no mesmo ano 0,53, porém melhor situação que o Estado do São Paulo que registrou 0,56.

Fechando a apresentação de dados referente ao município de Guaratinguetá em comparação aos dados do Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São José dos Campos e Litoral Norte, e da Sub-região 3, na sequência é demonstrada

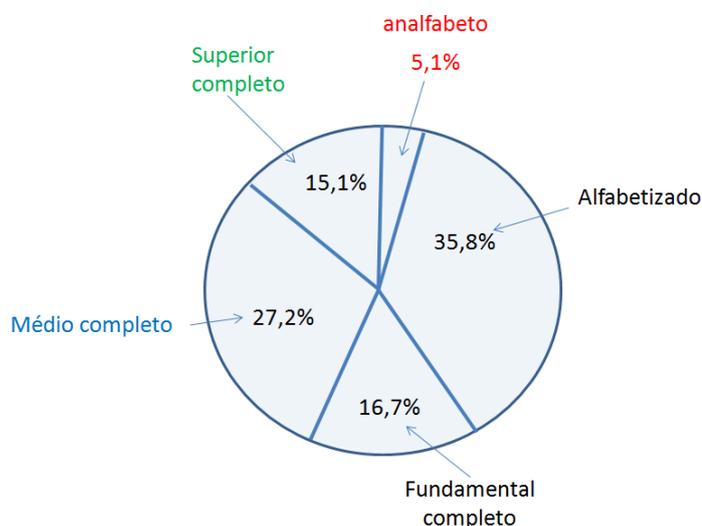
uma visão geral da educação no município e para efeito comparativo, os dados do Estado de São Paulo.

Gráfico 30 - Escolaridade de pessoas com 25 anos ou mais – 2010 - Guaratinguetá



Fonte: Atlas Brasil (2013)

Gráfico 31 - Escolaridade de pessoas com 25 anos ou mais – 2010 – Estado de São Paulo



Fonte: Atlas Brasil (2013)

Uma vez evidenciada a condição de Guaratinguetá, com indicadores superiores ao do Estado de São Paulo, fica a observação de que mais de 50% da população do município (52,1%) das pessoas com mais de 25 anos, não possuem o Ensino Médio completo, ano 2010, sendo que evadiram ou desistiram de dar seguimento a formação escolar.

Situação próxima dos números apresentados, anteriormente, com base em pesquisas efetivadas pelos institutos SEADE (2015) e IBGE (2014a).

4.6.2 O Enfoque financeiro dos dados educacionais de Guaratinguetá

Permitindo uma avaliação sob o enfoque financeiro da educação em Guaratinguetá, na Tabela 45 é demonstrada a evolução ano a ano do custo aferido.

Tabela 45 - Custo educação município de Guaratinguetá

Desembolso Financeiro com Educação - Guaratinguetá (Base \$ 2014) 2007-2011					
Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Total de Despesas Educação	R\$ 66.844.138,00	R\$ 66.880.382,00	R\$ 65.486.306,00	R\$ 65.279.519,00	R\$ 68.670.291,00
Despesas Subfunção Ensino Médio	R\$ 75.774,00	R\$ 19.947,00	0	0	R\$ 936.951,00

Fonte: SEADE (2015)

Vale observar que a administração do Ensino Médio, neste município, é de administração estadual, sendo os custos anuais, referentes à tarefa de apoio às atividades indiretas dos alunos deste nível de ensino.

O levantamento do número de matrículas/ingressantes, segundo o SEADE (2015), ficou com a seguinte composição demonstrada na Tabela 46:

Tabela 46- Número de matrículas na Rede Municipal de Ensino 2007 - 2011

Dados do número de matrículas com Educação Municipal						
		Matrícula na Educação Infantil Rede Municipal	Matrícula no Ensino Fundamental Rede Municipal	Matrícula no Ensino Médio Rede Municipal	Matrícula na Educação Especial Rede Municipal	
Guaratinguetá	2007	2144	8008	x	x	10152
Guaratinguetá	2008	2245	7660	x	x	9905
Guaratinguetá	2009	2194	7551	x	x	9745
Guaratinguetá	2010	2234	7418	x	x	9652
Guaratinguetá	2011	2126	7637	x	x	9763

Fonte: SEADE (2015)

Do cruzamento dos dados das duas Tabelas (45 e 46) chega-se ao número de R\$ 7.033,72 ($68.670.291 \div 9763$) por aluno ao ano (base 2011) de gastos municipais ou R\$ 586,14 mensalmente. Tendo uma UFIR, referente ao ano 2011, um valor de R\$ 2,13, o valor dos gastos dos municipais por aluno remontou em 275,18 UFIRs – aluno mês para a cidade de Guaratinguetá.

Os dados divulgados pelo SEADE, o IPRS – Escolaridade mostram que o município está em processo de evolução, apresentando os seguintes números: 2008 – 39 pontos; 2010 – 50 pontos; e 2012 – 53 pontos, tendo uma evolução de 26,4% (SEADE, 2015).

Para uma melhor visão do panorama da rede de ensino do município, os números totais, com base no ano 2014, são os seguintes, apresentados na Tabela 47:

Tabela 47 - Números da Rede de Ensino de Guaratinguetá

Nível	Número Total	Reprovação	Evasão	Aprovação
Fundamental Anos Iniciais	7419	424	11	6984
Fundamental Anos Finais	7208	647	83	6298
Ensino Médio	5321	971	147	4203
Total	19768	2042	241	17485

Fonte Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

A Tabela 48 condensa os números, apresentando os percentuais de aprovação, abandono (evasão) e reprovações ocorridos neste município.

Tabela 48 - Visão percentual dos dados da Rede Pública de Guaratinguetá

Guaratinguetá - SP - 2014								
	Anos Iniciais		Anos Finais		Ensino Médio		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Matrículas	7419		7028		5321		19768	
Reprovação	424	5,7	647	9,2	971	18,2	2042	10,3%
Abandono	11	0,1	83	1,2	147	2,8	241	1,2%
Aprovação	6984	94,1	6298	89,6	4203	79	17485	88,5%

População (2014): 114750 - Estimativa IBGE

Habitantes por escola: 1159,1 - N.º de matrículas 1.º Ano E.M. 2145 - N.º Aprov. 3.º Ano E.M. 1271

Fator Continuidade: 59,2% - N.º Matrículas 1º Ano Ensino Médio /N.º Aprovações Anos Finais (%)

Fator Desistência: 40,7%

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

O Fator de Desistência calculado em 40,7% superou o do verificado no Estado de São Paulo cuja média ficou e 36,7% (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEDu, 2015).

Em um enfoque financeiro, que impacta e reflete diretamente no desenvolvimento regional, utilizando a base de 275,18 UFIRs (R\$ 2,55 – 2014) por aluno, esta tabela ficaria assim composta:

Tabela 49 - Aspecto econômico da Rede Pública de Guaratinguetá

Aspecto Financeiro Rede de Ensino de Guaratinguetá								
Nível de Ensino	Total		Reprovação		Abandono		Aprovação	
	UFIR	R\$ (milhar)	UFIR	R\$ (milhar)	UFIR	R\$ (milhar)	UFIR	R\$ (milhar)
Anos Iniciais	2041560,42	5205,98	116676,3	297,52	3026,98	7,72	1921857,1	4900,74
Anos Finais	1933965,04	4931,61	178041,5	454,01	22839,94	58,24	1733083,6	4419,36
Ensino Médio	1464232,78	3733,79	267199,8	681,36	40451,46	103,15	1156581,5	2949,28
Total	5439758,24	13871,38	561917,6	1432,89	66318,38	169,11	4811522,3	12269,38

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEDu (2015) – SEADE (2015)

Uma quantia de R\$ 169.110,00 (base 2014), mensalmente, é despendida com alunos evadidos, numerário que deixa de ser investido no desenvolvimento local, e não está sendo aproveitado no mesmo.

4.6.3 Dados do Ensino Médio em Guaratinguetá.

O Ensino Médio no município de Guaratinguetá está concentrado em vinte e três unidades escolares, sendo que delas, 16 estão sob administração estadual, e sete escolas são particulares.

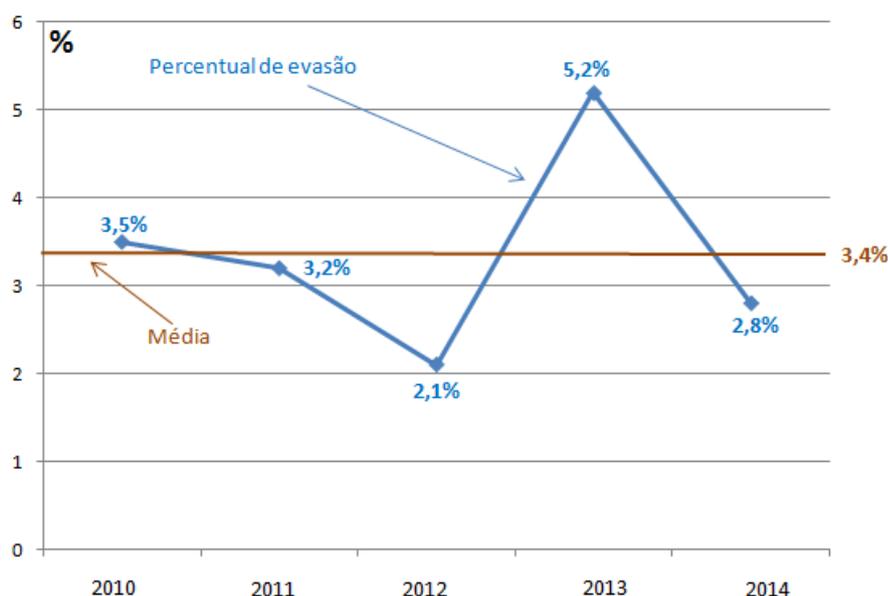
Como o contingente de alunos matriculados no ano de 2014 remontava em 5321 estudantes, a média de alunos por escola gira em torno de 330 alunos por escola.

Guaratinguetá apresenta números, no quesito abandono escolar (evasão), que estão no limiar da zona de atenção (2,8%), pois está praticamente sobre a mediana da Sub-região 3 (2,8%), conforme demonstrado no Gráfico 19 (2014). Dos municípios com mais de 100.000 habitantes da RMVPLN, juntamente com

Pindamonhangaba, Guaratinguetá (5,2%) está acima da mediana (4,7%), conforme ilustrado no Gráfico 9 (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdU, 2015).

Da mesma forma que mencionado na seção anterior, a evasão escolar no Ensino Médio em Guaratinguetá não é algo extemporâneo, e sim um problema recorrente ano a ano, sendo que gira em torno do número percentual de 3,4%, conforme mostrado no Gráfico 32.

Gráfico 32 - Evolução ano a ano da Evasão Escolar Ensino Médio Guaratinguetá



Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

No aspecto social, a Tabela 50 indica o número de jovens marginalizados do processo educacional:

Tabela 50 - Evolução ano a ano alunos evadidos Ensino Médio Guaratinguetá

Evolução da evasão escolar ano a ano Ensino Médio Guaratinguetá					
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Efetivo evadido	197	177	118	279	147

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

A tabela evidencia de que não se trata apenas de um efeito restrito a um ano em particular, já que o fenômeno é quase recorrente, como enfatizado anteriormente.

A pesquisa divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP, 2014), referente ao ano 2014, traz a taxa de evasão total e de cada ano de atividade de cada escola da rede de ensino do município, englobando a administração estadual e a particular.

4.6.4 Comparativo municípios litorâneos e Guaratinguetá – Ensino Médio

Como foi utilizada a expressão “modelo a ser seguido” anteriormente, referindo-se ao desempenho de alguns municípios, para analisá-lo se não é extemporâneo, na tabela sequenciada são demonstrados os dados dos municípios litorâneos, ano a ano, no nível Ensino Médio, no aspecto evasão escolar.

Tabela 51 - Comparativo – Guaratinguetá e municípios litorâneos – E.M. evasão

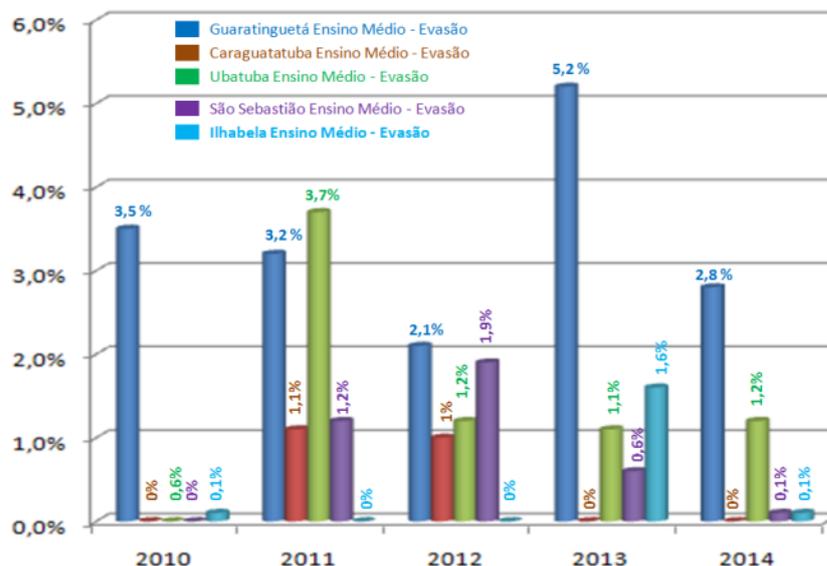
Cidade / Nível E.M.	2010	2011	2012	2013	2014
Guaratinguetá E-M	3,5%	3,2%	2,1%	5,2%	2,8%
Caraguatatuba E-M	0,0%	1,1%	1,0%	0,0%	0,0%
Ubatuba E-M	0,6%	3,7%	1,2%	1,1%	1,2%
São Sebastião E-M	0,0%	1,2%	1,9%	0,6%	0,1%
Ilhabela	0,1%	0,0%	0,0%	1,6%	0,1%

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

A Tabela 51 evidencia que a média dos cinco anos delimitados, perfaz 3,4%, bastante superior a média observada nos municípios de Caraguatatuba (0,4%), Ubatuba (1,6%), São Sebastião (0,8%) e Ilhabela (0,4%).

No formato gráfico, esta evolução pode ser mais bem visualizada, onde fora o ponto atípico do ano de 2011 ocorrido em Ubatuba, Guaratinguetá apresentou-se com evasão superior aos outros municípios.

Gráfico 33 - Desempenho Guaratinguetá – Municípios litorâneas ano a ano – Evasão



Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Efetuada a comparação sob o prisma da desistência escolar, o seguinte resultado pode ser observado, conforme demonstrado na Tabela 52:

Verifica-se, também, que os municípios litorâneos apresentaram uma melhora a partir do ano 2012, com queda de aproximadamente 10 pontos percentuais, enquanto Guaratinguetá, no ano de 2014 ficou em um patamar acima de 10 pontos percentuais sobre os municípios litorâneos utilizados no comparativo.

A evolução positiva do município de Ilhabela foi exemplar saindo de um patamar de 53% no ano 2010 para 11,5% em 2014.

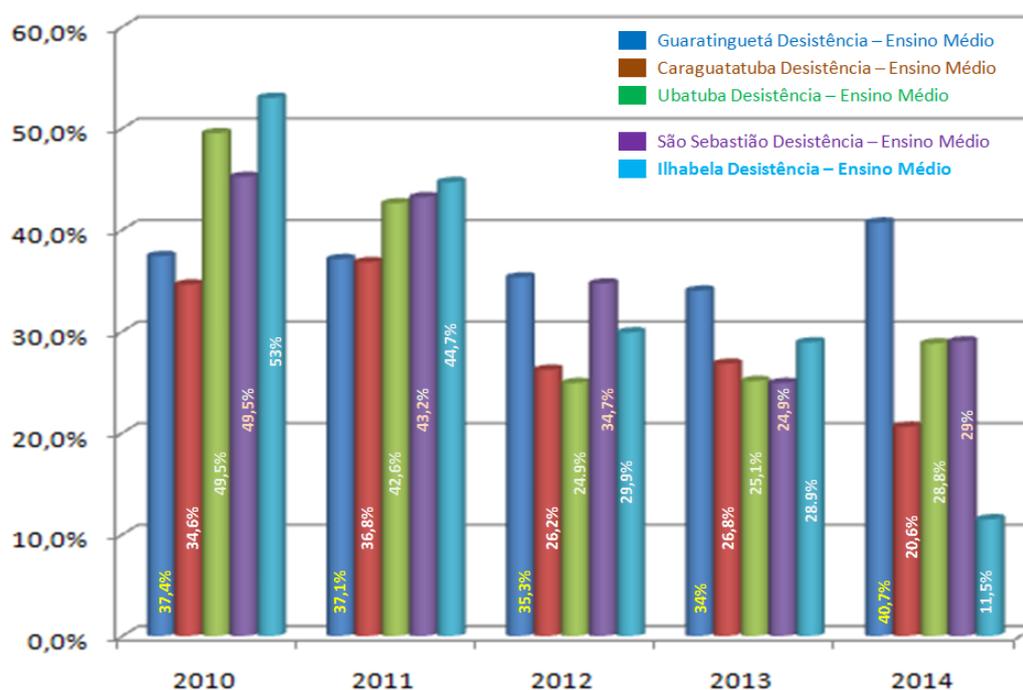
Tabela 52 - Comparativo – Guaratinguetá e municípios litorâneos – E.M. desistência

Cidade / Nível E.M.	2010	2011	2012	2013	2014
Guaratinguetá E-M	37,4%	37,1%	35,3%	34,0%	40,7%
Caraguatatuba E-M	34,6%	36,8%	26,2%	26,8%	20,6%
Ubatuba E-M	49,5%	42,6%	24,9%	25,1%	28,8%
São Sebastião E-M	45,2%	43,2%	34,7%	24,9%	29,0%
Ilhabela E.M.	53,0%	44,7%	29,9%	28,9%	11,5%

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Na forma gráfica, o comparativo entre os municípios de Guaratinguetá, Caraguatatuba, Ubatuba, São Sebastião, e Ilhabela referente ao Ensino Médio, quesito desistência escolar é apresentado.

Gráfico 34 - Desempenho Guaratinguetá – Municípios Litorâneos ano a ano – Desistência



Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEDu (2015)

Uma análise deste gráfico, mostra que uma ação implementada a partir do ano de 2012, surtiu efeito reduzindo, em mais de 10 pontos percentuais, a taxa de desistência escolar nos municípios litorâneos, enquanto Guaratinguetá permaneceu em níveis acima de 30%, ultrapassando o patamar de 40% no ano de 2014.

As médias de desistência ficaram respectivamente: Guaratinguetá – 36,9%; Caraguatatuba – 29%; Ubatuba – 34,2%; São Sebastião – 35,4%, e Ilhabela - 33,6%.

Ilhabela que teve uma evolução boa no quesito desistência iniciou seu PME em 2014 incentivando e promovendo a participação dos alunos do município em diferentes projetos, atividades, concursos, olimpíadas, eventos, com o objetivo maior de formar cidadãos participativos e preocupados com o ambiente sócio-cultural em que vivem (ILHABELA, 2014).

Mesmo dentro de um mesmo município as características socioculturais de uma população variam de bairro para bairro; tipo de mantenedor do ensino de municipal, estadual ou particular; e o período se matinal, vespertino ou noturno. Em face disto, na próxima seção, esta pesquisa estuda algumas particularidades.

4.7 Evasão Escolar no município de Guaratinguetá

De maneira geral, Guaratinguetá teve seus resultados estudados nos tópicos anteriores a este, sendo que agora se passa a verificar os resultados não no macro que representa o município face aos outros, e sim pontualmente, inclusive com suas políticas internas de educação.

A preocupação chave deste estudo é a de que tanto no Ensino Fundamental Anos Finais (1,7%), quanto no Ensino Médio (5,2%), no ano de 2013 as taxas observadas no município superaram às do Estado de São Paulo 1,6% - 4,8% (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEDu, 2015), Gráfico 9. Esta preocupação é uma ampla oportunidade de melhoria que se implementada pode ser revertida em reforço ao desenvolvimento local.

Na Tabela 53 é demonstrada a evolução 2010 a 2014 do comparativo.

Tabela 53 – Comparativo evolução escolar 2010-2014 Guara^{ta} – Est. SP

		2010	2011	2012	2013	2014	Média
Guaratinguetá	Ensino Médio	3,5%	3,2%	2,1%	5,2%	2,8%	3,4%
	Anos Finais	1,1%	1,3%	0,7%	1,7%	1,2%	1,2%
Estado São Paulo	Ensino Médio	4,5%	4,6%	4,6%	4,8%	4,2%	4,5%
	Anos Finais	1,5%	1,5%	1,6%	1,6%	1,6%	1,6%

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEDu (2015)

O fenômeno desistência escolar mostrada na Figura 5 – seção 2.4, tem um caráter mais nocivo no aspecto social e do desenvolvimento econômico, que a própria evasão escolar, devendo também ser um motivo de preocupação.

No aspecto de política educacional, a ação para combater a evasão e a desistência foi contemplada no Plano Diretor do município, em vigor, com o seguinte conteúdo:

[...] Com o mesmo título de participar globalmente e proporcionar a garantia do processo educacional para todos, interagir com o governo do Estado para que se adotem medidas que possibilitem:

I. Ofertar gradativamente vagas suficientes e próximas das residências dos jovens ou oferecer condições para que o aluno possa frequentar escolas distantes;

II. Garantir gradativamente o atendimento no Ensino Médio de todos os alunos concluintes do Ensino Fundamental (GUARATINGUETÁ, 2015a);

O município por ter grande extensão territorial, possui parte da população dispersa pela zona rural. Face a isto em sintonia com o Plano Diretor, o PME no seu artigo 2.8 estabelece: “Estimular a oferta do Ensino Fundamental, em especial do anos iniciais, para as populações do campo, nas próprias comunidades” (GUARATINGUETÁ, 2015b, p. 6).

Ao contemplar os moradores da área rural, o PME visa já inculcar desde a infância, o senso da necessidade da educação, facilitando o acesso e a permanência da criança na escola.

Tanto no Plano Diretor, quanto no Plano Municipal de Educação (GUARATINGUETÁ, 2015b) não foi mencionada uma preocupação com a evasão e a desistência, não fazendo menção à retenção do aluno na escola, preocupação esta evidenciada por alguns municípios, por exemplo: Lorena, ao explicitar a meta 3.6 (busca do evadido) e a estratégia 8.5 (prevenção da evasão).

Na seção 2.5, sobre um dos motivos da evasão, Marun (2008) e Dourado (2005) dissertaram sobre a necessidade treinamento do corpo docente das escolas, objetivando a motivação dos alunos e a sua conseqüente retenção no âmbito escolar. Visto por este aspecto, o fator interno “docente” como causa da evasão, pode ser minimizado com ação dos gestores educacionais, via treino específico de professores.

A falta de preparação do docente, um dos fatores internos considerados como causadores da evasão, foi devidamente contemplada no Plano Diretor de Guaratinguetá via uma política de treinamento, com o seguinte teor:

[...] Promover a melhoria contínua das condições de trabalho e da qualificação do profissional da área de ensino, por meio de:

I. Capacitação contínua de Equipes Gestoras Escolares municipais, na forma presencial ou à distância, possibilitando otimizar o trabalho administrativo pedagógico na Unidade Escolar de seu efetivo exercício profissional;

II. Formação e capacitação continuada dos docentes e do pessoal de apoio da Educação Municipal, adequando-os às necessidades propositivas dos CME e da Secretaria Municipal de Educação, visando metas educacionais e administrativas presentes e futuras;

III. Estudo, reorganização ou reforma do Plano de Carreira dos Docentes Municipais, observando a evolução, sistematização e valorização da carreira docente enquanto política de estado (GUARATINGUETÁ, 2015a);

O Plano Municipal de Educação, na Meta 3, estabelece: “Universalizar, até 2016, o Atendimento Escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 98%” (GUARATINGUETÁ, 2015b, p. 6).

Atualmente a administração de todo o Ensino Médio público no município de Guaratinguetá é atribuição do Estado de São Paulo, não função do município.

Outro aspecto a ser observado como resultado é o que o Ensino Médio, em se tratando de ser estudado pontualmente, pode ser focado nas características próprias de cada escola analisada.

4.7.1 Rede de Ensino e escolas do município de Guaratinguetá

Guaratinguetá possui uma rede de ensino compatível com seu porte e importância para o Brasil, e acima de tudo para o Estado de São Paulo. A rede de apresenta números significativos e com crescimento acelerado (INEP, 2014).

Ao todo, são 98 escolas (INEP, 2014) divididas entre a rede municipal, estadual e privada, zona urbana e zona rural, das quais 54 unidades com modalidade de ensino Fundamental e/ou Ensino Médio. Destas 54 escolas, 13 são de cunho particular.

O público atendido por esta rede de escolas (pública), no ano de 2015, totalizou 18.038 alunos matriculados, sendo 11.258 no Ensino Fundamental e 4.717 no Ensino Médio (INEP, 2015b).

A Tabela 54 mostra a composição do ensino básico no município de Guaratinguetá:

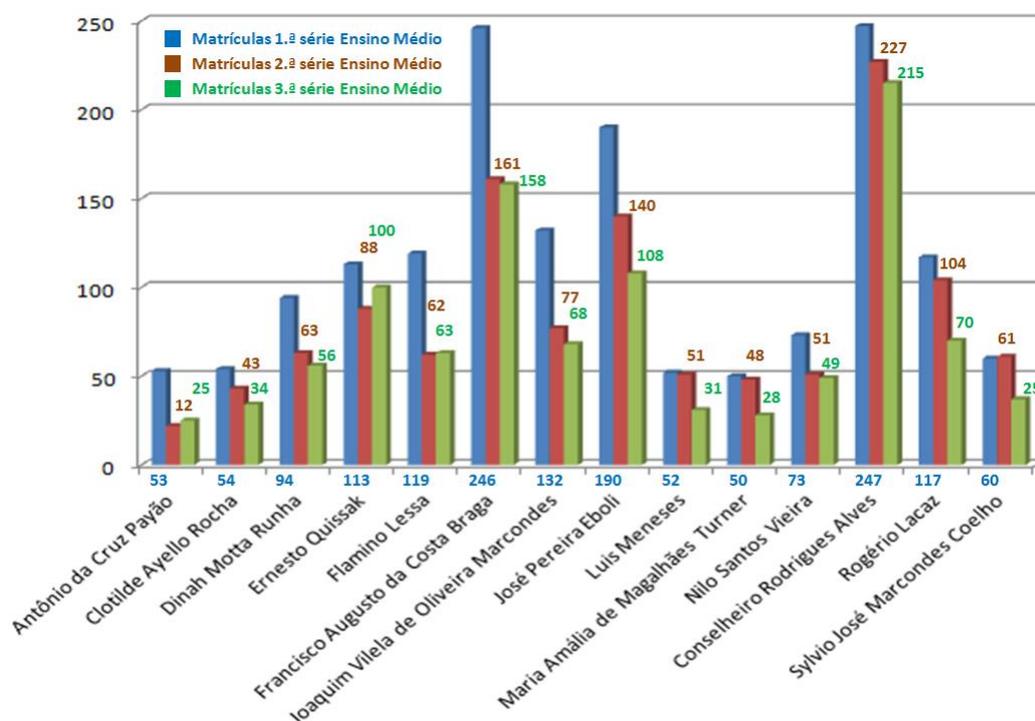
Tabela 54 - Composição da Rede de Ensino Guaratinguetá – Ensino Fundamental e Médio, 2014

Administração	Total	Fundamental Anos iniciais	Fundamental Anos iniciais e Anos Finais	Fundamental Anos iniciais, Anos Finais e Ensino Médio	Fundamental Anos finais	Fundamental Anos finais e Ensino Médio	Ensino Médio
Municipal	26	17	9	0	0	0	0
Estadual	15	0	0	0	0	13	2
Particular	13	3	3	7	0	0	0
Total	54	20	12	7	0	13	2

Fonte INEP (2014)

No tocante ao Ensino Médio, utilizando-se como referência os dados disponíveis do município de Guaratinguetá abordando o número de matrículas série a série, no Gráfico 35 é demonstrada a situação das escolas de administração estadual:

Gráfico 35 - Evolução do número de matrículas série à série Ensino Médio – Guaratinguetá Rede Pública (Ano 2014)



Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

O Gráfico 35 mostra uma diferença média entre as matrículas iniciais (1º Ano) e as finais (3º Ano) de 37,5%, um número preocupante bem acima dos 26% apontados pelos autores Forgiarini e Silva (2007), em não se considerando, ainda, as evasões ocorridas durante letivo de 2014.

Parte destas escolas terá seu desempenho, mais detalhadamente estudado, na sequência deste trabalho que se seguirá.

Convém notar, que um contingente de 558 jovens de faixa etária média de 15 a 17 anos, conforme Tabela 55 a ser demonstrada, provavelmente, irá incrementar as deficiências do mercado, e conseqüentemente o desenvolvimento regional de Guaratinguetá – SP

A Tabela 55 evidencia os números que foram utilizados para compor o Gráfico 35.

Tabela 55 - Evolução do número de matrículas série à série Ensino Médio – Guaratinguetá

Desistência Ensino Médio - Guaratinguetá - 2014					
Escola	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Desistência	%
Antônio da Cruz Payão	53	22	25	28	53%
Clotilde Ayello Rocha	54	43	34	20	37%
Dinah Motta Runha	94	63	56	38	40%
Ernesto Quissak	113	88	100	13	11,5%
Flamino Lessa	119	62	63	56	47%
Francisco Augusto da Costa Braga	246	161	158	88	36%
Joaquim Vilela de Oliveira Marcondes	132	77	68	64	48%
José Pereira Eboli	190	140	108	82	43%
Luis Meneses	52	51	31	21	40%
Maria Amália de Magalhães Turner	50	48	28	22	44%
Nilo Santos Vieira	73	51	49	24	33%
Conselheiro Rodrigues Alves	247	227	215	32	13%
Rogério Lacaz	117	104	70	47	40%
Sylvio José Marcondes Coelho	60	61	37	23	38%
Total	1600	1198	1042	558	35%
Média	114,3	85,6	74,4	39,9	

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Contudo, ao ser analisado o Ensino Médio, pode-se ver que apenas 60% dos que ingressam no nível obrigatório conseguem concluir a 3ª série do ensino médio, precisando de 13,7 anos aproximadamente para que isso seja conseguido (FORGIARINI; SILVA, 2007).

4.7.2 Evasão no Ensino Médio - Escolas de Guaratinguetá

No Gráfico 35, da seção 4.7.1, foram apresentados os números referentes às matrículas efetivadas escola por escola da rede pública de Guaratinguetá, no tocante ao Ensino Médio. Desta feita, por se tratar do ciclo escolar que maior número de evasão apresenta, este fenômeno será abordado nesta parte do estudo.

O problema da evasão escolar pôde ser evidenciado no Gráfico 9 da seção 4.1.2, onde se verificou que os municípios de Guaratinguetá (5,2%), Lorena(5,8%) e Pindamonhangaba(7,3%), ano 2013, dentro dos selecionados com população acima

de 50.000 habitantes da RMVPLN superaram a mediana do Estado de São Paulo (4,2%), embora se mantivessem abaixo da mediana dos estados brasileiros, onde se observou o valor de 7,6% (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEDu, 2015).

Estes comentários se fazem pertinentes para uma comparação em face da apresentação dos percentuais de escola por escola, série por série, tendo por foco o Ensino Médio.

A pesquisa, Tabela 56, divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP, 2014), referente ao ano 2014, traz a taxa de evasão total e de cada ano de atividade de cada escola da rede de ensino do município, englobando a administração estadual e a particular.

Tabela 56 - Escolas mantenedoras de Ensino Médio – Guaratinguetá - 2014

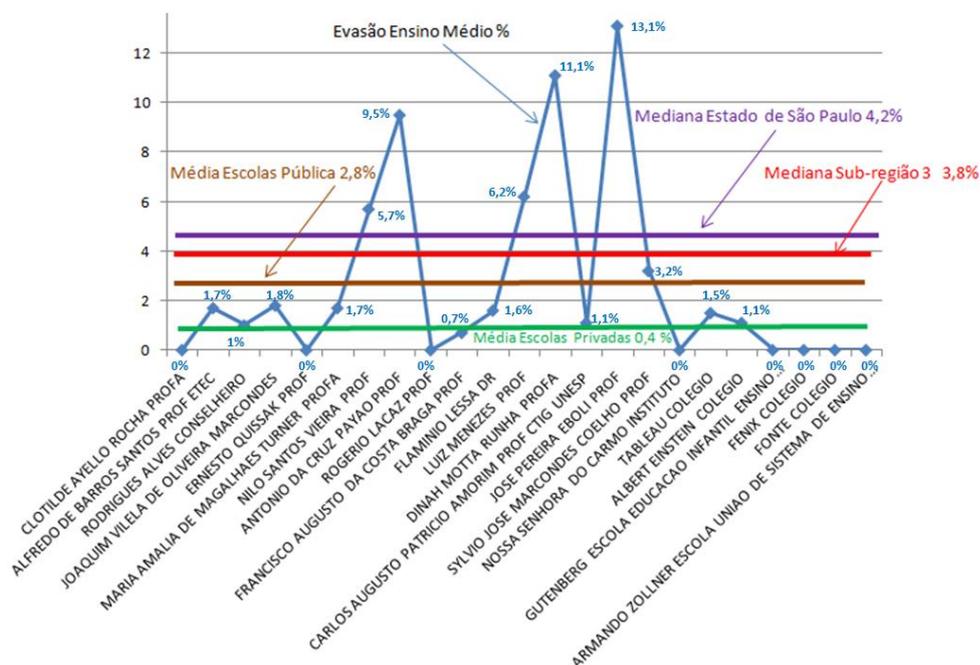
Nome da Escola	Localização	Dependência Administrativa	Total Abandono no Ens. Médio	Abandono na 1ª série	Abandono na 2ª série	Abandono na 3ª série
CLOTILDE AYELLO ROCHA PROFA	Urbana	Estadual	0	0	0	0
ALFREDO DE BARROS SANTOS PROF ETEC	Urbana	Estadual	1.7	0	0	5
RODRIGUES ALVES CONSELHEIRO	Urbana	Estadual	1	1.8	0.9	0
JOAQUIM VILELA DE OLIVEIRA MARCONDES	Urbana	Estadual	1.8	3	0	1.6
ERNESTO QUISSAK PROF	Urbana	Estadual	0	0	0	0
MARIA AMALIA DE MAGALHAES TURNER PROFA	Urbana	Estadual	1.7	2.2	2.5	0
NILO SANTOS VIEIRA PROF	Urbana	Estadual	5.7	4.1	7.4	6
ANTONIO DA CRUZ PAYAO PROF	Rural	Estadual	9.5	7.7	15	8.7
ROGERIO LACAZ PROF	Urbana	Estadual	0	0	0	0
FRANCISCO AUGUSTO DA COSTA BRAGA PROF	Urbana	Estadual	0.7	0	1.3	1.2
FLAMINIO LESSA DR	Urbana	Estadual	1.6	1.8	3.3	0
LUIZ MENEZES PROF	Urbana	Estadual	6.2	11.6	5.3	0
DINAH MOTTA RUNHA PROFA	Urbana	Estadual	11.1	7.7	8.2	20
CARLOS AUGUSTO PATRICIO AMORIM PROF CTIG UNESP	Urbana	Estadual	1.1	0	0	3.4
NOSSA SENHORA DO CARMO INSTITUTO	Urbana	Particular	0	0	0	0
TABLEAU COLEGIO	Urbana	Particular	1.5	0	7.1	0
ALBERT EINSTEIN COLEGIO	Urbana	Particular	1.1	0	1.8	2
GUTENBERG ESCOLA EDUCACAO INFANTIL ENSINO FUNDAMENTL E MEDIO	Urbana	Particular	0	0	0	0
FENIX COLEGIO	Urbana	Particular	0	0	0	0
FONTE COLEGIO	Urbana	Particular	0	0	0	0
ARMANDO ZOLLNER ESCOLA UNIAO DE SISTEMA DE ENSINO FAZER	Urbana	Particular	0	0	0	0
JOSE PEREIRA EBOLI PROF	Urbana	Estadual	13.1	12.2	14.4	13
SYLVIO JOSE MARCONDES COELHO PROF	Urbana	Estadual	3.2	3.4	5	0

Fonte: INEP (2014)

A média das escolas particulares remontou em 0,37%, enquanto a média das escolas estaduais fez a 3,6% neste ano de 2014.

Os dados desta tabela são apresentados na forma gráfica para uma melhor análise comparativa.

Gráfico 36 - Evasão no Ensino Médio Guaratinguetá - 2014



Fonte: INEP (2014)

Em relação ao Ensino Médio, a média de evasão das escolas públicas de Guaratinguetá é superior em cerca de 30% em relação à mediana da Sub-região 3, Governo de Guaratinguetá para o mesmo ano, e cerca de 10 vezes maior do que a média das escolas particulares situadas no mesmo município.

Positivamente, pode-se verificar a existência de escolas sem evasão, tanto na administração estadual (E.E. Profª. Clotilde Ayello Rocha; ETEC Alfredo de Barros Santos; E.E. Prof. Ernesto Quissak; E.E. Prof. Rogério Lacaz), quanto na administração particular (Instituto Nossa Senhora do Carmo; Escola Gutenberg; Colégio Fenix; Colégio Fonte; Escola Armando Zollner).

Analisando por nível de ensino, se verifica a existência de escola com percentual superior a 10% em cada nível do Ensino Médio (E.E. José Pereira Eboli) e outra com um salto percentual na casa de 20% entre o 2º ano de ensino e o 3º ano (E.E. Dinah Motta Runha) (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdU, 2015).

Na Tabela 56 são apresentadas as escolas, com desempenho do ano 2010 ao ano 2014, que apontaram 0% de taxa de evasão.

Analisando a Tabela 57, pode-se verificar que a taxa de evasão escolar permaneceu nula na sequência de anos para todas as escolas particulares relacionadas, e para a escola E.E. Rogério Lacaz de administração estadual.

Tabela 57 - Evasão Escolar ano a ano – Ensino Médio Escolas de Guaratinguetá

Abandono % - Ensino Médio - 2010 à 2014 - Guaratinguetá							
Escola	Administração	2010	2011	2012	2013	2014	Média
Clotilde Ayello Rocha	Estadual	10,5%	0,9%	1,6%	8,6%	0,0%	4,3%
Ernesto Quissak	Estadual	1,4%	3,4%	0,3%	8,4%	0,0%	2,7%
Rogério Lacaz	Estadual	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Instituto Nossa Senhora do Carmo	Particular	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Gutenberg Escola	Particular	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Fenix Colégio	Particular	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Armando Zollner	Particular	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEDU (2015)

Este desempenho das escolas particulares pode levar dúvidas à primeira vista, devido a isto, embora não seja o foco deste estudo, foi pesquisado o quesito repetência, objetivando verificar se existia vinculação entre os números obtidos pela pesquisa entre os quesitos.

Na sequência são mostrados os resultados obtidos na mesma faixa de tempo (2010 – 2014).

Tabela 58 - Repetência Escolar ano a ano – Ensino Médio - Escolas de Guaratinguetá

Repetência % - Ensino Médio - 2010 à 2014 - Guaratinguetá							
Escola	Administração	2010	2011	2012	2013	2014	Média
Clotilde Ayello Rocha	Estadual	21,8%	23,8%	18,6%	21,4%	43,7%	25,9%
Ernesto Quissak	Estadual	4,8%	11,4%	13,5%	7,4%	10,0%	9,4%
Rogério Lacaz	Estadual	10,5%	12,8%	12,3%	9,9%	14,8%	12,1%
Instituto Nossa Senhora do Carmo	Particular	14,8%	7,4%	10,4%	0,0%	6,8%	7,9%
Gutenberg Escola	Particular	0,0%	4,8%	2,5%	2,9%	0,0%	2,0%
Fenix Colégio	Particular	0,8%	3,8%	3,9%	2,0%	1,5%	2,4%
Armando Zollner	Particular	8,7%	15,6%	3,8%	8,1%	9,8%	9,2%

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEDU (2015)

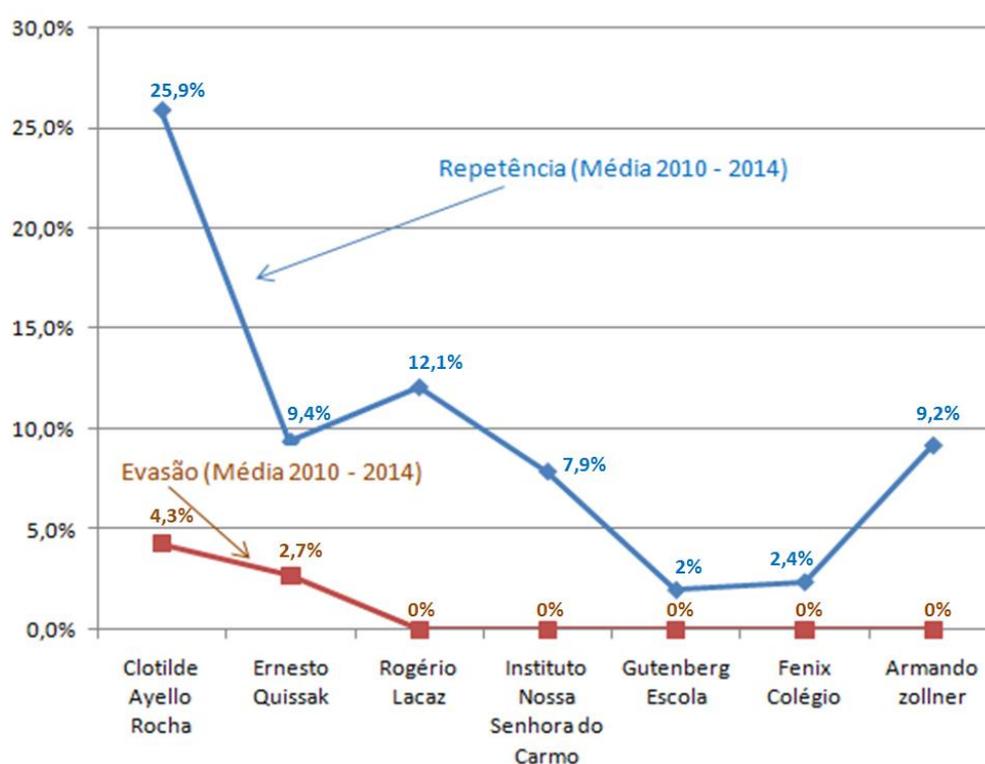
A escola E.E. Clotilde Ayello Rocha, com uma Taxa de repetência média de 25,9% e desvio máximo de 43,7% em 2014, foge bastante do padrão aceitável, se enquadrando no estágio de atenção que requer ação imediata, conforme definido pela Fundação Lemann/Meritt; e QEDU (2015).

As escolas E.E. Rogério Lacaz, com uma média de 12,1% e desvio máximo de 14,8%, também no ano de 2014; E.E. Ernesto Quissak, com uma média de 9,4% e desvio máximo de 13,5%, ano 2012; e Instituto Nossa Senhora do Carmo, com

uma média de 7,9% e desvio máximo de 14,8%, ano 2010, estão em uma zona de atenção, da qual a Fundação Lemann faz o seguinte alerta: A situação indica a necessidade de definir estratégias para conter o avanço da repetência escolar (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdU, 2015).

Para uma visualização melhor da vinculação entre os dados, o Gráfico 37 mostra a média de evasão, em contraponto a média de repetência das escolas selecionadas.

Gráfico 37 - Repetência – Evasão (Média 2010 – 2014) Ensino Médio Guaratinguetá



Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e Qedu (2015)

A vinculação demonstrada no gráfico acima indica que independente de existir ou não evasão escolar, o fenômeno da repetência existe tanto no ensino público, quanto no particular, embora seja menor no segundo caso.

O desempenho das escolas particulares no quesito evasão fica evidenciado neste Gráfico 37 apresentado.

A Tabela 59 foi a base do Gráfico 36 e permite ver de forma numérica os dados gerais de escola por escola.

Tabela 59 - Taxa de Abandono (Evasão Escolar) Ensino Médio Guaratinguetá

Escolas do Ensino Médio - Rede Pública e Particular	Abandono	Administração
CLOTILDE AYELLO ROCHA PROFA	0,0	Estadual
ALFREDO DE BARROS SANTOS PROF ETEC	1,7	Estadual
RODRIGUES ALVES CONSELHEIRO	1,0	Estadual
JOAQUIM VILELA DE OLIVEIRA MARCONDES	1,8	Estadual
ERNESTO QUISSAK PROF	0,0	Estadual
MARIA AMALIA DE MAGALHAES TURNER PROFA	1,7	Estadual
NILO SANTOS VIEIRA PROF	5,7	Estadual
ANTONIO DA CRUZ PAYAO PROF	9,5	Estadual
ROGERIO LACAZ PROF	0,0	Estadual
FRANCISCO AUGUSTO DA COSTA BRAGA PROF	0,7	Estadual
FLAMINIO LESSA DR	1,6	Estadual
LUIZ MENEZES PROF	6,2	Estadual
DINAH MOTTA RUNHA PROFA	11,1	Estadual
CARLOS AUGUSTO PATRICIO AMORIM PROF CTIG UNESP	1,1	Estadual
JOSE PEREIRA EBOLI PROF	13,1	Estadual
SYLVIO JOSE MARCONDES COELHO PROF	3,2	Estadual
NOSSA SENHORA DO CARMO INSTITUTO	0,0	Particular
TABLEAU COLEGIO	1,5	Particular
ALBERT EINSTEIN COLEGIO	1,1	Particular
GUTENBERG ESCOLA EDUCACAO INFANTIL ENSINO FUNDAMENTL E MEDIO	0,0	Particular
FENIX COLEGIO	0,0	Particular
FORTE COLEGIO	0,0	Particular
ARMANDO ZOLLNER ESCOLA UNIAO DE SISTEMA DE ENSINO FAZER	0,0	Particular

Fonte: Fundação Leman/Meritt; e QEdU (2015)

Para maior objetividade, este estudo passa a se concentrar nas cinco escolas com maior taxa de evasão escolar, sendo elas: E.E. José Pereira Eboli (13,1%); E.E. Dinah Motta Runha (11,1%); E.E. Antônio da Cruz Payão (9,5%); E.E. Luiz Menezes (6,2%); e E.E. Nilo Santos Vieira (5,7%), já que em média, as demais escolas ficaram abaixo da mediana do Estado de São Paulo, 4,2%. Vale notar que a distorção idade-série em média nestas cinco escolas apresentou o percentual de 23,2% (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdU, 2015).

A evasão escolar nas escolas E.E. José Pereira Eboli, E.E. Dinah Motta Runha e E.E. Antônio da Cruz Payão, superou a taxa média dos estados brasileiros.

- Escola E.E. José Pereira Eboli

Escola de porte entre médio e grande, com cerca de 1000 alunos matriculados.

Tabela 60 - Ensino Médio Escola E.E. José Pereira Eboli – Dados Gerais

José Pereira Eboli - 2014								
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Matrículas	192		142		109		443	
Reprovação	49	25,4	22	15,1	4	3,7	75	16,8
Abandono	24	12,2	21	14,4	15	13	60	13,1
Aprovação	119	62,4	99	70,5	90	83,3	308	70,1

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

As altas taxas de reprovação e evasão que ocorreram em 2014 no primeiro ano do ciclo mostram a escola já em estado de atenção.

Tabela 61 - Evolução ano a ano - Abandono (Evasão Escolar) E.E. José Pereira Eboli

Evolução do Abandono Ano a Ano - Taxa Percentual - Ensino Médio						
Escola	2010	2011	2012	2013	2014	Quesito
José Pereira Eboli	0,8%	0,9%	2,0%	5,5%	13,1%	Abandono
	21,6%	22,5%	21,2%	25,8%	16,8%	Repetência

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Trata-se de uma escola de bairro de classe social menos favorecida (Nova Guará), porém não distante do centro da cidade. Nota-se pela tabela uma tendência do aumento da taxa de evasão ano a ano.

A distorção idade série nesta escola indicou o percentual de 24,9% (INEP, 2015a).

- E.E. Dinah Motta Runha

Esta escola se situa em bairro mais distante do centro (Parque São Francisco), sendo a sua população também de classe menos favorecida.

A escola é considerada de médio porte com cerca de 600 alunos em média matriculados.

Na Tabela 62 são apresentados os dados gerais desta escola.

Tabela 62 - Ensino Médio - Escola E.E. Dinah Motta Runha – Dados gerais

Dinah Motta Runha - 2014								
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Matrículas	95		65		58		218	
Reprovação	30	31,9	9	13,1	17	29,1	56	25,6
Abandono	8	7,7	6	8,2	12	20	26	11,1
Aprovação	57	60,4	50	78,7	29	50,9	136	63,3

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Analisando a relação número de matrículas no primeiro ano (95), em contraponto ao terceiro ano (58), a redução foi de 39%, sendo que o indicativo para tal decréscimo recai no número de repetências, muito alto.

Tabela 63 - Evolução ano a ano - Abandono (Evasão Escolar) – E.E. Dinah Motta Runha

Evolução do Abandono Ano a Ano - Taxa Percentual - Ensino Médio						
Escola	2010	2011	2012	2013	2014	Quesito
Dinah Motta Runha	0,0%	0,5%	0,0%	9,2%	11,1%	Abandono
	17,1%	32,7%	21,2%	20,5%	25,6%	Repetência

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

A evasão escolar vinha em um patamar bastante bom, sendo que a partir de 2013 teve um aumento significativo. A repetência se manteve num patamar elevado. A distorção idade-série desta escola indicou 18,8% (INEP, 2015a).

- E.E. Antônio da Cruz Payão

Esta escola se situa em bairro distante a mais de 20 Km do centro (Rocinha), sendo a sua população também de classe menos favorecida e de economia basicamente rural.

O número de estudantes nesta escola gira em torno de 240 alunos, classificando-a de pequeno para médio porte.

Na Tabela 64 são apresentados os dados gerais desta escola.

Tabela 64 - Ensino Médio - Escola E.E. Antônio da Cruz Payão – Dados gerais

Antônio da Cruz Payão - 2014								
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Matrículas	55		23		26		104	
Reprovação	7	11,5	0	0	0	0	7	6,1
Abandono	5	7,7	4	15	3	8,7	12	9,6
Aprovação	43	80,8	19	85	23	91,3	85	84,3

Fonte: Fundação Lemann/Merit; e QEdU (2015)

Analisando a relação número de matrículas no primeiro ano (55), face ao terceiro ano (26), a redução foi de 53%.

Tabela 65 - Evolução ano a ano - Abandono – E.E. Antônio da Cruz Payão

Evolução do Abandono Ano a Ano - Taxa Percentual - Ensino Médio						
Escola	2010	2011	2012	2013	2014	Quesito
Antônio da Cruz Payão	0,0%	0,0%	8,7%	14,7%	9,6%	Abandono
	20,3%	30,7%	8,5%	13,0%	6,1%	Repetência

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Escola com característica de atuante na zona rural do município, onde a exemplo do ocorrido com a escola E.E. Dinah Motta Runha, teve uma brusca oscilação no quesito abandono a partir do ano 2012.

Analisando a relação número de matrículas no primeiro ano (95), face ao terceiro ano (58), a redução foi de 39%.

A distorção idade-série referente ao ano 2014 acusou 21% (INEP, 2015a).

- E.E. Luiz Menezes

Esta escola se situa em bairro cerca de 4 Km do centro (Vila Angelina), sendo a sua população também de classe menos favorecida, porém próxima a área industrial de Guaratinguetá.

O número de alunos nesta escola gira em torno de 300 alunos, classificando-a de pequeno para médio porte.

Na Tabela 66 são apresentados os dados gerais desta escola.

Tabela 66 - Ensino Médio - Escola E.E. Luiz Menezes – Dados gerais

Luiz Menezes - 2014								
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Matrículas	54		52		31		137	
Reprovação	15	27,9	3	5,4	0	0	18	12,9
Abandono	7	11,6	3	5,3	0	0	10	6,5
Aprovação	32	60,5	46	89,3	31	100	109	80,6

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

A Tabela 66 evidencia que tanto a reprovação quanto o abandono escolar, ocorrem no primeiro e segundo anos do Ensino Médio. Os dados referentes ao terceiro ano mostram 0% nos quesitos acima.

Tabela 67 - Evolução ano a ano - Abandono (Evasão Escolar) – E.E. Luiz Menezes

Evolução do Abandono Ano a Ano - Taxa Percentual - Ensino Médio						
Escola	2010	2011	2012	2013	2014	Quesito
Luiz Menezes	5,2%	5,8%	9,7%	4,7%	6,5%	Abandono
	8,0%	13,9%	12,7%	13,1%	12,9%	Repetência

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Conforme a Tabela 67 demonstra, o fenômeno do abandono teve maior incidência no ano de 2012, quando ocorreram 9,7% de evasão. A repetência, segundo a tabela, oscilou de um máximo de 13,9% ao mínimo, ainda elevado, de 8%. A distorção idade-série desta escola remontou em 23,1% (INEP, 2015a).

- E.E. Nilo Santos Vieira

Esta escola se situa em bairro cerca de 7 Km do centro (Vista Alegre), sendo a sua população também de classe menos favorecida, porém próxima a área industrial de Guaratinguetá.

O número de alunos nesta escola gira em torno de 300 alunos, classificando-a de pequeno para médio porte.

Na Tabela 68 são apresentados os dados gerais desta escola.

Tabela 68 - Ensino Médio - Escola E.E. Nilo Santos Vieira – Dados gerais

Nilo Santos Vieira - 2014								
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Matrículas	74		52		50		176	
Reprovação	22	29,2	9	16,7	10	20	41	22,9
Abandono	3	4,1	4	7,4	3	6	10	5,6
Aprovação	49	66,7	39	75,9	37	74	125	71,5

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

A repetência acima de 25% acusada no primeiro ano do ciclo ultrapassa em cinco vezes o nível de alerta utilizado pela Fundação Lemann/Meritt; Qedu (2015).

Tabela 69 - Evolução ano a ano - Abandono (Evasão Escolar) – E.E. Nilo Santos Vieira

Evolução do Abandono Ano a Ano - Taxa Percentual - Ensino Médio						
Escola	2010	2011	2012	2013	2014	Quesito
Nilo Santos Vieira	12,2%	6,6%	1,3%	10,4%	5,6%	Abandono
	8,9%	15,3%	15,1%	17,3%	22,9%	Repetência

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Os resultados indicam, no quesito repetência ano a ano, uma inclinação ascendente da taxa, enquanto que no abandono existe uma variação.

A distorção idade-série apurada foi a mais alta das cinco escolas, ficando com o percentual de 28,3% (INEP, 2015a).

Para se ter noção do fenômeno desistência escolar, na Tabela 70 exibida na sequência, a situação destas cinco escolas é evidenciada.

Tabela 70 – Desistência Escolar Guaratinguetá - 2014

Desistência Escolar - Ano 2014 - Escolas Selecionadas Ensino Médio - Guaratinguetá						
Escolas	1.º Ano Repetência	1.º Ano Evasão	1.º Ano Aprovação	1.º Ano Total	3.º Ano Aprovação	Desistência Escolar
José pereira eboli	49	24	119	192	90	53,1%
Dinah Motta Runha	30	8	57	95	29	69,5%
Antônio da Cruz Payão	7	5	43	55	23	58,2%
Luiz Menezes	15	7	32	54	31	42,6%
Nilo Santos Vieira	22	3	49	74	37	50,0%

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Uma média de 54,7% de desistência escolar é taxa significativa, podendo ser uma das causas de Guaratinguetá não ostentar um posicionamento melhor no IPRS-E.

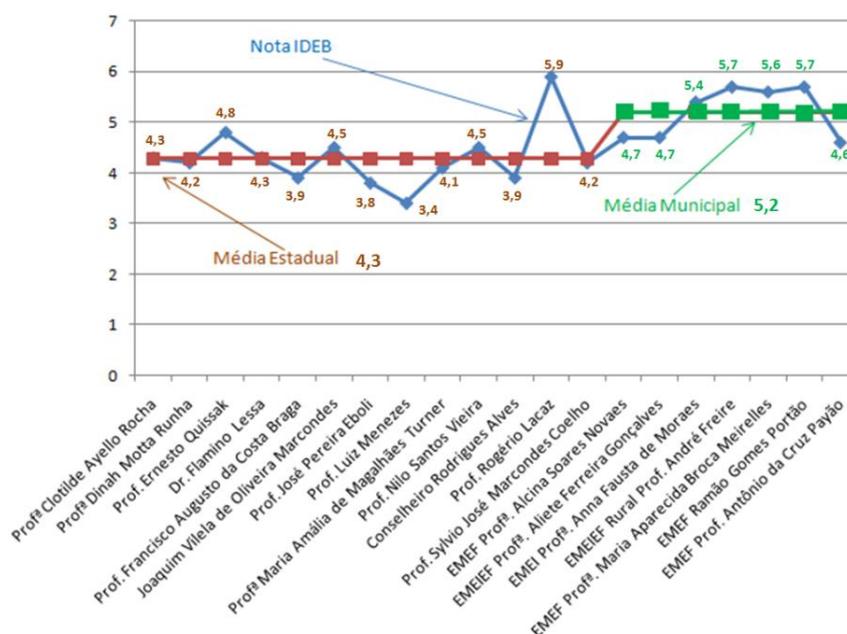
As escolas E.E. José Pereira Eboli e E.E. Dinah Motta Runha, em todos os anos pesquisados, se encontravam na faixa de atenção que exige ação imediata, superior a 15% (FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT; QEdU, 2015), no fenômeno repetência escolar.

A escola E.E. Nilo Santos Vieira, a partir do ano 2011 entrou na faixa de atenção máxima face à Taxa de repetência, e esta superou a 20% nos últimos anos.

A desistência escolar tem como uma das causas a repetência, e tão logo uma escola supere a 5% neste quesito, deve ser avaliadas estratégias a serem empregadas para atenuar este fenômeno.

Finalizando esta seção, embora também não seja foco deste estudo, é apresentado o quesito qualidade das redes estadual e municipal do Ensino Fundamental Anos Finais para efeito comparativo. O Gráfico 28, abaixo evidenciado, mostra o desempenho das redes nesta modalidade de ensino, já que a comparação não pode ser efetuada no Ensino Médio.

Gráfico 38 - Comparativo Rede Estadual de Ensino – Rede Municipal



Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

A média de nota atingida pela rede municipal foi 1 ponto superior à estadual.

4.8 Indicador educacional (KWh por aluno) - Escolas de Guaratinguetá

Da mesma maneira na qual foi pesquisada a emissão de CO₂ por aluno evadido nas sub-regiões da RMVPLN (seção 4.5), nesta seção o estudo será dirigido às escolas onde se verificou a ocorrência de evasão em Guaratinguetá.

A Secretaria Municipal de Educação deste município franqueou os dados de consumo de energia por escola da rede municipal, possibilitando assim, efetuar uma vinculação com o número de alunos evadidos.

Os dados de consumo foram apresentados na Tabela 39, seção 4.5, onde se verificou uma média de 4,9 KWh – mês por aluno da rede pública municipal, tendo o valor máximo de 8,5 KWh (FGV) e um valor mínimo de consumo por aluno mês de 0,3 KWh (SENAI). Ademais, vale salientar que existem escolas que preparam alimentação para alunos e outras que recebem pronta a merenda de outras unidades, e que esta preparação demanda consumo de energia elétrica.

Esta vinculação se faz mister de ser estudada, face ao numerário financeiro despendido com o aluno evadido, sem retorno para o desenvolvimento regional e/ou local. Sendo a energia elétrica sempre carente e cara, esta é fator essencial para a geração de renda, educação e lazer de uma população, além de ser o pilar básico para um crescimento do bem estar social.

São os seguintes os números apresentados de evasão, nas escolas onde foi verificada a existência do fenômeno da evasão escolar:

Tabela 71 - Abandono (Evasão Escolar) na rede de ensino Guaratinguetá 2014

Escola	Abandono Nº de alunos	Escola	Abandono Nº de alunos
Alcina Soares Moraes	2	Nilo Santos Vieira	14
Aliete Ferreira Gonçalves	4	Antônio da Cruz Payão	13
Ana Fausta de Moraes	2	Francisco Augusto da Costa Braga	7
Elvira Maria Giannico	3	Flamínio Lessa	5
Clotilde Ayello Rocha	4	Luiz Menezes	12
Alfredo de Barros Santos	7	Dinah Motta Runha	33
Conselheiro Rodrigues Alves	8	Carlos Augusto Patrício Amorim	4
Joaquim Vilela Marcondes	11	José Pereira Eboli	93
Ernesto Quissak	4	Nossa Senhora do Carmo	14
Maria Amália de Magalhães Turner	6	Albert Einstein	2
Total: 248			

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

O valor obtido que vai ser adotado neste estudo é de 4,9 KWh mês aluno, retirado da Tabela 39, seção 4.5.

Este valor foi utilizado em um cruzamento com o número de 248 evasões escolares ano 2014, retirado da Tabela 71, gerando a Tabela 72, apresentada.

Tabela 72 - Consumo de energia elétrica em KWh por aluno evadido - 2014

Escola	KWh -Mês Aluno Evadido	Escola	KWh -Mês Aluno Evadido
Alcina Soares Moraes	9,8	Nilo Santos Vieira	68,6
Aliete Ferreira Gonçalves	19,6	Antônio da Cruz Payão	63,7
Ana Fausta de Moraes	9,8	Francisco Augusto da Costa Braga	34,3
Elvira Maria Giannico	14,7	Flamínio Lessa	24,5
Clotilde Ayello Rocha	19,6	Luiz Menezes	58,8
Alfredo de Barros Santos	34,3	Dinah Motta Runha	161,7
Conselheiro Rodrigues Alves	39,2	Carlos Augusto Patrício Amorim	19,6
Joaquim Vilela Marcondes	53,9	José Pereira Eboli	455,7
Ernesto Quissak	19,6	Nossa Senhora do Carmo	68,6
Maria Amália de Magalhães Turner	29,4	Albert Einstein	9,8
Total: 1215,2 KWH-Mês			

Fonte: Fundação Lemann/Meritt; e QEdU (2015)

Mensalmente são desperdiçados 1.215,2 KWh por mês de energia elétrica com alunos evadidos, que a preços atuais (R\$ 0,75 por KWh) representam R\$ 911,40 mensalmente, de gastos, sem retorno para o desenvolvimento regional local.

Afora o valor financeiro gasto e o volume de energia despendido, vale ressaltar que este capital social não plenamente formado (alunos evadidos ou desistentes) deixa de contribuir para um maior desenvolvimento municipal e redução da pobreza.

A quantia financeiramente pode parecer módica, porém perante a crise energética que se abate sobre o país, afeta a todos. Recordando que este numerário representa as despesas de 10 famílias de classe média com energia elétrica por mês.

Sintetizando esta seção de Resultados e Discussão pode-se afirmar que o desenvolvimento regional da RMVPLN ocorre de maneira desigual, onde ao lado de municípios que exibem um padrão de vida condizente para a população local, outros estão bem aquém oferecer um padrão de bem estar para seus habitantes.

Pode se verificar, também, que sem um padrão de ensino eficaz, a evasão e a desistência escolar contribuem para que o nível de maturidade da população local seja baixo, realimentando um círculo vicioso (não virtuoso) no qual o trabalho infantil tira as condições das crianças terem um aproveitamento eficiente do ensino proporcionado. Os jovens evadidos ou desistentes, e sem colocação no mercado de trabalho, entram para a classificação de vulnerabilidade dos “que nem estudam e nem trabalham”, gerando dispêndios e não agregando valor ao capital humano do município.

A dualidade existente na administração pública da rede de ensino, hora municipal, hora estadual, faz com que existam escolas ociosas ao lado de pessoas necessitadas de receberem uma educação que lhes permita uma condição melhor de bem estar social.

Vale realçar que a exclusão social fomenta as desmazelas, fazendo com que haja incremento dos desvios da sociedade, tais como o tráfico de drogas, violência, prostituição etc., gerando custos para os municípios que arcam com o ônus do assistencialismo para atender aos excluídos do processo produtivo social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da relevância social, cultural e, sobretudo, econômica que assume a evasão escolar no Ensino Médio em um mundo marcado pelo conhecimento, a presente pesquisa investigou indicadores que confirmassem a relação existente entre o desenvolvimento local e a evasão escolar, especificamente no município de Guaratinguetá.

Para tanto, esta pesquisa considerou aspectos que vinculam o desenvolvimento regional ao fator educação, no qual o fracasso escolar e a consequente evasão surgem como um obstáculo significativo nesse processo a ser estudado, a fim de ser entendido, eliminado ou minimizado.

As direções seguidas no passado a despeito da educação brasileira, trouxeram consequências para a educação de hoje, refletindo no desenvolvimento de regiões e municípios. Assim como o que for definido e planejado na educação de hoje acarretará consequências positivas ou negativas que refletirão na educação do futuro e, por conseguinte, no bem estar social, na redução da miséria e na vulnerabilidade dos habitantes.

Um planejamento sólido e ideal construído na direção oposta das coisas existentes, não é factível de ser realizado. O mesmo deve ser implementado considerando-se as características e carências do local ou região. Um Plano Diretor de um município que não contemple aspectos educacionais não leva o local ao desenvolvimento e crescimento.

Esta dissertação pesquisou os dados existentes em relação à evasão escolar, suas causas e consequências, bem como, o efeito dessas sobre o progresso da Sub-região 3, e, em especial, do município de Guaratinguetá que congrega seu governo. Para tanto, organizou-os e fundamentou-os obtendo resultados nítidos, os quais poderão servir de base para os gestores escolares no momento do planejamento educacional.

Sobre os aspectos que envolvem o Desenvolvimento Regional e Fatores Socioeconômicos da RMVPLN, no que diz respeito ao Índice Paulista de Responsabilidade Social, verificou-se que Guaratinguetá não exhibe bons

indicadores. Quanto ao fator educacional, em um período de tempo de aproximadamente quatro anos (2010 a 2014), Guaratinguetá apresentou um dos piores resultados, entre os maiores municípios da RMVPLN, no indicador de Educação, sendo o quesito Evasão Escolar (Ensino Médio) cerca de 5,2% e o quesito Desistência Escolar (do mesmo nível de escolaridade) cerca de 40,7%.

Portanto, uma concepção adequada de desenvolvimento regional ou local vai muito além da acumulação de riqueza, não sendo a renda o melhor indicador de bem estar social, sendo que os indicadores têm diferentes formas de composição.

Além disso, a riqueza de uma região também está intrinsecamente relacionada com a mão de obra, pois, esta agrega valor à riqueza na medida que há qualificação e capacitação dos trabalhadores, e a educação é responsável por isso. Ao evadirem a escola, os alunos dificilmente apresentarão projeção positiva social e profissional, o que gerará ônus para a sociedade, impedindo seu progresso.

No tocante ao desenvolvimento regional, mensurado mediante o indicador IDHM, uma visão da vinculação desse índice nos municípios integrantes da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) e Guaratinguetá, com a educação, pôde ser efetivada. Estabelecida as comparações com os municípios mais populosos, evidenciou-se que um menor desenvolvimento ocorria, quando o local possuía um menor percentual de pessoas sem o Ensino Fundamental e Médio completos.

A Evasão e a Desistência Escolar engendram o analfabetismo funcional, no qual as pessoas não conseguem interpretar um texto simples ou fazer um cálculo matemático primário, fenômeno este que vem a incidir diretamente na eficiência e qualidade de qualquer serviço executado ou prestado. Em assim sendo, é possível desenvolver o argumento de que a deterioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho, ao invés de ser contida pela melhoria educacional, contribui para o desperdício e o desgaste de habilidades educacionais em atividades precárias e de baixa qualidade. Fato esse que, sobremaneira, prejudica o desenvolvimento local, ao não se explorar as potencialidades de um município, concernente ao turismo, artesanato, serviços, comércio e atividades industriais.

Guaratinguetá, como menor indicador IPRS-Riqueza 41 – 2010 (SEADE, 2015), dentre os municípios com população superior a 100.000 habitantes na RMVPLN, tem a possibilidade de conseguir uma melhor avaliação, resultante de uma melhor condição de vida de sua população, se investir na educação. Aumentando a capacitação de seus jovens retendo-os na escola, possibilita a estes conseguirem uma renda melhor, novamente colocando o ciclo da riqueza numa realimentação positiva, beneficiando a todos.

O município possuía em 2010 (IBGE 2014a) 18.698 jovens na faixa etária de 15 a 24 anos de idade, destes, 1.398 (ATLAS Brasil, 2013), oriundos da evasão ou desistência escolar, se encontravam na faixa de vulnerabilidade com a classificação de “Jovens que não trabalham e não estudam”, sendo um contingente apreciável desviado do mercado de trabalho e sem grandes chances de uma colocação futura, face à uma educação deficiente.

No que diz respeito ao “trabalho infantil”, fenômeno de forte influência na evasão escolar, Guaratinguetá, no ano de 2010, possuía 129 (IBGE, 2014a) crianças na faixa etária de 10 a 13 anos de idade, que trabalhavam para sustento próprio ou de suas famílias. Embora se possa realçar aspectos positivos do trabalho face à educação, se não houver um equilíbrio, certamente o fator educacional será o prejudicado.

Corroborando essa ideia, pode-se afirmar que a expansão da escolaridade deve ser vista não apenas do ponto de vista da produtividade, e, por conseguinte, especialmente da cidadania, que certamente estará prejudicada pela existência do trabalho infantil.

Esta pesquisa serve como base de estudo a ser aprofundado pelas autoridades interessadas em conduzir um sadio debate, reduzindo ou minimizando a desigualdade social, a crescente marginalização de indivíduos e proporcionando uma melhor condição de vida para a população local.

Se existe a preocupação política, conforme evidenciado no Plano Diretor do município e no Plano Municipal de Educação em vigor, é sinal que esforços estão sendo feitos no sentido de proporcionar educação eficiente e efetiva, e por conseguinte, favorecer o desenvolvimento regional de Guaratinguetá.

Abordando os valores financeiros aplicados em educação, independentemente de os alunos estarem ou não presente em sala de aula, é de se

considerar que a evasão e a desistência são desperdícios sociais, refletindo em perdas de receita com gastos inúteis com energia elétrica, salários e outras despesas atinentes.

Além dos aspectos citados, há de ser levado em consideração o prejuízo social que o evadido causa, ao impedir que um dos 50% ou mais de marginalizados continuem os estudos por ter o lugar ocupado por um ausente.

Também, no aspecto econômico é válido citar que a evasão na ordem de 264 evadidos do Ensino Médio no ano de 2014 (Tabela 69 da seção 4.8) geram um desperdício de 1.293,6 KWh – mês, não aproveitados para um desenvolvimento regional, além de gerar uma emissão de gases no montante de 310,4 toneladas de CO₂ equivalente, mensalmente, para a atmosfera.

Sobre a Sub-região 3, Governo de Guaratinguetá, vale destacar que a inexistência de Plano Diretor (na maioria dos municípios que a compõem) objetivando um planejamento futuro, dificulta a gestão da educação, pois, sem a definição de metas a serem atingidas, o sucesso dificilmente será conseguido.

Para o setor educacional, os planos diretores e os planos municipais de educação representam um alento para décadas de improvisação, quando unidades escolares foram construídas ao sabor de demandas políticas (BRASIL, 2006).

Em reforço a essas considerações, vale frisar que as medidas apresentadas nesta pesquisa para conter e/ou minimizar a evasão escolar, estão diretamente ligadas ao planejamento das atividades escolares no contexto das necessidades locais. A atualização dos saberes do corpo docente para atender ao perfil dos alunos, ao fortalecimento do vínculo entre as escolas e comunidades, à motivação dos alunos via atividades extracurriculares e ao direcionamento da atividade fim das escolas técnicas de nível médio para atender as particularidades do parque industrial, comercial e ao turismo local, são medidas que fomentarão o desenvolvimento local.

Os números tratados como tal, sem serem suficientemente avaliados, podem induzir a erros de gestão e de planejamento, uma vez que, ao se cotejar as taxas de evasão escolar face à repetência e à desistência, se subestima a primeira. Como se disse em seções anteriores, o problema existe e deve ser enfrentado em prol do desenvolvimento local e regional.

Todavia, ponderadas as limitações desta pesquisa, ela tem a virtude de apontar caminhos para futuros pesquisadores, além de servir de referencial para as escolas adotarem nova postura frente à problemática da evasão escolar e seu impacto sobre o desenvolvimento de uma determinada região, serve também de referencial teórico inicial para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, N. N. F. **Trabalho e Estudo: Uma Conciliação Desafiante**. Campina Grande, PB: Realize, 2012. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/ed3dc21991e3bef5e069713af9fa6ca.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G. **Ensino médio: múltiplas vozes**. Unesco, 2003 Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002825.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2016.
- ALMEIDA, O. C. S. **Evasão em Cursos à Distância: validação de instrumento, fatores influenciadores e cronologia de desistência**. Dissertação (Mestre em Gestão Social e do Trabalho)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3912/1/2007_OniliaCristinadeSouzadeAlmeida.PDF>. Acesso em: 9 jan. 2016.
- ALMEIDA, F. J. Progressão Continuada não é Aprovação Automática. **Nova Escola**. São Paulo: Abril, 2015. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/progressao-continuada-nao-aprovacao-automatica-611988.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- APARECIDA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental**. Aparecida, SP: Prefeitura Municipal Aparecida, 2015. Disponível em: <<http://aparecida.sp.gov.br/obras-e-viacao/>>. Acesso em: 18 dez. 2015.
- ARAÚJO, C. F.; SANTOS R. A Educação Profissional de Nível Médio e os fatores internos / externos às instituições que causam a evasão Escolar. In: UNINDU, Congresso Internacional de Cooperação Universidade Indústria, 4, 2012, Taubaté, SP, **Anais...** Taubaté, SP: Universidade Taubaté, 2012. Disponível em: <<http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf525.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.
- ARAÚJO, E. M. et al. Evasão na Educação a Distância: identificando causas e propondo estratégias de prevenção. In: Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, 14, 2008, Santos, SP. **Anais...** Santos, SP: ABED, 2008. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/511200845607PM.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2015.
- ARRUDA, F. G. Região Metropolitana do Vale do Paraíba do Sul paulista e Litoral Norte: melhorias ou continuação de uma mesma política pública? **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, v.7, n.1, 2013, p. 1277-1289. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7101426-Regiao-metropolitana-do-vale-do-paraiba-do-sul-paulista-e-litoral-norte-melhorias-ou-continuacao-de-uma-mesma-politica-publica.html>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

ARTONI, C. B. **Relação Entre Perfil Socioeconômico, Desempenho Escolar e Evasão de Alunos: Escolas do Campo e Municípios Rurais no Estado de São Paulo**. Mestrado (Administração de Organizações) Ribeirão Preto, SP: Universidade São Paulo, USP, 2012. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-23042012-150023/ptbr.php>>. Acesso em: 28 set. 2015.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília, DF: PNUD; Fundação João Pinheiro; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/oatlas/idhm/>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

ÁVILA, V. F. Dupla Relação entre Educação e Desenvolvimento Local. **Paideia** Revista de Pedagogia da Universidade FUMEC. v. IX, n. 12, 2012. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/1578>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Vamos lá Brasil! Por uma Nação de Jovens Formados**. 2014. Disponível em: <www.elaulavacia.org/_datos/informate/br.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BARRICELLI, R. L. **Escolas Públicas (Estado + Município) Têm Custo Maior e Qualidade Inferior às Escolas Particulares na Cidade de São Paulo**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://robertobarricelli1.wordpress.com/2013/10/28/escolas-publicas-estado-municipio-tem-custo-maior-e-qualidade-inferior-as-particulares-na-cidade-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FANDINHO, M.; FRANCO, S. **Juventude e escola**. São Paulo: A Crise de Audiência no Ensino Médio, Instituto Unibanco, 2008. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/wpcontent/uploads/2013/07/a_crise_de_audiencia_do_ensino_medio.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2016.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. **Abandono e Evasão no Ensino Médio no Brasil: magnitude e tendências**. São Paulo: A Crise de Audiência no Ensino Médio, Instituto Unibanco, 2008. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/wpcontent/uploads/2013/07/a_crise_de_audiencia_do_ensino_medio.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2016.

BATISTA, A. A. G. **Organização da Alfabetização no Ensino Fundamental de 9 anos**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2005. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/instrumentos%20da%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o/Col-Instrumentos-01-%2020Organizacao_da_Alfabetizacao.compressed.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BATISTA, S. D.; OLIVEIRA, J. M. S.; SOUZA, A. **A Evasão Escolar no Ensino Médio**: um estudo de caso. Uberaba, MG: Universidade de Uberaba, UNIUBE, **Revista Profissão Docente** v.9, n.19, 2009. Disponível em: <<http://www.see.go.gov.br/imprensa/documentos/arquivos/15%20%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/A%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR%20NO%20ENSINO%20M%C3%89DIO%20%20UM%20ESTUDO%20DE%20CASO.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

BAYAMA, H. F. A. **O Abandono Escolar no Ensino Médio Público Brasileiro**: alguns factores pessoais e familiares. Doutorado (Psicologia, Psicologia do Desenvolvimento) Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2009. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/13867?mode=full>>. Acesso em: 11 mai. 2016.

BIRCHAL, F. F. S.; VILELA, C. Um Estudo sobre o Modelo de Liderança Situacional de Paul Hersey e Kenneth Blanchard em uma Empresa Brasileira de Pequeno Porte. In: Tourism and Management Studies International Conference Algarve: Human Resources, Business Ethics & Governance. Año 2013, 2013, Olhão. **Book of Proceedings (2)**..., Olhão: Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, Universidade do Algarve 2013, p. 462-478. Disponível em: <<http://tmstudies.net/index.php/ectms/article/viewFile/437/780>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

BOMENY, H. M.; **Quando os números confirmam impressões**: desafios na educação brasileira. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1354.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BORGES, S. M. **Fatores Determinantes da Evasão Escolar no Ensino Superior**: O Estudo de Caso do ILES/ULBRA de Itumbiara. 77 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional). Goiânia: Faculdades Alves Faria, ALFA, 2011. Disponível em: <<http://www.alfa.br/biblioteca/biblioteca-digital-do-mestrado/dissertacoes>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

BRASIL. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). **Planejamento em Ação**. Brasília, DF, 2013a. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/portal/Portal_Planejamento_Estrategico/Default.asp>. Acesso em: 20 mai. 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 14 fev. 2015.

BRASIL. Casa Civil. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei Nº 9.394/96. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 13 fev. 2014.

BRASIL. Casa Civil. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei Nº 12796/13. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1034524/lei-12796-13>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Diretrizes Gerais da Política Urbana** – Lei Nº 10257/01. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1034524/lei-12796-13>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório Educação Para Todos no Brasil: 2000 – 2015**. Brasília, DF. 2014a. Disponível em: <<http://educacaoec21.org.br/objetivos-pos-2015/desafios-pos-2015/links-para-sites-e-documentos/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **O PNE 2011-2020: Metas e Estratégias**. Brasília, DF. 2011. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: (PNAD-IBGE)**. Brasília, DF. 2014b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: 13 set. 2014

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais da Educação (PRADIME)**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=219:pradime-apresentacao&catid=149:pradime&Itemid=447>. Acesso em: 13 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizes_curriculares_consolidado.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS Tecnologia da Informação a Serviço do SUS**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

CABETTE, E. Viktor Frankl e o Pensamento Criminológico: crime e responsabilidade. Rio Grande, RS: **Revista Âmbito Jurídico**, n. 142, 2015. Disponível em: <<http://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/241697971/viktor-frankl-e-o-pensamento-criminologico-crime-e-responsabilidade>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

CACHOEIRA PAULISTA. **Lei 1.558/06 Plano Diretor de Cachoeira Paulista**. Cachoeira Paulista, SP, 2006. Disponível em: <<http://cachoeirapaulista.sp.gov.br/home/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Diretor.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

CALDAS, E. L. **Combatendo a Evasão Escolar**. São Paulo: Instituto Polis, 2000. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/1477>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CAMARGO, D. B.; RIOS, M.P.G. A Evasão Escolar na 1.^a Série do Ensino Médio no Município de Joaçaba, SC: desafios curriculares. In: ANPED Sul, 9, 2012, Joaçaba, SC, **Anais...** Joaçaba, SC, Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2012. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Curriculo/Trabalho/05_13_17_1130-7589-1-PB.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2016.

CARAGUATATUBA. **Programa Melhoria da Qualidade de Ensino Projeto: Nossa Escola, Nosso Futuro.** Caraguatatuba, SP, 2009. Disponível em: <<http://www.caraguatatuba.sp.gov.br/novo/upload/updown/1projetonossaescolanossosofuturo.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

CARAGUATATUBA. **Plano de Ações Articuladas (PAR) do FNDE:** aquisição de 590 bicicletas. Caraguatatuba, SP, 2015. Disponível em: <<http://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/index.php?mact=News,cntnt01,detail,0&cntnt01articleid=620&cntnt01returnid=15>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

CASTELAR, P. U. C.; MONTEIRO, V. B. **Um Estudo sobre as Causas de Abandono Escolar nas Escolas Públicas de Ensino Médio no Estado do Ceará.** Sobral, CE: Universidade Federal do Ceará, Campus Sobral, 2012. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/2012/UM_ESTUDO_SOBRE_CAUSAS_ABANDONO_ESCOLAR_PUBLICAS_ENSINO_MEDIO_CEARA_2o_lugar.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2016.

CAVALIERE, C. H. **O Impacto do Trabalho Infantil sobre o Desempenho Escolar:** uma avaliação para o Brasil metropolitano. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4649>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CEPÊDA, V. A. **O Pensamento Político de Celso Furtado:** desenvolvimento e democracia. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento – CICEF, 2003. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311541490.CEPEDA_O_pensamento_pol%C3%ADtico_de_CF.pdf>. Acesso em: 16 set. 2014.

CERATTI, M. R. N. **Evasão Escolar: Causas e Consequências:** Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.educacao.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/15%20%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/EVAS%C3%83O%20ESCOLAR%20%20CAUSAS%20E%20CONSEQU%C3%84NCIAS.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

COSTA, M. H. R. **As Causas da Evasão Escolar:** um estudo de caso numa Unidade de Ensino da Rede Municipal de Salvador. Salvador: Associação Baiana de Educação e Cultura – ABEC, 2004. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/causas-evasao-escolarestudocaso/causas-evasao-escolar-estudo-caso.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEEPASK. **O Mundo e as Cidades através de Gráficos e Mapas**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.deepask.com.br/goes?page=Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-municipio>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

DEMO, P. Cuidado Metodológico: Signo Crucial da Qualidade, **Revista Sociedade e Estado**, v.17, n.2, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v17n2/v17n2a07.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2015.

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral do Direito Civil**. 32 e. São Paulo: Saraiva, 2015.

DOURADO, L. F. – Ministério da Educação. **Elaboração de Políticas e Estratégias Para A Prevenção do Fracasso Escolar: fracasso escolar no Brasil – Políticas, Programas e Estratégias de Prevenção ao Fracasso Escolar**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/sistema_nacional_formacionprofesores.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2015.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. 2 e. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DURKHEIM, E. **O Suicídio**, Estudo de Sociologia. 1 e. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

EDUCAÇÃO: Evasão e Repetência custam R\$ 4,8 bilhões. **Correio Brasiliense**. Brasília, DF: Educação, edição de out., 2012. Disponível em: <http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/euestudante/ensino_educacaobasica/2012/10/02/ensino_educacaobasica_interna,325407/evasao-e-repetencia-custam-r-4-8-bilhoes.shtml>. Acesso em: 11 jan. 2016.

EMPLASA. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/conselhos/ValeParaiba/textos/livro_vale.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2016.

Evasão Escolar Gera Prejuízo de R\$ 20 milhões ao Município. **Bahia Notícias**, Vitória da Conquista, BA: página inicial, edição de 24 mai., 2015. Disponível em: <<http://www.bahianoticias.com.br/noticia/172855-evacao-escolar-gera-prejuizo-de-r-20-milhoes-ao-municipio.html>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

FERNANDES, C. **O Fracasso Escolar e Escola em Ciclos: histórias, políticas e sociais**. Campinas, SP, 2005. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/fracassoescolareescolaemciclos.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

FORGIARINI, S. A. B.; SILVA, J. C. **Fracasso Escolar no Contexto da Escola Pública**: entre mitos e realidades. Cascavel, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-4.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

FORNARI, L. T. Reflexões acerca da Reprovação e Evasão Escolar e os Determinantes Capitais. **REP, Revista Espaço Pedagógico**. Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 112-124, Jan./Jun. 2010. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rep/article/viewFile/2027/1260>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

FREIRE, P.. **Pedagogia do Oprimido**. 23 Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P.; GADOTTI, M.; GUIMARÃES, S. **Pedagogia: Diálogo e Conflito**. 4 e. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

FRITSCH, R.; VITELLI, R.; ROCHA, C. S. Defasagem idade-série em escolas estaduais de ensino médio do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, n. 239, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812014000100012&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 01 mai. 2016.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV/EASP). **KWh por Aluno**. São Paulo, 2015. Disponível em: <eaesp.fgvsp.br/sites/eaesp.fgvsp.br/files/file/cia/.../Sol05_20Winner.Xlsx>. Acesso em 23 nov. 2015

FUNDAÇÃO LEMANN/MERITT (QEdU). São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32 e. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2005.

GAIOSO, N. P. L. **O Fenômeno da Evasão Escolar na Educação Superior no Brasil**. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2005.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do SUL, UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

GONZATTO, M. Porquê 34,5% dos alunos do Ensino Médio não estão na série correspondente à sua Idade. **Jornal Zero Hora**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/precisamosderespostas/19,1430,3887327,A-2-pergunta-da-campanha-por-que-34-5-dos-alunos-do-Ensino-Medio-nao-estao-na-serie-correspondente-a-sua-idade.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

GREMAUD, A. P.; NICOLELLA, A. C.; SCORZAFAVE, L. G.; OLIVEIRA, R. G.; SOARES, T. M.; e BELUZZO JUNIOR, W. **A Relação entre Abandono Escolar no Ensino Médio e o Desempenho no Ensino Fundamental Brasileiro**. São Paulo: Instituto UNIBANCO, 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/3-ensino-medio/saiba-mais/a-relacao-entre-abandono-escolar-no-ensino-medio-e-o-desempenho-no-ensino-fundamental-brasileiro>>. Acesso em 20 jan. 2016.

GUARATINGUETÁ. **Centro Paula Souza, ETEC Prof. Alfredo de Barros Santos**. Guaratinguetá, SP, 2015d. Disponível em: <<http://www.eteabs.com.br/escola>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

GUARATINGUETÁ. **Colégio Técnico Industrial de Guaratinguetá Prof. Carlos Augusto Patrício Amorim (CTIG)**. Guaratinguetá, SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2015e. Disponível em: <<http://www.feg.unesp.br/~ctig/historico.html>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

GUARATINGUETÁ. **Plano Diretor do Município de Guaratinguetá**. Guaratinguetá, SP, 2015a. Disponível em: <<http://www.splonline.com.br/camaraguaratingueta/Arquivo/Documents/LCE/LCE22015-11052015131911.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

GUARATINGUETÁ. **Plano Municipal de Educação**. Guaratinguetá, SP, 2015b. Disponível em: <<http://www.splonline.com.br/camaraguaratingueta/Arquivo/Documents/PE/PE192015-03062015161335.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

GUARATINGUETÁ. **Projeto de Lei**, Plano Municipal de Educação. Guaratinguetá, SP, 2015c. Disponível em: <<http://www.splonline.com.br/camaraguaratingueta/Arquivo/Documents/ORD/ORD402015-03062015171414.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

GUARATINGUETÁ. **Projeto Se Liga e Acelera Brasil**. Guaratinguetá, SP: Fundação Ayrton Sena – Prefeitura de Guaratinguetá, 2013a. Disponível em: <<http://www.institutoayrtonsenna.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Relatorio-Institucional-2013.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

GUARATINGUETÁ. **Município de Guaratinguetá, História e Dados Gerais**. Guaratinguetá, SP, 2013b. Disponível em: <<http://guaratingueta.sp.gov.br/a-cidade/>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

ILHABELA. **Plano Municipal de Educação**. Ilhabela, SP, 2014. Disponível em: <<http://litoralsustentavel.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PME-Ilhabela.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@**. São Paulo, 2014a. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estados@**. São Paulo, 2014b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Taxas de rendimento escolar**. Brasília, DF, 2015a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2015/taxas_rendimento_escolar.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <www.portal.inep.gov.br>. Acesso em: 17 mai. 2016.

INSTITUTO PAULO NEGRO. **Inaf 2011/2012** - Instituto Paulo Montenegro e Ação Educativa mostram evolução do analfabetismo funcional na última década. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/pt-br/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/inaf2011_2012.aspx>. Acesso em: 22 set. 2016.

JACAREÍ. **Jacareí participa de futebol de rua pela educação**. Jacareí, SP, 2012. Disponível em: <<http://www.semanario.com.br/noticia/2012/05/jacarei-participa-de-futebol-de-rua-pela-educacao/3566>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

JACAREÍ. **Projeto de Grafite transforma o muro da escola João Feliciano**. Jacareí, SP, 2014. Disponível em: <<http://www.diariodejacarei.com.br/new/?action=www&subaction=noticia&title=projeto-de-grafite-transforma-muro-da-escola-joao-feliciano&id=18493>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

JANUZZI, P, M. Indicadores para Diagnóstico, Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais no Brasil. Brasília, DF: **Revista do Serviço Público**, 2005. Disponível em: <http://camara.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4054_JANUZZI_P_Construcao_Indicadores_Sociais.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.

KLEIN, R. **A Falta de Participação dos Jovens na Educação Média**. São Paulo: A Crise de Audiência no Ensino Médio, Instituto Unibanco, 2008. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/wpcontent/uploads/2013/07/a_crise_de_audiencia_do_ensino_medio.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2016.

KRAWCZYK, N. Reflexão sobre alguns Desafios do Ensino Médio no Brasil Hoje. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 752-769, Dez. 2011. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/70/86>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E., M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 e. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, M. M. S.; SANTOS, L. A. Evasão Escolar no Ensino Médio. **Enciclopédia Biosfera**, v.11, n.22, 2015, p. 3767-775, Goiânia: Faculdades Alves Faria, ALFA, 2015. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2015c/humanas/EVASAO%20ESCOLAR%20NO%20ENSINO.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

LORENA. **Plano Diretor Urbanístico 2015**: Prefeitura Municipal. Lorena, SP, 2015. Disponível em: <<http://www.lorena.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/PLANO-DIRETOR-1%C2%AA-Audi%C3%Aancia-P%C3%BAblica-23.05.2015-Formul%C3%A1rios-Preenchidos.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

MADALOZ, R. J.; SCALABRIN, I. S.; JAPPE, M. O Fracasso Escolar Sob o Olhar Docente: alguns apontamentos. In: ANPED Sul, 9, 2012. Joaçaba, SC. **Anais...** Joaçaba, SC: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2012. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Didatica/Trabalho/04_16_10_945-7142-1PB.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2015.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. 10.^a Edição. São Paulo: Difusão Editora S.A. (DIFEL), 1985.

MARUN, D. J. **Evasão Escolar no Ensino Médio**: um estudo sobre trajetórias escolares acidentadas. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, 2008. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?cod_arquivo=6083>. Acesso em: 02 jul. 2015.

MEKSENAS, P. **Subsídios para Sociologia Geral**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, 1988. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/paulo-meksenas.html>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

MONTAIGNE, M. **Os Ensaios**. São Paulo: Schwarcz, Companhia das Letras, 2008.

NATIVIDADE DA SERRA. **Plano Municipal de Educação – Portaria N° 35**. Natividade da Serra, SP, 2015. Disponível em: <<http://www.natividadedaserra.sp.gov.br/index.php/prefeitura-municipal/outras-publicacoes/documentos-educacao/375-portaria-da-comissao-do-plano-municipal-da-educacao/file>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

NERI, C. M. **Motivos da Evasão Escolar**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Centro de Políticas Sociais, IBRE, REDE e EPGE, 2009. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/ finais/Etapa3-Pesq_MotivacoesEscolares_sumario_principal_anexo-Andre_FIM.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2015.

País Perde R\$ 9 bilhões com Evasão no Ensino Superior, diz Pesquisador. **Globo.Com**. São Paulo: Portal de notícias G1, edição de fev. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/02/pais-perde-r-9-bilhoes-com-evasao-no-ensino-superior-diz-pesquisador.html>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

PASIN NETO, L.; CARNIELLO, M., F. A Evasão Escolar na Formação Inicial e Continuada. In: INIC, 14, 2014. São José dos Campos, SP. **Anais...** São José dos Campos, SP: Universidade do Vale do Paraíba, UNIVAP, 2014a. p.1 - 7.

PASIN NETO, L.; CARNIELLO, M. F. A Resolução Nº 18/98 e a Emissão de CO2 para a Atmosfera - Efeito ESTUFA. In: INIC, 14, 2014. São José dos Campos, SP. **Anais...** São José dos Campos, SP: Universidade do Vale do Paraíba, UNIVAP, 2014b. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/a-Resolu%C3%A7%C3%A2o-N%C2%BA-18-98-e-a/57199068.html>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

PASIN NETO, L.; VIEIRA, E. T. Os Índices de Mensuração Desvelando o Desenvolvimento Econômico e Social da Microrregião do Vale do Paraíba. In: CICTED, 3, 2014. Taubaté, SP. **Anais...** Taubaté, SP: Universidade Taubaté, 2014. Disponível em: <http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MCH0513_1427385445.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2015.

PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, edição digital, 2013. e-book.

PINDAMONHANGA. **Dados Diagnósticos para Fundamentar o Plano de Municipal de Educação**. Pindamonhangaba, SP, 2015a. Disponível em: <<HTTPS://vigilanciasocialpinda.wordpress.com/tag/evasao-escolar/>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

PINDAMONHANGA. **Prefeitura Realiza Audiência Pública do Plano Municipal de Educação**. Pindamonhangaba, SP, 2015b. Disponível em: <<http://www.pindamonhangaba.sp.gov.br/materia.asp?id=19569&cat=12>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE), **Plano Municipal de Educação (PME)**. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2015.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE), **Planejando a Próxima Década**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2016.

POCHMANN, M. **Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?**. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-399, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21462.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2016.

PORTILHO, G. Entenda as Taxas de Transição Escolar e de Rendimento dos Alunos. **Revista Nova Escola**. São Paulo: Abril, 2012. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/entenda-taxas-transicao-escolar-rendimento-alunos-689317.shtml>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Brasília, DF: ODM 2, 2015. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/dl/Lista-indicadores_do_Atlas.htm>. Acesso em: 14 dez. 2015.

QEDU. **Meritt e Fundação Lemann**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/>. Acesso em: 15 ago. 2016.

QUADROS, E. X.; QUADROS, M. M. X.; SANTANA, E. E. C. **Causas e Consequências do Fracasso Escolar**: início da escolaridade. Nortelândia, MT, 2014. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/causas-e-consequencias-do-fracasso-escolar-no-inicio-da-escolaridade/137351/>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

REDENÇÃO DA SERRA. **Plano Municipal de Educação**, Lei 1036. Redenção da Serra, SP, 2015. Disponível em: <<http://www.redencaodaserra.sp.gov.br/conteudo/f98e3eb19512a80cd15391b2d6c7493f250615030545.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

RIBEIRO, G. S. **O Trabalho Infantil Proibido**: prevenção e erradicação. São Paulo: R7Com, 2009. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/13093/o-trabalho-infantil-juvenil-proibido-prevencao-e-erradicacao>>. Acesso em: 10 Jan. 2016.

RIBEIRO, S. C. **A Educação e a Inserção do Brasil na Modernidade**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1993. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/a-educacao-e-a-insercao-do-brasil-na-modernidade>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1979, (Coleção Os Pensadores).

RODRIGUES, J.L.K. Um contexto em Mudança e o Profissional Docente: formação, competências e saberes necessários. **Profissão Docente**. Uberaba, MG: Universidade de Uberaba, UNIUBE, 2009. Disponível em <<http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/viewFile/232/226>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Conselho Municipal de Educação. **PARECER CME N.º 01/02**. São José dos Campos, SP, 2002a. Disponível em: <<https://www.sjc.sp.gov.br/media/81855/parcme01-02.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Conselho Municipal de Educação. **PARECER CME N.º 04/02**. São José dos Campos, SP, 2002b. Disponível em: <[HTTPS://www.sjc.sp.gov.br/media/81864/parcme04-02.pdf](https://www.sjc.sp.gov.br/media/81864/parcme04-02.pdf)>. Acesso em: 06 jul. 2015.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Potencial Empreendedor**. Prefeitura Municipal. São José dos Campos, SP, 2015. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/noticias/noticia.aspx?noticia_id=20779>. Acesso em: 21 dez. 2015.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Prefeitura Promove Fórum de Combate à Evasão Escolar**. São José dos Campos, SP, 2014. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/noticias/noticia.aspx?noticia_id=17169>. Acesso em: 03 jul. 2015.

SÃO SEBASTIÃO. **Petrobrás Terminal São Sebastião**. São Sebastião, SP, 2016. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/terminais-e-oleodutos/terminal-sao-sebastiao.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

SCHWARTZMAN, S. **Os Desafios da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. Disponível em: <<http://www.gruporenascer.com.br/wp/wp-content/uploads/2011/04/26-Renascer-Educacao-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

SCHWARTZMAN, S.; COSSIO, M. B. **Juventude, Educação e Emprego no Brasil**. São Paulo: A Crise de Audiência no Ensino Médio, Instituto Unibanco, 2008. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2013/07/a_crise_de_audiencia_do_ensino_medio.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2016.

SELIS, P. S. Causas da Evasão Escolar no Ensino Médio de Araguaína – TO numa Perspectiva Sociológica: operação resgate. In: SIDIS, 3, 2012, Campinas, SP. **Anais...**: Campinas: UNICAMP, 2012. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/SELIS_PLINIO_SABINO.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Schwarcz, 2010.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI). **Programa de Controle e Redução de Consumo de Energia Elétrica**. Sumaré, SP: Escola SENAI Celso Charuri, 2013. Disponível em: <sumare.sp.senai.br/galeria/imagens/imageviewer.ashx?Url=9507>. Acesso em: 02 fev. 2015.

SHIRASU, M. R.; ARRAES, R. A. **Determinantes da Evasão e Repetência Escolar**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, CAEN. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/2014/trabalhos/DETERMINANTES_DA_EVASAO_E_REPETENCIA_ESCOLAR.pdf.2014>. Acesso em: 11 mai. 2016.

SILVA FILHO, A. M. Educação: Fator Determinante de Desenvolvimento. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá, 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/084/84amsf.htm>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

SILVA, A. M.; PIMENTEL, F. S. C. O Planejamento Escolar no Combate à Evasão no Ensino Noturno: um estudo a partir da realidade do município de Teotônio Vilela. In: EPEAL, V, 2010, Maceió, AL. **Anais...** Maceió, AL: Universidade Federal de Alagoas, 2010. Disponível em: <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/PLANEJAMENTO-ESCOLAR-NO-COMBATE-E-EVASAO-NO-ENSINONOTURNO.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

SILVA FILHO, R. L. L.; MOTEJUNAS, P. R.; Hipólito, O.; LOBO, M. B. C. M. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. **Caderno de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007. Disponível em: <http://www.alfaguia.org/alfaguia/files/1341268055_925.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2016.

SILVA FILHO, R. L. L.; LOBO, M. B. C. M. **Esclarecimentos Metodológicos sobre os Cálculos de Evasão**. Mogi das Cruzes, SP: INSTITUTO LOBO, 2012. Disponível em: <http://institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_078.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2014.

SILVEIRAS. **Plano Municipal de Educação – Lei Municipal 940**. Silveiras, SP, 2015. Disponível em: http://www.silveiras.sp.gov.br/wa_files/LEI_20940.pdf. Acesso em: 25 jun. 2016.

SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – FUNDAÇÃO (SEADE). **Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo**. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/institucional/quem-somos/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

SMITH, A. D. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1979, (Coleção Os Pensadores).

SOUZA, A. A.; SOUZA, T. P.; QUEIROZ, M., P.; SILVA, E. S. L. Evasão Escolar no Ensino Médio: velhos ou novos dilemas? Campos dos Goytacazes, RJ: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. **Vértices**, v.13, n.1, 2011. <essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/download/1220/641>. Acesso em: 12 ago. 2015.

SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TAUBATÉ. **Plano Escolar 2011**. Centro Paula Souza – ETEC Dr. Geraldo José Rodrigues Alckmin. Taubaté, SP, 2015a. Disponível em: <<http://etectaubate.com.br/wp-content/uploads/2011/09/Plano-Pluri-Anual.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2015.

TAUBATÉ. **Prefeitura de Taubaté Adquire 46.944 Kits Escolares**. Taubaté, SP, 2015b. Disponível em: <<http://guiataubate.com.br/noticias/2015/1/prefeitura-de-taubate-adquire-46-944-kits-escolares>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

TONI JÚNIOR, C. N. **Análise do IDH do Brasil, de suas Regiões e de outros Países: um enfoque comparativo**. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, 2010. Disponível em: <http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2980>. Acesso em: 16 dez. 2015.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. F. C. **A Inclusão do Estudante-Trabalhador e do Trabalhador Estudante na Educação Superior: desafio público a ser enfrentado.** Brasília, DF: Universidade de Brasília, Avaliação (Campinas), n. 2, v. 18. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-407720130002_00012&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 18 dez. 2015.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e Concentração Microrregional Demográfica da Renda e do Emprego no Vale do Paraíba entre 1970 e 2000.** San Fernando, AG: Universidad Nacional de Catamarca, UNCa, 2008. Disponível em: <http://elistas.egrupos.net/lista/encuentrohumboldt/archivo/indice_/2421/msg/2489/>. Acesso em: 10 jul. 2015.

ZIBAS, D. M. L. O Reverso da Medalha: os Limites da Administração Industrial Participativa. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, FCC. n.99, 1996. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/782/794>. Acesso em: 11 mai. 2016.